

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

**LUCINEIDE MAGALHÃES DE MATOS**

**ÍNDIOS ONLINE:**  
Reflexões sobre comunicação, reconhecimento e cidadania

Niterói  
2013

**LUCINEIDE MAGALHÃES DE MATOS**

**ÍNDIOS ONLINE:**

Reflexões sobre comunicação, reconhecimento e cidadania

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Título de Mestre. Área: Mídia, Cultura e Produção de sentido.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Roxo da Silva

Niterói  
2013

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

**M433 Matos, Lucineide Magalhães de.**

Índios online: reflexões sobre comunicação, reconhecimento e cidadania / Lucineide Magalhães de Matos. – 2013.

225 f. ; il.

Orientador: Marco Antonio Roxo da Silva.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2013.

Bibliografia: f. 160-166.

1. Comunicação. 2. Internet. 3. Indígena. 4. Brasil.  
5. Cidadania. I. Silva, Marco Antonio Roxo da. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social.  
III. Título.

CDD 004.678

# **LUCINEIDE MAGALHÃES DE MATOS**

## **ÍNDIOS ONLINE:**

Reflexões sobre comunicação, reconhecimento e cidadania

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Título de Mestre. Área: Mídia, Cultura e Produção de sentido.

Aprovado em 27 de Junho de 2013

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Marco Antonio Roxo da Silva (Orientador)  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Afonso de Albuquerque (Examinador)  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Arthur Cezar de Araujo Ituassu Filho (Examinador)  
Pontifícia Universidade Católica (PUC - Rio de Janeiro)

À minha família,  
com todo o carinho.

## AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me concedido a dádiva da vida e proporcionado diferentes travessias até aqui.

À minha família nada pequena pela presença cotidiana, e embora tão distante fez de cada ligação um gesto de amor e carinho. Amo vocês.

Aos amigos sempre presentes, os de longa e os de curta data, pelo companheirismo e afeto constantes mesmo diante de meu sempre estado de não lugar.

Ao Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford, coordenado no Brasil pela Fundação Carlos Chagas, por terem acreditado e investido no potencial de negros e indígenas durante os dez anos de programa em nosso país. Pois, além de terem garantido condições favoráveis de ingresso e manutenção, principalmente deste público, em programas de pós-graduação, possibilitaram o intercâmbio entre diferentes pessoas de diferentes realidades.

Ao meu orientador Prof. Dr. Marco Antonio Roxo da Silva, pelo acolhimento, aprendizagem, paciência e estímulo na caminhada do mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense pela acolhida e inserção na realidade da pós-graduação e toda sua equipe docente.

Ao grupo gestor da Rede Índios Online, na figura de Yonana Pataxó Hãhãhãe, Fábio Titiá e Apurinã Titiá, e dos colaboradores Potyra Tê Tupinambá e Sebastian Gérlic pela atenção e colaboração com a pesquisa.

A Silva Campos, secretária do Programa, por sua atenção a recepção.

Ao meu companheiro Edson Mauro Miranda pela compreensão e dedicação diária. Obrigada pela paciência e pelo estímulo.

## RESUMO

Esta dissertação discute processos comunicativos elaborados por grupos indígenas brasileiros contextualizados por políticas de financiamento públicas e privadas. Faz um estudo de caso da Rede Índios Online problematizando em que grau os fomentos embutidos na mesma contribuem para por em debate a cidadania e o reconhecimento de identidades étnicas da Região Nordeste por meio do portal [www.indiosonline.net](http://www.indiosonline.net). Buscamos demonstrar a complexidade da relação entre políticas de comunicação elaboradas por grupos minoritários e protocolos comunicativos presentes nas agências de fomento. Assim, procuramos entender a Rede Índios Online para além de sua perspectiva enquanto ferramenta comunicacional indígena, mais em sua capacidade de proporcionar busca por reconhecimento identitário e consolidação de cidadania. Para esta proposta, sustentamos a hipótese de que embora atravessada por fomentos externos a Rede Índios Online procura manter uma política comunicacional própria ao pautar discursos de autorrepresentação, autorreconhecimento, práticas de cidadania e solidariedade.

Palavras-chave: Comunicação, Internet, Indígenas, Reconhecimento, Cidadania.

## **ABSTRACT**

This research discusses communication processes developed by Brazilian indigenous groups contextualized by policies public and private funding. Make a case study of the Rede Índios Online thinking about possible degrees encouragements embedded in it contribute to a debate on citizenship and recognition of ethnic identities in the Brazilian Northeast through the portal [www.indiosonline.net](http://www.indiosonline.net). Demonstrate the complexity of the relationship between political communication made by minority groups and protocols present in communicative agencies. Therefore, we try to understand Rede Índios Online beyond from his perspective as a tool of communication indigenous, more in its ability to provide search for identity recognition and consolidation of citizenship. For this proposal, we consider the hypothesis that although crossed by external encouragements Rede Índios Online seeks to maintain a policy communication guided by speeches self-representation, self-recognition, citizenship practices, and solidarity.

**Keywords:** Communication, Internet, Indigenous, Recognition, Citizenship.



## LISTA DE ABREVIATURAS

ABI	– Associação Nacional de Imprensa
AMB	– Articulação das Mulheres Brasileiras
ANAÍ	– Associação Nacional de Ação Indigenista
CCPY	– Comissão Pró-Yanomami
CEB's	– Comunidades Eclesiais de Base
CIMI	– Conselho Indigenista Missionário
CPI	– Comissão Pró-Índio
CPS	– Centro de Políticas Sociais
CTI	– Centro de Trabalho Indígena
FACED	– Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia
FBO	– Fórum Brasil do Orçamento
FDDI	– Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas
FENDH	– Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos
FGV	– Fundação Getúlio Vargas
FLC	– Fórum do Lixo e Cidadania
FSM	– Fórum Social Mundial
FUNAI	– Fundação Nacional do Índio
GESAC	– Governo Eletrônico de Serviços de Atendimento ao Cidadão
GTME	– Grupo de Trabalho Missionário Evangélico
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA	– Instituto Sócio Ambiental
MINC	– Ministério da Cultura
MINICOM	– Ministério das Comunicações
OAB	– Ordem dos Advogados do Brasil
ODM	– Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONG	– Organização Não Governamental
PC	– Computador Pessoal
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PI	– Postos Indígenas
PIB	– Produto Interno Bruto
SCDS	– Secretaria da Cidadania e da Diversidade Social
SDH	– Secretaria de Direitos Humanos
SEPPIR	– Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SPI	– Serviço de Proteção ao Índio
SPM	– Secretaria de Políticas para as Mulheres
TI	– Território Indígenas
TIC	– Tecnologias de Comunicação e Informação
UFBA	– Universidade Federal da Bahia

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	10
<b>1. A identidade indígena no Brasil</b> .....	16
1.1. O índio como identidade atribuída.....	16
1.2. O índio como identidade reivindicada.....	22
1.3. Os índios do século XXI.....	29
1.4. Os índios do Nordeste.....	34
1.4.1 As etnias do Nordeste.....	39
(i) Kariri-Xocó/AL.....	41
(ii) Xucuru-Kariri/AL.....	42
(iii) Pankararu/PE.....	44
(iv) Tumbalá/BA.....	45
(v) Kiriri/BA.....	46
(vi) Tupinambá/BA.....	47
(vii) Pataxó Hãhãhãe/BA.....	48
<b>2. Comunicação, rede, reconhecimento e o contexto indígena</b> .....	50
2.1. Invisibilidade e comunicação alternativa.....	50
2.2. O conceito de rede na ação coletiva e na internet.....	56
2.2.1 Rede de ação coletiva e a perspectiva sociológica.....	58
2.2.2 Redes de comunicação da internet.....	62
2.3. A presença indígena a internet.....	65
2.4. A comunicação e a política de reconhecimento.....	73
<b>3. A Rede Índios Online</b> .....	81
3.1. Índios off-line: os atores e as conexões.....	82
3.2. Índios online: a estrutura e seu enredo.....	91
3.3. Os financiamentos à comunicação na Rede Índios Online.....	105
3.3.1 O site Índios Online como Ponto de cultura.....	108
3.3.2 Índios Online no Programa Novos Brasis.....	111
<b>4. A política de reconhecimento e cidadania na Rede Índios Online</b> .....	117
4.1. As produções discursivas do portal Índios Online.....	119
4.2. Índios Online: comunicação para a cidadania.....	137
4.3. Visibilização e reafirmação étnica do Nordeste no Índios Online.....	147
<b>Considerações finais</b> .....	156
<b>Bibliografia</b> .....	160
<b>Apêndice</b> .....	167
<b>Anexos</b> .....	201

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo refletir sobre canais de comunicação elaborados por grupos minoritários abordando em específicos os povos indígenas brasileiros. Nosso intuito é discutir até que ponto estes ambientes comunicativos oferecem oportunidade para que este segmento coloque em discussão sua invisibilidade social e constituam de forma autônoma suas próprias demandas. De modo particular oferecemos reflexão sobre espaços de representações esboçados na Internet procurando problematizar as considerações de que estes se revertem em plataformas comunicacionais potencialmente mais acessíveis e democráticas. Assim, voltamos nossa atenção para ambientes de autoria indígena, na Internet, contextualizados por políticas de comunicação. Nosso interesse é identificar como estes são produzidos e utilizados pelos próprios índios e se essas produções reforçar o senso de pertencimento dos indígenas a suas comunidades de origem. Isto envolve pensar os usos destas plataformas e os efeitos das mesmas sobre a interação entre os diversos grupos indígenas, a preservação de suas heranças culturais, bem como o acesso aos direitos de cidadania.

Para ilustrar esta reflexão elegemos o portal [www.indiosonline.net](http://www.indiosonline.net) enquanto estudo de caso capaz de acionar discussão sobre as políticas de comunicação esboçadas por indivíduos e coletividades indígenas na Rede e seus níveis de articulação e identificação étnica. O site foi criado em 2004 por sete etnias nordestinas em associação com a ONG Thydêwá<sup>1</sup> e abrange aldeias indígenas de diferentes regiões do país<sup>2</sup> tendo como principal objetivo ser canal de diálogo interétnico. Um dos aspectos fundamentais para essa escolha foi o fato dos indígenas da Rede Índios Online recorrerem a financiamentos públicos e privados para viabilizar uma infraestrutura básica e formação de pessoal para o desenvolvimento do projeto. Deste modo, a construção e manutenção do site [www.indiosonline.net](http://www.indiosonline.net) envolveu de forma distinta o financiamento do Estado (Programa Cultura Viva) e da rede privada (Instituto

---

<sup>1</sup>Thydêwá significa ‘Esperança da Terra’ em língua Pankararu, esta instituição de origem nordestina que se dedica a ações de promoção identitária e comunicativa em parceria com povos tradicionais do Nordeste. Seu objetivo é promover o diálogo intercultural, sustentabilidade e valorização da diversidade cultural. Foi criada em 2000 a partir da articulação de grupos indígenas (Tupinambá, Pataxó Hãhãhãe e Tumbalalá da Bahia, os Xucuru-Kariri e Kariri-Xocó de Alagoas, e os Pankararu de Pernambuco) apoiados por Sebastián Gerlic. Argentino de Buenos Aires, o diretor da ONG é formado em história e está há 15 anos na Bahia. Há 27 anos trabalha com documentários. Este mesmo grupo quatro anos mais tarde iria criar a rede Índios Online.

<sup>2</sup>Truká e Pankararu (Pernambuco), Kariri-Xocó e Xucuru-Kariri (Alagoas), Potiguara (Paraíba), Kiriri, Tumbalalá, Tuxá, Pataxó, Pataxó Hãhãhãe e Tupinambá (Bahia) e etc. Há a participação também de etnias de outras regiões, porém de forma menos atuante. Como veremos no segundo capítulo a etnia Maxacali também atua na Rede, inclusive tendo um de seus membros como gestor. Entretanto, nos referimos a Região Nordeste especificamente por ser o espaço geográfico que apresenta maior participação tanto em termos organizativos quanto em publicações no portal.

Oi Futuro). Estes investimentos desempenham um ponto de análise importante na dissertação, pois o acesso aos meios digitais por grupos em situação de exclusão social no Brasil tem sido efetivado, principalmente, por meio de políticas sociais<sup>3</sup> patrocinadas por agentes externos a estes grupos como classificamos ser tanto o Estado quanto instituições privadas.

Estas políticas, embora tenha suas peculiaridades, podem fornecer na nossa hipótese uma teia discursiva capaz não apenas de viabilizar a comunicação entre grupos indígenas mais de induzir os indivíduos pertencentes a estas comunidades o significado e a importância de ser índio. Dito de outra forma, tomamos a Rede Índios Online como objeto de estudo, pois ela nos possibilita por em relevo possíveis tensões existentes entre as políticas de comunicação, e protocolos comunicativos sobre o que é ser índio embutidos nas políticas de financiamento estatal e privada.

Partimos da premissa de que pode haver uma ambiguidade constitutiva entre o desejo de reconhecimento de identidades específicas e a reivindicação de direitos de cidadania que remete ao desejo de reconhecimento de identidade coletiva - o índio brasileiro. Neste sentido, a identificação de financiamentos no projeto Índios Online nos leva a conjecturar a possibilidade de influência das agências financiadoras nas representações presentes na [www.indiosonline.net](http://www.indiosonline.net). A partir desta inquietação nossa pergunta é: até que ponto os financiamentos não poderiam embutir protocolos comunicativos capazes adequar e regular as ações indígenas no portal apontando, entre outros aspectos, para a reafirmação de uma identidade indígena genérica a ser assumida por diferentes etnias?

Para responder esta indagação buscou-se avaliar quem seriam os principais financiadores da Rede Índios Online, como são caracterizados esses financiamentos e, principalmente, como esses são aplicados pela Rede no que diz respeito à efetivação de projetos voltados ao desenvolvimento da comunicação indígena. Utilizamos como fundamentados produções discursivas evidenciadas no portal, e entrevistas, e depoimentos pessoais dos indígenas. Assim, pretendemos em última análise por em discussão o papel que a Rede Índios Online ocupa na promoção da autonomia e diversidade como principais características política e identitária no portal. Isto é importante, pois um olhar preliminar sobre o site indica diversas representatividades. Por consequência, isso pode nos levar a

---

<sup>3</sup> O termo inclusão digital tem sido amplamente utilizado para designar programas vinculados ao Estado, quanto a entidades privadas e do terceiro setor que tem como projeto o acesso de parcelas da população a tecnologias sociais. De um modo geral se concentram no fornecimento de infraestrutura como antenas de conexão à Internet, computadores, máquinas fotográficas, filmadoras e etc. Este tipo de política vem sendo adotada, em diferentes proporções, desde 1999 quando segundo Takahashi (2000) tem início políticas de acesso a computadores e internet como é o caso do 'Programa Sociedade da Informação', entre outros, resultando em políticas em exercício atualmente como o GESAC (MiniCom) e o Cultura Viva (MinC).

interpretar a Rede Índios Online como um espaço que prioriza diferenças étnicas entre os índios na medida em que cada comunidade atua como agente discursivo específico em seu interior. Por outro lado, a criação de uma rede de articulação e comunicação entre indígenas oferece oportunidade de refletir se este site, ao abranger distintas etnias da região Nordeste, não resgataria uma ideia dos índios como comunidade imaginada. Nesta direção as políticas de comunicação do portal poderiam estar mais inclinadas a representar solidariedade e interesses em comum do que as diferenças entre os grupos indígenas. Então, é possível interpretar esta rede como representante potencial de um tipo de comunidade que tem nos indígenas do Nordeste seu principal referente.

Esta suposta unidade indígena e lógica homogeneizadora tiveram suas matrizes discursivas elaboradas anteriormente a criação da organização Índios Online. Por isso, ao apresentarmos a Rede é preciso ter em mente que até o século XX<sup>4</sup> havia o discurso consagrado de que não existiam mais índios no Nordeste em virtude do intenso contato com o universo sociocultural não indígena iniciado no século XVII. Este discurso da extinção passaria a ser contraposto já nas primeiras décadas do século XX com a intensificação das demandas por terra, e a presença nessa região de órgãos indigenistas como o Serviço de Proteção a Índio (SPI) e sua política de implantação de Postos Indígenas (PI). O ressurgimento de grupos dados como extintos<sup>5</sup> ocasionou a emergência de reflexões sobre os índios do Nordeste em campos teóricos como História, Antropologia e Ciências Humanas e Sociais. Nestes o conceito de etnogênese<sup>6</sup> surgiu como explicação teórica para o fenômeno das emergências étnicas no Nordeste.

Em muitos autores destes campos, alguns dos quais serão abordados na primeira parte desta dissertação, a expressão *índios do Nordeste*<sup>7</sup> aparece como uma forma de categorizar e oferecer relativa unidade a um conjunto étnico com características particulares. Isto porque supostamente se diferenciavam das tradicionais visões e imagens dos índios isolados da civilização, e em contato com a natureza, neste último caso tomando como

---

<sup>4</sup>Utilizamos o século XX de forma genérica, pois não há como afirmar com clareza uma década específica neste marco temporal enquanto referência principal para enquadrar o início do fenômeno da emergência étnica observada no Nordeste. A referência a este período tem como base estudos históricos (OLIVEIRA, 2012, 1998; SILVA, 2007) que apontam para o século XX como o início do processo de etnogênese, o qual foi identificado ao longo deste mesmo século XX e se estende ao XXI, sendo portanto um fenômeno em desenvolvimento.

<sup>5</sup>Fulni-ô/PE, Potiguara/PB, Pankararu/PE e Pataxó-Hãhãhãe/BA, Tupinambá/BA, Tuxá/BA, Atikum/PE, Kiriri/BA e Kariri-Xokó/AL e etc. Estas etnias passaram ser identificadas a partir das primeiras décadas do século XX.

<sup>6</sup>Conceito antropológico que busca interpretar os processos de emergência e transformação de grupos étnicos ao caracterizar seu dinamismo e articulação da diversidade cultural em contextos históricos e específicos (OLIVEIRA, 1998).

<sup>7</sup>Para Oliveira (1998, p. 51-52) A unidade dos “índios do nordeste” é dada não por suas instituições, nem por sua história, ou por sua conexão com o meio ambiente, mas por pertencerem ao Nordeste, enquanto conglomerado histórico e geográfico.

referência a Região Norte do Brasil. Por isso, consideramos a expressão *índios do Nordeste* matriz de uma comunidade imaginada. Ou seja, uma categoria discursiva que cumpre o papel de designar o contexto indígena caracterizado por processos adaptativos e de reconhecimento relacionados a questões econômica, territorial, cultural, e com ampla proximidade e interdependência com o espaço não indígena.

O discurso da extinção articulado desde o século XVII acionou a invisibilidade das especificidades e adequação cultural que caracteriza o segmento indígena do Nordeste. Neste sentido, a comunicação tem papel relevante nos processos de afirmação das diferenças propostos pelos indígenas desta região, como nos parece ser o caso da Rede Índios Online. Em nossa hipótese a Rede pode vir a atuar como um espaço significativo de contraposição à invisibilidade indígena. Isso porque, ao promover a utilização de meios de comunicação como rádios comunitárias, produções audiovisuais e site parecem enfatizar demandas por diversidade étnica local e também ao pertencimento dos grupos étnicos que se autoafirmam como pertencentes à realidade específica.

A pesquisa apresentada é constituída de um trabalho de observação, exploração, descrição e análise de base qualitativa. Incluí a investigação bibliográfica, observação e descrição do funcionamento, ferramentas e características do site Índios Online, além de entrevistas semiestruturadas e análise documental. Considera também a trajetória e compreensão dos objetivos da Rede Índios Online. Para isso o procedimento utilizado foi o levantamento de dados documentais, os quais foram complementados com as entrevistas de campo. O acesso a esses documentos foi feito por meio do portal [www.indiosonline.net](http://www.indiosonline.net), a partir do qual fizemos, também, uma análise descritiva.

Com relação à pesquisa de campo, destacamos a opção por entrevistas semiestruturadas as quais somam o total de três entrevistas, duas individuais e uma coletiva. A primeira foi realizada no dia 01 de Junho de 2012 com o presidente da ONG Thydêwá Sebastian Gérlic e Ivana Cardoso (Potyra Tê) da etnia Tupinambá. Estas entrevistas aconteceram no município de Olivença, na sede da ONG. A segunda ocorreu em 22 de Junho de 2012, e consistiu de um encontro com índios da etnia Pataxó Hahahãe na Aldeia Água Vermelha, local onde se encontra um dos Pontos de Cultura da Rede. Nesta oportunidade foram entrevistados Yonana Pataxó Hãhãhãe e Fabio Titiá, dois dos atuais gestores na Bahia da Rede Índios Online, e Apurinã Rosa Titiá. Em perspectiva descritiva identificamos etnias indígenas integrantes da entidade Rede Índios online, responsáveis pelo site. Em seguida,

partimos para verificação do objetivo proposto nessa dissertação, que seja o de pensar a comunicação como espaço capaz de oferecer visibilidade na luta por reconhecimento e a cidadania indígena.

A partir dessas considerações o primeiro capítulo traz uma abordagem situacional dos povos indígenas no Brasil. Tentamos entender a quem classificamos enquanto “índios”, como estão inseridos na sociedade nacional e qual sua conjuntura atual. A partir disso propomos uma abordagem sobre o Nordeste indígena discutindo esta como uma construção política e imaginada que consideramos. Apresentamos o campo específico desta pesquisa ao qualificarmos os seguintes povos: Pataxó Hãhãhãe, Kiriri, Tumbalalá e Tupinambá da Bahia, Xucuru Kariri e Kariri-Xocó de Alagoas, e Pankararu de Pernambuco.

No segundo capítulo tentamos compreender o papel da comunicação na dinâmica dos grupos sociais contemporâneos os quais podem vir a possibilitar o questionamento sobre a invisibilidade social ou sub-representação. Será discutido o conceito de rede, e a partir deste tentaremos evidenciar a Internet como ambiente potencialmente mais acessível para que grupos sociais distintos possam construir plataformas de comunicação online. Pautamos também a conexão entre comunicação e reconhecimento tentando estabelecer um referencial teórico capaz de facilitar a reflexão sobre cidadania e reconhecimento no portal.

No terceiro fazemos uma análise descritiva da Rede Índios Online em suas dimensões *off-line* e *online*. Contemplamos suas características, seus agentes, formas de funcionamento e as políticas de financiamento vinculadas ao projeto. Por fim, no quarto capítulo, promovemos a análise da Rede Índios Online identificando possíveis políticas de comunicação. A partir destas problematizamos o reconhecimento e a cidadania dando ênfase a identificação de processos de reafirmação étnica e prováveis práticas de cidadania indígena.

Em linhas gerais consideramos que os programas de incentivo a produções discursivas da Rede Índios Online representaram fonte importante no aprimoramento tanto de suas articulações *off-line* quanto de suas representações simbólicas *online*. É possível considerar visões distintas entre os financiadores (distribuição) e os operadores da Rede Índios Online (reconhecimento) em relação às políticas de fomento. Por um lado, consideramos que embora as políticas possam ser lidas como projetos genéricos de caráter distributivo e burocrático - cuja tendência parece ser a manutenção de determinados limites (administrativos e representativos). Por outro lado, na forma política como os indígenas executam tais fomentos parece representar estruturas que viabilizam autorrepresentações de

reconhecimento e cidadania em detrimento de aspectos de redistribuição. Assim, poderemos perceber que no caso específico da rede, as produções dos indígenas são dedicadas à questão do reconhecimento de identidade e diferença, assim como estão inclinadas para práticas de cidadania.



## **1. A identidade indígena no Brasil**

Temáticas envolvendo os povos indígenas brasileiros demandam a contextualização destes atores sociais assim como de sua relação com a sociedade nacional. Por esta razão, neste capítulo, pretende-se por em pauta discussão sobre os sujeitos que se autodeterminam “índios”. Apontamos, em específico, para a problematização de uma possível tensão entre a afirmação de identidades étnicas e a incorporação do “índio<sup>8</sup>” como categoria que pode ofertar significado de coesão identitária. Parece haver dois possíveis apontamentos explicativos para tal questão: o inicial deslocamento das identidades indígenas para uma referência generalizante e o posterior processo de reafirmação de identidades étnicas. Ambos orientados pela conquista do território, o qual indica ser principal elemento no processo de reafirmação identitária e busca por reconhecimento social entre os indígenas. Para compreender tais motes julgamos relevante problematizar possíveis abrangências do termo ‘índio’ e suas implicações políticas e sociais. Ao propor tal problema ofereceremos atenção aos “índios do Nordeste” enquanto comunidade que pode projetar tanto identidades específicas quanto conformar a ideia de uma identidade indígena nacional. Neste contexto específico, ofertamos a problematização dos índios como sujeitos que podem revelar uma busca por reconhecimento identitário.

### **1.1 O índio como identidade atribuída**

As três principais matrizes étnicas (brancos, negros e índios) que constituíram o Brasil advertem para uma relação complexa na qual o jogo de interações é marcado tanto por negociações quanto por imposições. Para os negros e indígenas brasileiros essas interações tiveram início com seu aliciamento enquanto escravos no período colonial e resultaram no desenvolvimento desigual de direitos que se estende até a contemporaneidade. Entre os indígenas um fator singular foi sua redefinição identitária e a reformulação de sua vida social que passaram pela negação de valores culturais e pela adoção de novas concepções de identidade. Desse modo, a existência de distintas tribos com identidades específicas observadas no início da colonização deu lugar a uma identidade supostamente homogênea e

---

<sup>8</sup> Este termo é utilizado de forma genérica como uma das variações para identificar os indivíduos cuja cultura apontaria para o período pré-colonial como consideramos ser também os termos nativo, autóctone, silvícola e indígena. De acordo com o dicionário Aurélio o termo significa: 1. *Que é oriundo de terra onde se encontra, sem resultar de imigração ou importação.* 2. *Nativo.*

indistinta: o “índio”. Esta nova categoria pode ser interpretada dentro de um quadro histórico mais amplo sendo inicialmente atribuída e posteriormente reivindicada. Nessa conjuntura o território parece desempenhar papel importante.

Começando por esse aspecto ponderamos que a forma tradicional de ocupação espacial dos povos originários não pode ser mensurada pela noção de apropriação da terra enquanto propriedade privada, e bem contínuo. Pois, até a chegada dos colonizadores o uso do território apresentava um caráter coletivo na medida em que não havia a delimitação espacial e os indígenas gozavam do uso da terra como povos nômades. Havia entre as inúmeras etnias o sentido do território como espaço provisório que garantia a subsistência, a fuga de seus inimigos e a manutenção de traços culturais. No contexto colonial foi instituída uma nova dinâmica. A terra se tornou domínio do rei e os índios propriedade da colônia (MARTINS, 1998, p. 564-564). Com isso a exploração dos territórios pelos colonizadores e o evidente problema de sua ocupação e distribuição entre diferentes grupos nativos desencadeou um movimento de conquista e catequização dos povos presentes nelas. Assim, o caráter nômade dos nativos foi paulatinamente sendo desconstruído e esses passaram a conviver em territórios fixos pré-determinados pela colônia. Essa mudança imprimiu uma nova perspectiva na vida social dos indígenas, ou seja, a de que um território fixo designava um elemento de pertencimento e reconhecimento identitário.

Os aldeamentos coloniais desempenharam papel importante neste sentido. Primeiro porque assentavam os índios em um determinado espaço geográfico e segundo porque imprimia a categoria ‘índio’ como uma nova identidade para os indivíduos gentios por meio do salvaçãoismo religioso. Estas unidades eram administradas por religiosos responsáveis pela função de “civilizar” os índios para que esses se tornassem “participantes integrais” da colônia (PRADO JR, 2002). Participação que significava, de modo mais prático, o enquadramento dos indígenas enquanto mão de obra escrava no empreendimento agroexportador da colônia. Em parte a política de assimilação cultural praticada nos aldeamentos por meio do ensino religioso e da língua portuguesa ambicionava sedentarizar e afastar os indígenas de suas práticas culturais ao introduzir os costumes dos colonos. Nisso estava incluído, além do contato entre etnias diferenciadas, a aproximação com não indígenas (negros e brancos).

Logo, foi a partir do período colonial que se observou a supressão das especificidades dos grupos nativos por meio da aculturação o que incluía a atribuição de uma

nova identidade, o “índio”. De acordo com Melatti (2007) este rótulo tinha a função de enquadrar em uma só entidade étnica as populações fisicamente e culturalmente diferenciadas em relação aos colonizadores europeus. Assim tanto os Tupis localizados no Brasil, quanto os Uros do Peru, por exemplo, foram comumente identificados enquanto ‘índios’. Em termo social e político isto representou um processo de invisibilização das distinções entre os distintos grupos localizados na região que hoje compreende a América Latina. No contexto brasileiro diferentes grupos teriam deixado de se autoafirmarem como Guarani, Tupinambá, Aimoré, e etc, para simplesmente torna-se “índios do Brasil” tendo como referência os aldeamentos.

Pode-se considerar que a virtude desses espaços teria sido o de atuarem como ambiente de domesticação, resignação, mistura étnica e integração indígena ao sistema colonial. Foi nesse lugar, caracterizado por intensas resistências, que séculos depois muitos grupos haviam de fato se misturado a população não indígena ou entre si, muitos deles tomando para si a identidade não indígena. Além de impor uma nova cultura aos ‘novos brasileiros índios’ os aldeamentos passaram a determinar um lugar de pertencimento territorial. Com o fim da política de aldeamento no século XIX os índios identificados no processo de contato foram declarados extintos e os que continuavam a ser identificados com tal identidade foram aqueles ainda com pouco ou nenhuma relação com os brancos, geralmente localizados em áreas remotas do país.

A incorporação forçada dos índios a colônia, entretanto, não representou necessariamente o desaparecimento ou extinção coletiva dos nativos, porque como argumentou Darcy Ribeiro (1995, p. 133): “[...] sobreviveram algumas tribos indígenas ilhadas na massa crescente da população rural brasileira. Esses são os indígenas que se integram à sociedade nacional, como parcela remanescente da população original”. À luz do que fala este autor o processo de integração não significou o abandono cultural ou uma assimilação total, ao contrário apontou para:

[...] a fixação de um *modus vivendi* precaríssimo através do qual transitam da condição de índios específicos, com sua raça e culturas peculiares, à de índios genéricos. Esses, ainda que crescentemente mestiçados e aculturados, permanecem sempre "índigenas" na qualidade de alternos dos "brasileiros", porque se vêem e se sofrem como índios e assim também são vistos e tratados pela gente com que estão em contato. (Ibidem).

A passagem das identidades específicas a um elemento identitário genérico é que consideramos ter sido imposto aos grupos nativos tanto sob a justificativa do desenvolvimento nacional quanto pelo discurso da ausência de humanidade e, portanto, da necessidade de humanização dos autóctones. Como resultado foi construído paulatinamente o dualismo sobre os índios no Brasil, de um lado o aculturado e de outro o puro. O primeiro justificado pela perda cultural e o segundo pela manutenção de supostos traços originários. Em ambos os grupos indígenas iam sendo mantidos na condição de sujeitos subvalorizados em relação a outros agentes da sociedade nacional.

Na perspectiva da aculturação a ideia de desfiguração foi reforçada pelo ideal cultural como principal referência na medida em que reconhecemos o índio idealizado que habita o imaginário social: em relação com a natureza, sem pretensões políticas e sem contato com a ‘civilização’. Imagens que apontam para criação de estereótipos, os quais resultam em estigmas (GOFFMAN, 2012). Não por acaso esse índio supostamente aculturado foi objeto de pouco interesse de investigação, pois não poderiam mais ser identificados como nativos. É esse sujeito ‘modificado’ que propusemos pensar nesta dissertação levando em consideração o argumento de que, muito embora haja integração de hábitos e modos de vida, os índios mantêm de certo modo seus costumes.

Outro elemento que parece fortalecer o discurso da aculturação é a identidade “índio”. Embora a adoção da identidade genérica *índio* não tenha representado materialmente a extinção dos grupos nativos seu significado simbólico passou chamar atenção por ter se tornado uma categoria generalizante. Mais que um simples termo, a palavra *índio* passou a configurar uma construção imagética e, principalmente, uma categoria social. Categorias remetem a um meio de classificar em “atributos considerados como comuns e naturais” os membros de diferentes grupos (IDEM, p.11), o que aparece na forma de distinção sociocultural e político-econômica. No exemplo dos povos indígenas percebe-se a criação de imagens de pureza ou violência e da incapacidade, entre outros, criando em certa medida um estereótipo para o segmento indígena.

A construção desta categoria e dos agentes inseridos nela perpassou ainda a formação da identidade nacional brasileira na qual as diferenças étnico-raciais estariam subordinadas a constituição do Estado-nação. Aqui lembramos Darcy Ribeiro em sua clássica obra *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, na qual o autor argumenta, entre outras coisas, que o surgimento de uma identidade brasileira tem relação com o apagamento

de identidades específicas. Em suas palavras a formação do Brasil passou “tanto pela anulação das identificações étnicas de índios, africanos e europeus, como pela indiferenciação entre várias formas de mestiçagem, como cablocos (brancos com índios), ou curibocas (negros com índios)” (RIBEIRO, 1995, p. 133). Estes agrupamentos estavam inseridos em uma nova identidade coletiva, a brasileira.

Ao apontar para a identidade brasileira como uma construção que secundarizou as especificidades étnicas e culturais, esse autor argumenta a “qualidade geral” dos brasileiros como fator que transcende as peculiaridades (IDEM). Por isso, dizer “índios” significava e talvez ainda signifique anular o discurso da diferença étnica entre os grupos nativos, e posteriormente inseri-los de modo genérico no projeto de nacionalidade evidenciado no Brasil. Assim, Ribeiro (Ibidem) continua a argumentar que brancos, negros e índios passaram genericamente a ser identificados por aquilo que lhes assemelhava como, por exemplo, uma língua em comum, histórias sobre virtudes nacionais ou um conjunto de crenças e valores as quais ofereceriam sentido de unidade a nação<sup>9</sup>.

Entretanto, essa ideia comum de nacionalidade não extingue a diversidade localizada no interior do contexto nacional, pois nesta as tensões de identidades específicas (ciganos, nordestinos, mulheres e etc.) continuam a existir e tornam-se evidentes. Nessa linha é possível observar que entre brancos, negros e índios embora haja intercâmbio e movimentação há também a manutenção de fronteiras que as distinguem. Há, portanto, fronteiras que delimitam o espaço social e a posição de cada grupo, as quais são utilizadas com maior frequência como formas de legitimação de processos de desigualdade e exclusão (BARTH, 1969). É na experiência de fronteira onde cada ator social se coloca naturalmente em contato como o ‘outro’ que são evidenciadas interações sociais e as formações de identidades. É também neste espaço onde emergem problemas como racismo, intolerâncias, conflitos territoriais e, principalmente, onde são observados os resíduos de identidades confrontadas ou invisibilizadas (MARTINS, 1998) como nos parece ser a identidade indígena.

Ancorada na ideologia da assimilação, os discursos sobre a existência de grupos indígenas no Brasil durante o século XX apontavam para um cenário em extinção, sendo

---

<sup>9</sup>Para Hobsbawm (1998) a nação é uma invenção moderna que apresenta três critérios permitem a classificação de um povo enquanto a um povo: "O primeiro destes critérios era sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável"; "o segundo critério era dado pela existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito"; e "o terceiro critério, que infelizmente precisa ser dito, era dado por uma provada capacidade para a conquista" (p. 49).

identificados apenas poucos índios em regiões de fronteira como no Norte do país. Do ponto de vista teórico o rigor categórico de historiadores e antropólogos a respeito desta extinção se fundamentava no desenho purista da figura do índio pela maioria destes pesquisadores. O desenho do índio hiper-real (RAMOS, 1995) dava conta de fixar a ideia deste como um ser localizado num passado memorável. Este atributo acabou por se revelar como um estereótipo ou uma *identidade social virtual* (GOFFMAN, 2012). Assim, ia se afirmando no Brasil um mito baseado, principalmente, na figura do “bom selvagem” – não contaminado e em estado natural (ROUSSEAU, 2005).

Esta idealização teórica podia ser vista com mais intensidade em ciências como a literatura e a antropologia as quais apontavam muito mais para uma invenção do que para a realidade dos autóctones (seus costumes, crenças e cotidiano). O indianismo aparecia como um projeto de nacionalidade que interpretava o índio como modelo ideal. Um ser exaltado que representava o mito nacional como demonstrou as produções literárias do século XIX. No período do Romantismo em obras da literatura brasileira como “Iracema” e “O Guarani” de José de Alencar e as poesias de Gonçalves Dias o índio surgia como referência para a produção de uma consciência nacional sendo abordados como modelos de brasilidade.

Na antropologia “índio” representava tão somente aqueles indivíduos que não mantinham contato algum com o processo colonial e que, portanto, conservavam suas características “primitivas” de antes da chegada dos europeus. Em direção contrária, aqueles que passaram a relacionar-se com a política colonial foram omitidos por muito tempo dos estudos históricos e antropológicos ao ser considerados incorporados à sociedade, logo aculturados e integrados a identidade nacional. Nestas considerações podemos aferir que na rotulação impressa pelos colonizadores houve uma tentativa de domesticar a diversidade elementar dos nativos e educá-los para uma nova identidade que de certo modo os homogeneizava (PACHECO DE OLIVEIRA, 2009).

Como reflexo, as relações de contato estabelecidas entre grupos nativos e colonizadores foram sendo interpretadas paulatinamente como relações entre ‘brancos’ e ‘índios’ (ALMEIDA, 2010). Este tipo de relação tanto generalizava as identidades indígenas e sua pertença a uma só coletividade quanto legitimava as diferenças entre índios e não índios. O peso do rótulo associado ao tratamento secundário destinado aos indígenas fez com que o vocábulo ‘índio’, posteriormente, se desenvolvesse enquanto categoria que marginalizava os indivíduos nele inseridos os enquadrando em lugar de subvalorização social. Entretanto, os

índios passariam a reclamar esta identidade tencionando sua nova condição de povos em contato e reivindicando reconhecimento do Estado, tendo como ponto de partida a recuperação de supostos territórios de origem.

## 1.2 O índio como identidade reivindicada

Como tratamos acima os índios brasileiros tinham como referência o ideal da conservação cultural ou da aculturação. Na construção de uma identidade generalizante as particularidades étnicas eram postas em segundo plano. Entretanto, a partir da segunda metade do século XX a controversa entre perda e manutenção cultural deu lugar ao discurso do índio como identidade politicamente reivindicada considerando a emergência de um ativismo indigenista motivado tanto pelos próprios índios quanto por não indígenas. O termo *índio* passou a designar uma identidade coletiva que mobilizava entorno de si articulações e reivindicações organizadas visando aquisição e legitimação de direitos. Fator que pode ser interpretado como elemento decorrente tanto do cenário mais amplo por surgimento de demandas vinculadas a ações coletivas de caráter identitário a partir do século XX como também da emergência de grupos étnicos vinculados à questão territorial.

No primeiro caso, o fenômeno da reafirmação das identidades indígenas no Brasil é contemporâneo da emergência de demandas dos grupos sociais por direitos de cidadania. O centro definidor para tais exigências se deu inicialmente por meio da materialização dos direitos sociais que tinham como principal referência os direitos do trabalho (GOMES, 2002, p. 34). Este enquadramento da cidadania pôde ser observado desde o início do período republicano quando se delineava as tentativas de um comportamento político mais participativo da população (CARVALHO, 1987). Entretanto, a ideia de cidadania somente começaria a se fortalecer formalmente a partir da década de 1930 por via da disseminação de políticas públicas nos termos da cidadania regulada<sup>10</sup> (GOMES, 1979). Nessa o estado delineava as demandas sociais no sentido de pré-defini-las e assim manter os direitos sociais como compensação a ausência dos civis e políticos (IDEM) por meio do enquadramento-base da população ao ideal do trabalhismo.

---

<sup>10</sup> Para Gomes (1979) a cidadania regulada corresponderia ao tipo de “cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei” (Santos, 1979, p. 75).

Essa política permaneceu atuante também na década de 1950 quando entraram em cena os trabalhadores rurais que tinham como objetivo estender os direitos trabalhistas ao seu contexto. Posteriormente, na década de 1960 com ampliação da sociedade na participação política emergiu o período ditatorial baseado no regime militar. Essa conjuntura limitava tanto a participação política quanto controlava a ação dos grupos sindicais que haviam emergido em períodos anteriores incidindo ainda no controle dos direitos sociais. Nesse contexto de recessão e de enfretamento político entre o Estado e grupos contestatórios alimentados também por um quadro estrutural de escassez (IDEM), emergiram grupos a favor da abertura política e de melhorias sociais que tomaram formas mais estruturadas a partir das décadas de 1970 e 1980.

Na concepção de Sader (1988) três principais matrizes discursivas puderam ser percebidas neste contexto: a da teologia da Libertação, a de origem marxista e a retomada do movimento sindical que havia se esvaziado com a intervenção do regime militar nos sindicatos. Desse modo passou a se observar uma explosão de organizações sociais de certa forma atravessados pelo discurso de inclusão social e ancorado no campo das reivindicações de lutas por classe. Emergiram articulações oriundas de fontes sociais diversas a exemplo de novos partidos políticos (entre eles o Partido dos Trabalhadores), as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Assim, a figura dos “excluídos” ou das “minorias sociais<sup>11</sup>” e a dinâmica da política de identidade (na qual estão inscritas questões como raça, etnia, gênero, sexualidade, religião e etc) passaram a concorrer com um discurso de cidadania, voltado até então para regulação das relações de trabalho (GOMES, 2002; SANTOS, 1979). A entrada em cena

---

<sup>11</sup>Numa breve explicação, o termo minoria abarca conjuntos de sujeitos e grupos sociais, marcados por diferentes demandas sociais, com diferenciadas características culturais e organizacionais. Estes passam a ser identificados como minoria uma vez que se encontram ideologicamente marginalizados, ou seja, em situação desprivilegiada em relação a grupos sociais hegemônicos. Estes grupos passam a afirmar suas diferenças e a exigir do Estado o reconhecimento de suas diferenças e seu enquadramento no campo dos direitos. (BARBALHO, 2005, p. 30). É importante ter em mente, dentro de tal sentido, o caráter coletivo desta concepção. Condicionada a pluralidade, minoria corresponde a uma série de grupos sociais os quais tentam se afirmar identitária e politicamente em relação a situações de injustiça e exclusão social a eles imposta. Entendido dentro do sentido antropológico, o termo engloba grupos excluídos de bases hegemônicas e em situação de “*desigualdade de direitos e oportunidades em relação aos grupos majoritários, sendo, frequentemente, alvos de discriminação, preconceito, exclusão ou invisibilidade*” (FREITAS, 2007, p. 194). São marcadas pela dinâmica de conflitos sociais moralmente motivados (HONNETH, 2009) já que vivenciam em sua maioria situações de desrespeito moral em relação a sua condição diferenciada da maioria da sociedade. Como considera Sodré, trata-se de “um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política na luta contra hegemônica” (SODRÉ, 2005 p. 11). Isto nos leva a considerar as minorias como instâncias que reclamam, por consequência da ausência de reconhecimento, estar ausentes das políticas impressas pelo poder político, assim como de demandas sociais e culturais. E os povos indígenas são, neste sentido, paradigma de coletividades caracterizadas enquanto minorias sociais.



desses novos atores sociais passou a identificar um novo tipo de reivindicação calcado na pluralidade de demandas e não mais na homogeneização de uma identidade de classe (SADER, 1988). A lógica do reconhecimento foi deixando de ter por referência apenas o ambiente cívico-profissional assumindo a linguagem da diversidade social e cultural para a superação da situação de exclusão a qual se opunham estes grupos.

No âmbito teórico entrava em pauta a promoção da diferenciação na qual as coletividades remetiam a espaços de valorização do sentido de grupo. Assim, passou a ganhar força aspectos que diferenciavam os grupos uns dos outros e não apenas o que lhes uniformizavam. Essa estrutura mais diversificada passou a ser determinante para as decisões políticas do país, pois como argumenta Santos (1987, p. 63), a presença mais acentuada de diferentes grupos incidiu na geração de demandas a partir da multiplicidade organizacional.

Os indígenas também passaram a ganhar visibilidade reforçando sua característica de luta histórica que, assim como os negros, transpuseram sua existência à dinâmica colonial. Por isso, enquanto outros grupos sociais poderiam ser identificados por constituírem novas demandas características da contemporaneidade, os índios trataram de reafirmar sua luta se interpondo também como segmento que buscava intervenção social no sentido de promover sua inclusão social e posterior reconhecimento de cidadania.

Considerando a relação sempre conflitante dos indígenas com o Estado, este último desempenhava o papel de tutor<sup>12</sup> dos índios por meio de órgãos governamentais como o Serviço de Proteção ao Índio<sup>13</sup> (SPI) e, posteriormente, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Ao falar sobre o mecanismo da tutela o historiador Arruti (1995, p. 60) explica que esta estabelecia ao índio o “atributo da capacidade relativa” que os condicionava a progressivos "graus de civilização" por meio do SPI. Esse era constituído basicamente por uma política assimilacionista e violenta que acirrava ainda mais os conflitos entre indígenas e não indígenas.

---

<sup>12</sup> Inicialmente podemos concluir que o exercício do regime tutelar funcionava como uma ferramenta de controle e estratégia do Estado. Esta autoridade se realiza por meio da instrumentalização e educação à integração indígena pensando também o índio como força de trabalho. Em termos jurídicos a tutela representa uma intervenção transitória de proteção aos incapazes.

<sup>13</sup> Em 20 de Junho de 1910 por meio do decreto nº 8.072 é criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais<sup>13</sup> (SPILTN), que mais tarde seria somente o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). É no contexto do SPI que foram instituídos o Código Civil em 1916 e o decreto nº 5.484, de 27 de Junho de 1928. Ambos versavam sobre a incapacidade jurídica do índio para ‘determinados atos’ e estabeleciam, através desse argumento, o regime de tutela do indígena. Este órgão tinha como função a implantação de postos de reserva indígena no interior do Brasil, delimitando o território indígena e controlando a ação destes. O exercício do regime tutelar funcionava como uma ferramenta de controle e estratégia do Estado. Esta autoridade se realiza por meio da instrumentalização e educação à integração indígena pensando também o índio como força de trabalho. Entretanto, envolvido em denúncias de corrupção e violência contra grupos indígenas e em virtude do processo de reestruturação da política indigenista no país, o órgão foi extinto em 1967 sendo criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em vigência atualmente.

Isso nos leva ao território como norte para a questão identitária. Para o Estado por muito tempo o discurso econômico e do desenvolvimento do país legitimou ações de despejo e esbulho de territórios indígenas. Mesmo no século XX ações como a escravização de mão de obra e expulsões violentas tanto dos nativos quanto de pequenos núcleos familiares não indígenas ainda compreendiam práticas comuns principalmente em áreas de fronteiras como na Região Norte (MARTINS, 1998). Do outro lado dessa estrutura de poder econômico, posseiros e indígenas correspondiam a parcelas mais afetadas pelo projeto de expansão. Para esses a relação com a terra estava vinculada muito mais a questão do trabalho, da subsistência e da cultura do que a posse de propriedade.

Essa conjuntura é argumentada por Martins (1998) em sua abordagem sobre o cenário da vida privada nas áreas de expansão territorial no século XX. O autor considera que essa visão controversa entre agentes econômicos e dos agentes socioculturais revela um padrão de organização econômica e social distinto. Em tal esquema o capital “[...] descarta os ocupantes da terra e os transforma em resíduos, sejam eles trabalhadores rurais pobres, sejam eles povos indígenas desprotegidos da voracidade do grande capital” (IDEM, p. 678).

Nos anos de 1960 o mote territorial passou a desempenhar uma das principais motivações para o início de uma organização indígena no Brasil. Entretanto, foi mesmo no final dos anos de 1970 que a luta política deste segmento se fortaleceu expressivamente e se tornou mais articulada encampando, inclusive, o discurso da cidadania, e tencionando certa cosmovisão do índio como ser social incapaz e inferior. A partir deste período observou-se maior visibilização, e em alguns casos, a emergência de organizações que representavam os índios e suas demandas. Principalmente aquelas formadas por indígenas constituíram o que se convencionou chamar de modo genérico de *movimento indígena*.

Esse movimento passou a significar um agir autônomo e coletivo de grupos “nativos” em contraposição a subordinação de suas demandas a tutela das agências estatais encarregadas de protegê-los. O período da transição democrática foi marcado por estruturas políticas (o bipartidarismo) em crise e por novas formas de socialização e participação (movimentos sociais, organizações não governamentais e identidades partidárias abertas à participação destas como o Partido dos Trabalhadores e Partido Democrático Trabalhista). Nesse contexto as articulações de grupos e associações em torno da questão indígena em âmbito nacional ganharam novos direcionamentos.

Para Martins (1998, p. 687) a questão dos direitos sociais das minorias e da temática da expansão territorial do capital ganhou mediação institucional inicialmente por dos partidos de esquerda e, posteriormente pelas igrejas. Logo, “a fala que fora quase sempre mística e messiânica se tornou uma fala política”. De forma semelhante, porém destacando a questão territorial, de acordo com o historiador João Pacheco de Oliveira (1998, p. 56) o processo de territorialização se tornou um movimento de redefinição das comunidades indígena. Em suas palavras, os indígenas se transformaram “[...] em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso) [...]”. O termo ‘índio’ passou, de certo modo, de uma identidade atribuída a uma identidade reivindicada já que oferecia um sentimento de coletividade e pertença política aos povos nativos na sociedade nacional.

O surgimento de organizações não governamentais de apoio aos indígenas constituiu mote significativo. Nesse período surgiram articulações como: a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI/SP), a Comissão Pró-Yanomami (CCPY), o Instituto Socioambiental (ISA), o Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI), e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), (FERREIRA, 2001, p.87; LUCIANO, 2006). Também emergiram organizações que se estabeleceram por estimular e articular encontros nacionais entre indígenas, a exemplo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI<sup>14</sup>) que em 1974 organizou a 1ª Assembleia de Chefes Indígenas<sup>15</sup>. Além disso, profissionais como antropólogos, advogados e artistas também acentuaram a articulação em torno desse tema pensando em termos culturais, históricos e socioculturais.

---

<sup>14</sup> O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Foi criado em 1972, tendo como contexto o projeto de integração dos indígenas na sociedade majoritária, inicialmente atuou como órgão indigenista que articulava as chamadas grandes assembleias indígenas as quais se tratava de encontros entre aldeias e suas lideranças em nível nacional. Fundamenta-se no objetivo de: “Impulsionados(as) por nossa fé no Evangelho da vida, justiça e solidariedade e frente às agressões do modelo neoliberal, decidimos intensificar a presença e apoio junto às comunidades, povos e organizações indígenas e intervir na sociedade brasileira como aliados (as) dos povos indígenas, fortalecendo o processo de autonomia desses povos na construção de um projeto alternativos, pluriétnico, popular e democrático.” (CIMI, 2012).

<sup>15</sup> Além das assembleias dos chefes, outros encontros se tornaram mais comuns entre os indígenas. De acordo com Matos (1997) em todo o país ocorreram cinquenta e sete assembleias em um período de dez anos (1974-1984), além de diversos encontros regionais.

Em um contexto mais favorável a articulação dos índios houve a imbricação de organizações e movimentos formulados exclusivamente por indígenas<sup>16</sup>. De acordo com Luciano (2006, p. 59) esses últimos representaram “um esforço conjunto e articulado de lideranças, povos e organizações indígenas objetivando uma agenda comum de luta, como é a agenda pela terra, pela saúde, pela educação e por outros direitos”. Tais articulações passaram a representar uma estratégia no sentido de minimizar a ausência de representação em espaços como prefeituras, câmara de deputados<sup>17</sup> e de vereadores, e na elaboração de políticas de acesso a direitos sociais básicos e a demarcação territorial.

Não se pode perder de vista que, em geral, a articulação do movimento indígena tinha como características específicas à relação do índio com a realidade urbana e o domínio da língua portuguesa. As assembleias dos chefes indígenas promovidas pelo CIMI, por exemplo, articulavam principalmente índios em contato com a realidade não indígena. Em muitos casos o domínio do português era uma das características dessas articulações. Aspecto que diferenciava os chefes tribais “tradicionais”, ou seja, inseridos em uma realidade de isolamento geográfico, daqueles que tinham maior relação com a sociedade. Assim, agentes articuladores como o CIMI estavam mais voltados para as relações dos índios com instituições nacionais (PACHECO DE OLIVEIRA, 2006, p. 189).

Tal aspecto demarcou um dos principais pontos referente ao movimento indígena naquele período o reconhecimento das diferenças étnicas e a preocupação com a adaptação às novas relações, fundamentais para suas sobrevivências. Essa demarcação é importante porque explicita o índio inserido num cenário de mobilização social de apoio que convergiu para reivindicações mais estruturadas em torno dos direitos sociais. Um fator que desencadeou uma série de mobilizações, encontros, manifestos nessa conjuntura foi o projeto do governo

---

<sup>16</sup> Para efeito de melhor entendimento o conceito de movimento social indígena enquanto organização nacional homogênea necessita ser visto de forma diferenciada. Quando se trata de aspectos de unicidade preferimos pensar a organização indígena em termos pluralistas. Isto se justifica pela diversidade de etnias existente no território nacional e que se diferenciam entre si o que implica numa dificuldade de identificação de um movimento social indígena, de modo que preferimos nos referir a esta organização enquanto ‘movimentos sociais’ indígenas porque podem ser identificados por articulações locais e regionais e não necessariamente por uma perspectiva organizativa em termos nacionais.

<sup>17</sup> Um caso emblemático no Brasil durante os anos de 1980 foi o do indígena Mário Dzuruna Butsé, conhecido como Mário Juruna, cacique da etnia Xavante (Mato Grosso) foi eleito deputado federal pelo PDT do Rio de Janeiro. Sua atuação no campo político foi de fundamental importância para a causa indígena tendo em vista, por exemplo, que durante seu mandato foi criada a Comissão Permanente do Índio (CPI), o que ofereceu maior visibilidade aos problemas destes povos no país (JURUNA, et. al., 1983).

federal nos anos de 1970 de emancipar<sup>18</sup> os índios declarando-os aculturados oficialmente. Resumia-se numa tentativa do Estado de usufruir dos territórios ainda ocupados por indígenas visando o desenvolvimento econômico do país. A proposta acabou por catalisar uma série de movimentos simultâneos em favor dos povos indígenas, sendo organizados por órgão indigenistas, profissionais como antropólogos e historiadores.

Essa nova conjuntura organizativa foi de fundamental importância para o reconhecimento jurídico dos indígenas enquanto cidadãos fato concretizado pela Constituição de 1988. Assim, a inclusão dos índios na constituinte, entre outros fatores, pode ser atribuída ao processo de mobilização e ação coletiva de organizações indígenas e seus aliados pelo reconhecimento formal de sua autodeterminação, diferença cultural e reconhecimento enquanto cidadão. Em linhas gerais, os direitos civis, políticos e sociais dos indígenas foram garantidos legalmente com a promulgação da nova carta constitucional. No entanto, como grupo periférico o acesso aos direitos consagrados na Constituição ainda é inadequado e por vezes residual entre os indígenas.

A questão que se observa depois da promulgação dos direitos indígenas por meio da CF/1988 não é mais o reconhecimento de direitos, porém a consolidação desses direitos. Por isso, a dinâmica da reivindicação social empreendida pelos indígenas demonstra ser uma questão contínua e prossegue atualmente uma vez que a força normativa da lei, embora com muitos avanços, ainda não consegue dar conta do acesso mais amplo dessa e de outras minorias a seus direitos.

Desse modo podemos interpretar que os indígenas aos poucos foram ocupando espaço no cenário regional e nacional deixando de ter sua presença nos centros urbanos, e em Brasília, vinculada a reivindicação de recursos assistencialista para as áreas indígenas (PACHECO DE OLIVEIRA, 2006). Ao contrário sua presença remete desde então à intenção de intervenção social visando à consolidação de seus direitos de cidadania. O que em certa medida empreendeu maior abertura a participação dos indígenas nos debates nacionais e regionais em relação a políticas de seus interesses específicos e de interesses do país. Como interpreta Luciano (2009, p. 66), esse contexto de maior participação de inserção da CF/1988

---

<sup>18</sup> O Decreto de Emancipação desenhado pelo presidente Geisel e intermediado pelo ministro do Interior Rangel Reis demonstrou ser a intenção mais evidente do Estado brasileiro em declarar os povos nativos como não índios cujo interesse antes era o de promover uma “*campanha para estimular a emancipação de índios*”. Este projeto desconsiderava a questão da identidade cultural indígena no Brasil, de sua diversidade e subjetividades, portanto de sua alteridade senão para transformá-los em força de trabalho no campo.

significou a passagem da caracterização dos índios de “transitórios e incapazes” a “protagonistas, sujeitos coletivos e sujeitos de direitos e de cidadania brasileira” [...].

Por tudo isso, os índios tanto apresentam seus costumes e valores étnicos próprios, quanto “carregam sentimentos de brasilidade [como a língua portuguesa e os direitos sociais iguais aos não indígenas] independente de culturas, valores, símbolos e línguas [próprias] que abraçam” (LUCIANO, 2006, p, 88-89, grifo meu). Embora possa ser compreendida como uma aparente contradição, a dupla dimensão identitária dos indígenas os revela como uma identidade condicionada à fronteira. Nessa os índios tanto vivenciam a identidade indígena, distinguindo cada grupo entre si, quanto vivenciam sua identidade enquanto cidadão brasileiro.

Seguindo o argumento de Frederick Barth (1969, p. 9) “[...] as fronteiras persistem apesar do fluxo das pessoas através delas”, por isso consideramos que as especificidades identitárias dos indígenas são mantidas embora haja interações com outros atores. É nesse campo que ocorre expressões de cidadania e embates históricos. Como propõe Martins (1998, p. 690): “na fronteira ocorrem movimentos sociais orientados para a descoberta e afirmação de valores e concepções residuais do transitório”. Em acréscimo a este argumento, o autor indica que neste espaço de interação “velhas tradições e concepções folclorizadas, reduzidas à condição de aparentes sobrevivências de uma cultura vencida e do passado revigoraram-se [...]”.

Portanto, é no campo da fronteira que os índios, assim como outros grupos minoritários, protagonizam os embates históricos voltados ao reconhecimento de seus direitos. Ali também revisam constantemente sua condição de ‘índios brasileiros’ e por isso colocam em pauta a consolidação de seus direitos de cidadania. Nestes ambientes, as lutas por reconhecimento de territórios reivindicados como pertencentes aos índios ganham maior incidência jurídica, sendo argumentados espaços de pertencimento identitário.

### **1.3 Os índios do século XXI**

A partir da segunda metade do século XX as demandas indígenas ganharam visibilidade acentuada no Brasil. O reflexo disso pode ser visto no panorama diferenciado dos indígenas no atual século XXI quando se percebe o crescimento populacional desse segmento. Essa mudança pode ser evidenciada por meio dos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de sua análise comparativa dos últimos três Censos no

Brasil (1991, 2000 e 2010) em relação aos povos indígenas. A presença dos índios como objeto de investigação nessa pesquisa vem sendo realizada desde 1991 tendo como base o quesito cor ou raça. Em 2010 o IBGE passou a investigar também o pertencimento étnico, as línguas indígenas faladas no Brasil e os locais de residência dessa população. Por isso, os dados do Censo parece ser um significativo meio para compreender o processo de invisibilização e visibilização dos índios no Brasil. A partir das informações divulgadas pelo IBGE problematizamos os possíveis motivos para o crescimento da população indígena nos últimos vinte anos.

Especula-se que quando os europeus chegaram ao Brasil havia mais de cinco milhões de nativos (RIBEIRO, 1995). Esta informação pode se interpretada como uma suposição quantitativa em virtude de que saber quanto ‘índios’ habitavam o território não correspondia aos interesses da coroa inicialmente. A ausência de interesse persistiu até o século XX quando o Estado passou a incluir os indígenas como categoria específica por meio de pesquisas censitárias. De acordo com Pacheco de Oliveira (2012) esses estudos pouco davam ênfase ao índio como categoria analítica no cenário nacional.

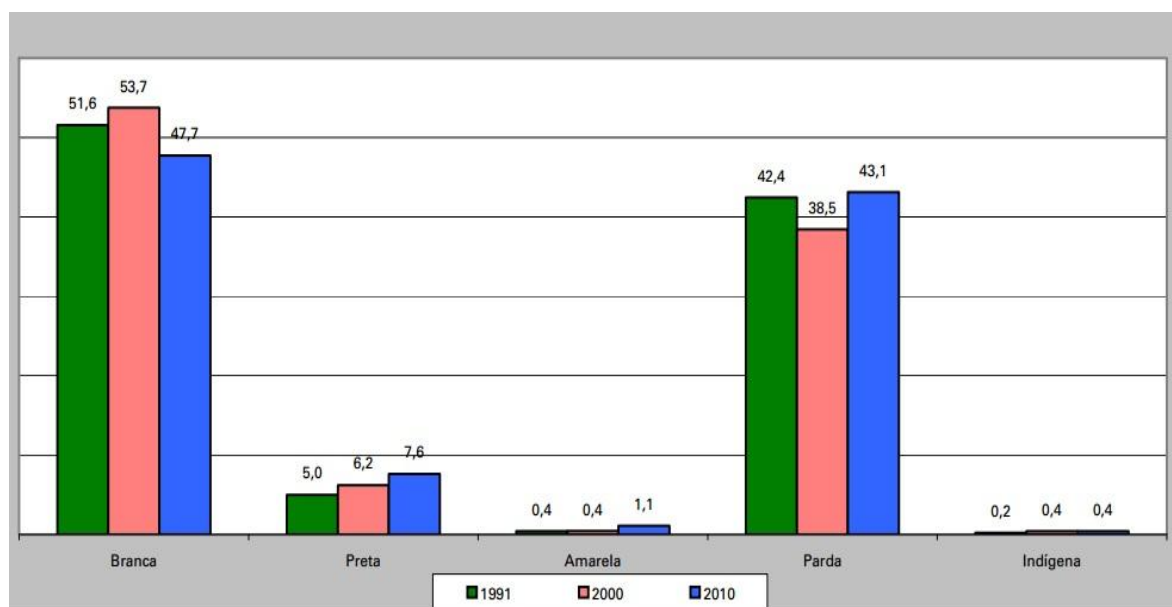
No primeiro Censo nacional (1872) os índios representavam apenas 3,8% da população total. Obviamente as condições das pesquisas nesse primeiro momento eram limitadas e direcionadas incluindo na contagem apenas os índios catequizados. Os indivíduos sem contato ou resistentes ao processo civilizatório eram interpretados como “índios bravos”. Tais denominações implicavam num processo de passagem do “índio bravo” ao índio como cidadão brasileiro, este último representado na categoria “cablocos” (IDEM, p. 663).

No século XX os índios seriam observados a partir da categoria *pardos*, pois: “os censos realizados em 1900, 1920, 1940, 1950 e 1980 não individualizavam a população indígena do país classificando-os conjuntamente com categorias sociais que indicavam a mestiçagem, e situando-os entre os brasileiros ‘pardos’” (IDEM, p. 158). Aqui é possível observar um processo de desaparecimento dos índios como identidade específica, de seu apagamento na demografia do país, bem como pode ser interpretado como uma incorporação forçada dos índios a identidade nacional. Informações sobre a quantidade de índios eram encontradas principalmente em órgão como a FUNAI, a FUNASA, e o CIMI que ao seu modo identificavam os índios, suas etnias, localização e etc.

Embora com limitações os dados dessas instituições se tornaram as principais fontes de pesquisa até 1991 quando os índios passaram a ser identificados em categoria específica

pelo IBGE. O reflexo disto vem sendo observado no aumento demográfico desta população que principalmente no ano 2000 quase dobrou. Deste modo, contrariando as expectativas de extinção os índios representam, atualmente, 0,4 % da população total do país, sendo mais de 896.917 mil<sup>19</sup> (IBGE, 2012) em todo território nacional, como mostra os gráficos abaixo.

**Gráfico 1: Distribuição percentual da população residente, por cor ou raça. Fonte: IBGE, 1991/2010**



Esses dados apontam para o fato de, ao contrário de terem desaparecido, muitos grupos reelaboraram sua dinâmica cultural e identitária em virtude das novas relações sociais advindas da colonização e do sistema político emergente. Além disso, o próprio aprimoramento desde a primeira pesquisa do IBGE reflete tais mudanças. Mais que dado numérico, os últimos dois Censos cristalizam as especificidades dos indígenas omitidas da história do Brasil e a condição deste segmento no presente e de possíveis projeções. Permitem pensar também questões como o acesso a direitos sociais, a presença indígena nas diferentes regiões do país e suas nuances. A análise do crescimento indígena tem observado três fatores:

- a) a contagem de indígenas residentes (no momento do censo ou em caráter permanente) em cidades; b) a identificação de indígenas que vivem em domicílios rurais ou urbanos situados nas imediações (mas sempre fora) das áreas indígenas; c) o processo de etnogênese [...]. (PACHECO DE OLIVEIRA E FREIRE, 2006, p. 161).

<sup>19</sup> O IBGE pesquisou a condição desta população em terras indígenas e também fora delas tomando como referência genérica os quesitos cor ou raça e de modo específico verificando a localização do domicílio indígena, assim como as características linguísticas dos índios no Brasil. Estas duas questões foram levantadas pela primeira vez no último censo e revelam de forma significativa a capilaridade dos povos indígenas brasileiros.



Os três últimos Censos (1991, 2000 e 2010) apresentados pelo IBGE revelam, nesse sentido, não apenas o crescimento populacional dos indígenas mais aponta para a invisibilidade desse segmento desde a colonização. A interpretação das pesquisas demográficas apresentadas pelo IBGE revela a tendência à evolução constante no número de indígenas<sup>20</sup>. Nos chama atenção o fato de o aumento no Censo 2010 ter sido menor se comparado ao ano de 2000. No início desse milênio houve um crescimento de 440 mil pessoas autodeclaradas indígenas em relação ao ano de 1991. O aumento ao qual o Censo tem se referido nas últimas duas décadas não aponta primordialmente para o crescimento da taxa de natalidade como principal motivação para a ampliação no número de indígenas no país. O que vem se destacando é a autodeclaração das pessoas sobre seu pertencimento étnico tanto em zona urbana quanto rural como podemos observar abaixo.

**Tabela 1: População residente, segundo a situação do domicílio e condição de indígena – Brasil 1991/2010.**

	1991	2000	2010
<b>Total <sup>(1)</sup></b>	146 815 790	169 872 856	190 755 799
Não indígena	145 988 780	167 932 053	189 931 228
<b>Indígena</b>	<b>294 131</b>	<b>734 127</b>	<b>817 963</b>
<b>Urbana <sup>(1)</sup></b>	110 996 829	137 925 238	160 925 792
Não indígena	110 494 732	136 620 255	160 605 299
Indígena	71 026	383 298	315 180
<b>Rural <sup>(1)</sup></b>	35 818 961	31 947 618	29 830 007
Não indígena	35 492 049	31 311 798	29 325 929
Indígena	223 105	350 829	502 783
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010			
Nota: Considerou-se como população residente não indígena as categorias de 1 a 4 do quesito da cor ou raça.			
<sup>(1)</sup> Inclusive sem declaração de cor ou raça.			

Na avaliação do IBGE a “distribuição espacial da população indígena é o resultado não só do processo histórico de ocupação socioeconômica do Brasil, como da tendência à crescente afirmação da identidade cultural e territorial dessa população ao longo do tempo”

<sup>20</sup>Foram considerados indígenas: “a pessoa, residente ou não em terras indígenas, que se declarou indígena, na investigação sobre cor ou raça; ou a pessoa, residente em terras indígenas, que não se declarou indígena, na investigação sobre cor ou raça, mas se considerava indígena, de acordo com as suas tradições, costumes, cultura, antepassados etc.” (IBGE, 2012).

(IBGE, 2012, p. 9). Para nós isso tem relação também com a emergência de grupos étnicos e a consequente reivindicação, por parte destes, de supostos territórios de origem sob a justificativa de que seria o território elemento que opera como mecanismo de reprodução social. Além disso, podemos considerar a afirmação identitária como fenômeno em contínuo avanço observado por fatores como a imigração dos indígenas dos grandes centros para regiões de “origem”. Ou mesmo explica-se pelo próprio autorreconhecimento dos indivíduos na categoria indígena indicados pelo IBGE desde 1991. Para Luciano (2006):

É notório que a qualificação estratégica dada à categoria social e política destes termos [*índio ou indígena*] tenha impulsionado a emergência das reafirmações de identidades étnicas particulares de cada povo com força e clareza nunca antes vistas, ou seja, enquanto a denominação índio ou indígena era negada pelos povos indígenas por ser pejorativa e desqualificadora, as identidades étnicas particulares também eram negadas ou reprimidas. (LUCIANO, 2006, p. 33)

O reconhecimento das categorias “índio” ou “indígena” podemos dizer que foi então uma estratégia adotada por esse segmento objetivando maior valorização de suas culturas, tradições e modo de vida em relação à sociedade não indígena. Isso, porém, não explica por si o aumento da população indígena, porque compreendemos que a reafirmação identitária se apresenta muito mais como efeito do que como causa deste incremento. Por outro lado, as mudanças políticas observadas nos últimos vinte anos no Brasil como observamos no tópico anterior, como o acesso a direitos de cidadania, oferece uma base explicativa plausível para o crescimento populacional. Como hipótese pode-se indicar que a partir dos anos 2000 têm sido percebidos incentivos e políticas sociais específicas para grupos sociais de baixa renda, nos quais estão enquadrados os povos indígenas. São exemplos neste sentido, programas de transferência de renda (como o Bolsa Família), de acesso a bens culturais (Pontos de Cultura, GESAC [Governo eletrônico de Serviços de Atendimento ao Cidadão] e etc -), e de acesso à educação (PROUNI, COTAS).

Na leitura do IBGE, este e outros fatores, oferecem uma conjuntura política de maior participação dos índios na sociedade. O que poderia estar “ajudando a reverter a invisibilidade sociopolítica desse segmento populacional” (IDEM, p. 18). Essa visibilidade reverbera de modo mais específico no panorama regional porque aponta para fenômenos peculiares como o aumento ou diminuição da população indígena em determinadas regiões. Nessa dinâmica mais localizadas podemos observar como tem ocorrido o processo de reafirmação étnica, suas motivações e quais as possíveis implicações. Nesta dissertação os índios localizados no

Nordeste caracterizam um exemplo de povos considerados extintos, mas que no século XX passaram evidenciar seu processo de reelaboração cultural.

#### **1.4 Os índios do Nordeste**

Se no cenário nacional observa-se um crescimento no número de indígenas, o Nordeste é representativo de uma incoerência no discurso de extinção dos índios argumentado até as primeiras décadas do século XX. O quadro de maior visibilidade nesta região demonstra ser profícuo para refletir a condição da extinção de grupos étnicos e o fenômeno da reafirmação e reconhecimento identitário, tendo como elementos norteadores a cultura e o território. Esta emergência não se confunde com a lógica de um desaparecimento e reaparecimento, ao contrário, é consequência de uma desconstrução das identidades indígenas regionais. Além disso, a maior visibilidade atualiza a questão da mobilização política a partir do aspecto regional que tenta se afirmar como entidade coletiva e remete a reorganização cultural e territorial como oportunidade de articulação de uma comunidade regional imaginada.

Ao partirmos desta realidade específica adotamos como linha argumentativa o conceito de região, porque quando nos referimos aos “índios do Nordeste” estamos enquadrando a questão indígena em um determinado espaço territorial. O que não se refere exclusivamente à dimensão geográfica, mas aponta para o sentido sociológico da região/território como lugar de fronteira que tenta se afirmar como identidade coletiva específica. Desse modo propomos pensar os “índios do Nordeste” como uma construção mental que articula um sentimento de pertença. Além disso, que demonstra em seu interior a presença de comunidades étnicas que, embora distintas, compartilham de elementos do senso comum como um território e traços culturais que dão sentido a coletividade.

Para esta abordagem convém considerar que o Nordeste tem se destacado por apresentar a segunda maior concentração indígena de acordo com o último Censo divulgado pelo IBGE. Trata-se da região mais antiga da colonização, onde também a incorporação dos costumes dos brancos por grupos nativos pôde ser observada de forma mais intensa. Isso contribuiu para o desenvolvimento de uma região, em sentido geográfico, onde a presença de grupos indígenas é frequentemente questionada uma vez caracterizada por relações interétnicas e de incorporação destes com a economia e a sociedade regional.

O estigma das perdas culturais identificadas entre a maioria dos grupos indígenas no Nordeste foi aspecto motivador para a ausência de estudos referente à presença indígena nesta região. Conjeturas históricas que tratavam da temática davam conta de apresentar relatos produzidos principalmente nos dois primeiros séculos da colonização, período no qual a descoberta e domínio de povos desconhecidos eram mais frequentes. Por outro lado, uma conjuntura mais atualizada da região era objeto de pouco interesse uma vez constatado a aculturação dos indígenas. Como consequência, os índios do Nordeste foram descritos por muito tempo pelo que teriam sido num passado distante e contrariamente pouco se dava destaque aos aspectos contemporâneos relativos ao segmento.

Quando da ocorrência de estudos atualizados, as referências davam conta de identificá-los como povos remanescentes ou resíduos dos nativos já que não apresentavam aspectos tradicionais dos identificados entre os autóctones da colonização. Entre vários estudiosos Darcy Ribeiro foi um dos que demonstrava tal ponto de vista. De acordo com Pacheco de Oliveira, Ribeiro teria sido incisivo quanto à aculturação dos indígenas do Nordeste quando observou a perda de traços culturais fundamentais para a identificação indígena, a exemplo do idioma. Entre os grupos que resistiram se percebia apenas traços sendo, portanto, mais prudente para o antropólogo falar em “resíduos da população indígena do Nordeste” (RIBEIRO apud PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p. 16) e não em índios ou povos tradicionais. Complementando esta visão pessimista o autor inglês William Dalton Hohenthal Jr. definiu a presença indígena no Nordeste como um estado mental. Em suas palavras:

Aparentemente, ser “índio” nesta região é frequentemente um estado mental da parte dos pretendentes, mais um acordo tácito sobre a afiliação racial assumida com a população não índia local, que vê a situação com atitudes que variam da tolerância jocosa à total hostilidade, passando pela indiferença. (HOHENTHAL Jr. 1960, p, 77-78 apud, GRUNEWALD e PALITOT, 2010, p 563).

Este ponto de vista exemplifica a tentativa de “descaracterização” por parte de alguns estudiosos em relação aos remanescentes indígenas da região Nordeste em função do olhar etnocêntrico adotado para ler o índio. E mesmo quando são feitas leituras sobre “as atuais denominações indígenas do Nordeste” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p. 24) estas dão ênfase relações interétnicas como forma de diferenciação em relação aos índios supostamente mais ‘verdadeiros’, como os localizados na região Norte do país. Usa-se para isto a

justificativa de que os indígenas já se encontravam em plena integração com a sociedade nacional, e aqueles poucos ainda presente nos aldeamentos eram emancipados.

Ao final do século XIX já não se falava mais em povos e culturas indígenas no Nordeste. Destituídos de seus territórios, não são mais reconhecidos como coletividades, mas referidos individualmente como “remanescentes” ou “descendentes”. São os “índios misturados” de que falam as autoridades, a população regional e eles próprios, os registros de suas festas e crenças sendo realizadas sob o título de “tradições populares”. (IDEM, p. 26).

Perspectivas teóricas como essas só começariam a ser contrapostas por volta dos anos 50, quando as articulações em torno das questões étnicas no Nordeste deixaram de ter como referencial certo essencialismo cultural e passaram a identificar povos com um tipo diferenciado de relação com a população não indígena. Inclusive reconhecendo o processo de reelaboração cultural por força de um contexto político de retomada de luta pela terra. A reivindicação de territórios possui uma conotação de resistência para os povos do Nordeste, pois é supostamente neste que os índios passam a viver condições adequadas para a sua reprodução física e cultural.

Parte significativa desses territórios reivindicados se referia a espaços estabelecidos no período colonial como aldeamentos missionários ou já no século XX como postos indígenas do SPI. Logo, as lutas envolvendo esses personagens foram definidas por critérios essenciais como o território, os laços de afeto e tradição e a consciência de interesses em comum. A partir de fatores como estes surgiu uma comunidade identificada como “povos indígenas do Nordeste”. Esta abordagem resgata a *região* como espaço de pertença e de contraposição ao nacional.

No primeiro, como afirma Pierre Bourdieu, a identidade regional (ou étnica) articula o princípio de “di-visão” social que se fundamenta nas “classificações ‘naturais’ em regiões ‘naturais’, separadas por fronteiras ‘naturais’”. Nesse caso, o “índio do Nordeste” possui diferenças – a pouca manutenção de línguas nativas, o contato mais ou menos intenso com a ‘civilização’ e etc - em relação ao “índio do Norte” ou o “índio do Sudeste”. Essas diferenças constituem fronteiras que atuam, com mais ou menos força, no sentido de manter distinções entre os índios de diferentes regiões.

Como argumenta Bourdieu, a fronteira é tanto produto como produtora de divisão social, portanto ela produz a diferença cultural baseada em classificações teoricamente naturais, mas que “em grande parte, são produtos de uma imposição arbitrária, quer dizer, de

um estado anterior da relação de força no campo das lutas pela delimitação legítima.” (BOURDIEU, 2010, p. 114-115).

A percepção dos “índios do Nordeste” como representação regional e imagética pode ser percebida também em contradição a identidade indígena nacional na medida em que esta última tenta sufocar as especificidades localizadas no interior da identidade regional. De forma crítica, Bourdieu considera que: “o discurso regionalista é um discurso *performático* que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora” (IDEM, p. 116).

Se a priori os índios do Nordeste são classificados como povos “misturados”, “aculturados”, representados em categorias como “cablocos” ou “pardos” eles tomam a afirmação identitária regional como uma reação a homogeneização cultural do índio. Nesta suposição propomos pensar a ideia do movimento indígena nacional a qual nos referimos no segundo tópico. O movimento tem como referência os cenários regionais como espaços onde as mobilizações indígenas ocorriam com maior ênfase, é neste ambiente mais restrito que de fato as interações acontecem.

O Nordeste exemplifica esta pressuposição porque enquanto a visibilização da questão indígena ocorria em perspectiva nacional nas décadas de 1970 e 1980, o processo de reafirmação identitária e ‘reconquista’ vinha ocorrendo regionalmente desde as primeiras décadas do século XX. A partir deste século grupos reconhecidos como desaparecidos emergiram no cenário regional e passaram a requer reconhecimento étnico, e no cenário nacional apontam para a reivindicação de inclusão social. Geralmente baseado em um passado cultural, social e territorial, este movimento de reivindicação localizado parece ter contribuído para o processo de mobilização política dos indígenas de ‘dentro’ (regional) para ‘fora’ (nacional). Deste ponto de vista, é possível sugerir que o discurso regional serve de incentivador na luta por reconhecimento, pois antes mesmo de uma perspectiva nacional, por meio do processo de reafirmação étnica já apontava para a busca por reconhecimento.

Voltando a perspectiva censitária, a partir do Censo 2010, é possível interpretar que as comunidades indígenas apontam a afirmação identitária como elemento que resgata este sentido de pertença ao regional. Leitura que pode ser justificada a partir de mudanças como a presença de indígenas em zona urbana e rural ou na identificação do crescimento no número de indivíduos autodeclarados como indígenas em regiões onde eram considerados extintos.

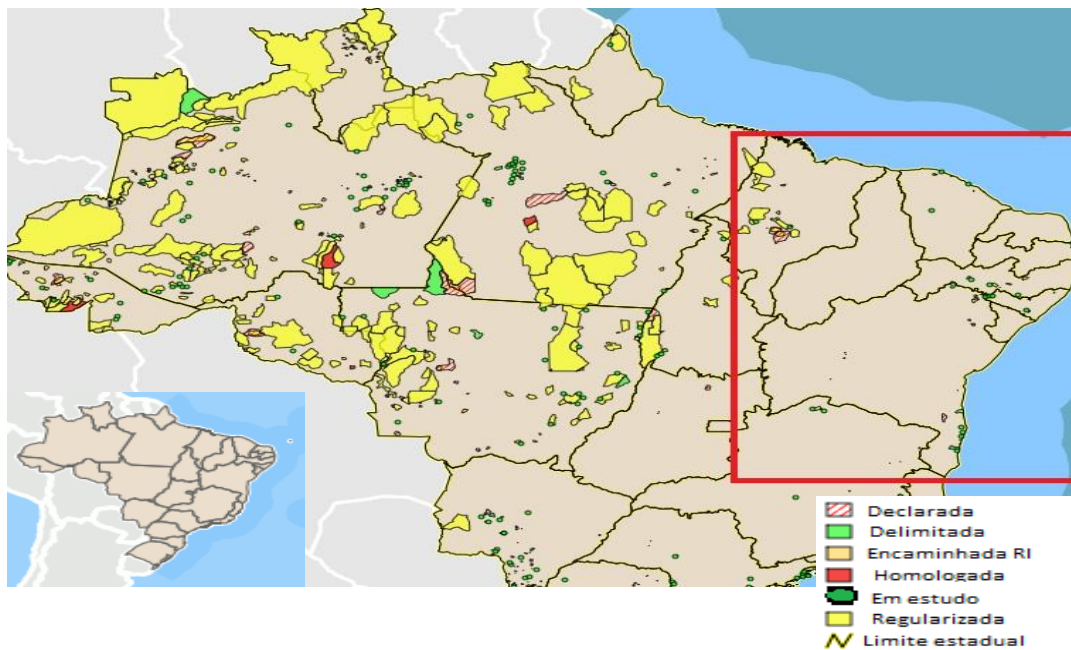
De acordo com as informações do IBGE em 2000 havia 383 mil indígenas autodefinidos vivendo em centros urbanos enquanto na zona rural os números apontavam 351 mil. As hipóteses explicativas para esta inversão sugere que ou tem ocorrido um retorno de indígenas a “territórios originários”, ou se percebe a emergência de grupos étnicos em regiões onde estes eram considerados apenas residuais, como no Nordeste.

Nas “Regiões Sudeste e Sul, tanto na área urbana quanto na rural, houve redução da participação de indígenas no total de indígenas do País” para 315 mil pessoas (CENSO 2010, p. 9), sendo que esta diminuição ocorreu mais significativamente na Região Sudeste. Por outro lado, a pesquisa observou na região Nordeste um ritmo de crescimento de 4,7%. A tendência de aumento de indígenas nesta região já havia sido apontada pelo IBGE em 2000, onde os incrementos observados sugeriam o crescimento populacional indígena enquanto resultado, principalmente, de reafirmação étnica.

Uma hipótese para essa mudança poderia ser o processo identificado como “etnogênese” ou “reterritorialização”. O termo etnogênese indica uma forma de reconfiguração constante na dinâmica social e pode se entendido como um “*dinamismo inerente aos agrupamentos étnicos, cujas lógicas sociais revelam uma plasticidade e uma capacidade adaptativa que nem sempre foram reconhecidas pela análise antropológica*” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 40).

Este processo se efetivou a partir da herança sociocultural de grupos étnicos e com a reelaboração de símbolos e adaptação (reinvenção) de tradições, observados nos múltiplos cruzamentos interétnicos entre diferentes tribos. O que pode se refletir na dinâmica social e política da região na medida em que os grupos indígenas passaram a articular-se em torno da recomposição territorial. No mapa abaixo podemos perceber que no estado do Nordeste há uma grande concentração de terras *em estudo* o que coloca a territorialidade como uma das principais reivindicações dos grupos indígenas desta região.

Figura 1: Mapa da situação das terras indígenas no Brasil (FUNAI/2012)



A reafirmação da identidade, deste modo, se relaciona intimamente as questões territoriais, visto que os índios desta região em sua maioria são povos sem território reconhecido pelo Estado. Se comparado a outras áreas, visualmente o Norte sugere maior concentração de terras regularizadas. Os indígenas desta região, não diferente de muitas outras regiões do país, são caracterizados como em pleno contato com o meio urbano. Essa convivência entre fronteiras étnicas tem sido uma dos principais motivos para o questionamento sobre destes índios e de sua relação com um suposto passado original. Entretanto, é preciso recuperar a premissa apresentada por Barth de que: “A interação em um sistema social não conduz a sua falência através mudança e da aculturação; as diferenças culturais podem persistir apesar do contato e da interdependência interétnica” (BARTH, 1960, p.9).

#### 1.4.1 As etnias do Nordeste

O contexto de emergências étnicas observado no Nordeste é abordado nesta dissertação como perspectiva situacional em vista de ser esta região o ambiente no qual está localizado nosso objeto de estudo, a Rede Índios Online. Dos grupos étnicos que a integram, grande parte é ambientado pelo processo de etnogênese, principalmente os do Nordeste. Por



isso, é pertinente uma abordagem, ainda que simplificada, de alguns grupos da Região Nordeste que integram a Rede Índios Online. De modo específico estaremos realizando uma abordagem situacional dos grupos Kariri-Xocó e Xucuru-Kariri de Alagoas, Pankararu de Pernambuco e Tumbalalá, Kiriri, Tupinambá e Pataxó Hãhãhãe da Bahia, os quais desenharam entre si uma forma específica de organização para o reconhecimento, tendo como recorte o campo da comunicação. Em linhas gerais estes grupos indígenas, assim como outras etnias do Nordeste, delineiam uma articulação regional política<sup>21</sup> entorno de plataformas comuns como território, a proximidade com áreas urbanas e a questão cultural.

No primeiro, além da localização geográfica a delimitação de territórios para as comunidades indígenas é um problema comum. São poucos os grupos que tem territórios regularizados, a exemplo dos Pankararu (PE), Kiriri (BA) e Pataxó Hãhãhãe (BA). Os demais habitam em Terras Indígenas (TI) não regularizadas ou em processo de reconhecimento pelo Estado. Em sua maioria, os índios do Nordeste têm buscado o reconhecimento de áreas territoriais que funcionavam como aldeamentos ou havia sido já no século XX, Postos do SPI e posteriormente da FUNAI. Esta questão coloca em evidência o fato de que os índios do Nordeste afirmam suas identidades a partir de territórios não originários, já que foram instalados nestes pelos colonizadores. A demora nos processos de delimitação territorial implica tanto na presença residual de políticas públicas nas aldeias desta região, quanto em conflitos vinculados à ocupação ou desocupação dos territórios.

A segunda característica observada entre estes grupos é a proximidade com os espaços urbanos que vem potencializando relações de trocas e compartilhamentos culturais entre não indígenas e indígenas. Atividades como o trabalho, escoamento das produções agrícolas dos indígenas e acesso a políticas sociais como saúde e educação podem ser interpretadas como espaços ou fronteiras (BARTH, 1969; BOURDIEU, 2010) a partir das quais são efetuadas relações de trocas, negociações e aquisição de novos repertórios culturais. O terceiro aspecto diz respeito à identificação de tradições culturais que parecem dar sentido aos ‘índios do Nordeste’ como uma comunidade. Rituais como o ‘Toré’ indica ser expressão cultural compartilhada entre os indígenas desta região ao ser compreendido como um ritual

---

<sup>21</sup> A Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME, articula cerca de 64 povos indígenas na Região Nordeste e inclui o estado de Minas Gerais e Espírito Santo. Esta organização tem 23 anos de criação e é dirigida e integrada por indígenas, tendo como principal plataforma o apoio e incentivo as lutas dos povos indígenas o que inclui as questões territoriais e a garantia de direitos por meio de campanhas. Esta associação integra a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) formada por outras articulações indígenas regionais em todo o país. Informações: <http://www.apib.org.br/> e [http://www.apib.org.br/org\\_apoinme/](http://www.apib.org.br/org_apoinme/).

por excelência dos índios do Nordeste (PACHECO DE OLIVEIRA, 2012; HOHENTHAL JR, 1960), indicando ser, depois do território, elemento estruturador dos índios dessa região.

(i) **Kariri-Xocó<sup>22</sup>/AL**

O grupo indígena Kariri-Xocó se caracteriza pela junção de diferentes tribos e se concentra no município de Porto Real do Colégio (AL) região do baixo São Francisco. Os Kariri aparecem nos estudos históricos como povo tradicionalmente originário desta região. No entanto com a instalação de aldeamento de outros etnônimos como Xocó, Karapatô, Akonã, Nantu, Xucuru e Pankararu, desde o século XIX, estes foram integrados aos Kariri. Com a extinção pela coroa do mecanismo de aldeamento a região passou pelo processo de instalação de vilas nos locais e os índios foram no final do século XIX dados como extintos. Em 1944 o SPI instala nas proximidades da então vila Porto Real do Colégio um Posto Indígena.

A partir do final dos anos 1970 os indígenas da região passaram a fazer retomadas<sup>23</sup> objetivando a ocupação de áreas das quais haviam sido expulsos no século XIX. De acordo com dados do IBGE (2012) são mais de duas mil pessoas residentes em uma área estimada de cerca de quatro mil e trezentos hectares demarcados, porém parcialmente adquirida e conseqüentemente sem homologação. Significa que estes grupos se encontram em processo de retomada de áreas ainda ocupadas por não indígenas. Ainda de acordo com o IBGE (2012) estão presentes atualmente na área indígena autodenominada Kariri-Xocó as etnias Kariri-Xocó, Kariri, Tingui-Botó e Xucuru-Kariri. Esta presença pluriétnica revela o processo de reestruturação cultural, comum entre os indígenas do Nordeste.

Nos anos 1950, os indígenas de Porto Real do Colégio já eram descritos como mestiços guardando somente uma vaga lembrança da sua antiga cultura, por vezes sendo definidos como aculturados. Esta caracterização apresentada por Hohenthal (1960) é justificada pelo fato de os indígenas locais não falarem qualquer língua nativa por se tratarem de ‘mestiços’, ‘curibocas’, ‘mulatos’, ‘brancos louros’ autodefinidos como índios. Este autor, defendendo a condição do índio originário (fluentes na língua nativa, sem contato com não indígenas e etc) não identificava qualquer diferença entre índios e não índios da região. Por

---

<sup>22</sup> Este etnônimo aparece em diferentes estudos também como Cariri-Xocó e Kariri-Xokó, aqui adotamos a forma Kariri-Xocó por ser esta utilizada entre os indígenas que se autodenominam nesta identidade.

<sup>23</sup> Os índios designam ‘retomada’ ao processo de ocupação de áreas territoriais das quais foram expulsos e nas quais conviviam.

isso, enfatizava sua incompreensão pelo estabelecimento de um posto do SPI naquele local, ao destacar que:

Acho que foi um erro colocar o posto onde está agora, numa favela da cidade. Os Shocó do posto ocupam uma extensão de uma travessa e a gente mais baixa da cidade mora no resto da mesma. Se não fosse informado, nunca poderia determinar onde começava a favela ou a aldeia, pois parecem iguais não somente as choças, mas também a gente (muitos negros e brancos bancando ser índio) e a sua miséria econômica. (HOENTHALL JR, 1960, p. 195 apud GRUNEWALD e PALITOT, 2011, p. 562).

A qualificação deste autor sobre a mestiçagem e a aculturação dos Kariri-Xocó, assim como em relação a outras etnias, em muito se aproxima de uma expectativa de “Paraíso Terrestre” que se apresentava entre os portugueses em relação aos índios da colonização (HOLANDA, 2010). Uma presunção originária que desconsidera as identidades como mutáveis e, principalmente, a força da máquina política colonial e pós-colonial de forçar uma integração indígena aos costumes não indígenas, muitas vezes vinculadas a objetivos econômicos.

Contrariando este tipo de postura naturalista, os índios de Porto Real do Colégio tentam preservar suas tradições, como podemos exemplificar o através do ritual do Ouricuri, também praticado por outros grupos do Nordeste como os Fulni-ô. O ritual secreto dura 15 dias e ocorre na mata onde são realizados trabalhos espirituais e inclui a utilização da bebida sagrada *Jurema*, feita do arbusto de árvore do mesmo nome. Como descreve Palitot e Albuquerque (2002) “é o espaço de afirmação do ser índio bem como da identidade composta Kariri-Xocó.” (p. 60). Logo observamos que o contexto dos Kariri-Xocó perpassa a fabricação social de uma mistura marcada por descontinuidades, negociações e conflitos próprios dos indígenas no Brasil.

## **(ii) Xucuru-Kariri<sup>24</sup>/AL**

A história deste povo é marcada por constantes dispersões territoriais desde 1986 e por divisões internas que resultou na separação e consequente alocação destes índios. Esta etnia oriunda da fusão das etnias Xucuru e Kariri. O primeiro grupo é originário de Pernambuco. Motivados pela seca da região e por conflitos relacionados à terra parte destes migrou para outra região acabando por chegar a Palmeira dos Índios (AL) no século XVIII,

---

<sup>24</sup> Neste estudo adotamos o etnônimo Xucuru-Kariri. Entretanto chamados atenção para a variação deste nome que pode ser, como encontramos em diferentes estudos, Kariri, Xucuru, Shucuru, Xukuru, Aconâ-Kariri-Xucuru, Kariri-Xucuru, Waconâ.

onde se juntaram a etnia Kariri estabelecendo uma nova etnia, a Xucuru-Kariri. De acordo com Santana apud Torres (1973, p.13), no século XX os Kucuru já havia “quase perdido totalmente o contato com o passado, esquecido suas origens”, assim como os Kariris. No século XX, impulsionados pela instalação do posto do SPI em 1940 constituíram uma “nova forma organizacional, onde várias famílias indígenas que viviam em diferentes localidades foram reassentadas na Fazenda Canto adquiridas por esse órgão [...]”. Fator que implicou “em novas ordens econômicas e políticas estabelecidas a partir da ação/interferência daquele órgão”. (MARTINS, 1994, p. 26).

Nos anos 1970, a área indígena Fazenda Canto contava com quase quinhentos habitantes distribuídos em oitenta e quatro famílias, número que na década seguinte passava de cem. Na década de 1980 iniciou o processo de separação e deslocamento dos Xucuru-Kariri, ocasionado por conflitos internos que resultaram na migração de algumas famílias para as regiões da Bahia (Ibotirama e Nova Glória) e Minas Gerais (Poços de Caldas). Deste modo, os Xucuru-Kariri estão presentes em três regiões do país (Alagoas, Bahia e Minas Gerais).

De acordo com a última pesquisa censitária do IBGE a população indígena que compreende os Xucuru-Kariri em Alagoas, está estimada em dois mil e quinhentas indígenas, subdivididos em cerca de seiscentas famílias. Esta população está distribuída em um território de aproximadamente sete mil hectares subdividido em cinco aldeias (Fazenda Canto, Mata da Cafurna, Cafurna de Baixo, Coité e Boqueirão). Os indígenas vivem da agricultura de subsistência e de trabalhos fora da aldeia, sendo caracterizados como povos em extremo nível de pobreza (ALMEIDA, et al., 2002).

A última pesquisa divulgada pelo IBGE (2010) não apresenta informações referentes a conjunto da população Xucuru-Kariri de Alagoas. O que pode ser resultado do processo de reconhecimento étnico ainda em andamento deste grupo. As pesquisas revelam os resultados de algumas de algumas das aldeias (Fazenda Canto, Mata da Cafurna e Boqueirão), porém não do território total. Em geral, os dados apontam para problemas como o analfabetismo e principalmente para a ausência de fontes de rendimento.

Como é possível observar, as etnias Xucuru e Xocó têm em comum o grupo Kariri. Em verdade, as pesquisas para esta dissertação apontam os Kariri como originários de Sergipe, as três etnias em momentos distintos têm presença nesta região de Alagoas justificada por processos migratórios iniciados durante a expansão territorial dos colonizadores (MARTINS, 1994) sendo instalados nesta região a partir do século XIX. Os

Xucuru-Kariri sugerem, deste modo, a formação uma identidade constituída por força de trocas interétnicas, evidenciando a reelaboração cultural observada na região Nordeste.

(iii) **Pankararu/PE**

Uma das maiores concentrações de indígenas do Nordeste, os Pankararu têm população estimada em seis mil indivíduos distribuídos nos atuais municípios de Petrolândia, Jatobá e Tacaratu no sertão de Pernambuco (IBGE, 2012). Se somarmos os índios desta etnia residentes em São Paulo e Minas Gerais, eles ultrapassam a oito mil indígenas. Assim como outras etnias do Nordeste, a história dos Pankararu se refere a um contexto de deslocamento forçado, de adequação ao regime colonial por meio da expansão territorial e missionária. As primeiras referências a estes povos são do século XVII, porém somente no século XX o grupo ganharia reconhecimento. O território indígena Pankararu foi homologado em 1987 e possui cerca de quatorze mil hectares.

É oficialmente garantido como espaço de usufruto exclusivo dos indígenas. Estão presentes na área homologada como território indígena, as etnias Atikum, Kubeo, Pankararé, Pankararú, Pankaru e Xucuru. Em relação à cultura os Pankararu não são diferentes de outras etnias do Nordeste. Eles pouco falam os idiomas maternos descritos como originários. Das línguas indígenas identificadas entre os Pankararu estão o guarani, pankararu, tupi e tupi-guarani (IBGE, 2012). Entretanto apenas 0,5% dos indígenas declaram falar algum dos idiomas.

Meader (1961, p. 24) ao realizar levantamento sobre os povos do Nordeste descreveu os Pankararu como povos de “grande consciência tribal, insistindo sempre em serem realmente ‘caboclos’. No entanto, não utilizam a sua língua como meio de comunicação, sendo que apenas dois homens idosos foram capazes de fornecer dados linguísticos”. Esta comunidade tem como principal base econômica a agricultura de subsistência, através da qual os indígenas tanto produzem para o consumo quanto para a comercialização de produtos, destacando-se ainda as atividades prestadas por alguns indígenas para órgãos como a FUNAI. Neste campo, estes indígenas também não se diferenciam de outros grupos da região ao manterem índices baixos de emprego e renda (IBGE, 2012).

Nas manifestações de indianidade são observadas algumas tradições específicas como o Atucá (ritual de contato com os encantados), o Imbu, o Toré e o Menino do Rancho. Estas manifestações, embora de origem indígena, acabam por ser atravessadas pela religião

católica. Como em outros territórios passados pela experiência missionária, os indígenas mantêm relação com esta religião sendo batizados ou casados (ALMEIDA e SILVA, 2004). Este atravessamento talvez possa ser menos percebido no culto aos Encantados, um de seus principais rituais cuja simbologia indica o encantamento dos índios cujas identidades são escondidas durante o ritual, cobertos com uma roupa feita de fibra de árvore. Neste ritual os índios realizam uma ligação do passado com o presente, sendo o mistério e a transe as principais bases deste culto.

#### **(iv) Tumbalalá/BA**

Esta etnia é talvez um dos mais recentes casos de etnogênese observados no Nordeste. Existem poucas informações a respeito, pois se trata de povos em processo de reconhecimento de cultural. Mas a FUNAI já o incluiu em seu quadro de comunidades indígenas. As primeiras mobilizações em torno do reconhecimento desta etnia ocorreram no final dos anos 1990, a partir de uma série de articulações vigentes na Bahia em torno da história indígena. Assim foram identificados na região submédica do Rio São Francisco, nos municípios de Curaçá e Abaré. De acordo com o laudo técnico da Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAÍ) apresentado em 2001, acredita-se que os Tumbalalá possam ter sua origem relacionada ao povo Truká de Pernambuco. Estes teriam sido instalados na Bahia por meio da implantação de fazendas e currais localizados as margens deste rio desde Pernambuco à Bahia desde o final do século XVI (ANAI, 2001).

Neste laudo, os Tumbalalá são descritos como povos em “processo de emergência, com movimentos que possibilitam a formação de fronteiras étnicas”, as quais permitiriam a formação de “circuitos preferenciais em meio ao conjunto social no qual está inserido” (Idem, p. 38). Significa interpelar esta etnia como em processo de etnogênese, os quais constituem suas histórias observando outros processos interétnicos de compartilhamento de experiências. Pois, estando “diante de um momento em que, confrontados com uma memória e uma prática reconhecidas por ele como sendo indígenas, vivem uma situação de reivindicações e disputas em torno do projeto daquilo que deve ser entendido como a história e os direitos Tumbalalá” (IDEM, p. 39).

Os dados da ANAI indicavam 180 famílias. De acordo com a FUNASA, em 2010 foram identificados mais de mil pessoas convivendo no povoado de Pambu, próximo ao município de Rodela (BA). Por ser área ainda em estudo, o IBGE não inclui em suas

pesquisas esta etnia assim como não apresentada dados aprofundados sobre os Tupinambás da Bahia e os Kucuru-Kariri de Alagoas. Embora estejam em fase de reconhecimento este grupo conta, ainda que com deficiências, com a inserção de políticas públicas como acesso a escolas e a informática no interior deste território reivindicado. A população padece com a seca, por ser região semiárida.

#### **(v) Kiriri/BA**

Ainda na Bahia encontramos a comunidade Kiriri. A aldeia denominada Mirandela está localizada nos municípios de Banzaê e Quijingue na Bahia, cerca de trezentos e quarenta quilômetros de Salvador ao norte deste estado. A população, de acordo com o IBGE (2012), é de duas mil e trezentas pessoas. Estas ocupam um território de doze mil hectares, homologado desde 1990. Há relatos de que os Kiriri formavam uma das grandes nações indígenas no interior do Nordeste antes da chegada dos colonizadores. Seu antigo território se estendia do rio Paraguaçu, no Ceará à Itapicuru, Bahia. Esta grande nação incluiria diferentes grupos como os Tupis-guaranis, Guaicurus, Nu-aruaques, Gês, Cariris ou Kiriris, o que demonstra a formação, mesmo antes da chegada dos colonizadores, de uma nação diversificada que se integrava a outras etnias inclusive para o combate.

Entretanto os primeiros registros históricos deste povo são do século XVII, quando já estavam concentrados no aldeamento Saco dos Morcegos (BA) e ocorreu a chegada dos padres jesuítas e colonos para a implantação de fazendas na região. O trabalho para fazendeiros, a violência, a invasão de seus territórios fazem parte da história kiriri. Os Kiriri se destacam por sua adesão ao movimento de Canudos no século XIX, quando muitas famílias deixaram a região da atual aldeia Mirandela para o Arraial no sertão da Bahia (MASCARENHAS, 1995; REESINK, 1999). Nesta guerra, o Kiriri lutaram ao lado de outros sertanejos igualmente empobrecidos da região contra o regime republicano.

Em 1947 o SPI implantou um posto na região indígena conhecida como Saco dos Morcegos. Foi um primeiro passo para o processo de reorganização política e social que ganharia força principalmente nos anos de 1970. Em 1981 houve a demarcação do território indígena Kiriri e sua consequente homologação em 1990. Atualmente o grupo tem como prática a agricultura de subsistência, entretanto possui uma parcela de quase mil pessoas sem nenhum tipo de rendimento (IBGE, 2012). As dificuldades de acesso às políticas públicas como coleta de lixo, estrada, moradia e acesso a saúde são alguns dos problemas enfrentados

por esta população, além do alcoolismo entre os jovens. O Toré é apontado como rito praticado por estes indígenas. Contudo aparece como um ritual adotado de outras tribos da região Nordeste (PIB, 2013<sup>25</sup>).

#### (vi) **Tupinambá/BA**

Os índios da etnia Tupinambá representam um dos principais exemplos de grupo cujo estigma de extinção, aqui compreendido como invisibilidade, parecia ser um fato dado. Estes povos estavam localizados em duas faixas do litoral Brasil passando pelo rio São Francisco, o Recôncavo Baiano parte do litoral do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo sua maior concentração na Baía de Guanabara (estes reconhecidos como Tamoios). Originários do grupo Tupi, sua história é marcada por alianças com colonizadores e simultaneamente conflitos com estes que resultaram no extermínio de muitos Tupinambás. A emergência da etnia tupinambá na Bahia, embora melhor visualizada no século XX, é observada desde 1700 no aldeamento de Nossa Senhora da Escada, Olivença (BA). No século XVIII este aldeamento foi extinto sendo elevado à condição de Vila Nova de Olivença. Desde então, oficialmente a presença indígena nesta localidade estaria extinta, o que significava apenas um processo de invisibilização das lutas presentes no Sul da Bahia.

A partir do século XX, é observada uma maior visibilidade em relação aos Tupinambás. Nas décadas de 1920 e 1930 teve início o processo mais articulado dos índios por reconhecimento, desde então esta tem sido a realidade do grupo de mais de quatro mil e setecentas pessoas que se autodenominam Tupinambá. Reconhecidos desde 2002 pela FUNAI como etnia indígena, o Tupinambás reivindicam a demarcação do território que é de cinquenta mil hectares e abrange parte dos municípios de Ilhéus (Vila de Olivença), Buerarema (Serra do Padeiro) e Una na Bahia. Sua população é formada basicamente por pescadores, pequenos agricultores, trabalhadores rurais, funcionários públicos locais empregados em órgãos como a FUNAI ou educadores indígenas locais. A produção de farinha é uma das marcas de suas comunidades.

A principal característica deste grupo é intenso contato com a população não indígena. Na região de Olivença este contato é cotidiano, pois muitos dos indígenas estão instalados na área urbana reivindicada como parte do território indígena. Suas práticas culturais são reconhecidas regionalmente. Um exemplo é a tradicional “Puxada do Mastro de

---

<sup>25</sup> Fragmento de texto disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kiriri/706>. Acesso: 21 de Janeiro de 2013.



São Sebastião” que mistura rituais católicos e indígenas e conta com a intensa participação da comunidade não indígena da região. O acesso a educação escolar básica dentro das aldeias é ainda debilitado, o transporte e estrada que dão acesso às áreas rurais são deficientes, assim como a saúde e a comunicação, apesar de contarem em Olivença com computadores e internet nas aldeias.

**(vii) Pataxó-Hãhãhãe/BA**

A reserva Caramuru-Paraguassu instalada pelo SPI em 1927 nas proximidades do atual município de Pau Brasil e possui extensão de cinquenta e quatro mil hectares. Fica localizada no sul da Bahia e representa um marco na formação de uma comunidade ampla marcada pela junção de diferentes etnias (Kamakã, Pataxó, Baêna, Borun, Tupinikin e etc). Atualmente as referências étnicas desta reserva são os Pataxós Hãhãhãe e Baêna. Entre os anos de 1940 e 1960 a reserva teve suas terras arrendadas para criadores de gado e produtores de cacau. Este processo foi intensificado nos anos de 1970 e 1980, quando muitos indígenas foram expulsos dos territórios. O problema das expulsões dos indígenas de seus territórios ganhou visibilidade no final dos anos 1970, quando, apoiados pela FUNAI, os indígenas passaram a se reorganizar para efetivar a retomada dos territórios. No âmbito jurídico os indígenas solicitavam, desde a década de 1970, a anulação dos títulos doados pelos governos do estado da Bahia a fazendeiros, e a homologação do território já reconhecido pela justiça. Fato que somente viria a acontecer quarenta anos depois índios mortos até a homologação de seu território em 2012.

Atualmente residem na reserva cerca de quatro mil e setecentos índios. De acordo com o censo de 2010, eles estão distribuídos em três áreas dos municípios de Pau Brasil, Itajú do Colônia e Camaçã na Bahia. Apresentam também um pequeno núcleo em Camamu. Economicamente os índios vivem da produção de alimentos usados tanto para subsistência quanto para o escoamento destes em feiras livres da região sul da Bahia. São problemas evidenciados nas aldeias do território Pataxó Hãhãhãe as más condições das estradas e transportes precários; falta de médicos nos postos bem como materiais básicos para o atendimento da população, incluindo remédio. A educação formal é feita dentro da aldeia de Caramuru-Paraguassu, mas é afetada pela precariedade dos transportes escolares, necessários para suprir as distâncias entre as escolas e as residências. Mas o acesso a meios de

comunicação é uma realidade nesta reserva. Há três pontos de conexão com Internet e uma rádio comunitária (Caramuru FM) com projetos coordenados pelos próprios indígenas.

A inserção do cristianismo nas aldeias é um traço significativo. Estão presentes na reserva as igrejas católica, Wesleyana e Testemunha de Jeová. A influência do catolicismo é sem dúvida mais significativa em função da histórica ação missionária nos aldeamentos. Uma das principais festas religiosas observadas nesta reserva é exatamente influência da religião católica. A Festa de Reis que acontece no interior na comunidade mobiliza as diferentes aldeias que compõe a reserva, esta manifestação cultural tanto revela o aspecto intercultural quanto aproxima os indígenas das diferentes regiões que compõe o território indígena.

Em linhas gerais, as etnias acima mencionadas em sua maioria não conseguiram preservar seus caracteres linguísticos. Quando isso ocorre se manifestam como características residuais visto que poucos indígenas de fato falam línguas originárias como ocorre com a etnia Pankararu (PE). Quando falam são geralmente pessoas mais idosas que guardam palavras e poucas expressões. Estes grupos também não se diferenciam quanto a problemas de acesso a políticas sociais básicas como a educação, transporte, saúde, energia elétrica e etc. Sua marginalização em relação a outros setores sociais motivados pelo estigma de sua ausência de evidências visuais que os aproxime de um passado pré-colonial também é um fato importante. Isso porque, imprime o estigma dos índios ‘misturados’, produzidos ideologicamente como uma distorção da ‘verdadeira’ identidade indígena. Na contramão deste tipo de produção ideológica que as aldeias acima mencionadas se articularam em torno de um projeto, como a comunicação que pode vir a ser espaço de visibilização de sua luta por reconhecimento. Assim, o uso da Internet tem sido um dos principais canais comunicativos na afirmação de uma identidade indígena regional<sup>26</sup>, das diferenças em seu interior e de reivindicação por supostos territórios de origem.

---

<sup>26</sup> Na internet é possível encontrar alguns sites que dão ênfase ao Nordeste indígena, alguns produzidos diretamente por indígena, outros mantidos por pesquisadores: <http://indiosnonordeste.com.br/>; <http://indiosne.blogspot.com.br/>

## **2. Comunicação, redes, reconhecimento e o contexto indígena.**

O objetivo deste capítulo é refletir sobre as possibilidades sociais, políticas e culturais dos meios de comunicação social. Cruzamos este campo ao da ação coletiva na tentativa de demonstrar a relevância dos processos comunicativos para atuação de grupos e movimentos sociais. Assim, pretende-se tencionar a importância dos meios de comunicação, incluindo a internet, para constituição de lugares de fala e o reconhecimento das diferenças minoritárias. Olhando para o contexto indígena brasileiro ofereceremos atenção a perspectiva do uso da internet como recurso simbólico por esses sujeitos. Para esta abordagem propomos pensar o conceito de rede conjecturando tanto seu significado sociológico e o potencial de produção de interações político-sociais, quanto sua compreensão contemporânea de ambiente prático de ação comunicativa. A partir destas discussões investiremos na apresentação da Rede Índios Online como uma ação coletiva que pode ser pensada tanto num sentido sociológico quanto comunicativo, pois implica em oportunidade de visibilidade das identidades indígenas e processos de reconhecimento.

### **2.1 Invisibilidade e comunicação alternativa**

As análises voltadas aos meios de comunicação estão direcionadas com maior frequência para os possíveis impactos destes sobre a representação política e os processos políticos-decisórios. Com o advento da Internet nos anos 1990 este mote analítico foi reforçado, porém abriu-se o leque também para a discussão sobre outras temáticas principalmente no que toca a construção de representação social por grupos sociais minoritários. Estas demandas representativas se ancoravam no potencial efeito democrático que a internet poderia ofertar principalmente no que tange a possibilidade de autorrepresentação. Com isso, se observou uma ampliação da discussão sobre as potencialidades sociais da internet e de seu uso por movimentos sociais, grupos étnicos, ONGs, partidos políticos, sindicatos e outras formas de associativismo civil contemporâneo. Nestes estudos, os efeitos normativos do meio sobre a democratização do acesso a informação, a produção de conteúdo e os impactos das mídias sobre as ações sociais se tornaram alguns exemplos de pauta.

Tal perspectiva torna-se relevante diante da sensação por parte destes movimentos de que estariam excluídos dos processos de agendamentos das mídias tradicionais (jornal impresso, televisão e rádio). Assim, o que parece motivar possíveis ações políticas por meio da internet é a possibilidade de romper o ciclo de invisibilidade historicamente imposto. De forma distinta, homossexuais<sup>27</sup>, negros, mulheres, deficientes, indígenas entre outros, traduzem bem o problema do apagamento e/ou sub-representação a que nos referimos. Nesses casos específicos o próprio estabelecimento da categoria “minorias” remete, implicitamente, a uma dinâmica de exclusão “natural” e de uma configuração identitária que se diferencia do senso hegemônico.

O processo de discriminação e estigmatização sofrido por tais grupos tem como resultado diversas formas de desigualdades e exclusão que são perceptíveis não apenas no contexto social, econômico e estrutural destes segmentos. Manifestam-se ainda em campos simbólicos envolvendo dois apontamentos: a dimensão política da invisibilidade e a invisibilidade midiática. Em ambas as minorias buscar ser incluídas na tentativa de afirmar suas diferenças e de certo modo, embutir políticas de reconhecimento em suas representações.

A primeira se refere à invisibilidade político-social de indivíduos e coletividades, os quais parecem, em distintas circunstâncias, de *invisibilidade pública*. Este tipo de invisibilidade não está relacionado à presença ou ausência dos sujeitos sociais nos meios de comunicação, mas a segregação das classes sociais. Refere-se à discriminação em circunstâncias comuns como o trabalho, a representação política, as interações sociais que de maneiras distintas conduzem a formas de exclusão social. Para Costa (2004, p.63) a invisibilidade pública tem relação com a posição social que os sujeitos ocupam no mundo do trabalho, e significa o “desaparecimento subjetivo de um homem no meio de outros homens”. Embora a pesquisa deste autor tome como referência o mundo do trabalho, podemos considerar que a invisibilidade pública proposta por esse autor tem relação também com questões mais específicas como raça, gênero, etnia, pertencimento regional e etc.

No caso dos povos indígenas, a invisibilidade envolve aspectos históricos e culturais que remontam o período colonial e, desde então, o condicionamento secundário dos índios em relação a outras categorias da sociedade brasileira, como tratamos no primeiro capítulo.

---

<sup>27</sup>Neste caso é possível observar que, em relação a outros grupos sociais brasileiros, os homossexuais tem adquirido maior inserção social e construído distintos espaços onde a visibilidade das causas gay se torna mais ampla. Tem sido assim com as Paradas Gays e a maior inserção dos homossexuais na teledramaturgia. Sem discutir a forma como estas representações acontecem, é possível aventar que estes espaços oferecem maior visibilidade a esta categoria.

Fundamentado pela posição de invisibilidade histórica os índios tem sem dúvida maiores déficits sociais seja em campos como trabalho, educação e acesso a bens e serviços. Esta conjuntura nos faz ponderar que parece haver um descompasso permanente entre o regime capitalista e o mundo social indígena, no qual estão incorporadas questões culturais e tradicionais que não perpassam diretamente pelo modelo de produção econômica do capitalismo. Isto porque a lógica de sua invisibilidade pública envolve especificidades como a conquista do território, o pertencimento étnico-cultural e o reconhecimento de diferença. Estes não se vinculam diretamente ao campo do trabalho como parecer ser com as mulheres e negros na atualidade, por exemplo. Por isto, parece haver maior dificuldade de visibilidade, reconhecimento e admissão do índio seja como indivíduo seja como coletividade em diferentes esferas da sociedade nacional.

A problematização deste processo de invisibilidade alcança tanto as questões de acesso a políticas sociais, culturais e etc., como transcorre em campos mais específicos como a comunicação. Neste caso percebe-se outro problema, o da invisibilidade no discurso midiático. Nesta configuração os meios de comunicação são criticados por sua atuação como possíveis reprodutores desses processos capitalistas de invisibilidade na medida em que condiciona os sujeitos sociais, muito mais como cidadão consumidor do que enquanto cidadão político.

A visibilidade midiática, como argumenta Maia (2008), compreende o espaço do visível produzido pela tecnologia. Conforme Barbalho (2005) os meios de comunicação estão associados às pretensões por reconhecimento social de determinados agentes ao possibilitarem a ressonância e a circularidade de suas demandas. Neste caso, podemos problematizar como a categoria reconhecimento social pode ser associada às dinâmicas das novas mídias, esta última podendo vir a ser opção válida no processo de afirmação de identidades étnicas. Considerando tanto o reconhecimento quanto a comunicação a partir do princípio relacional já apontado por Freire (1983), e (Taylor, 1998), é possível ponderar que o ato de reconhecer, reconhecer-se e ser reconhecido tem estreita conexão com a questão da visibilidade na mídia.

No espaço midiático, diversas formas simbólicas são criadas, publicizadas e compartilhadas, então é evidente que a mídia tem “função representativa nas sociedades

contemporâneas<sup>28</sup>” (MIGUEL, 2001, p. 133) e que esta função observa, pelo menos em tese, uma posição neutra em relação aos interesses dos diferentes grupos sociais. Entretanto, é importante problematizar que em certos casos a mídia deixa de desempenhar adequadamente seu papel de “espaço privilegiado de disseminação das diferentes perspectivas e projetos dos grupos em conflito na sociedade” (Ibidem). Visto de outro modo, aqueles (indivíduos e coletividades) que resistem ou não se enquadram na dinâmica reificante da sociedade contemporânea acabam por padecer da invisibilidade pública, neste caso ficando a margem também da agenda midiática. Isto pode indicar a articulação de condições distintas de expressão pública, o que afeta a participação nos debates públicos tanto quanto simula formas privilegiadas de representação social.

Esta última tem sido uma das principais problematizações levantadas por grupos e movimento sociais, ou seja, sua invisibilidade na mídia ou tipos destoantes de representação simbólica em relação aos interesses das minorias sociais. Logo não é apenas a ausência na mídia que se torna pauta de reivindicação entre os diversos movimentos sociais. O tipo de visibilidade que os meios de comunicação conferem a estes também assume relevância. Geralmente, quando a mídia oferece fala as minorias e movimentos sociais, o faz a partir de determinadas formas discursivas estereotipadas. Estas se tornam um marcador social aos quais grupos e instituições recorrem para manter fronteiras simbólicas (FREIRE FILHO, 2004, p. 48).

Não obstante, há uma relação desigual da mídia no Brasil no que se refere às reivindicações de grupos sociais em favor de inclusão, igualdade social e reconhecimento. Esta desigualdade passa a representar uma obstrução nos canais midiáticos para grupos subalternos que quase sempre encontram na grande mídia formas de silenciamento ou distorção de suas identidades e interesses. No caso dos indígenas, a mídia recorre tanto a expectativa dos índios como povos originários, o que garantiria a manutenção de uma comunidade imaginária, quanto enfatizariam as perdas culturais e a desconstrução da identidade indígena. Visando a desconstrução destes tipos de enquadramento os indígenas, assim como outros grupos minoritários, aderem a estratégias diversas dentre elas meios comunicativos.

---

<sup>28</sup> A abordagem de Luiz Felipe Miguel (2004) no texto “Representação política em 3-D: Elementos para uma teoria ampliada da representação política”, está concentrada na temática da representação política. No texto o autor enfatiza a necessidade de recuperação de mecanismos representativos como: “a formação da agenda, o acesso aos meios de comunicação de massa e às esferas de produção de interesses coletivos” (p. 123).

Aliás, uma das características básicas de grupos de movimentos sociais no Brasil, de acordo com Sodré (2005), são as estratégias discursivas e as “ações demonstrativas”. Estas são constituídas sob a forma de ocupações episódicas, manifestações de rua, gestos simbólicos, e também aparecem no uso e construção em meios como jornais impressos, televisão, rádio e mais recentemente a internet. Estas formas de agir político se diferenciam em relação ao tempo e ao seu momento tecnológico. Entretanto, em todas parece haver uma busca por visibilidade correspondendo não apenas a formas de sensibilização política, mais, recuperando a perspectiva de Paulo Freire (1968), da comunicação como conhecimento. Talvez este seja o princípio que vem guiando a constituição de formas de comunicação entre grupos e movimentos sociais no Brasil desde os anos de 1960.

A emergência de práticas alternativas de comunicação no Brasil pôde ser percebida com maior ênfase a partir dos anos 1960. Estavam inicialmente aliadas ao contexto de contraposição ao regime militar e a favor da abertura política do país e de direitos sociais e políticos e correspondiam a produções episódicas e clandestinas. Seu desenvolvimento se contrapunha, de certo modo, a emergência da comunicação verticalizada, controlada pelo estado e assinalada pela “tradição difusionista<sup>29</sup>” (ROGERS apud MATTELART, 1994) de interpretação da comunicação como ferramenta para o desenvolvimento.

Esta interpretação nos conduz a leitura da comunicação nos termos do educador Paulo Freire, para quem a comunicação estaria alinhada aos princípios da participação, do conhecimento e da interlocução de sujeitos. Crítico da postura difusionista, este autor se contrapunha a visão tecnicista da comunicação como *extensão* do conhecimento, pois esta percepção não valorizaria o conhecimento popular e retiraria dos atores sociais sua possibilidade de autonomia. Por isso o educador frisava que tal ponto de vista enquadraria a comunicação como “o uso de técnicas de propaganda, de persuasão, no vasto setor que se vem chamando ‘meios de comunicação de massa’” (FREIRE, 1968, p. 49).

Freire, ao contrário, compreende a comunicação como dimensão relacional. Deste modo, a perspectiva comunicacional em Freire parece dar conta das práticas alternativas vislumbradas no Brasil no período pós-1960 porque frisa a comunicação como uma relação

---

<sup>29</sup>A tradição difusionista tinha como principal aporte teórico os estudos de comunicação norte americanos, a partir dos anos 1950 tal perspectiva passou a se expandir na América Latina. No Brasil o Estado passou a incentivar a difusão de tecnologias como uma forma de superar o subdesenvolvimento social. Inicialmente a comunicação aparecia como tecnologia social, ou ferramenta técnica, vinculada a projetos de extensão rural. Um referente no tema foi o autor Everret Rogers (1976) que se dedicou ao estudo sobre o difusionismo e argumentava o desenvolvimento por meio de métodos modernos de produção. (Ver, ROGERS apud MATTELART, 1994, p. 185).

social e política capaz de criar conhecimento através do diálogo (IDEM, 1987) ao invés de enfatizar a *transmissão* (difusão) de saberes, posições políticas, culturas por meio da imposição.

A comunicação alternativa correspondia principalmente a impressos por isso o termo mais adequadamente utilizado para a descrição deste tipo de publicação passou a se ‘imprensa alternativa’. Tidos como anárquicos e de esquerda, como *O Pasquim*, *Opinião e Movimento*, o status de alternativo lhes ofereciam o significado de meios dissociados “de políticas dominantes; [...] que ofereciam oportunidade de protagonizar as transformações sociais” (KUCINSKI, 1991, p. 13). Os grupos contrários ao regime militar reivindicavam na imprensa alternativa, plataformas como a liberdade de expressão, os direitos sociais, políticos e civis entre outros criando oportunidade de dar voz às suas demandas.

Já nos anos de 1980 o cenário social e político do Brasil foi marcado pelo fim do regime militar, o processo de redemocratização do país e a emergência de novos movimentos sociais e populares<sup>30</sup>. Os meios alternativos passaram a apresentar uma nova conjuntura dando vazão a veículos que refletiam uma maior diversidade de vozes e em muitos casos tendo como interlocutores os próprios atores sociais. Não há como desconsiderar que os meios alternativos, ao contrário de terem desaparecido, se adaptaram aos novos contextos e personagens que se seguiram. Assim, nos anos de maior supressão os impressos desempenharam função política contrária ao regime autoritário. Entretanto, nos anos seguintes (1978-1982) os impressos e outros meios serviram como espaço de visibilidade e reivindicação para diferentes vozes (ONGs, movimento feminista, movimento de luta por terra, movimentos religiosos e movimento indígena).

Identificadas não exclusivamente como alternativas, mais enquanto comunitárias, funcionavam como colaboradoras tanto para a luta política mais ampla, como para a busca por reconhecimento de grupos sociais e de suas demandas específicas. Estes meios se transformaram em canais de expressão nos quais os próprios atores sociais passaram a manifestar seus interesses, funcionando também como objeto de contraposição aos conglomerados midiáticos. Jornais impressos, canais comunitários de televisão e rádio entre

---

<sup>30</sup> As lutas sociais começaram também aparecer sob a forma de “pequenos movimentos que, num dado momento, convergem fazendo emergir um sujeito coletivo com visibilidade pública” (SADER, 1988, 29). Daí o termo “novos atores” para designar o ativismo não apenas das lideranças sindicais “autênticas”, mas também a luta de favelados por moradias, mulheres operárias por condições específicas de trabalho, negros contra o racismo, homossexuais contra a discriminação e dos indígenas pela recuperação de suas terras e etnias.



outros são exemplos de veículos que ganharam algum grau de popularidade e foram apropriados como meios de comunicação comunitária entre muitos grupos da sociedade civil.

Com a popularização da internet, principalmente na segunda metade dos anos 1990, surge uma nova dinâmica nas formas discursivas alternativas, pautada pelo potencial de representações supostamente mais democráticas, participativas e descentralizadas. A internet em certa medida, recuperou certos mitos provenientes do suposto caráter contra hegemônico da imprensa alternativa, como a ideia de contraposição à chamada grande imprensa e o sentido de autorrepresentação.

É deste modo que podemos perceber o uso da comunicação por grupos e movimentos sociais no Brasil. De modo peculiar, as estruturas tecnológicas em constante mudança vêm apontando para outras perspectivas sociais como a interatividade, a instantaneidade e a convergência midiática, características que reverberam também nas ações coletivas. A partir do cenário mais dinâmico e de um novo contexto político-social de reivindicações<sup>31</sup> o modo como os grupos sociais se articulam também se diferencia. A internet, neste sentido, tanto pode potencializar novas formas de associação quanto pode apontar para a adequação de antigas formas de associativismo, como os encontros presenciais. Este novo tipo alternativo coloca ainda os sujeitos individuais como potenciais emissores na medida em que pode promover modelos de auto-organização, muito deles não lineares, descentralizadas e momentâneas. Esta possibilidade alternativa, de modo mais específico, passa a aparecer no cenário de grupos e movimentos sociais potencializando o apoio às demandas por visibilidade e reconhecimento de diferentes atores sociais que já atuavam em rede e passam a obter outros sentidos de ação coletiva, como as redes de comunicação.

## **2.2 O conceito de rede na ação coletiva e na internet**

A *rede* constituiu uma temática de grande relevo na atualidade. Seu uso abundante, entretanto, não o explica como discussão exclusiva da contemporaneidade. Ao contrário, a emergência do termo recupera debates teóricos em torno da complexidade do pensamento social como se observa na ideia de *totalidade* em contraposição ao paradoxo *indivíduos versus*

---

<sup>31</sup>Luta contra a globalização; contra a violência; contra o desmatamento; contra representações políticas; campanhas sociais e políticas e etc.

*sociedade* em Durkheim (1999)<sup>32</sup>. Muito embora não estivesse explícito o termo rede, em nosso entendimento esta abordagem sociológica durkheiminiana acenava para tentativas de compreensão da complexidade da vida social e dos vínculos sociais em torno da constituição da sociedade. Podemos sugerir ainda que Durkheim já dava os primeiros passos na problematização da sociedade como tecido constituído por diferentes articulações e atores, logo em rede. Depois deste autor, os estudos sociológicos passaram a incorporar novas dimensões sobre a sociedade, a qual passaria a ser interpretada como *fato social* (MAUSS<sup>33</sup>, 2008) e como uma *rede de funções* (ELIAS<sup>34</sup>, 1994). Estes dois últimos apontamentos já indicavam uma perspectiva mais clara em direção ao estudo da rede como estrutura social.

---

<sup>32</sup> A contribuição da sociologia de Durkheim (1999) para a compreensão das redes sociais nesta dissertação se justifica pela ideia de totalidade empreendida por este autor. Para Durkheim, a sociedade é uma determinante com vida própria que coloca o indivíduo como sujeito com pouca autonomia em relação à “consciência coletiva”. Em sua teoria os fatos sociais independem dos indivíduos e de suas consciências particulares, pois vendo a sociedade como ordem moral, os sujeitos se coadunam a partir de normas de comportamento compartilhados que se impõem a ele e que implicam em regras de solidariedade. Deste modo, o sindicato, a família, o trabalho a religião, educação, entre outros são mecanismos que mantêm viva esta integração da “consciência coletiva” em Durkheim. A ideia de totalidade ganha sentido nesta conjuntura, pois a sociedade passa a ser concebida como uma totalidade coesa fundada na solidariedade moral, que vem da divisão do trabalho. Suas contribuições podem deste modo, ser observadas como base para a compreensão do conceito de rede porque embora coloque o todo (sociedade) em proeminência sobre as partes (indivíduos) abre oportunidade para pensar a sociedade como uma rede composta por atores e que estes mantêm inter-relações que dão sentido a sociedade como m estrutura complexa e rede como uma resposta teórica as novas formas de associação que observamos desde o século XX. As concepções de Dukheim revelam um esquema dicotômico entre indivíduo e sociedade que só seria problematizado pela ideia de totalidade social empreendida por Marcel Mauss.

<sup>33</sup> Em Mauss (2008), sucessor de Durkheim, a sociedade passa a ser vista como um fato social total. Esta ideia de totalidade superaria a dicotomia entre indivíduo e sociedade por meio da sistematização da teoria da reciprocidade, ou Teoria da Dádiva (tríplice obrigação entre dar, receber e retribuir). Ao aprofundar a ideia durkheiminiana da existência superior de uma consciência coletiva em relação às individuais, Mauss reconhece que estas últimas carregam em si bases da totalidade social. Em sua concepção a obrigação social (dádiva) não se concentra apenas nas interações coletivas, são observadas também nas interações individuais. Assim, como em Dukheim, embora não diretamente relacionada a ideia de rede, Mauss oferece subsídio para pensar as redes sociais como estrutura que envolvem relações sociais de trocas, negociações e etc., que tem no indivíduo a base das relações sociais.

<sup>34</sup> Norbert Elias (1994) possui um direcionamento mais explícito em relação à discussão sobre a teoria da rede social. Em sua concepção a sociedade “só existe porque existe grande número de pessoas, só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e no entanto sua estrutura e suas transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa particular” (ELIAS, 1994, p. 13). Nesta direção, não são as ações individuais que prevalecem sobre a consciência coletiva e nem o contrário. Para superar o dilema entre sociedade e indivíduo em Mauss e Durkheim, o autor elabora uma concepção da sociedade como uma totalidade, que embora não harmoniosa revela um jogo de interdependência entre o todo e as partes, pois “ninguém duvida de que os indivíduos formam a sociedade ou de que toda sociedade é uma sociedade de indivíduos”. (Idem, p. 13-14). A partir desta discussão Elias nos oferece a base para pensar a sociedade como uma rede em constante movimento na qual as relações sociais não podem ser reduzidas nem a liberdade individual e nem aos constrangimentos coletivos (MARTINS, 2008). Ao contrário, o indivíduo cresce a partir de uma rede de pessoas anterior a ele, e simultaneamente ajuda a formar uma rede mais ampla, a sociedade (Elias, 1994, p. 34). Deste modo, em Elias há uma discussão favorável à perspectiva de aproximação entre os indivíduos e a ação coletiva que nos oferece base para pensar a rede como uma estrutura política formulada a partir de ações individuais e coletivas.

No século XX o termo passou a ser utilizado de forma mais frequente apontando para um sentido abstrato, sendo incluído em diferentes disciplinas como a matemática, a física, a biologia, as ciências sociais e a informática. O que pode ser explicado tanto pela ampliação na valorização das relações sociais e organizativas, quanto pelo desenvolvimento das comunicações e as conexões proporcionadas por estas. Nas ciências sociais e na informática a rede adquire percepções diferenciadas (MUSSO, 2010, p. 17-31). A primeira aponta para uma perspectiva sociológica designando um tipo de organização social. Já no segundo caso, assume dimensão de matriz comunicativa ambiental pela tecnologia informática. No campo social estas duas perspectivas parecem profícuas para refletir as ações coletivas contemporâneas.

Deste modo, propomos relacionar as noções sociológica e comunicativa de rede ao contexto dos movimentos sociais tentando problematizar, em específico, como estes podem atualizar suas demandas a partir de ambientes comunicativos, em específico na internet. Nossa proposta é então pensar o fenômeno da rede social tanto como expressão de articulações *off-line* quanto complexificar articulações sociais online pensadas com canais de busca por reconhecimento, tomando o cuidado para não cair no determinismo tecnológico.

### **2.2.1 Redes de ação coletiva e a perspectiva sociológica**

Do ponto de vista das organizações sociais, diferentes campos científicos, como as ciências sociais, trataram de interpretar a rede como uma estrutura social que conecta pessoas e organizações e a partir da qual se pode interpretar as ações coletivas e os níveis de integração entre diferentes sujeitos. Para esta abordagem, entretanto, é preciso retomar o conceito de movimento social visando demonstrar que sua acepção enquanto estrutura político-organizacional se explica a partir dos padrões contemporâneos de ação coletiva.

De acordo com Maria da Glória Gohn (1997, p. 26), as teorias clássicas<sup>35</sup> sobre as ações coletivas partiam de um enfoque psicossocial, na tentativa de compreender os comportamentos coletivos. Nesta compreensão as categorias *sentimento*, *desajuste*,

---

<sup>35</sup> A autora apresenta cinco correntes que considera as principais para o entendimento da ação coletiva. Estas podem, de acordo com a autora, serem elas: a Escola de Chicago (BLUMER, 1945); teorias sobre a sociedade de massa (FROMM, 1941; HOFFER, 1951; E KOMHAUSER, 1959); teorias sobre o comportamento eleitoral, o sistema político e os movimentos revolucionários (LIPSET, 1950; E HEBERLE, 1951); a Teoria Clássica de Chicago (GOFFMAN, 1959; KILLIAN, 1957; entre outros) e a teoria organizacional-institucional (GUSFIELD, 1955; entre outros).

*desorganização, marginalidade e integração social* se tornaram referências observadas entre os comportamentos coletivos. Eram entendidos como reações dos indivíduos às rápidas transformações sociais ocorridas no sistema capitalista, e “a adesão aos movimentos seriam respostas cegas e irracionais de indivíduos desorientados pelo processo de mudança que a sociedade industrial gerava” (GOHN, 1997, p. 24).

Para Alberto Melucci (1996, p. 22 -23) as ações coletivas poderiam ser interpretadas nesta perspectiva como possíveis reações comportamentais a uma crise. Daí este modelo de teoria definir as mobilizações sociais como uma disfunção ou patologia do sistema, além de não reconhecê-las como estruturas que influenciavam nas transformações sociais. Ao criticar este tipo de posicionamento Melucci propõe concebê-las de maneira distinta a partir dos *conflitos* motivados pela busca de “recursos apropriados” como valiosos para os atores sociais. Além disso, este autor aponta para o conceito de ação coletiva como primeiro passo para a compreensão do movimento social.

Muitas das teorizações sobre os movimentos sociais utilizam como fundamentação o contexto da modernidade na qual a noção de movimento social esteve majoritariamente atrelada ao problema das classes sociais. Entretanto, outras correntes vêm gradativamente, ampliando o alcance das ações coletivas como as teorias culturalistas e identitárias baseadas em contextos pós-coloniais, também designadas de Teorias Novos Movimentos Sociais. Autores como Touraine (1973, 1978, 1989, 2002), Cohen (1985), Hall (2003), Melucci (1996), Castells (2000), Santos (2001, 2010), Scherer-Warren (1987, 2002 2005, 2008) e Gohn (1997, 2009, 2010) passaram a destacar o papel dos movimentos sociais tanto para articular quanto para influenciar na promoção de transformações sociais.

Estas últimas abordagens surgiram em virtude das típicas teorias de classes da modernidade se mostrar insuficientes para dar conta das novas formas de articulação coletiva e demandas emergentes no contexto pós-colonial. Como considera Scherer-Warren (2009, p.3): “As teorias culturalistas e identitárias dos movimentos sociais, [...], tiveram o mérito de buscar a complexidade simbólica e de orientação política dos agrupamentos coletivos formadores de movimentos sociais, segundo o princípio da diversidade sociocultural”. Pois, os chamados novos movimentos sociais se concentravam, em sua maioria, em espaços dedicados a questões culturais e identitárias e motivados, de acordo como Boaventura dos Santos (2010), pela a crise do capitalismo organizado (fordismo).

Além de ser interpretados pelo caminho da crise econômica, os movimentos sociais contemporâneos aludem a busca por legitimação política, inclusão nas instituições públicas e participação social (MELLUCI, 1996, p. 97). Para Melluci a ação coletiva não se ancora, como nas teorias clássicas dos movimentos sociais, em uma generalização empírica para pensar este fenômeno como mera categoria analítica ou como meras reações a crises. Nas palavras do autor a ação coletiva “invoca solidariedade, manifesta um conflito e extrapola os limites de compatibilidade do sistema dentro do qual a ação acontece” (IDEM, 1996, p. 28). A ação coletiva representa um sintoma de “conflitos antagônicos” observados na sociedade contemporânea onde o sentido de produção de recursos econômicos entra em desarmonia com campos como a cultura e a identidade. Assim, os movimentos sociais constituem esferas de ação coletiva da sociedade civil que buscam transformação social e a superação de condições de exclusão e opressão.

A exposição de múltiplas formas de opressões do cotidiano – que extrapolava o nível da produção e se estendia a campos como a família, educação, lazer e etc – fez emergir organizações e coletividades que lutavam por causas variadas as como os movimentos feminista, ecológico, anti-homofóbico, antirracista, contra a proliferação nuclear, pelos direitos civis e etc. Temáticas que muito embora construíssem um discurso global, desenvolviam também um sentido de rede na medida em que mantinham interrelação e desenvolviam um sistema que se reforça mutuamente.

No plano macro, iniciativas como o Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre pode ser exemplo de articulação em nível transnacional cujas demandas estiveram atravessadas pela construção de uma rede de grupos da sociedade civil de forma autônoma. Em nível micro, as ações coletivas na América Latina trataram de uma conjuntura intelectual e política específica marcada pelo autoritarismo político nesta região e os movimentos de contestação aos regimes militares. No Brasil surgiu uma série de movimentos identificados como *populares* a exemplo de grupos cristãos católicos (as Comunidades Eclesiais de Base – [CEB’s]) inspirados na Teologia da Libertação.

Neste cenário explodiram movimentos por melhores condições de trabalho, saúde, moradia, trabalhadores rurais, acesso a terra etc, nos quais as manifestações de rua compunham principais estratégias de ação, o que lhes oferecia visibilidade. Havia entorno destes uma luta transversal por cidadania, o que nos anos 1990 se traduziria em múltiplas ações em rede e posteriormente de trânsito da sociedade civil para o Estado. Foram criadas

redes de articulações em nível nacional (Movimento Negro, de Mulheres, LGBTTT, Indígena, de Direitos Humanos, Orçamento Participativo, Articulação das Mulheres Brasileiras [AMB] e etc). Estas estruturas mantinham em seu interior uma dinâmica de atuação em rede, pois se articulavam em níveis espaciais mais específicos como o estadual e o municipal.

Além desses, espaços específicos como fóruns nacionais (Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas [FDDI]; Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos [FENDH]; Fórum Brasil do Orçamento [FBO]; Fórum do Lixo e Cidadania [FLC] e a Articulação das Mulheres Brasileiras [AMB]) também se destacaram. Esses últimos, podemos interpretar, apareceram como resultado das ações coletivas pós-militar e se expandiram de modo significativo para parceria com o Estado e o mercado (SCHERER-WARREN, 2006, p. 124-125). Em muitos casos ajudaram a elaborar e executar políticas públicas como tem sido observado com as secretarias especiais (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial [SEPPIR]; Secretaria de Políticas para as Mulheres [SPM]; Secretaria de Direitos Humanos [SDH]; entre outras) nos últimos dez anos. Iniciativas que, podemos conjecturar, incidiram na possibilidade de ação conjunta entre Estado e sociedade civil a favor do aprofundamento democrático.

De certo modo, a criação de espaços políticos de representação como os acima mencionados significam, ao menos em parte, uma maior articulação da sociedade civil junto ao Estado. Entretanto, estas formas de atuação podem indicar a incidência do controle governamental sobre determinadas políticas, nos fazendo lembrar certo véis regulador do Estado em relação ao desenvolvimento social, como já revelava Santos (1979). Este mote é importante por oferecer oportunidade de refletir até que ponto este tipo de articulação não reverbera em uma forma de regulação da ordem social.

Em todo caso podemos perceber que há um sentido de rede nestas distintas formas organizativas uma vez que tais ações demonstram: “uma estratégia de ação coletiva, isto é, uma nova forma de organização e de ação (como rede)” (SCHERER-WARREN, 1999, p. 24) que dentro dos movimentos sociais assume caráter positivo por se tornar estratégia de ação e visibilidade. Reforçando este argumento, em Melucci (1996, p. 18) a ação coletiva seria resultado de um processo complexo de interação mediada por redes de pertencimento e “envolve uma estrutura articulada de relações, circuito de interação e influência e escolhas entre formas alternativas de pertencimento” (IDEM, p. 18). Ampliando esta concepção, pode-se interpretar a ação coletiva como uma rede de articulação político-social que conecta atores

sociais com interesses em comum. Portanto vale considerar o argumento de Scherer-Warren (2006, p. 3) os movimentos sociais correspondem a *redes complexas*, pois,

transcendem organizações empiricamente delimitadas e que conectam, de forma simbólica, solidarística e estratégica, sujeitos individuais e atores coletivos em torno de uma identidade ou identificações comuns, de uma definição de um campo de conflito e de seus principais adversários políticos ou sistêmicos e de um projeto ou utopia de transformação social.

Em outras palavras, “o movimento social, definido enquanto uma rede de caráter político pressupõe a construção de uma “identidade” coletiva ou “identificação grupal”, com um “projeto” ou “utopia”, num contínuo processo de formação política, resultante das interações das múltiplas articulações [...]” (IDEM, p.7). O sentido sociológico da rede como plataforma que estrutura pessoas e ação coletiva é, desta forma, profícuo para cogitar que os movimentos sociais constituem redes de articulação interna e externamente. Entretanto, esta dimensão estrutural-organizativa ultrapassa o campo sociológico da rede como sistema organizativo ao envolver a comunicação. Nesta última, o desenvolvimento da internet proporciona uma reflexão específica entorno da percepção da rede em sentido prático como uma estrutura de articulação, visibilidade, conexão e mediação das ações coletivas.

### **2.2.2 Redes de comunicação na internet**

Conforme Lévy (1999) foi somente na década de 1990 que a internet se expandiu por meio dos primeiros computadores pessoais (PC) ampliando seu uso na sociedade. A partir deste momento, o computador ganhou expressão como meio cultural e de comunicação. Seu suposto viés democrático decorria do uso descentralizado e interativo ofertado por diversos protocolos comunicativos existente no ambiente digital. Com isto, não se pode desconsiderar que o advento da internet fez emergir em diferentes discursos um paradigma de transformação da sociedade contemporânea baseado nos meios tecnológicos e na consequente ruptura radical no modo como relações sociais e econômicas acontecem. A noção de rede foi ganhando força neste contexto através dos meios digitais de comunicação passando a designar uma estrutura que conecta redes sociológicas de indivíduos e coletividades na internet.

A rede passa a corresponder um novo meio de interação no qual, de acordo com Raquel Recuero (2009, p. 15) a “informação circula, é filtrada e repassada; conectada à

conversação, onde é debatida, discutida e, assim, gera a possibilidade de novas formas de organização social baseadas em interesses das coletividades”. Estas organizações podem ser percebidas como agrupamentos sociais específicos onde de um lado surgem novas formas de associação e atuação política específica que se manifestam na e pela internet, as quais alguns autores identificam como *ciberativistas* (LÉVY, 1999). Por outro lado, movimentos sociais identificados historicamente como minoritários ou excluídos passaram a desenvolver espaços de comunicação e articulação. Para estes, a atuação em sites de redes sociais se tornou uma das principais formas de sociabilidade, comunicação e visibilidade.

Nesta análise uma rede social é basicamente o conjunto de *atores*<sup>36</sup> (os nós - que por meios da interação e laços sociais dão forma a estas estruturas sociais) e *conexões* (que corresponde a interação, relação e laços sociais formados pelos atores). Em linhas gerais *blogs, e-mail, fotologs, páginas de relacionamento* são exemplos de *sites de redes sociais* que, inseridas no ciberespaço, conectam pessoas, proporcionam a circulação de informações e visibilidade social para os atores sociais (nós). A apropriação social de tecnologias digitais e de plataformas online demonstra não apenas um sentido instrumental e técnico destes meios, mais aponta para sua relevância social, sugerindo estes canais como espaços que potencializam práticas de cidadania. Nestas condições é possível considerar que houve um incremento nas formas essenciais de organização dos movimentos sociais tradicionais a partir da comunicação mediado por computador.

Tal possibilidade social da rede online é um pressuposto presente nos discursos tanto aclamados quanto criticados por diferentes autores em relação à internet e sua adequação aos sistemas sociais (Ver CASTELLS, 2003; CHADWICK, 2006; COLEMAN, 2005; DOWNING, 2002; GOMES, 2001; HINDMAN, 2009; LÈVY, 1999; MAIA, 2008; MORAES, 2001; ZITTEL, 2004, e outros). De um modo geral, percebe-se que as clássicas posições entusiasmadas deram lugar, ao menos em parte, a pontos de vistas mais atentos ao fato de que, entre outras questões, por si só internet não representa um objeto de transformação, mas uma estrutura que condiciona mudanças.

Sua estrutura também faz ressuscitar problemas relacionados a outras mídias (TV, Rádio, jornal impresso), como a regulação, as hierarquias organizativas, a questão da

---

<sup>36</sup> Para Recuero (2009, p. 25) os atores são os principais elementos de uma rede social, tratando-se inicialmente das pessoas envolvidas na rede. Entretanto, quando se trata das redes sociais na internet, “por causa do distanciamento entre os envolvidos na interação social, principal característica da comunicação mediada por computador”, ferramentas como *weblog, fotoblog, twitter, facebook* e etc., podem ser consideradas como atores sociais. Isto não no sentido *stritu senso*, mas por serem representações dos atores sociais.



economia virtual e do consumo dos produtos relacionados a este, e principalmente a questão da inclusão e exclusão, como veremos mais a frente. Por esta razão, a internet por si só não representa um elemento que efetiva a participação política de cunho deliberativo, tampouco a visibilidade empreendida pelas diversas formas de associativismo da sociedade civil. Sua função político-social é determinada pelo tipo de uso que os agentes sociais fazem deste meio.

Dentro dos limites teóricos desta questão, observa-se que o uso das plataformas digitais por movimentos sociais, grupos identitários e outras esferas da sociedade civil também vem tomando significativo espaço no mundo acadêmico. Isto implica na formulação de uma vertente analítica específica compreendida por nós como uma rede de agrupamentos sociais articulada na internet. Este tipo de rede corresponde a espaços (sites, blogs, páginas sociais e etc) desenvolvidos por grupos sociais cujas lutas, demandas e campanhas utilizam a Internet enquanto *espaço complementar* de suas ações, as quais podem ocorrer basicamente no espaço off-line. O que significa que grupos semelhantes constroem redes sociais e agem em coletividade a partir de determinados laços e pertencimento sociais, afinidades e interesses específicos. Ou seja, usam estrategicamente as redes sociais nas mídias digitais segundo os seus fins (ANTOUN, 2004, p. 19), como vem ocorrendo com os povos indígenas brasileiros.

Além disso, a internet recobra a possibilidade da comunicação alternativa na medida em que é alternativa em relação a canais comunicativos privados cujo acesso depende de um jogo de interesse econômico e político que tendem a excluir a pauta dos grupos sociais de sua agenda. Deste modo, o uso da internet pode recuperar parte da lógica dos canais alternativos pois de certo modo, representa uma prática de grupos que se sentindo excluídos ou precariamente assistidos (cultural, econômica e socialmente) buscam o espaço virtual para se expressar. Uma característica que pode ser pensada nesta reflexão é que os grupos sociais que constroem estas práticas alternativas na internet aparecem diluídas no ciberespaço sob a forma de redes coletivas e redes individuais.

Isto reflete o caráter mais individualista da sociedade contemporânea e do próprio meio comunicativo pautado pela possibilidade de construções de espaços tanto individuais quanto coletivos. A tendência nestes casos é que os indivíduos elaborem suas próprias redes alternativas reforçando a identidade e o discurso dos grupos que participam. Assim partimos do princípio de que para o campo social a internet pode ser vista como ambiente potencial de autorrepresentação em virtude de proporcionar relacionamentos em rede e diálogo, e a reformulação de formas tradicionais de mediação.

De modo cauteloso, preferimos destacar o papel incrementador da Internet para as diversas lutas sociais ao oferece melhores condições de produção da informação pelos próprios agentes sociais e minorar a dependência de visibilização na mídia tradicional, o que sugere certo grau de independência e de auto-organização. Tal cautela tem como premissa o fato de que a internet recupera certos pressupostos relacionados a mídia hegemônica como a lógica da publicidade, reforça a dinâmica da informação como mercadoria e nela, grupos comunicativos hegemônicos se reafirmam enquanto tal no ciberespaço.

Deste modo, a internet tanto pode possibilitar o discurso alternativo, quanto reforçar práticas hegemônicas de comunicação. E, não menos importante, para que os grupos sociais construam redes potencialmente alternativas carecem em muitos casos do acesso a tais plataformas. Considerando esta conjuntura e tomando o cuidado para não aderir a perspectivas deterministas o foco de nossa abordagem neste momento se volta para a reflexão dos usos da Internet por parte dos grupos indígenas.

### **2.3 A presença indígena na Internet**

O uso de tecnologias de comunicação e informação (TIC) constitui estratégia político-discursiva, tratando-se de fenômeno em expansão. Nisto são reconhecidos casos emblemáticos como a batalha de Seattle (EUA)<sup>37</sup> e o Movimento Zapatista (México)<sup>38</sup>. Trata-se de temática instigante porque ressuscita discussões supostamente paradoxais a exemplo dos usos de plataformas comunicacionais contemporâneas por grupos tradicionais. De um lado, o senso comum e enviesado aponta para os índios como indivíduos cuja tradição e cultura precisam ser preservadas e por isso não comportam determinados saberes e meios próprios do modo de vida não indígena, dentre estes as tecnologias. De outro lado, as possibilidades de práticas políticas, de elaborações discursivas sobre si, de comunicação e visibilidade têm sido aspectos motivadores para que comunidades indígenas empreendam ao seu modo redes de articulação e comunicação. Neste sentido, ao abordarmos a temática “índios e tecnologias”

---

<sup>37</sup> Este exemplo se refere a diversas manifestações ocorridas em 1999 mobilizado por meio da internet por grupos como ecologistas, trabalhadores, pacifistas, etc antiglobalização, contrário ainda a política econômica exercida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

<sup>38</sup> O Movimento Zapatista em Chiapas, Sul do México iniciado em meados dos anos 90 se tornou uma das primeiras organizações civis a utilizar a internet para difundir suas causas, obter apoio social e o desenvolver redes de solidariedade transnacionais. Entre as principais demandas desta organização se destacavam o reconhecimento dos indígenas e de seus direitos pelo governo mexicano, o fim do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) entre México, Estados Unidos e Canadá e o combate à corrupção política no país.

passamos, nesta seção, a discutir as possibilidades de práticas políticas e sociais na internet entre os índios no Brasil, reconhecendo que esta apropriação representa para estes atores oportunidades e desafios.

Antes de falarmos das possibilidades tecnológicas no contexto indígena, vale apenas lembrar Paulo Freire (1968, 2011) e sua visão sobre a comunicação e o sujeito. Para Freire o conceito de comunicação não está vinculado à perspectiva tecnicista, mais a própria natureza humana dos sujeitos sociais. Na concepção de paulofreiriana, todo sujeito é um ser de comunicação e não de silêncio e isolamento. Neste sentido, ao abordarmos a temática da comunicação no contexto indígena é preciso ter em mente a condição intrínseca também aos indígenas de sujeitos de comunicação e interação. Neste pressuposto, quando os indígenas se apropriam de tecnologias comunicativas externas às suas culturas eles estão potencializando seu caráter comunicativo e, agindo através do universo simbólico de mediação com o objetivo de romper o silêncio imposto historicamente às suas identidades.

Embora se saiba que grande parte de comunidades e indivíduos reconhecidos no segmento indígena fazem uso de tecnologias de comunicação, dados teóricos e empíricos mais definitivos sobre como isto acontece, principalmente pensando em termos de território nacional, ainda são remotos. Os estudos que estão emergindo dão conta de analisar experiências localizadas e quase sempre vinculadas a temas como representação, discurso e identidade. Dentre os poucos estudos que se tem no Brasil e que dão conta de pensar a questão em perspectiva mais ampla tem se destacado o trabalho da pesquisadora Eliete da Silva Pereira (2012), que realizou um dos primeiros mapeamentos de sites, blogs e páginas de relacionamentos indígenas no país.

Além desta autora, mais recentemente o pesquisador Nicodème de Renesse (2011) realizou pesquisa na qual traz dados mais atualizados, porém menos complexificados, sobre o uso da comunicação em grupos ameríndios no Brasil. Em ambos há indicação de um crescimento contínuo no uso de meios de comunicação entre os indígenas brasileiros. Referimos-nos aos meios de comunicação para englobar a apropriação de meios como TVs e rádios comunitárias, produção de áudio e vídeo (com equipamentos próprios ou parcerias) e principalmente a Internet à qual procurando dar ênfase neste texto.

Para começarmos é preciso observar que o uso político de instrumentos comunicativos por indígenas não é um caso exclusivo do século XXI. Aqui lembramos o emblemático caso do cacique Xavante Mário Dzuruna Butsé, conhecido como Mário Juruna

(Mato Grosso). Além de ter sido o primeiro e único indígena a ocupar vaga na câmara federal como deputado, o índio ficou conhecido nos anos 1970 por registrar com um gravador as promessas que as “lideranças brancas” lhe fazia (JURUNA, et. al., 1983). Parte de suas gravações foi transformada em livro (*O Gravador de Juruna, 1982*) e revela a história do indígena e sua empreitada política em Brasília e na FUNAI.

Outras experiências são de jornais específicos sobre a causa indígena os quais, muito embora não fossem produzidos diretamente pelos nativos, prestavam o papel de incrementador do movimento indígena. Um exemplo é o *Porantim*, publicação mensal fundada em 1978 pelo CIMI com a missão de divulgar os problemas referentes aos diversos grupos indígenas para a sociedade em geral. Esta publicação ainda existe, sendo encontrada nas versões impressa e digital. Além disso, o rádio é importante meio. Um dos casos de destaque observados no Brasil foi a criação do *Programa de Índio*<sup>39</sup> veiculado pela Rádio USP.

O vídeo também representa uma importante plataforma para os indígenas. Embora se tenha conhecimento que uma das primeiras aparições do uso do vídeo entre eles tenha ocorrido em 1987 com o projeto pioneiro *Vídeos nas aldeias*<sup>40</sup> (VNA), a propagação deste tipo de mídia se deu de modo mais intenso nos anos 1990 por força dos contatos, parcerias com ONGs e universidades e outras instituições estabelecidos nas décadas anteriores.

Destacamos abaixo alguns exemplos de grupos indígenas que se valem de formas alternativas variadas de expressão, cultural e política no Brasil: a banda *Wiwirutcha*, do povo *Tikuna* no Amazonas, com reprodução de cantos antigos de sua cultura; gravações de vídeo pelo *Kaxinaua* (*Hunikuí*) da aldeia *Mucuripe*, no Acre, a exemplo do documentário *Manã Bai* e registro sonoro de cantores da aldeia; e os povos *Maturuca*, da Reserva Indígena *Raposa*

---

<sup>39</sup>O programa foi uma iniciativa do Núcleo de Cultura da União das Nações Indígenas (UNI). Entre 1985 e 1991 foram produzidos aproximadamente cento e oitenta programas, os quais eram elaborados e apresentados por indígenas como Ailton Krenak, Álvaro Tukano entre outras lideranças. As temáticas de cada programa são variadas indo desde temas políticos mais amplos até motes culturais como alimentação indígena e histórias do cotidiano. Mais informações a respeito deste programa podem ser encontradas no [http://www.programadeindio.org/index.php?s=pi&n=pi\\_historia](http://www.programadeindio.org/index.php?s=pi&n=pi_historia). O blog disponibiliza todos os programas de rádio realizados entre 1985 e 1991.

<sup>40</sup> De acordo com informações colhidas na página do *Vídeo nas Aldeias* (VNA), o projeto foi criado em 1986 pela ONG Centro de Trabalho Indigenista (CTI) cuja atuação se concentra na produção audiovisual por indígena no Brasil. Com quase 25 anos de atuação seu objeto consiste em “apoiar as lutas dos povos indígenas para fortalecer suas identidades e seus patrimônios territoriais e culturais, por meio de recursos audiovisuais e de uma produção compartilhada com os povos indígenas”. No site do projeto (<http://videonasaldeias.org.br>), que em 2000 foi instituído como ONG independente está disponível um acervo de diversas produções realizadas pelos povos envolvidos no projeto.

Terra do Sol (Roraima) com gravação de CDs de cantos culturais utilizados tanto pelos povos indígenas, quanto por escolas públicas da região.

Porém, é de fato a rede de computadores e a internet que se destacam como meios mais utilizados de comunicação entre os indígenas, o que pode ser explicado pela possibilidade de interação e praticidade de uso. Além do que não se pode desconsiderar o fato de que os índios, assim como outros grupos sociais minoritários brasileiros, vêm paulatinamente sendo incluídos em políticas de acesso à internet.

Como já dissemos, existem poucas pesquisas que apontam para o acesso à internet pelos indígenas. Principalmente que possam oferecer informações detalhadas a respeito onde o acesso é feito (em terras indígenas, fora destas, principalmente), ou um levantamento de aldeias informatizadas, condições de funcionamento de pontos de acesso no interior das aldeias, identificação de indígenas que efetivamente utilizam (crianças, jovens, adultos). Isto dificulta uma compreensão mais ampla sobre o número de aldeias conectadas, os locais de acesso, como funcionam estas conexões e principalmente as condições dos acessos. As informações sobre este segmento estão inseridas genericamente em estudos mais amplos que dão conta de pensar o acesso à Internet de um modo geral. Um dos poucos dados que oferece indicações sobre esta temática é a pesquisa desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) que discorre em específico sobre o binômio *exclusão/inclusão* digital no Brasil.

Em 2003, essa instituição divulgou o *Mapa da Exclusão Digital*, referente ao ano de 2001, apresentando um panorama das condições de acesso à Internet no país, que de um modo geral indicava um retrato da exclusão digital em diferentes setores no Brasil. Dez anos depois a mesma instituição divulgou o *Mapa da Inclusão digital (2012)* revelando um quadro de crescimento do país em termos de acesso à rede mundial de computadores. Esta última pesquisa indicou o crescimento das conexões em rede no Brasil, este país ocupa atualmente o 63º lugar no ranking mundial de acesso à Internet entre 154 países mapeados pela FGV (CPS/FGV, 2012). Os dados indicaram que o Brasil tem 33% da população conectada, situação bem diferente se comparada a 2001 quando havia apenas 10,20% de incluídos digitais (FGV, 2003).

Analisados a partir do critério cor ou raça, o acesso dos povos indígenas em 2001 correspondia a taxa de 3,72%. Os índios representavam naquele momento o segmento com maior índice de exclusão digital no Brasil de acordo com a FGV (2003). Em 2011 os números indicavam que 24,49% da população indígena tinha acesso de alguma maneira à

internet estando pouca a frente da população autodeclarada parda, como demonstra a tabela abaixo.

Tabela 2. Locais de utilização e condições de inclusão digital. Critério: Cor ou raça. Fonte: FGV, 2012.								
Percentual	População	Algun local	Próprio domicílio/ acesso discado	Domicílio próprio por banda larga	No trabalho	Estabelecimento em que frequentava algum curso	Em centro público de acesso gratuito ou pago	Em domicílio de outros, parente, amigos ou outro local.
Indígena	519087	24,49	2,54	9,62	7,4	3,53	11,15	6,72
Branca	91243513	35,69	4,21	19,83	12,91	6,48	10,43	6,85
Amarela	1086770	42,88	4,22	30,01	17,89	7,57	9,58	7,14
Preta	12793210	26,69	2,97	9,27	6,46	4,36	13,64	5,82
Parda	80672983	23,51	2,43	7,94	5,45	3,9	11,79	4,76

Nestes dados se observa ainda uma discrepância principalmente se comparado a população declarada amarela (42,88%) e branca (35,69%). Índios, negros e pardos têm os menores índices de inclusão, respectivamente 24,49%, 26,69% e 23,51%. Essa diferença pode ser justificada pelas condições de marginalização e segregações históricas decorrentes de outras formas de desigualdade como as socioeconômicas e educacionais. A pesquisa esclarece parcialmente as formas de acessos de indivíduos pertencentes a estes grupos. No caso dos índios embora se saiba que o acesso foi feito em locais como escolas e trabalho não há indicação da ocorrência de acesso a partir das aldeias o que talvez possa estar inserido na opção 'outros locais'. Entretanto, ficam evidenciados os centros públicos e pagos de acesso internet a exemplo de *lan house*, em centros comunitários e no trabalho como principais locais de acesso à internet pelos indígenas.

Dados como os divulgados pela FGV mostram a dificuldade de grupos sociais como pardos, e negros e índios em acessar bens e serviços em relação a população branca e amarela. Entretanto, podem demonstrar também mudanças no acesso a este tipo específico de direito onde grupos menos privilegiados têm sido incluídos no campo digital, mesmo que lentamente.

Para Chadwick (2006, p. 115) à medida que grupos tradicionais vêm se ocupando de tecnologias digitais para objetivando presença no ambiente online isso pode fazer incrementar estratégias *offline* de mobilização, interação social e reivindicação no campo político, podendo aumentar tanto a flexibilidade organizacional destes grupos quanto sua eficácia política.

A maior percepção de redes online desenvolvida por indígenas pode ser explicada pelo fato de o acesso às tecnologias de informação ter sido compreendido dentro do quadro das necessidades básicas do direito à informação. Porém, sua concretização estaria vinculada também a um contexto mais específico no qual o princípio da participação da sociedade civil na elaboração e operacionalização de políticas públicas se tornou central no Brasil a partir dos anos 1990. Esta última ponderação pode por em evidência a criação de espaços de participação<sup>41</sup> e de políticas sociais a partir de demandas da sociedade civil, o que se refletiu na formulação de políticas de promoção de meio de fruição cultural e comunicativo.

Ao considerar tal premissa é notório que a compreensão dos diversos grupos sociais sobre a importância política das tecnologias também tem sido mola propulsora para o desenvolvimento de alternativas de acesso como, por exemplo, o estabelecimento de parcerias com ONGs, empresas privadas, fundações e o Estado. Essas iniciativas e as reivindicações destes atores em prol de seus direitos à informação foram fundamentais para a ampliação de propostas políticas da maioria das ações políticas em favor da inclusão digital, que pode vir a se refletir em políticas de reconhecimento dentro de contextos minoritários.

Esse quadro mais complexo e propício à participação e produção de políticas incidiu no aumento do acesso a meios digitais de comunicação por indígenas. De acordo com Pereira o ano de 2000 é representativo de um início de uso das tecnologias digitais entre os indígenas no Brasil. Durante o período de sua pesquisa (2006 – 2007) a autora identificou cinquenta sites de organizações e de sujeitos autoidentificados indígenas. Em Renesse (2011), cuja pesquisa foi realizada entre 2009 e 2011, esses números aumentaram chegando a setenta e sete tipos de site incluindo rádios comunitárias e TVs transmitidas pela web. Porém, de acordo com o nosso levantamento pudemos identificar entre 2011 e 2012, oitenta e sete<sup>42</sup> sites

---

<sup>41</sup> A noção de participação que está embutida nesta pesquisa se refere primordialmente a participação da sociedade civil nas políticas públicas a partir do desenvolvimento da implantação de mecanismos de diálogos. Destacam-se neste sentido as conferências observadas a partir do primeiro governo Lula (2002-2006) quando foram realizadas mais de 40 conferências em níveis municipal, estadual e nacional das quais resultaram políticas específicas como o Programa Cultura viva.

<sup>42</sup> Abiyala – Trabalhos Xamânicos e Arte Indígena; Aikax Kuikuro; Aikewára: Entre histórias, castanhas e

de organizações e pessoas autodeclaradas indígenas os quais estão distribuídos entre blogs e portais<sup>43</sup>.

Utilizando as categorias elaboradas por Pereira (2011, p. 117-201) as páginas online mantidas pelos indígenas podem estar classificadas como *sites de organizações nacionais*, *sites de organizações regionais*, *sites de associações locais*, *sites pessoais* e *sites de etnias*. Embora diferenciadas, estes espaços online constituem algum tipo de conexão entre si como, por exemplo, seus atores. Um exemplo prático deste cruzamento é a Rede Índio Online, cujo site tem como referente geográfico o Nordeste e articula cerca de vinte povos indígenas. Alguns grupos mantêm sites específicos de sua etnia, como é o caso dos Tupinambás de Olivença no Sul da Bahia. O grupo possui blog<sup>44</sup> próprio e disponibiliza links de acesso a Rede Índios Online, assim como conteúdos já disponibilizados neste portal. Por outro lado, alguns membros da comunidade Tupinambá mantêm redes individuais como contas no *Twitter*, no *Facebook* e *blogs*. É o caso da indígena Potyra Tê Tupinambá que possui contas

---

estrelas; Ailton Krenak - Blog; Aldeia Kakané Porã; Aldeia Piançanguera; Aldeia Nhamandu Mirim; Aldeia Renascer Ywyty Guaçu; Aldeia Tekoa Pyau - Jaraguá; Amazonir Fulni-ô; Amigos dos Kamayura; Anai - Associação Nacional de Ação Indigenista; APIO - Povos Indígenas do Oiapoque; Apiwtxa Associação do Povo Ashaninka do Rio Amônia; Apoinme; Apoinme (blog); ARPINSUL - Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul; Arte Baniwa; Arte Indígena Kaxinawá; Associação Artístico Cultural Nhandeva - Nossa Gente; Associação de Mulheres Indígenas do Centro-Oeste Paulista; Associação Warã; Ação dos Jovens Indígenas de Dourados ; A.J.I - Ação de Jovens Indígenas; Baniwa Online; Blogueiro Indígena; Blog Maxakali; Blog do Netuno; Conselho Indígena do Vale do Javari; Daniel Munduruku; Daniel Munduruku - Projetos Especiais; Denilson Baniwa; Descendência Indígena; Escola Pamaali - Baniwa; Gasodá Surui; Huni Kui Inu Bake; Hutukara - Associação Yanomami; Índia Tikuna We'e'ena Miguel; Indígenas Digitais; Índios On-Line; Instituto das Tradições Indígenas; Instituto Indígena Brasileiro para a Propriedade Intelectual; Kamayurá; Kaxixó ; Krenak ; Literatura Indígena - Um Pensamento Brasileiro ; Literatura Indígena - Olívio Jekupé; Marcos Terena; Maxakali ; Nação Indígena Pindorama Brasil; Nodanakaroda - Povos Indígenas do Alto Rio Negro; Organização Geral dos Professores Ticunas Bilingües; Paiter - O site do Povo Indígena Suruí; Pajé Filmes; Palavra de Maxakali; Portal KaingangPovo Apurinã ; Povo Parakana; Povos Indígenas no Sul; Programa de Índio ; Projeto Pindorama;Projeto vídeo nas aldeias ; Questão indígena em destaque; Rede Culturas Indígenas; Rede Grumin de Mulheres Indígenas; Reserva Pataxó Aldeia Velha; Retomada Tupinambá; Ronildo Terena; Saberes da Floresta; Santuário dos Pajés; Séculos Indígenas no Brasil;Tapeba - Centro de Produção Cultural; Aqui Tekoa Mboy-Ty; Tribo Brasil;Txai Hunikuin; Tv Intertribal; Txaná Uri - A Viagem do pajé Ixã ;Voz Terena; Yuxinawa; Waimiri Atroari; Web Rádio Brasil Indígena ; Web Brasil Indígena; Xacriabá; Xucuru Kariri; Xukuru. <http://grumin.blogspot.com.br/>; <http://juayhu.blogspot.com.br/>; <http://www.paje-filmes.blogspot.com.br/>.

<sup>43</sup>Entre os sites apontados não estão inseridas as páginas de relacionamento em redes sociais. Estas informações como também destacam Pereira (2012) e Renessé (2011), embora demonstrem crescimento contínuo de espaços relacionados aos povos indígenas, encontra determinadas limitações seja de levantamento, seja de análise. Em primeiro lugar é difícil afirmar que estes dados reflitam o universo total de indígenas na Internet porque este ambiente possui estrutura muito ampla para que se possa identificar uma quantidade exata de páginas. Seria preciso desenvolver um mecanismo de pesquisa que acompanhasse o surgimento ou declínio de sites vinculados aos índios, o que exige um investimento e técnica bem específicos. Além disso, sites, de um modo geral, são espaços construídos e desativados diariamente por isso há sempre variação entre os levantamentos, embora não tenhamos nos concentrado nesta análise é possível sugerir problema como, por exemplo, desatualização, a perda do espaço de hospedagem por questões financeiras, etc.

<sup>44</sup>Ver <http://retomadatupinamba.blogspot.com.br/>.



personais no *Twitter* e no *Facebook*, é integrante da Rede Índios Online e atualiza o blog de sua etnia.

Neste exemplo fica evidente a atuação dos indígenas em diferentes espaços virtuais. Isto serve para aumentar a visibilidade social tanto do indivíduo quanto da coletividade e, como considera Recuero (2009), tem efeito no capital social obtido pelos atores. Nestas condições considera-se que sites de redes sociais enquanto formas técnicas podem colaborar para que os atores sociais auxiliem no gerenciamento de outros grupos enquanto mantém suas próprias redes. Por sua vez, estas redes podem se constituir em espaços de replicação e os atores sociais passam a gerenciar não apenas conexões mais valores que são construídos nestas articulações.

Nestes aspectos as tecnologias digitais e a Internet indicam um caminho que *reforça* as experiências políticas de grupos indígenas. Dizemos reforçar por entender que no contexto destes povos, as mídias e redes sociais não representam em si um canal que define as lutas sociais deste segmento. Ao contrário acontece independente de sua presença ou não nos meios de comunicação. Não se trata aqui, depois de se ter frisado a relevância das mídias, de relativizar o papel destas, mas de deixar claro que sua função social só faz sentido quando se compreende que a luta indígena antecede e ultrapassa a existência dos meios tecnológicos de comunicação. Além disso, tem sido notável como a potencialização do acesso a meios digitais no interior de aldeias indígenas não são acompanhadas da melhoria de acesso a bens e serviços sociais muitas vezes compreendidos como primários. Em certa medida os índios continuam sendo excluídos de meios que fornecem melhor qualidade de vida, como energia elétrica, saneamento básico, educação e saúde, enquanto se tornam incluídos digitalmente.

É este último aspecto que revela as articulações políticas dos indígenas e sua competência de transformar os desafios em oportunidades. Pois há uma tendência destes atores de ajustar o acesso a meios tecnológicos em oportunidade de constituição de representação simbólica e formas discursivas em favor de seus interesses individuais e coletivos. São estas construções que interessam a nós, posto sua possibilidade de remeter ao mote da política de reconhecimento por meio de ambientes comunicativos. Por isso, tentamos no próximo tópico realizar o cruzamento entre o reconhecimento e a comunicação, pois tal mote pode explicar a questão das lutas sociais a partir da lógica da visibilidade.

## 2.4 A comunicação e a política de reconhecimento

Uma das principais abordagens das sociedades atuais tem sido a relação entre identidades culturais e as redes eletrônicas de comunicação. Esta relação projeta a aproximação teórica entre duas categorias discursivas das ciências humanas o *reconhecimento* e a *comunicação*. No cruzamento destas duas vertentes ao processo de constituição das identidades minoritárias é possível aventar que as redes de comunicação podem constituir-se como espaço privilegiado e instrumento potencialmente válido para a visibilização de políticas de reconhecimento.

O reconhecimento é um conceito interdisciplinar das ciências sociais e humanas que vem atuando como categoria complementar e por vezes estruturante de grupos minoritários na contemporaneidade. Após os anos de 1960 os diversos movimentos sociais emergentes trouxeram para a agenda das lutas sociais contemporâneas reivindicações de âmbito cultural que deslocaram a questão da identidade e da diferença da periferia para o centro da discussão política. Este movimento foi provocado pela mudança de paradigma dos conflitos de classe aos conflitos de *status social* (FRASER, 2006, 2003) no qual estão incluídas as minorias sociais. Assim, houve o descentramento das demandas por justiça distributiva para o campo do reconhecimento pautado principalmente pelos motes cultural e identitário. A busca por reconhecimento se tornou um dínamo para movimentos como o ecológico, de gênero, raça e etnicidade os quais se constituíram como forças coletivas pautando processos políticos afirmativos que colocam em cena, desde então, identidades historicamente ignoradas.

A discussão conceitual sobre o reconhecimento é um tema que também pode ser atrelado ao espaço público na medida em que a busca por reconhecimento perpassa a perspectiva da visibilidade midiática, na qual é possível ser manifestadas demandas, ideais de pertencimento, interesses coletivos e individuais. Por isso, pensar a categoria reconhecimento implica também realizar abordagem e identificação de espaços comunicativos potenciais à dinâmica de construção de demandas identitárias e sociais. Esta pressuposição nos leva a reflexão do espaço público a partir de ponderações conceituais, principalmente, em Jürgen Habermas, Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser, cujas interpretações sobre os fenômenos socioculturais, identitários e políticos estão atravessadas pela lógica comunicacional.

No campo teórico, Axel Honneth, Nancy Fraser e Charles Taylor são os principais autores que recuperam o reconhecimento como mote central dentro da teoria crítica. Honneth (2009) dedicou-se à atualização da Teoria Crítica, ancorando-se na “gramática moral” enquanto padrão normativo da *luta por reconhecimento*. Influenciado pelas teorias de Hegel e Mead<sup>45</sup>. O autor busca refletir os fundamentos normativos da teoria crítica baseando-se na questão da dinâmica social, onde entram em evidência as experiências de injustiça e os conflitos sociais. Em sua revisão o reconhecimento pode ser lido como ação recíproca entre indivíduos, porque seria este que efetuará a reprodução da vida social através da dinâmica relacional.

O reconhecimento decorre das dimensões do amor, da estima social e da solidariedade, nas quais se manifestam os princípios de amor-próprio, da autoestima e do autorrespeito que se constituem formas de autorreconhecimento, ou seja, de um entendimento positivo sobre si mesmo. E quando os indivíduos são confrontados em seu reconhecimento, estes experimentam uma situação de desrespeito. O argumento deste autor é que para cada forma de reconhecimento há um equivalente negativo. Ou seja, uma experiência de desrespeito provocador de sentimento de injustiça, a qual pode ser caracterizada, entre outros aspectos, pela violência física, a negação de direitos, desvalorização cultural e supomos também, a invisibilidade. Seria estas negações a base motivacional para a luta por reconhecimento.

De forma similar Charles Taylor (1999, 2000), articula o conceito de *política de reconhecimento* adequando tal categoria de modo mais explícito às comunidades e grupos culturais emergentes a partir dos anos 1960. Em seu argumento, a política da diferença passou a determinar as sociedades contemporâneas posto o contexto multicultural em evidência desde então. Este argumento se justifica porque Taylor contrapõe-se ao ideal de uma política de dignidade universal na qual a identidade universal se sobrepõe a política de diferença.

Taylor observa que “*todas as sociedades se tornam cada vez mais multiculturais e as vezes mais porosas*” (TAYLOR, 2000, p. 53), por isso o reconhecimento público das diferenças é necessidade fundamental. Em suas palavras, “a ideia é de que é precisamente esse elemento distintivo [diferença] que foi ignorado, distorcido e assimilado” em favor da política da dignidade universal. Por isso a política de diferença demanda o reconhecimento de

---

<sup>45</sup> Cf. George Herbert Mead, *Mind, Self, and Society*, Chicago, 1934.

identidades específicas e de modos peculiares de organização social, entre outros, que convergem para o princípio de autonomia dos sujeitos, inclusive enquanto coletividade.

Significa dizer que um sujeito define a identidade do outro ao afirmá-la ou negá-la. Nisto consideramos, por exemplo, contextos sociais onde a formação de identidade foi estruturada no encontro de tradições e culturas diferenciadas marcadas por conflitos sociais e negociações como consideramos serem as sociedades pós-coloniais a exemplo do Brasil. Aqui podemos observar uma desconstrução ou negação de identidades indígenas perceptível na adoção de identidades subalternas como mestiços, cablocos e o próprio termo índio. Entretanto, se tem observado processos de autorreconhecimento que colocam em voga a lógica da autoafirmação identitária e a valorização de identidades específicas.

Logo, a internalização de juízos de valor capaz de influenciar no modo como um sujeito ou grupos social é tratado externamente em práticas de opressão e exclusão, e coloca estes como questionadores de suas próprias identidades. Cremos que para os indígenas ter reconhecida sua diferença e sua cidadania, esta última apontando para as especificidades, a comunicação seja a circunstancia principal reivindicada pelos índios. Isto nos remete a suposição de que os espaços comunicativos poderiam ser interpretados como canais complementar de reconhecimento para as minorias sociais.

A aproximação entre comunicação e reconhecimento tem como norte nesta pesquisa o espaço público onde se manifestam, por exemplo, o sentimento de pertença e as reivindicações por direitos de cidadania. Nosso ponto de partida para a compreensão deste nexos é a noção de *esfera pública* a partir das contribuições de Jurgen Habermas, Axel Honneth e Charles Taylor. A partir deste tema poderemos pensar como os meios de comunicação podem implicar em espaços de diálogo, negociação e de visibilização de políticas de reconhecimento.

Habermas (1962) é sem dúvida a principal referência na discussão sobre a esfera pública. Ao formular a concepção da esfera pública inspirando-se no conceito de publicidade, este autor a interpretava como estrutura comunicacional que, inserida na vida social, possibilitaria a formação de opinião pública. É possível, deste modo, inferir este espaço como um fórum aberto a todas as pessoas privadas, situado entre a sociedade civil e o Estado, que funcionava como um ambiente relacional de argumentações e discussões. Sua formulação teórica articula também o conceito de agir comunicativo no qual a esfera pública poderia ser o

lugar privilegiado onde as pretensões de validade (HABERMAS, 1989) de sujeitos e coletividades seriam tematizadas e problematizadas.

É esta Teoria do Agir comunicativo, elaborada por Habermas, que nos interessa, pois de certo modo, quaisquer atos comunicativos podem carregar em si afirmações de validade, portanto lutas por reconhecimento. Reivindicar validade poderia ser um dos princípios norteadores da esfera pública, entendida como estrutura comunicativa orientada para o entendimento mútuo. Assim, dizer esfera pública é perpassar, no sentido habermasiano, por práticas comunicativas, relacionais e dialógicas que independente dos tipos de discursos conduziria ao consenso. Em suas palavras:

Na ação comunicativa, os participantes não estão orientados primeiramente para o seu próprio sucesso individual, eles buscam seus objetivos individuais respeitando a condição de que podem harmonizar seus planos de ação sobre as bases de uma definição comum de situação. Assim, a negociação da definição da situação é um elemento essencial do complemento interpretativo requerido pela ação comunicativa (HABERMAS, 1989, p. 285 - 286).

Como fica explícita, a razão comunicativa, simbolicamente mediada, se desenvolve socialmente por meio do processo de interação dialógica nas esferas de discussão, orientadas pelo ideal de harmonização de discursos, objetivos e projetos. Com isso podemos perceber a esfera pública neste autor como campo de negociações dos sujeitos individuais que favorece a reprodução social, a continuidade das interpretações do mundo e a constituição da personalidade. Assim, a noção de esfera pública se orienta a partir de princípios como igualdade entre os participantes, ausência de coação, a autonomia e a competência comunicativa.

Em sua configuração de esfera pública Habermas destacou o papel da imprensa na sociedade moderna, concentrando-se nos jornais, como instrumento importante que se empenhava “na luta em torno do espaço da opinião pública e na promoção da publicidade como princípio” (Op. cit. p. 216). Taylor (2010, p. 5) ao explicar a análise de Habermas no contexto da Europa ocidental do século XVIII argumenta que a opinião pública decorria:

de pessoas amplamente separadas, partilhando a mesma visão, se associaram numa espécie de espaço de discussão, no qual foram capazes de trocar ideias com outras e alcançar este ponto final comum. Livros, panfletos e jornais circulavam entre o público educado, transmitindo teses, argumentos e contra-argumentos, referidos uns aos outros e refutando-se entre si.

Neste momento parecia haver de fato um espaço que se poderia identificar como esfera pública, ou seja, onde agentes sociais distintos e distantes poderiam participar da formação da opinião pública. Estas falas remetem a imprensa como espaço potencial de mediação e estímulo tanto para o uso da racionalidade das pessoas quanto para a formação dos sujeitos. Entretanto, nas perspectivas que Habermas apresenta é preciso reconhecer alguns problemas que se interpõe à sua discussão e que acabaram por restringir a *esfera pública* a um modelo individualizado, restritivo e pretensamente calculado para o entendimento.

Uma das primeiras críticas aos conceitos habermasiano diz respeito a certa negligência do teórico em relação a outros espaços que atuavam como *esfera pública* e os quais Habermas não mencionava. Tratava-se “*de outras formas de discursos e atividades políticas que existiram nos séculos XVII, XVIII e XIX na Europa [...]*” (THOMPSON, 2009, p. 69) os quais naturalmente não estavam inseridos na esfera pública burguesa. Podemos dizer então que Habermas aborda uma esfera pública cujo modelo é singular. Um espaço que, por seu contexto político e social, tendencialmente seguia o padrão do *homem, europeu, com aptidão linguística e heterossexual*.

Isto nos leva a uma segunda crítica à teoria Habermasiana: a constituição de um modelo de *esfera pública* onde o que entrava em relevo os interesses burgueses. Aqui não eram considerados outros segmentos como os pobres, minorias nacionais, entre outros, que mantinham demandas específicas não participavam da *esfera pública* ou tinha seus interesses representados (THOMPSON 2009). Além disso, a ideia da *esfera pública* instrumentalmente discursiva e previamente consensual também revela críticas.

Axel Honneth<sup>46</sup> (2009) nos traz então, outra dimensão do espaço social. Este autor reformulou a teoria crítica nos termos da teoria do reconhecimento e propôs a leitura da esfera pública como espaço não consensual, mas de conflito social. Habermas já reconhecia a esfera pública como espaço potencial para o reconhecimento intersubjetivo. Entretanto, a precondição do entendimento deslocava as particularidades discursivas e dos sujeitos participantes desta arena para o segundo plano, ocultando às diferenças intrínsecas as relações sociais. Apontando para esta debilidade, Honneth (IDEM) destaca um aspecto redutor das diferenças na teoria crítica proposta por Habermas e propõe outro ponto de vista para a esfera pública, que seja o reconhecimento. Destaca também que na pretensão universalista e

---

<sup>46</sup> O aluno de Habermas é atualmente o representante da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e num primeiro momento procura demonstrar as insuficiências no modelo da teoria desenvolvida por Habermas.

consensual de Habermas os conflitos sociais inerentes às relações intersubjetivas que se desenrolam na esfera pública ficam subestimados a teoria da linguagem, do discurso e da publicidade.

Foi por tal contradição que Honneth construiu sua teoria crítica inspirado em Hegel e em sua concepção de reconhecimento. Diferentemente da abordagem habermasiana baseada no modelo comunicativo da teoria crítica orientada para o consenso, Honneth prefere partir dos conflitos e de suas configurações para compreender a *esfera pública*. Em seu ponto de vista, a base para a interação entre os sujeitos é o conflito e sua gramática passa a ser a luta por reconhecimento.

Para Honneth a ideia de esfera pública, ao contrário do que faz Habermas, não se limita ao procedimento e competências comunicativas nos termos de uma racionalidade instrumental, mas configura espaços favoráveis à busca por reconhecimento intersubjetivo. O que só acontece por via das relações sociais e, naturalmente, dos conflitos intersubjetivos, é isto que nos permite falar na passagem de uma teoria do consenso para uma teoria do conflito social. Falar em esfera pública, neste sentido significa interpretar que “*os atores sociais não levantam somente de maneira discursiva pretensões de validade, mas formulam expectativas de reconhecimento.*” (VOIROL, 2008, p. 4).

Esta articulação de Honneth pode ser alista aos meios de comunicação como espaços públicos potenciais de reconhecimento na medida em que estes canais possibilitam processos dialógicos, nos quais os conflitos sociais são importantes. A validade do estudo de Honneth poderia estar num enfoque reflexivo no qual os meios de comunicação possam ser analisados a partir da perspectiva da esfera pública, sem encará-la como espaço final de deliberação política, mas como fóruns de expansão de pretensões para o reconhecimento.

Relacionada aos meios comunicativos contemporâneos esta perspectiva de esfera pública não implica necessariamente em espaços onde distintos atores sociais, com discursos opostos se encontram, discutem e chegam ao consenso. Na internet, à medida que este meio se popularizou, foram sendo criadas plataformas independentes onde indivíduos e coletividades com interesses previamente compartilhados passam a dar visibilidade a suas pretensões de reconhecimento. São exemplos neste sentido site de grupos que demandam reconhecimento identitário como de negros, mulheres, homossexuais e indígenas, nos quais a questão central passa a ser o reconhecimento de suas identidades.

O espaço público que propomos pensar se constitui em ambientes dinâmicos e inerentes de disputas e negociações (conflitos sociais), os quais quando vinculados a mecanismos comunicativos ganham inevitavelmente maior notoriedade e visibilidade pública. Não se trata, no sentido que propomos, de pensar rasteiramente os media como espaço de publicidade, mas de pensá-los dentro das lutas sociais como canais que reforçam as relações intersubjetivas e sociais. Aqui se encontra, então, a pertinência do estudo de Honneth para tentarmos compreender a dinâmica da luta por reconhecimento de grupos indígenas no Brasil. Chegamos deste modo, a um sentido particular de esfera pública onde os meios de comunicação assumem significativo papel ao constituírem-se como espaço dialógico, assim como facilitadores de intersubjetividade e reconhecimento.

Alinhando tal discussão ao contexto das redes sociais online de grupos indígenas, esta questão nos leva a uma problematização mais específica, que seja o do acesso destes grupos a serviços de comunicação. Pois se trata de uma questão a ser considerada quando se percebe que a dificuldade de acesso a determinados meios passam a ser resolvidas com a intervenção do Estado ou de políticas privadas. Esta discussão aponta, portanto, para a comunicação, o reconhecimento e a redistribuição como temáticas que estão embutidas na realidade indígena.

A questão da redistribuição aparece neste contexto no âmbito da promoção de políticas de incentivo a produção de plataformas comunicacionais. O tema da redistribuição é abordado principalmente por Nancy Fraser (2006), para quem redistribuição de renda e reconhecimento seria igualmente fundamental para o estabelecimento de espaços públicos pelos sujeitos sociais. Sem negar a noção de esfera pública proposta por Habermas e considerando que o enquadramento do discurso da burguesia tenderia a excluir membros de camadas sociais desfavorecidas, Fraser postula a percepção do espaço público dissociado da perspectiva de deliberação. Este postulado prevê que o espaço público pode ser mais bem entendido quando se tem em conta a identificação dos atores sociais envolvidos nele e as condições sob as quais a esfera pública se desenvolve. Por isso, para Fraser, pensar os fenômenos sociais culturais, o que inclui a questão comunicacional, envolve tanto a redistribuição quanto reconhecimento.

Por isso, ao cruzarmos a comunicação e o reconhecimento no ambiente indígena o fazemos pensando as condições nas quais os espaços de comunicação são elaborados e se tal mote pode ou não atravessar as pretensões de reconhecimento. Embora para a autora a



redistribuição e o reconhecimento de diferenças culturais constituem condições fundamentais para a constituição de espaços de lutas sociais por grupos minoritários, abordaremos com cautela tal mote. Tentaremos assim, no próximo capítulo analisar as políticas de reconhecimento no portal [www.indiosonline.net](http://www.indiosonline.net) considerando seu contexto estrutural, suas discursividades e os atravessamentos de diferentes atores neste ambiente. Antes, porém faremos uma apresentação da Rede, sua estruturação *off-line* e *online*, e de seus atores.

### 3. A Rede Índios Online

O objetivo deste capítulo é traçar um panorama da Rede Índios Online observando-a a partir das vertentes *online* e *off-line*, pois se trata de uma organização cuja articulação ocorre não apenas no contexto virtual, como também se constitui como estrutura concreta. Com base nesta paisagem iremos discutir como a Rede *off-line* articulou políticas de fomento visando à promoção do site [www.indiosonline.net](http://www.indiosonline.net). Para contemplar tal objetivo dividimos o capítulo em três partes. A primeira evidencia a Rede em seu aspecto tangível revelando sua história, seus atores e suas articulações. Na segunda daremos atenção ao site Índios Online considerando sua arquitetura e o enredo do portal. Estas duas partes serão abordada tendo em vista o conceito de rede tanto como uma estrutura de organização social quanto uma estrutura comunicativa. Na terceira parte, lançaremos mão das políticas de financiamento vinculadas ao portal destacando a política pública Pontos de Cultura e a política privada OI Novos Brasis.

Como procedimento para esta abordagem nos valem da análise do portal<sup>47</sup> e de informações obtidas em entrevistas presenciais<sup>48</sup> com indígenas da Rede (Potira Tê Tupinambá<sup>49</sup>, Yonana Pataxó Hãhãhãe<sup>50</sup>, Fábio Titia<sup>51</sup>, Apurinã Rosa Titia<sup>52</sup>) e o presidente da ONG Thydêwá (Sebastian Géric<sup>53</sup>). Partindo das informações levantadas no portal da Rede e nas entrevistas, iniciamos nossa abordagem sobre a Rede Índios Online pressupondo-a como

---

<sup>47</sup> O mapeamento do site, coleta de dados e escolha de material empírico foi feito no período de abril a dezembro de 2011.

<sup>48</sup> As entrevistas foram realizadas nos dias 01 e 22 de Junho de 2012. A primeira ocorreu em Olivença (Ilhéus/BA) com Sebastián Géric e Ivana Cardoso e a segunda na aldeia de Água Vermelha (Pau Brasil/BA). As entrevistas encontram-se em anexo nesta dissertação.

<sup>49</sup> Advogada indígena Ivana Cardoso está na Rede Índios Online desde 2005. Desde 2005 participa da Rede e entre 2007 e 2009 atuou como uma “Pétala da Rede” o que significava ser um tipo de articuladora da Rede visitando as aldeias do projeto acompanhando o trabalho dos indígenas e oferecendo formação.

<sup>50</sup> Seu nome não indígena é Jerusa Alves da Costa e trabalha no posto de saúde da Aldeia de Água Vermelha, que integra o território Pataxó Hãhãhãe. Está na Rede desde 2005 quando passou a escrever no site. Desde 2011 participa da gestão compartilhada da Rede.

<sup>51</sup> Presidente da associação de moradores de Água Vermelha é também Agente de Saúde na aldeia. Está na Rede desde 2004 e em 2011 passou a ser um dos gestores.

<sup>52</sup> Estudante do ensino médio, este indígena é um exemplo de indígena que participa da Rede postando matérias e está no projeto desde 2007.

<sup>53</sup> Argentino de Buenos Aires, o diretor da ONG é formado em história e está há 15 anos no Brasil. Há 27 anos trabalha com documentários. Em 1997 passou a desenvolver parcerias com grupos indígenas do Nordeste brasileiros para produção audiovisual, sendo este os primeiros passos do que mais tarde seria a ONG Thydêwá. Nesta instituição o argentino assumiu o papel de presidente e através da instituição passou a desenvolver projetos em comunidades indígenas e a captar recursos através de parcerias com organizações, públicas e privadas do Brasil e mesmo em instituições estrangeiras. Sebastián Géric forneceu para esta pesquisa elementos significativo a cerca do desenvolvimento do projeto, suas parcerias e formas de articulação e estruturação, muito mais do que os indígenas entrevistados. Por isso, nesta dissertação se observará a utilização mais frequente de fragmentos de sua entrevista.

estrutura que nasce de uma demanda local, da mobilização e organização de diferentes agentes e que se consolida como uma articulação principalmente regional, capaz de articular estratégias comunicacionais com o provável intuito de obter visibilidade e reconhecimento social.

### **3.1 Índios *off-line*: os atores e as conexões.**

A Rede Índios Online é resultado da articulação entre grupos indígenas da região Nordeste em parceria com a Organização Não Governamental Thydêwá<sup>54</sup>. Nossa abordagem começa pela ONG Thydêwá. Enfoque necessário por ser a ONG e a Rede Índios Online estruturas complementares e autorreferentes na medida em que em seu percurso compartilham dos mesmos atores, indígenas e não indígenas. A Thydêwá foi criada em 2001 e sua articulação é resultado da dispersão de membros de outra ONG indígena do Nordeste, a “Águia Dourada”<sup>55</sup>. Motivados por divisões internas alguns índios das etnias Tupinambá, Pataxó Hãhãhãe e Tumbalalá, Xucuru-Kariri e Kariri-Xocó e Pankararu dos estados de Bahia, Alagoas e Pernambuco, em associação com o publicitário argentino Sebastian Gérlic, saíram da “Águia Dourada” e fundaram a ONG Thydêwá. Deste modo, esta instituição nasce da articulação de indígenas e não indígenas se constituindo idealmente como uma rede

---

<sup>54</sup>As informações sobre esta instituição são resultado da entrevista cedida pelo argentino Sebastian Gérlic realizada no dia 22 de Junho de 2012 em Olivença, Bahia. Além disso, complementamos estas informações a partir de dados apresentados pela autora Eliete Pereira (2012). Thydêwá é uma palavra oriunda da etnia Pankararu e significa *Esperança da Terra*, que é também o lema da ONG. Este lema traduz idealmente a perspectiva holística da ONG como descreve o argentino Sebastian Gérlic (2012), para quem a instituição “nasce principalmente com esse objetivo: facilitar cruzamentos e interações justas para todas as partes.” Por isso, podemos qualificá-la como instituição que tenta se promover como organização intercultural e de valorização da diversidade cultural. A Thydêwá tem como principais finalidades: promover o respeito pela vida; defender os direitos humanos; melhorar as relações interculturais; facilitar intercâmbios entre os grupos indígenas entre si e com toda a sociedade; estimular a sustentabilidade harmônica e ecológica das comunidades; valorizar as culturas marginalizadas; lutar por paz e justiça; promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico. A sede da entidade está localizada no distrito de Olivença (município de Ilhéus/BA). Local estratégico por estar próximo a algumas das aldeias que integram a ONG e a Rede Índios Online como os Tupinambá de Olivença, os Kiriri, os Pataxó, os Tumbalalá e os Pataxós Hãhãhãe situados na Bahia. Isto representa tanto uma economia de custo quanto maior proximidade com as aldeias. É na sede, por exemplo, onde se idealiza os projetos e ocorrem cursos de formação entre outros eventos.

Mais informações sobre esta ONG, assim como os projetos relacionados a ela estão disponíveis em [www.thydewa.org](http://www.thydewa.org).

<sup>55</sup> Não há informações detalhadas a respeito desta entidade que aponte para uma apresentação mais concreta. Entretanto é possível observar que a ONG foi constituída foi idealizada pela etnia Kariri-Xocó de Alagoas. Além desta etnia é composta também pelos Pankararu e Fulni-ô de Pernambuco e Kiriri da Bahia sendo sua principal característica a presença exclusiva de indígena. Com sede em Salvador (BA) a entidade tem em seus pressupostos a questão cultural indígena principalmente no que diz respeito a “recuperação” da tradição indígena e a apropriação de conhecimento da cultura não indígena. Também não identificamos os motivos da divisão interna entre os membros desta ONG que decorreu na fundação de outra instituição, a Thydêwá.

colaborativa de aprendizagem. A participação de indígenas e não indígenas na organização da ONG permite interpretá-la como uma instituição mista<sup>56</sup>. São seis indígenas<sup>57</sup> e um não índio gerindo atualmente a entidade estando distribuídos entre presidente, coordenadores de projetos diretores e conselheiros.

Entre os principais projetos desenvolvidos pela ONG está o “Índios na Visão dos Índios<sup>58</sup>” uma coleção de livros que vinha sendo desenvolvida pela “Águia Dourada” e que

---

<sup>56</sup> Embora a estruturação da ONG Thydêwá não seja objeto de análise nesta dissertação sua inserção é necessária para a compreensão de que foi a partir de seu surgimento, seus projetos e estruturação que o site Índios Online se concretizou. Deste modo, quando dizemos que a ONG é uma estrutura mista significa dizer que se trata de uma instituição onde a presença de índios e não índios se torna principal característica. Este aspecto pode evocar discussões em torno da relação entre estes dois atores e mesmo sobre as posições que cada um ocupa na ONG. Se considerarmos que historicamente os índios foram compreendidos como dependentes dos não índios para alcançar seus objetivos, então estaremos diante da possibilidade de que na ONG o não índio Sebastian Géric seja o principal agente, ou seja, articula, coordena, implementa ações e etc. Nesta possível estruturação os índios poderiam ocupar um lugar subalterno, de agente com pouca ou nenhuma participação. Entretanto, considerando a política da ONG de se propor como uma rede colaborativa é possível conjecturar que tanto os índios quanto não indígenas podem vir a atuar conjuntamente em torno de seus projetos. A ideia de percebermos um não indígena em uma instituição cujos projetos estão baseados na problemática étnica parece evocar um jogo de dependência dos índios em relação ao contexto não indígena. Porém, em nosso entendimento, o debate sobre a participação/colaboração ou não de não indígena e a possível ausência de autonomia podem levar a entender que a autonomia indígena somente ocorreria plenamente se estes atores não estivessem atravessados por agentes sociais não indígenas (instituições e pessoas). Isto ressuscita tanto o discurso da incapacidade de autodeterminação, autonomia e de articulação política do índio, com o qual não concordamos, quanto reforça processos de separação cultural ainda evidenciados no Brasil no qual prevalece o ideal do índio puro e, portanto, distante da sociedade não indígena. Portanto, a percepção de um não indígena em uma instituição que já nasceu composta por diferentes agentes culturais não necessariamente pode implicar na sobreposição de opiniões e posições. Isto não significa que no dia-a-dia das articulações elaboradas pela Thydêwá não haja negociações, divergências internas e etc., porém também não significa que devamos reafirmar neste tipo de estrutura uma posição inferior do índio como agente de ação.

<sup>57</sup> Destaca-se a indígena Potyra Tê da etnia Tupinambá que é diretora executiva da ONG, Fernando Atiã (Pankararu) conselheiro da instituição. Além destes foi citada a presença de indígenas das etnias Kariri-Xocó (Alagoas), Potiguara (Paraíba), Kiriri, Tumbalalá, Tuxá e Pataxó Hãhãhãe (Bahia). Além destas etnias podemos identificar a presença dos Fulni-ô (Pernambuco). Todas possuem relações distintas com a ONG. Algumas mantêm apenas projetos com a instituição (Fulni-ô, Karapatô, Pankararu, Pataxó Hãhãhãe e Tumbalalá) participando desde a elaboração à execução destes e avaliação de projetos. Outras mantêm relação de maior proximidade com a entidade como é o caso da etnia tupinambá que conta com a participação de indígenas em posições de destaque na ONG como na direção executiva. Estas variações dependem de fatores como a localização geográfica da etnia em relação à localização da sede da ONG o que pode implicar em maior ou menor contato presencial. Fator que pode ser exemplificado a partir da presença mais frequente de indígenas da etnia Tupinambá na entidade. Esta aldeia está localizada próximo da ONG, e, além disso, no entorno desta residem alguns indígenas desta etnia. Em relação à presença não indígena a principal é a do argentino Sebastián Géric. A participação de não indígenas é identificada de modo geral na execução dos projetos principalmente envolvendo questões técnicas mais complexas como manuseio de aparatos tecnológicos e especialidades como contador, pedagogo e etc.

<sup>58</sup> Índios na Visão dos Índios é uma dos projetos desenvolvidos pela ONG Thydêwá. De acordo com as informações do site a “Formação de indígenas de várias etnias e nações para atuarem como historiadores, antropólogos, jornalistas e fotógrafos de suas próprias realidades” é o principal objetivo deste projeto que desde 2001 já publicou 15 livros. Alguns tratam de etnias específicas, em outros se tem uma visão geral de diferentes etnias sobre temas como tecnologia – a exemplo do livro Arco Digital – e outros são traduções para línguas estrangeiras como francês. Todas as edições estão disponíveis para download no endereço <http://www.thydewa.org/indios-na-visao-dos-indios/>. Trata-se de publicações em formato de livros cujos autores são indígenas. Em geral as temáticas correspondem a abordagens sobre etnias específicas, histórias indígenas do

teve sua continuidade na Thydêwá. A elaboração desta coleção proporcionou a estruturação de uma rede indígena voltada para a formulação de produtos comunicativos<sup>59</sup> a partir do contexto indígena. Foi nesta conjuntura que surgiu o projeto Índios Online, por isso argumentamos a estruturação de uma organização indígena de cunho comunicativo anterior ao uso da internet.

Durante a elaboração dos livros, os índios passaram a ter contato com diferentes ferramentas comunicativas a exemplo de gravadores, filmadoras e máquinas fotográficas as quais eram utilizadas principalmente nas aldeias durante o processo de coleta de informações para a coleção de livros Índios na Visão dos Índios. Este teria sido para alguns indígenas o primeiro contato tanto com um computador quanto com a internet. E à medida que outras edições dos livros iam sendo elaborado o uso do computador também se intensificava. De acordo com o presidente da ONG Thydêwá Sebastian Gérlic (2012) no primeiro livro: “levamos máquinas de produção analógica e gravador de fita cassete. No segundo livro, um gravador digital. No terceiro, uma câmera digital e, no quarto livro, levamos um computador” (IDEM).

Estas modificações nos leva a crer que o uso da internet e a posterior criação de um site decorreram de um processo de adequação do projeto “Índios na Visão dos Índios” e de amadurecimento de seus agentes. Gérlic, neste sentido, argumenta que o projeto nos três primeiros anos se referia basicamente à produção de livros impressos, porém “no quarto passou a ser identificado como *Índios na Visão dos Índios Online*” ao ser adequado ao espaço virtual. Esta dinâmica remete a um véis pedagógico entre indígenas e não indígenas na qual os índios se colocam ou são colocados na condição de aprendizes de novas formas de expressão de seus discursos.

Esta percepção fica evidente quando Gérlic (2012) enfatiza que: “A gente colocou um balcão com sete computadores, durante sete dias, fechados vinte e quatro horas por dia. A gente ficava umas horas aprendendo a pegar no mouse e ficava umas horas discutindo para que pegar no mouse” (IDEM). A fala de Gérlic recupera o modo como Paulo Freire (1968, 2011) introduz a perspectiva da ação educativa através da pedagogia da autonomia e da

---

cotidiano e a relação dos índios com as tecnologias – a exemplo do livro Arco Digital – e outros são traduções para línguas estrangeiras como francês.

<sup>59</sup> Desde 2000 os indígenas já vinham realizando alguns produtos audiovisuais como documentários, CDs, livros e incentivando o uso de rádios comunitárias nas aldeias. Além disso, constitui ação da ONG cursos e oficinas em escolas, apresentações culturais entre outros.

coparticipação do educador no universo do educando. Na concepção de Freire a educação se fundamenta no mundo da comunicação e esta última tem como premissa o diálogo.

Na prática dialógica da comunicação o educador se insere no contexto sociocultural do educando, como observamos ser o caso de Gérlic, se colocando também na condição de aprendiz do universo do outro. No caso da Rede os indígenas e não indígenas parecem ter construído um ambiente educativo que pensava não na apropriação de um meio técnico, mas na construção de discursos que contribuíssem para sua autonomia. Pois como argumenta Freire (1968, p. 49) a mera transferência (*extensão*) de conhecimento e técnicas constroem *meios de comunicados às massas* fixando estas no lugar de seres manipulados. Por outro lado, a perspectiva de Freire (Ibidem) sobre a educação como comunicação e diálogo inscreve tanto o educador quanto o educando na situação de autonomia “na medida em que a educação não é uma transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”.

Assim, reafirmamos que em relação aos indígenas há certo verniz pedagógico do construir junto, não um meio técnico, mais formas de mediações e um diálogo comunicativo. No caso da Rede Índios Online não era apenas necessário se apropriar de um meio, mais pensá-lo como uma oportunidade de construção de um espaço de mediação. Tal perspectiva pedagógica sugerida por nós encontra respaldo ainda através de cursos, fóruns e oficinas tais como: *Gestão de Associações, Dialogando com o MEC, Agrofloresta, Economia solidária, O futuro da saúde também está na tradição, O que é ser cidadão indígena, MAPA, Conhecendo o MOODLE, e Jornalismo étnico.*

Em todos estes pode ser observado um sentido pedagógico referente tanto ao uso da técnica quanto à perspectiva de percepção do sujeito como ser político e transformador de sua própria realidade. Não por acaso os indígenas embutiram identidades que os identificam como sujeitos de ação no universo comunicativo contemporâneo ao se autodeterminarem enquanto etnojornalistas, ciberativistas e etnocelometrístas<sup>60</sup>. A entrada do projeto “Índios na Visão dos Índios” no ambiente virtual e sua estruturação como rede online decorreu desse processo complexo de articulação e aprendizagem entre indígenas e não indígenas.

Logo, a instituição de uma Rede denominada Índios Online teve até 2007 em sua estrutura organizativa, também, indígenas e um não indígena. Em termos organizativos é

---

<sup>60</sup> Pessoas que fazem uso do celular como ferramenta de atividades midiáticas nas aldeias projetam em parceria com empresa privada que além de material técnico ofereceu, em 2009, oficinas de roteiro, produção e edição de vídeo em aldeias indígenas que aumentou inclusive a disponibilização de vídeos no portal.

possível dividir a Rede em três principais períodos. De 2004-2007 a Rede foi composta por indígenas das sete etnias, entretanto não havia uma organização articulada entre eles. Neste momento a ONG Thydêwá era descrita como coordenadora do projeto. Talvez por isso, a figura do presidente da ONG, Sebastian Gérlic, tenha se afirmado como principal referência inclusive para os índios neste momento. Gérlic aparecia como coordenador muito embora tentasse destacar o protagonismo indígena e a ONG como referentes para o projeto. Entre 2007 e 2010 os indígenas passaram a ter maior autonomia em relação a ONG, sendo criada a primeira coordenação<sup>61</sup> composta apenas por indígenas.

Desde a saída da ONG da coordenação do projeto os indígenas vêm gerindo a Rede que adquiriu caráter mais institucional, ainda que não juridicamente reconhecida. Foi eleito o primeiro coordenador da Rede o indígena Alex Pankararu (Pernambuco). Desde 2011 vem sendo aplicada a política de gestão compartilhada<sup>62</sup> objetivando a participação diversificada, espontânea e circular dos índios na coordenação do projeto. A atual gestão da Rede está composta por quatro povos indígenas totalizando cinco gestores: Alex Makuxi de Roraima (TI Raposa Terra do Sol), Patrícia Pankararu de Pernambuco, Nhenety Kariri-Xocó de Alagoas e Fábio Titiá e Yonana Pataxó Hãhãhãe da Bahia.

Percebemos que os atores presentes na Rede vão além das sete etnias envolvidas inicialmente no projeto. Além dos Pankararu (PE), Kariri-Xocó e Xucuru-Kariri (AL), Kiriri, Tumbalalá, Pataxó Hãhãhãe e Tupinambá (BA), estão presente na Rede os Truká (PE),

---

<sup>61</sup> A eleição aconteceu no contexto dos encontros anuais da Rede realizados uma vez por ano. Em 2006 o 3º encontro que elegeu Alex Pankararu aconteceu no Centro Cultural Tupinambá, sede do Ponto de Cultura Viva, localizada no Distrito de Olivença (Ilhéus/BA). Além dele foram escolhidos Na função de coordenador geral o indígena ficaria responsável pela gestão da Rede. Este encontro contou com a presença de Célio Turino, na época então Secretário de Projetos e Programas Especiais do Ministério da Cultura e de representante do Instituto Telemar ([www.institutotelemar.org.br](http://www.institutotelemar.org.br)) e o programa Novos Brasis (Índios Online, 2006). A primeira gestão indígena foi dividida em diferentes áreas, cada uma tendo um indígena de diferentes etnias como responsáveis sendo estas: Educação (Pataxó Hãhãhãe), Cultura (Pankararu), Desenvolvimento (Kariri Xocó), Cidadania (Pataxó Hãhãhãe), Coordenação Geral (Alex Pankararu), Monitoramento (Kiriri), Comunicação Interna (Pataxó Hãhãhãe e Xucuru Kariri), Comunicação Externa (Tupinambá), Trabalhos escolares (Xucuru Kariri e Kiriri), Voluntários (Kariri-Xocó), Chat: (Tupinambá), Contato com parceiros: (Pankararu), Administração (sem nomeação) e Informática (sem nomeação) e atuou até 2010.

<sup>62</sup> Este grupo gestor teve articulação facilitada por força do Premio Pontos de Mídia Livre do MINC, recebido pela Rede em 2009, cujo recurso recebido pelo prêmio, como destacou Alex Pankararu foi feito “um plano de trabalho para o fortalecimento e expansão da Rede Índios” e desenvolvimento de um “Projeto de Gestão Compartilhada da Rede Índios on Line”. (Alex Pankararu, 2009). As etnias envolvidas nesta primeira gestão foram: Alex Pankararu, Graciela Guarani, Ivana Cardoso (Potyra Tê Tupinambá), Ivana Cardoso (Potyra Tê Tupinambá), Diana Terena (Diana Davilã), Luciano Pankararu, Jaqueline Potiguara (Irembé) e, Nhenety Kariri Xocó. Em 2007 foi escrito o Estatuto da Rede Índios Online. Este vai ser como contexto a mudança da forma de gestão. De acordo com o Estatuto a Rede estaria dividida entre coordenador, conselheiro e voluntários, o que geraria uma hierarquia na administração do portal. Este Estatuto parece não estar mais vigorando tendo em vista que atualmente aparentemente não há hierarquias na forma de gestão compartilhada.

Potiguara (PA) Tuxá e Pataxó (BA), Makuxi (MT), Fulni-ô, entre outros. A presença destes grupos, além de representar a diversidade interna da Rede, reconstrói a discussão apresentada no primeiro capítulo sobre a articulação de grupos étnicos antes descritos como extintos. Com exceção do grupo Makuxi e Fulni-ô, os demais grupos constituem de povos que vivenciam de modo particular o processo de reelaboração cultural. Fazem parte, portanto, de grupos ressurgidos que reivindicam sua identidade étnica (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998).

Por isso, principalmente para os índios do Nordeste a Rede Índios Online pode ser interpretada como uma estrutura que agrega povos em processo de reafirmação étnica e que tentam fazer do espaço *online* e de articulações *off-line* modalidades de autoafirmação identitária. Além disso, esta diversidade reverbera também na forma organizativa que não se restringe a etnias do Nordeste como é possível perceber na presença de um indígena de Mato Grosso incluído na gestão.

A mudança na forma de gestar a Rede pode ser justificada tanto pela inclusão de novos atores, que ampliou a diversidade de agentes, quanto pela necessidade de descentralização, tornando-a mais participativa. Esta política de organização defende que “todos possam participar, não só o gestor deve dar opinião de quem entra [...], porque a nossa intenção é que todos os índios, índios online que não fazem parte da gestão participem dando a sua opinião” (YONANA HÃHÃHÃE, 2012). Em função disto, na estrutura organizativa da Rede não há a distribuição de posições específicas a exemplo de coordenador, diretor, articulador e etc, ao contrário, todos – indígenas - podem participar (publicar textos, dar opinião, participar da gestão e etc.) de forma igual. A ideia presente nesta forma de estruturação é o da produção do diálogo, da “coparticipação” (FREIRE, 1987) e da possibilidade de uma relação comunicativa mútua que dê sentido a Rede como uma comunidade de interesse e de colaboração que se organiza de forma compartilhada.

Nesta mudança é possível sugerir uma autonomia dos indígenas em relação à ONG e sua coordenação. Durante as entrevistas para esta pesquisa, quando perguntados sobre a autonomia da Rede e sua relação com a ONG Thydêwá, não percebemos indício de que haveria uma atuação ou postura decisória superior da instituição em relação à Rede Índios Online. Ao contrário a instituição e seus membros são descritos como “parceiros<sup>63</sup>” da Rede. Entende-se nesta condição que há uma aparente posição de afastamento da ONG em relação

---

<sup>63</sup> De acordo com o Estatuto da Rede parceiro “são as entidades e pessoas que apoiam as iniciativas da Rede Índios On Line”. (ESTATUTO DA REDE, 2007).



aos processos decisórios e de organização, entretanto sua participação pode vir a ser acionada em momentos específicos.

Isto pode indicar uma relação estratégica dos indígenas no sentido de ter uma instituição juridicamente registrada, da qual participam e tomam como referência. A proposta de uma gestão compartilhada pode significar que os fluxos de comunicação e os níveis de participação sejam democratizados de modo que a informação tenha diferentes pontos de origem que não necessariamente um gestor. Isto de certo tem por finalidade mobilizar os indígenas localizados a margem dos líderes ao fazer com que estes também se tornem emissores de informação e participem de processos decisórios referentes à organização da Rede.

Além disto, outra especificidade deste tipo de gestão está no fato de ser uma forma de governo na qual os atores se comunicam virtualmente, sendo que parte destes não se conhece ou sequer mantêm contatos pessoalmente. Isto configura um típico exemplo de ação coletiva contemporânea em rede que utiliza a acessibilidade da internet para aproximar, organizar, coordenar e propor ações coletivas. Fator que minora a dependência de contatos pessoais impossibilitados por fatores econômicos e, principalmente, geográficos (RHEINGOLD, 2002 e ANTOUN 2004).

Apesar destas reflexões positivas, é preciso considerar que as reflexões sobre esta rede devem levar em consideração que, além de oportunidade de uma forma diferenciada de gestão voltada para o entendimento, o conhecimento e a partilha, há problemas. Temos de reconhecer que estes valores não são propriamente derivados da herança cultural indígena, mas projetados externamente sobre eles. De modo mais pragmático, podemos dizer que existem três problemas.

O primeiro diz respeito à importância que os indígenas parecem oferecer ao contato presencial. Isto porque, os grupos étnicos que compõe o projeto ficam localizados em regiões distantes entre si, o que dificulta o contato presencial. Neste sentido a proposta de gestão online parece suprir esta carência presencial. Entretanto a relação apenas a partir do portal e de outras redes virtuais é destacada como uma dificuldade pelos indígenas. Embora seja uma rede que consegue viabilizar suas ações por meio da Internet, os encontros coletivos presenciais servem como espaços de partilha, formação, articulação, reciclagem e motivação interna. Neste sentido a gestora Yonana Pataxó Hãhãhãe (2012) considera que “a forma de se organizar [a rede] é um pouco complicada, porque agente só conhece uns aos outros através

do computador e da internet, mas ‘cara a cara’ não”. A fala da indígena ressuscita a necessidade dos contatos pessoais típicos das redes sociais de articulação, contrariando a crença introduzida na sociedade da informação de uma transição das interações presenciais pelas virtuais.

O segundo aspecto diz respeito à ausência de habilidade administrativa, técnica e definição de papéis por parte das gestões, o que acentua os problemas de logística no uso dos equipamentos disponibilizados, bem como a dificuldade de pensar soluções para lidar com os mesmos. Isto de certa forma gera um nível de desuso do material disponibilizado, o que pode ter relação com certo grau de distanciamento de parte dos indígenas em relação as potencialidades da comunicação digital. Isto não resulta apenas das dificuldades de acesso às novas tecnologias da comunicação, mas também da forma de lidar com elas quando estas são ofertadas.

Um exemplo disto pode ser observado no Ponto de Presença localizado na região de Água Vermelha (aldeia que fica a dezesseis quilômetros do município de Pau Brasil, Bahia.) onde estão presentes da etnia Pataxó Hãhãhãe. O Ponto foi instalado na sede da associação de moradores desta comunidade como estratégia de facilitar o acesso dos indígenas ao projeto. Embora tenha sido aprovada em 2010 pelo GESAC (Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão) a implantação do ponto ocorreu apenas em Maio de 2012, depois de diversas reivindicações dos indígenas da localidade. Há disponíveis para os indígenas quinze computadores para conexão com a Internet via satélite, impressora, um laptop e um data show. Uma semana após a implantação, um defeito no servidor impossibilitou o uso das máquinas, estando apenas uma em funcionamento.

As faltas de habilidade técnica e de conhecimento específico dos indígenas se transformam em impedimento para que eles mesmos possam resolver problemas. Com isto os índios permanecem em situação de dependência em relação a órgãos estatais financiadores como o GESAC. Neste caso específico o relato dos indígenas indica dificuldade de acesso com este órgão federal para solicitar manutenção no Ponto de Presença, em virtude de não haver resposta sobre a resolução do problema.

O terceiro problema envolvendo a autogerenciamento envolve a carência de recursos financeiros e reverbera nas duas dificuldades apontadas acima (estruturais e organizativos). Atualmente a Rede que se desenvolveu estruturalmente a partir do apoio financeiro de empresas públicas e privadas não dispõe de qualquer fonte de recurso. A atual deficiência

financeira da Rede se diferencia, entretanto, de outros momentos nos quais o projeto contava com diferentes tipos de parcerias com instituições públicas e privadas, como perceberemos na terceira parte deste capítulo. Podemos interpretar a rede social Índios Online como uma forma alternativa de estrutura organizacional que, em tese, tende a potencializar o debate democrático online entre os indígenas. Isto tem como motivação o entendimento de que o desenvolvimento e ampliação de sua rede digital decorreriam de uma gestão compartilhada entre indígenas, cujas relações de poder tendem a ser vistas de forma igualitária e baseadas na possibilidade autonomia dos indígenas na produção de informação. Entretanto é preciso problematizar que a atual estrutura decorre de fatores específicos.

Pode-se interpretar que em relação aos índios aqui colocados o uso da internet inicialmente não define a formação de uma rede de articulação entre indígenas e não indígenas. Ao contrário foi esta estrutura mista indígena concreta que passou a definir o uso da internet como plataforma comunicativa e de articulação que reforça os laços de pertencimento *offline*. Talvez por isso, a rede online esteja atuando há quase dez anos, pois diferentemente de outras organizações inclusive indígenas que se baseiam apenas em ações online, esta rede indígena vem priorizando uma estruturação concreta em torno das demandas indígenas. Além disso, a mútua participação de atores distintos (índio e não índio) pode ter impactado na organização do portal Índios Online e em sua administração, o que significa que a rede online não nasceu de uma articulação exclusivamente indígena.

Antes, porém, a Rede Índios Online, assim como a ONG, contava com uma coordenação mista<sup>64</sup> o que poderia significar tanto a influência e participação em níveis mais democráticos, como também formas assimétricas de participação. Chama atenção nesta organização a posição ocupada pelo presidente da ONG, Sebastian Gérlic, que hora convoca a imagem de idealizador da ONG, quanto de dirigente da rede em seus primeiros anos principalmente no que concernia à intermediação, aquisição e administração dos recursos. Embora a presença de Gérlic se revele importante no contexto da ONG não podemos confirmar que seu nível de influência sobre processos decisórios e organizativos em relação a rede tenha sido superior ao dos indígenas também vinculados a esta.

---

<sup>64</sup> Até 2006 a coordenação tinha como principais coordenadores: Ivana Cardoso de Jesus (indígena Tupinambá) - responsável de facilitar os processos referentes às áreas de: Cidadania, Informática e Comunicação Interna; Laura Juliani (não indígena) - responsável de facilitar os processos referentes às áreas de: Educação, Chat e Trabalhos Escolares; Administração (Márcia Cardim e Xisto – contador [não indígena]). e Sebastian Gérlic (não indígena) - responsável de facilitar os processos referentes as áreas de: Cultura, Desenvolvimento, Contatos, Comunicação Externa, Voluntários e Coordenação Geral.

Também não nos parece improvável considerar que pudesse ter havido, ou ainda há, maior influência de não indígenas na rede, principalmente quando entra em cena a captação e administração de recursos financeiros. Em consequência disto, não podemos afirmar o grau de autonomia dos indígenas na gestão do projeto em seus primeiros anos embora seja possível cogitar sua influência em processos decisórios, de organização, estruturação e manutenção da Rede. Este tipo de articulação mista, de certo modo, reverbera no ideário de autonomia indígena interpretada classicamente pelos não índios como um agir com exclusividade e isolamento. Tal concepção tende a interpretar a posição dos índios em estruturas políticas mistas como secundárias, pois em geral a discussão sobre a relação entre indígenas e não indígena, em projetos sociais está arraigada de um discurso de dependência ou de submissão dos índios.

Cautelosamente, podemos conjecturar que quando estes conjuntamente com outros atores criam uma ONG e posteriormente uma rede online demonstram certa competência para atuação coletiva. Por isso, ao contrário de interpretar este tipo de articulação como uma inabilidade indígena de autogerenciamento é possível interpretá-la enquanto estratégia política. Pois, o próprio agir político dos índios foi construído historicamente enquanto aspecto relacional com o não índio. Isto demandou, principalmente a partir do século XX, formas de organizações sociais mais complexas atravessadas pela participação de agentes sociais como antropólogos, historiadores, ONGs, movimentos sociais não indígenas etc.

Portanto, quando acionamos uma análise da Rede Índios Online em sua estrutura organizativa é preciso colocar em pauta que antes de sua criação e durante seu desenvolvimento houve negociações e aprendizagens entre índios e não índios que posteriormente levaram à autonomia da Rede. Esta premissa coloca o site [www.indiosonline.net](http://www.indiosonline.net) como espaço potencialmente relacional e dialógico de articulação de grupos indígenas e não indígenas que pode ser capaz de dar visibilidade e ser canal de conhecimento para os indígenas.

### **3.2 Índios *Online*: a estrutura e seu enredo**

Foi no quadro acima abordado de conexões e articulações complexas que em 19 de abril de 2004 a ideia de conectar aldeias indígenas se concretizou no projeto designado Rede Índios Online, disponível na internet em seu primeiro endereço eletrônico

[www.indiosonline.org.br](http://www.indiosonline.org.br). Em 2009 a Rede adotou o sistema CMS Wordpress objetivando facilitar o uso das ferramentas do portal uma vez que este software gratuito permite um gerenciamento mais dinâmico do conteúdo do portal, que passou a ser disponibilizado no [www.indiosonline.net](http://www.indiosonline.net). A mudança pode ser justificada tanto pelo desejo de melhoria quanto pela possibilidade, advinda de patrocínios, de realizar tais melhoras. Como descreveu na época da mudança a indígena Potira Tê Tupinambá (2009) o novo portal representava a chance de maior interatividade, dinamismo e interação na medida em que “além de colocar textos, fotos e vídeos, colocar também histórias contadas, músicas indígenas, pdf”. Atualmente o site encontra-se com o seguinte layout:

Figura 2. Layout do site Índios Online

@ ÍNDIOS ONLINE
DIGITE aqui...

HOME
NOTA DA GESTÃO
ARQUIVOS
QUEM SOMOS
PARTICIPE
CONTATO

**SINCRETISMO RELIGIOSO – EUROPEU x TUPINAMBÁ**



Leia mais

**Assinem a PETIÇÃO A FAVOR DAS CAUSAS INDÍGENAS E CONTRA OS POLÍTICOS QUE VIOLAM OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS**



Leia mais

**Saúde, Temos Direitos De Lutar Contra As Decisões Impostas Que Nos Destroem: Guerreiros Pankararú**



Leia mais

**Merecemos respeito... simamos por Justiça Tupinambá de Olivença luta pelo direito ao seu Território Tradicional**



Leia mais

**A Permanência Do Poio Na Terra Indígena Pankararú Foi Uma Luta. A Saída Foi Muito Rápida...**



Leia mais

**EXPERIÊNCIA DE UM ÍNDIO ONLINE**



Leia mais

**Professores Indígenas Patxó Hãnhã se Revolta contra o governo do Estado da Bahia**



Leia mais

**Assembleia da Aldeia Brejo dos Padres, Povo Pankararú...**



Leia mais

**Guerreiros Pankararú, Em Mais Um Ato, Em Defesa da Permanência do Poio**



Leia mais

**CAMPANHA DE VACINAÇÃO EM PATAXO HÃNHÃE**



Leia mais

**Já ouviu falar em crime de ódio?**



Leia mais

**MOBILIZAÇÃO PARA A CONFERENCIA ESTADUAL DE SAÚDE**



Leia mais

**CONSTRUÇÃO DE CASAS KARIKIXOCO**



Leia mais

**CARTA ABERTA AO DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA PELA SESSÃO SOLENE REALIZADA PARA HOMENAGEAR NOS ORIGINÁRIOS PELO DIA 19 DE ABRIL**



Leia mais

**OCUPAÇÃO INDÍGENA DO PLÊNIO DA CÂMARA FEDERAL EM BRASÍLIA (16/04) FOI UMA LEGÍTIMA DEMONSTRAÇÃO DA REVOLTA CONTRA A FORMA HISTÓRICA PELO QUAL O ESTADO, SUA (IN)JUSTIÇA E AS ELITES BRASILEIRAS TRATAM OS POVOS ORIGINÁRIOS**



Leia mais

**RETOMADA LEGÍTIMA FEITA (07/04/2015) PELOS TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA**



Leia mais

**INÉDITO, CERIMÔNIA DE FORMATURA DOS ASB INDÍGENAS NA SEDE DA CROBA**



Leia mais

**O Povo Tupinambá de Olivença não aguenta mais o desrespeito por parte do Governo da Bahia!**



Leia mais

**CAMPANHA**

Eu apoio a causa indígena



CONTRA A PEC 215  
DEMARCAÇÃO DAS TERRAS  
URGÊNCIA NOS JULGAMENTOS

**ACESSO NOSSO CHAT**

**Canal Celulares Indígenas Youtube**



ocanososa-midia  
3:46

**SOMA NOSSO TWITTER**

**ÍNDIO OFF-LINE?**  
Você é a nossa Rede Fique on!

**ÍNDIO EDUCA**

**SOMOS TUPINAMBÁ**



Aldeia Tucum amepapaxi  
4:45  
Este vídeo foi enviado de um telefone Android.

**REDE INDÍGENA SOLIDÁRIA DE ARTE E ARTESANATO**

RISADA

**GOOGLE DIGITAL**

No Banner to display

**ADMIN**

Login

Poste RSS

RSS dos comentários

WordPress.org

**EVERALDO fala sobre JAPONDITY**



3:15  
vídeo uploaded from my phone.

**CACIQUE MONTEIRO**



4:19

Notícias Anteriores

A Rede Índios on Line não se responsabiliza pelos comentários, opiniões, informações, depoimentos, mensagens, imagens, vídeos, áudio ou qualquer outro tipo de conteúdo que sejam postados pelos usuários ou visitantes, sendo a responsabilidade civil e criminal atribuída única e exclusivamente ao autor do conteúdo postado.

Toda e qualquer tipo de opinião expressada nos conteúdos publicados pelos usuários e/ou visitantes, é de caráter independente do autor e não reflete necessariamente o ponto de vista e a posição da Rede Índios on Line e/ou de seus parceiros.



Este portal está licenciado com uma Licença Atribuição-Não-comercial-Veículo e Criação de obras derivadas-ND 2.5.








Índios Online. Sistema gerenciado com Wordpress - Elaborado por LivreSoft - www.livresoft.org - 25/02/13 - visitas desde abril/2004

93

O site segue uma distribuição específica. Na parte superior está o *Menu Principal* em posição horizontal, com os *links* OCA, NOTA DA GESTÃO, ARQUIVOS, QUEM SOMOS, PARTICIPE e CONTATO, descrito a seguir:

**Oca**<sup>65</sup>: página principal onde são publicadas as matérias.

**Nota da Gestão**: Espaço dedicado à exposição de notas pela gestão da Rede.

**Arquivos**: Disponibiliza todas as matérias postadas no site desde Julho de 2005. Está dividido em duas categorias: Vídeos e geral. A primeira indica o número de vídeos (5) e a corresponde a todos os posts<sup>66</sup>.

**Quem Somos**: apresentação da Rede Índios Online.

**Participe**: Espaço para a participação/contato de novos indígenas ou não indígenas com a Rede.

**Contato**: Espaço de contato tanto de indígenas quanto de não índios com a equipe gestora do portal, que pode ser também pelo [gestaoindiosonline@googlegroups.com](mailto:gestaoindiosonline@googlegroups.com).

**Buscar**: Ferramenta de busca para localizar reportagens e outros conteúdos no site.

Abaixo do menu está a barra do layout da Rede, que lembra uma talha de bambu e remete ao artesanato indígena. Abaixo desta está todo o conteúdo do site, que aparece disposto em três grandes colunas. Na primeira coluna, à esquerda, e na segunda à central estão distribuídas as publicações do site. Estas obedecem a uma hierarquia temporal na medida em que no topo estão sempre as últimas postagens. Deste modo parece haver uma ordem cronológica para as matérias que são distribuídas, independente do tema, da importância, do tamanho ou de quem publica. A terceira coluna, ao lado direito, segue uma lógica diferenciada das duas primeiras, pois se encontra subdividida. No topo desta coluna está

---

<sup>65</sup> Nome oriundo da língua Tupi *Oca* se refere a grandes construções feitas por indígenas como local de moradia. A metáfora utilizada pela Rede Índios Online compreende o site com uma grande Oca online que possibilita o encontro dos indígenas e a partilha de seus conhecimentos.

<sup>66</sup>Textos que compõe os blogs.

localizado o espaço para *links* de campanhas promovidas pelos indígenas ou apoiadas por estes. Abaixo desta está o link de acesso à sala de bate-papo do portal, o *chat*<sup>67</sup>.

O *chat* representa uma ferramenta de grande utilidade para a articulação da Rede Índios Online, embora sua utilização não se dê com a mesma intensidade que no início do projeto que era utilizado para os estudos de formação dos indígenas, entre outros. Organizados antecipadamente, alguns dos chats decidiram questões importantes como o Estatuto da Rede e serviram como espaço de formação, onde eram realizadas as oficinas online do projeto Arco Digital, como as de sustentabilidade e economia solidária. Em geral, os conteúdos do chat eram posteriormente postados no portal oferecendo visibilidade às decisões da Rede. Trata-se de espaço aberto não apenas aos índios e por isso também se torna uma importante ferramenta de interação.

Entretanto, o uso do chat não é mais o principal caminho de comunicação da Rede, porque formas mais dinâmicas e interativas de comunicação passaram a compor outras plataformas relacionais para estes índios a exemplo das redes sociais. Sebastian Gêrlíc (2012), neste sentido, comenta quando “o chat do portal iniciou era bem legal porque acho que foi a febre do bate papo. Era quando chat era... eu acho que em 2004 milhões de portais tinha êxito no chat, era o boom do momento na história da humanidade, era o chat. Hoje em 2012 ninguém usa”.

A indígena Potira tê Tupinambá (2012) admite a importância do chat, porém também reconhece que hoje é uma ferramenta pouco utilizada pelos indígenas da Rede. Em suas palavras:

O bate papo teve momento em que ele teve bastante fluxo, bastante pessoas. Porque no momento o boom do momento era o bate-papo hoje não é mais. A sensação da Internet não é o bate-papo. Poucas pessoas hoje usam o bate-papo somente. Usam o orkut, lá tem o bate-papo, usam o facebook, lá tem o bate-papo. Antigamente as pessoas buscavam lugares onde tinham bate papo. No site, o chat é direcionado pra nossa temática. Se alguém entrar lá pra falar besteira, a gente vai falar “ô aqui não é o lugar, se você quiser vim conhecer tem dúvidas sobre a questão indígena sobre os povos, podem ficar”.

---

<sup>67</sup>Forma de comunicação online. Nas definições utilizadas pelos indígenas da Rede para as páginas do portal, além da Oca como página inicial o chat aparece como a “grande maloca”, ou um espaço comunitário de encontro no qual são discutidas e planejadas as estratégias dos indios. Com destaca o indígena e um dos gestores da Rede Índios Online: “Estar conversando no chat é reunir várias nações indígenas pelo mesmo objetivo, uma Caçada Digital coletiva em grupo misto, de tribos diferentes. Cada um com sua flecha específica da tribo, mas o arco é de todas as etnias. Assim faremos uma caçada nunca vista antes, agora uma ação super-coletiva para o bem de todos os índios brasileiros. Estamos desbravando novas simbologias com tecnologia, no campo urbano das cidades na floresta de pedra e elétrica”. (Disponível em [http://www.indiosonline.net/o\\_chat\\_e\\_a\\_grande\\_maloca/](http://www.indiosonline.net/o_chat_e_a_grande_maloca/). Acesso. 15 de Junho de 2012).



De certa forma isto demonstra a capacidade adaptativa destes indígenas em relação ao uso da Internet, e sua adequação às mudanças que ocorrem no mundo digital na medida em que passam a criar páginas pessoais em sites de relacionamento, contas no Twitter, blogs particulares e etc.

Abaixo deste *link* para o *chat* estão dispostas duas colunas. A primeira é identificada como *Canal Celulares Indígenas YouTube*, onde ficam localizados os vídeos produzidos pelo indígenas a partir de celulares. Os vídeos estão distribuídos também pelo princípio cronológico. A direita desta coluna se encontra coluna que possui um *link* para a conta do portal no *Twitter*, identificado como *Siga Nosso Twitter*. Segue a este o link para a inclusão de novos indígenas no portal identificado da seguinte forma: *Índios Off-line? Você é a nossa rede. Fique On!*. Posterior as estas estão *links* para outros projeto vinculados à Rede como o “Índio Educa”, “R.I.S.A.D.A” (Rede indígenas solidária de arte e artesanato.) e OCA DIGITAL. E, abaixo destes, o espaço *ADMIN* utilizado para atualização de conteúdo, fazer login e etc, e que apresenta os *links* Login, Posts RSS<sup>68</sup>, RSS dos comentários, WordPress.org

Abaixo desta estrutura central fica a barra que identifica o tipo licença de direitos autorais utilizada pelo portal, que neste caso é a *Licença Atribuição-Uso não-comercial-Vedada a criação de obras derivadas-ND 2.5* conferida pelo Creative Commons<sup>69</sup>. Ainda nesta barra a Rede informa a responsabilidade sobre a as matérias escritas<sup>70</sup>. A penúltima barra corresponde ao espaço de visualização dos parceiros, alguns financiadores e prêmios recebidos pelo portal, sendo: a ONG Thydêwá, o GESAC, Cultura Mais, Cultura Viva, Ministério da Cultura, Governo Federal, Ponto Mídia Livre e a iniciativa de reconhecimento pelo Programa Cultura Viva. A última barra corresponde a identificação do tipo de sistema utilizado no portal, *WordPress*, e o número de visitas ao portal desde abril de 2004, as quais totalizam 25. 922. 72 visitas.

---

<sup>68</sup> Sigla inglês que significa Really Simple Syndication.

<sup>69</sup> Organização sem fins lucrativos que oportuniza a criação e compartilhamento de conteúdos por meio de licenças gratuitas. A política desta licença está baseada na distribuição de conteúdo como um domínio público, de modo que possibilite a manipulação de conteúdo por meio de código aberto pelo próprio usuário do site. No caso do site a utilização desta licença vem sendo observada desde o início da parceria com o Governo Federal através da política Ponto de cultura. Antes o site utilizava a licença privada. Também exemplo de modificações e adequações técnica é o uso atual pelos indígenas do WordPress como Sistema de Gerenciamento de Conteúdo (em inglês Content Management Systems – CMS) por meio de software livre. Antes disso, porém, o site utilizava software restrito (proprietário) pelo qual pagava direito de uso e dependia de pessoal com conhecimento específico para o seu gerenciamento. A adoção de um software de código aberto trouxe novas possibilidades de uso do site pelos indígenas que, ao contrário de dependerem de uma pessoa para a administração técnica do portal e de sua atualização, como era até 2009, passara a gerenciar este espaço ele mesmo.

<sup>70</sup> De acordo com a gestão da Rede os responsáveis pelas matérias são os índios que as publicam e não a instituição e seus eventuais parceiros.

Observamos que o site possui uma estrutura de fácil acesso e manuseio ao oferecer um layout que se aproxima ao de um blog, principalmente se considerarmos este como um tipo de publicação frequentemente atualizada e na qual pode ser feitos comentários em cada matéria. Sobre a distribuição e estrutura das matérias, além de estarem dispostas na página principal do portal estão concentradas no item *Arquivos*. Neste é possível encontrar todas as publicações do portal, desde 2005<sup>71</sup>, que estão agrupadas por mês, ano e quantidade, como podemos observar na figura abaixo.

**Figura 3. Página Arquivo do portal Índios Online.**

Arquivos	
<b>Categorias</b>	<b>Arquivos por Mês</b>
Geral (3963)	março 2013 (14)
Video (7)	fevereiro 2013 (2)
	janeiro 2013 (4)
	dezembro 2012 (3)
	novembro 2012 (5)
	outubro 2012 (8)
	setembro 2012 (11)
	agosto 2012 (17)
	julho 2012 (17)
	junho 2012 (7)
	maio 2012 (17)
	abril 2012 (20)
	março 2012 (11)
	fevereiro 2012 (17)
	janeiro 2012 (13)
	dezembro 2011 (6)
	novembro 2011 (15)
	outubro 2011 (22)
	setembro 2011 (25)

Na figura acima podemos observar no canto superior esquerdo a presença de duas categorias de publicações: *Geral e Vídeos*. A primeira é identificada como “categoria mãe das postagens no índios online” por corresponder ao conjunto de publicações do portal desde 2005 e revela o número de publicações do portal, atualmente três mil novecentos e oitenta e oito. A segunda, teoricamente seria uma página dedicada a publicação de produções em vídeos. Consta que há sete vídeos disponíveis, mais quando clicamos no link o que aparece são publicações textuais sem nenhum vídeo. Isto pode demonstrar a utilização inadequada de determinados espaços no site que poderiam oferecer mais dinamismo ao mesmo. No lado

<sup>71</sup>Embora o site esteja em funcionamento desde 2004, os arquivos disponibilizados no portal são de a partir de Julho de 2005. O período de Abril de 2004 e Junho de 2005 não estão disponíveis. Uma explicação para isto pode a ausência de recurso para sua manutenção do projeto. Com isto o site foi temporariamente desativado e quando retomado já havia perdido parte de sua produção anterior.

direito da figura estão disponibilizados os arquivos, distribuídos em ordem cronológica inversa e separados por mês, indicando ao lado de cada período a quantidade de publicações mensais, o que permite a localização rápida dos conteúdos.

Estas categorias funcionam de certo modo como uma espécie de banco de memória do portal, principalmente a apresentação das postagens mês a mês. Em relação às categorias *Geral* e *Vídeo* é possível que a criação destas tenha tido o objetivo de destacar os vídeos em página específica. Entretanto, aparentemente esta categorização não funciona adequadamente. Primeiro porque quando verificamos a categoria *Vídeo* encontramos, entre os sete supostos vídeos, apenas uma matéria audiovisual e as demais publicações (6) corespondem a textos. Por outro lado, nas categorias *Geral* e em *Arquivos por mês*, onde as publicações são as mesmas, é possível localizar diversas postagens de audiovisuais que, supostamente, deveriam ter sido expostos em *Vídeos*.

Esta inversão na categorização pode revelar pouca habilidade dos indígenas em lidar com as possibilidades estruturais de apresentação e enquadramento das publicações no portal. E dificulta a possibilidade de contabilizar quais etnias publicariam mais ou menos no portal e categorizar os assuntos encontrados neste. Uma alternativa para isto seria a identificação das matérias por *tags*, palavras-chave utilizadas para associar a matéria a uma temática.

Todavia, parece haver uma dificuldade dos indígenas em utilizar esta ferramenta uma vez que é pouco utilizada e quando isto acontece também não obedece a um enquadramento adequado. Por isso, mesmo quando encontramos *tags* por etnias, por exemplo, não é possível assegurar que aquela quantidade de matérias corresponde a um número real. Por exemplo, na *tag* Pankararu identificamos uma quantidade de 295 publicações, entretanto esta informação não é precisa, pois observando o site é possível encontrar outras publicações desta etnia fora deste tópico.

Além de exemplificar uma dificuldade dos indígenas nas publicações e uso de ferramentas que podem oferecer maior organização à Rede, pode revelar, também, que embora incluídos digitalmente, os indígenas ainda encontram barreiras em relação a saberes cognitivos envolvendo principalmente questões técnicas. Além disso, remete a interpretação de que este tipo de organização mais detalhada pode não representar um valor importante para os indígenas, os quais podem preferir se concentrar na publicação da matéria e de seu valor social e político sem priorizar nuances como a categorização do conteúdo do portal.

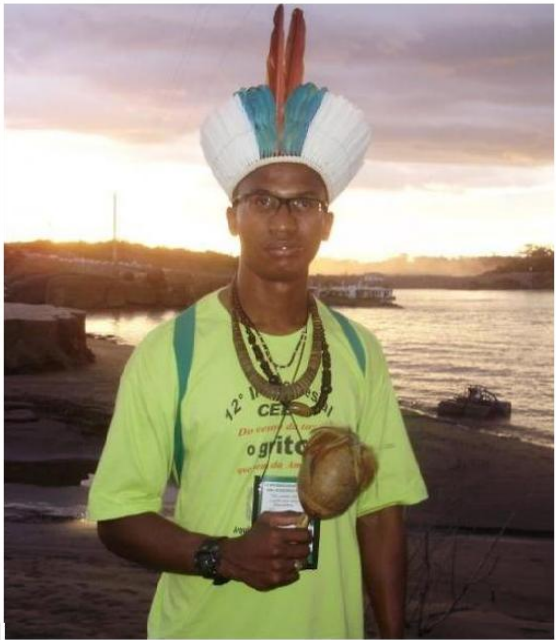
Conhecidas as nuances envolvendo a estruturação do site [www.indiosonline.net](http://www.indiosonline.net) cabe perceber como seu enredo é construído e visibilizado. Por isso daremos ênfase à observação do conteúdo do portal. Em relação às publicações, é possível perceber que não há estruturação hierárquica em relação aos temas publicados. Daí não ser possível identificar temáticas com maior ou menor grau de importância dentro do portal. Isto indica que as temáticas possuem o mesmo peso independente da etnia que as publica, do tema, do conteúdo e tamanho da matéria. Há, portanto um nivelamento entre as diferentes questões abordadas e indivíduos e etnias envolvidos neste tipo de produção noticiosa. Estruturalmente, as matérias obedecem a um padrão de apresentação estando dispostas da seguinte forma:

Figura 4. Página Arquivo do portal Índios Online.

**Categoria | Geral** ← Categoria do texto

**Título da matéria** → **19 de Abril é dia do Índio? Ou é mais um dia de vários outros dos Povos Indígenas?**

Postado em 19 abril 2011. ← Data de postagem



← Imagem

**Texto** → Feço desculpas ao meu amigo, mais hoje um amigo meu me provocou com um parabéns a uma pergunta: "Ed, parabéns pra você pelo dia de hoje (19 de Abril – Dia do Índio)". Eu respondi Meu caro amigo "F", muito obrigado, hoje não é apenas meu dia, e sim de todos os mártires indígenas. Pois eles que precisamos lembrar sempre, os cujos deram suas vidas por nos indígenas que ainda vivemos neste terra. Mais não posso deixar de destacar que o nosso dia não é apenas no dia 19 de Abril, pois nosso dia é todos os dias, porque vivemos um dia após o outro de constante lutas e retomadas por nossos direitos constitucionais

**Autor** → Edcarlos (Carinhos – Pankararu) – São Paulo – SP  
edpankararu@yahoo.com.br

**Opção de curtir e compartilhar no Facebook** → Esta matéria foi publicada originalmente na Rede Índios on Line - www.incisonline.net ← identificação do local de postagem

← compartilhamento no Google

**Identificação automática do autor e quantidade de matérias. Opção de contato com o autor** → Este post foi escrito por Ed - escreveu 13 materias em Índios Online.  
Entre em contato com o autor

**Identificação de comentários e quantidade** → **2 Respostas para "19 de Abril é dia do Índio? Ou é mais um dia de vários outros dos Povos Indígenas?"**

← Comentário, identificação do autor do comentário e data.

Leandro Cesar disse:  
22 de abril de 2011 às 7:35  
Oi achei seus comentarios muito pertinentes e corretos parabens por se expressar e defender a cultura dos nossos indios.  
Tenho interesses em pesquisar mais sobre os pankararu e claro se voce estiver a disposição gostaria de poder contar com seu apoio?  
Obrigado.

Esta é a estrutura geral que pode sofrer variação em relação ao tamanho do conteúdo e a utilização ou não de imagem ou vídeo na matéria, fatores que dependem de quem publica. O enredo do portal Índios Online embora não obedeça a regras rígidas de funcionamento está orientado pelo ideal de que todos os indígenas possam escrever matérias e simultaneamente produzir comentários em relação a publicações de outros índios. Cada indígena que colabora com o site, seja de dentro de aldeias ou de outros locais, desde que cadastrados e integrados à Rede, tem seu próprio login de acesso, que pode ser feito inclusive por mídias móveis como celular. Assim, cada índio fica responsável pelo abastecimento da rede e pode escrever no momento que quiser e achar pertinente. Escrever no portal em certa medida significa uma atitude individual de cada índio e não necessariamente uma obrigatoriedade coletiva.

De um lado, envolve o sentimento de pertença a um determinado grupo de interesse com o qual os índios se associam voluntariamente. De outro, não implica na definição de pautas a serem cumpridas coletivamente no portal. Isto porque, diferente de outras estruturas de representação (política, mídia tradicional e etc.), nas quais os agentes delegam representantes, interlocutores e pré-estabelecem pautas, na Rede Índios Online o enredo é construído por todos os indígenas individualmente e instantaneamente. A partir disto, o conteúdo da Rede é indicado como de livre acesso (ESTATUTO DA REDE ÍNDIOS ONLINE, 2007).

Este caráter de liberdade e diversidade não se confunde com abordagens impróprias ou falta de participação. Embora não haja restrição para publicações por parte dos indígenas há regras visando a garantia de manutenção e atualização do portal. Por exemplo, a obrigatoriedade de publicação de uma matéria por mês de cada aldeia. Além disso, a responsabilidade sobre os textos são dos autores e não da Rede, o que se justifica por não haver uma definição de pauta.

As publicações decorrem de critérios como um tema inusitado, o interesse da comunidade sobre determinadas questões e etc., não havendo a elaboração de um roteiro de temas e regras a serem seguidos. Também parece não haver uma preocupação rígida com uma linguagem mais formal e a quantidade de caracteres. Qualquer indígena ou colaborador não indígena, desde que cadastrado no portal, pode fazer publicações não havendo restrições de temáticas, quantidade de postagens. O que se destaca é a necessidade de responsabilidade

ética sobre as publicações. As matérias são abertas a comentários<sup>72</sup> tanto por indígenas quanto por não indígenas. Entretanto, estes comentários passam antes por aprovação de um sistema automático existente na Rede, como podemos observar no exemplo simulado por nós.

**Figura 5. Confirmação de recebimento de comentário pelo site Índio Online.**



Trata-se de um sistema automático que parece ter o objetivo de identificar quem está fazendo o comentário e o local de acesso, não indicando necessariamente uma moderação sobre o que é dito já que não há demora entre o envio de comentário e a publicação deste na postagem. Isto foi possível identificar no exemplo acima, pois enviamos o comentário às 20h28min e às 20h30min foi enviado para nosso email confirmação do comentário. A adoção deste mecanismo foi justificada pela emergência de problemas como processos judiciais<sup>73</sup>

<sup>72</sup> Em geral os indígenas são incentivados entre si a escrever através de comentários parabenizando seus textos e de sugestões. Objeto de grande riqueza, os comentários são feitos por indígenas e não indígenas. Em sua maioria correspondem a falas parabenizando a matéria. Dependendo do tema desta última acabam por se tornarem extensões da discussão com trocas de argumentos, normalmente, entre os próprios indígenas. Há também casos onde são postados comentários sem qualquer relação com o texto, como, por exemplo, anúncio de emprego para trabalhador doméstico.

<sup>73</sup> O portal Índios Online em 2011, juntamente com a Thydêwá, sofre uma ação judicial indenizatória movida por parte de fazendeiros da região Sul da Bahia quando os indígenas da etnia Tupinambá em processo de retomada de alguns territórios registraram a ação e postaram do portal. Por meio de liminar que favorecia os fazendeiros a justiça determinou a retirada dos vídeos e da matéria que se encontrava no portal. Este fato repercutiu em diferentes locais sendo mencionado no site Direito a Comunicação ([http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com\\_content&task=view&id=8168](http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=8168)), além de ter sido motivo de discurso na Câmara dos Deputados pelo deputado federal Emiliano José (PT/BA). Na sessão 190.1.54.0 de 03 de Agosto de 2011 o mesmo pronunciou o “Discurso contra atentado à liberdade de expressão à ONG Thydêwá” no qual prestava solidariedade a ONG e a indígena e advogada Tupinambá Potyra tê Tupinambá também alvo do processo. O discurso encontra-se disponível online em [http://www.emilianojose.com.br/index.cfm?event=Site.dspMandato&mandato\\_id=4&proposicao\\_tipo\\_id=1&proposicao\\_id=272&link=discursos](http://www.emilianojose.com.br/index.cfm?event=Site.dspMandato&mandato_id=4&proposicao_tipo_id=1&proposicao_id=272&link=discursos).

direcionados ao site e a ONG Thydêwá, e também pela presença de comentários agressivos contra a comunidade indígena.

Em relação a publicação de conteúdos como textos e vídeos não ficou claro se há um monitoramento das postagens dentro da Rede, pois em geral as matérias e comentários são publicas sem problemas pelos indígenas. O que podemos sugerir é que, após a publicação pode haver pedidos para retirar a mesma ou mesmo de retratação. Para Sebastian Géric o gerenciamento do conteúdo foi uma necessidade, por que:

por mais que se disséssemos que o responsável pela matéria (e pelos comentários) era o autor e não a instituição (Rede Índios Online e Thydêwá), os caras vinham em cima da gente então a gente decidiu também se resguardar, aí a gente entrou com essa ferramenta. Você manda o comentário e na hora o sistema lê o que você escreveu e pede autorização e o sistema autoriza mandando por seu e-mail. (GÉRLIC, 2012).

Por um lado, este é um exemplo de estratégia de otimização do espaço e garantia de determinados princípios éticos dentro da Rede. Por outro lado, esta atitude pode indicar, contrariando as falas dos entrevistados sobre a igualdade de participação, a presença de hierarquias no interior da Rede uma vez que os membros do grupo gestor podem autorizar ou não a publicação de determinados conteúdos. Assim, conteúdos que estejam em desacordo<sup>74</sup> com a política da Rede podem vir a ser excluído.

Embora não haja uma pauta definida pelos índios, nos parece pertinente sugerir que as temáticas vinculadas ao site parecem estar concatenadas aos objetivos da Rede. Parece-nos razoável ponderar que indiretamente são estes objetivos que orientam o enredo da Rede tanto *online* quanto *off-line*.

- I. Promover e possibilitar aos índios pesquisar, resgatar, preservar, atualizar, valorizar e projetar suas culturas.
- II. Estimular o diálogo intercultural e III - Promover o respeito pelas diferenças e o valor da diversidade.
- III. IV. Promover a Cidadania e a Cultura da Paz. .

---

<sup>74</sup> São exemplos de conteúdos inadequados textos que: “De alguma forma contrariem, menosprezem ou atentem contra os direitos fundamentais e liberdades públicas reconhecidas constitucionalmente; Induzam, incitem ou promovam atos, ideias ou produtos ilegais, denegridores, difamatórios, infames, violentos, perturbadores da ordem pública, pornográficos, discriminatórios em relação, entre outras, a sexo, raça, religião, crenças, idade ou condição; Induzam ou incitem a envolver-se em práticas perigosas, de risco ou nocivas para a saúde e o equilíbrio psíquico; Sejam falsos, ambíguos, inexatos, podendo induzir a erro sobre seu objeto ou sobre as intenções ou propósitos do comunicante; Se encontrem protegidos por quaisquer direitos de propriedade intelectual ou industrial pertencentes a terceiros, sem autorização devida de publicação; Constitua propaganda publicitária fora de contexto pedagógico, publicidade ilícita ou enganosa”. (CONDIÇÕES GERAIS DE USO, JUNHO de 2007).



- IV. V. Conhecer e refletir sobre o índio de hoje.
- V. Socializar os conhecimentos das tradições indígenas em benefício do Planeta.
- VII. Disponibilizar na internet arquivos (textos, fotos, músicas e vídeos) sobre os índios para Mundo.
- VIII. Complementar e enriquecer os processos de educação diferenciada indígena.
- IX. Qualificar índios para conhecerem mais e melhor sobre os seus direitos e saberem como buscar essa garantia na prática.
- X. Promover o desenvolvimento sustentável das nações indígenas
- XI. Promover a economia solidária
- XII. Promover autonomia nas comunidades indígenas
- XIII. Ser um canal de comunicação com entidades governamentais e não governamentais.
- XIV. Facilitar a expressão dos indígenas e divulgar as suas necessidades
- XV. Fortalecer a busca dos indígenas por uma melhor qualidade de vida.

Parece haver assim, um enquadramento temático diverso e disperso tanto em relação às produções quanto aos produtores. As temáticas abordadas variam desde reivindicações de direitos à informes de nascimento de crianças e é possível perceber a participação eventual de diferentes etnias no portal sem obedecer a uma regularidade de produção.

As matérias incluem desde 2009 vídeos e fotografias, incentivadas pela apropriação de celulares, o que amplia as possibilidades de denúncias e comprovação destas. Em geral podemos aferir que o site desde 2005 (período a partir do qual se encontra disponível os arquivos de postagens) deu um salto significativo na qualidade de suas postagens visto que atualmente as matérias são mais completas, complexas e informativas em relação aos períodos iniciais do projeto. Observa-se também a presença de matérias principalmente vinculadas à cultura e tradição (músicas, Toré e lendas) como as histórias dos povos que integram o Índios Online, a organização e formação de aldeias, relatos de anciãos sobre a comunidade, sobre a identidade indígena e histórias do cotidiano. Neste caso, podemos aferir que o portal pode representar uma tentativa de reafirmação dos indígenas em relação à identidade genérica 'índio'. O que de certo modo representa um esforço em demarcar laços de pertencimento a tradições de seus ancestrais muito embora haja o estigma dos índios como povos misturados.

Também é possível cogitar que estas reafirmações perpassam de forma prática os espaços regionais, de modo que os índios articulam enredos principalmente sobre identidades e realidades locais (Pataxó, Tupinambá, Fulni-ô e etc.). Porém, quando estes enredos são observados no interior do site sob a forma de uma construção coletiva, parecem dar sentido a uma comunidade indígena mais extensa podendo ser um indicador de indianidade. Deste modo, a Rede e o enredo elaborado pelos indígenas podem ou não corroborar para a percepção dos agentes nela inseridos como povos em reconhecimento na medida em que os enredos visualizados são interpretados a partir de referentes como as identidades étnicas.

Tal premissa, entretanto, está nesta pesquisa condicionada a um aspecto particular: as políticas de financiamento que envolve o portal e seus eventuais efeitos sobre a articulação indígena e construção dos enredos no site. Por isso, compreender como os financiamentos podem atravessar uma possível política de reconhecimento das múltiplas identidades indígenas observadas no portal é perspectiva importante.

### **3.3 Os financiamentos à comunicação na Rede Índios Online**

Os fomentos à comunicação que atravessam o projeto Índios Online podem ser enquadrados no campo das políticas culturais que vem sendo observadas desde o processo de redemocratização do Brasil no final da década de 1980. Desde então, tais políticas passaram a ser formuladas a partir da hegemonia neoliberal, como argumenta Evelina Dagnino (2005, p. 45). Esta nova conjuntura fez surgir o que esta autora identifica como “crise discursiva” entre dois projetos de política cultural na América Latina: a democratização e a implementação de medidas liberais. No Brasil a tensão<sup>75</sup> se dava, também nesse sentido, entre a expectativa de desenvolvimento de espaços democráticos de participação da sociedade civil, e por outro a implantação do projeto neoliberal. A partir de então, o Estado passou a isentar-se de seu papel de garantidor de direitos, transferindo suas responsabilidades<sup>76</sup> à sociedade civil (Idem) e delegando tais demandas ao interesse privado.

Desde os anos 1990 a sociedade civil passou a estabelecer uma maior participação em diferentes níveis de governo (municipal, estadual e federal), por meio de espaços públicos como fóruns, ONGs, conselhos e etc. Este novo enquadramento foi caracterizado pelo processo de adequação da sociedade civil ao modelo neoliberal de produção cultural e vem se consolidando desde o primeiro governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Neste último, sociedade civil organizada vem se consolidando como participes junto ao Estado, ora demandando políticas, ora como receptores destas.

---

<sup>75</sup> É possível considerar duas referências que representam estas estruturas. De um lado, a Constituição de 1988 que representava o projeto de abertura política e de participação da sociedade civil na política brasileira e, de outro a eleição do Presidente Collor de Mello em 1989 quando o Estado passa a implementar o projeto neoliberal. (DAGNINIO, 2005)

<sup>76</sup> Esta dimensão pode ser observada no trânsito da sociedade civil para o Estado, um projeto que emergia desde a luta contra o regime militar onde os movimentos sociais desempenham importante papel. De acordo com Dagnino (2005, p. 47) o restabelecimento da democracia formal, com eleições livres e a reorganização partidária, abriu a possibilidade de que este projeto, configurado no interior da sociedade e que orientou a prática de vários dos seus setores, pudesse ser levado para o âmbito do poder do Estado, no nível dos executivos municipais e estaduais e dos parlamentos e, mais recentemente, no executivo federal, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva como Presidente da República.

Tais articulações, entretanto, ressuscitam o questionamento sobre até que ponto a participação da sociedade civil em políticas de governo não representa o reforço do antagonismo entre o projeto efetivo de democracia e o modelo de política neoliberal através da regulação. Por isso, propusemos pensar os incentivos que contextualizam a Rede Índios Online tomando como referência a política dos Pontos de Cultura - que integra o Programa Cultura Viva - vinculado ao Ministério da Cultura<sup>77</sup> (MinC) e o Programa Oi Novos Brasis de iniciativa privada. Estes financiamentos são pensados nesta dissertação como incentivos as demandas dos indígenas por espaços de projeção e interação social, tendo em vista práticas de comunicação por meio da internet.

É sabido que os indígenas apresentam dificuldades no acesso a direitos sociais relacionados à educação, transporte, saúde, e etc, sendo perceptível também a desigualdade de acesso a meio à meios digitais. Isto se torna ainda mais complexo quando os grupos estão inseridos em suas terras indígenas. Efetuar o acesso a meios digitais a partir destes ambientes requer uma organização e investimento específico que dificilmente são construídas ou alcançadas isoladamente, ao contrário depende de diferentes formas de parcerias, apoios e financiamentos. Por isso, políticas que garantam o acesso a meios de produção indicam ser um caminho garantidor de efetivação destes espaços.

Mais que opção, este tipo de política representa uma demanda social ou ao menos formas de fomentos temporários baseado na oferta de recursos financeiros ou técnicos que contribuam para minorar as desigualdades de acesso e de participação nas redes de informação. Teoricamente este tipo de política se aproxima da temática da redistribuição/reconhecimento da qual Fraser (2006), Honneth (2009) e Taylor (2000) são cânones ao pensá-las como questão de justiça social e condição de formas de igualdade. Estas últimas estão inscritas, deste modo, em um debate onde entra em cena tanto a estrutura

---

<sup>77</sup>O MinC foi criado em 1985 e tem como contexto a consolidação da ideologia neoliberal., como tratamos acima. De acordo com informações disponibilizadas no portal deste ministério seu objetivo consiste em desenvolver políticas de fomento culturais que ofereçam expressão a cultura nacional. Mais informações conferir em <http://www.cultura.gov.br>.

político-econômica, que pensa a injustiça sob o viés da marginalização socioeconômica<sup>78</sup> (FRASER, 2006), quanto do autorreconhecimento e do reconhecimento social dos agentes sociais na sociedade. Dizer justiça e igualdade a partir destas duas distinções é então, articular a discussão de que determinados grupos sociais são atravessados tanto pelo problema da má distribuição de renda, considerando a política liberal, quanto da ausência de reconhecimento cultural e identitário que estrutura grupos sociais, como os indígenas.

É esta dimensão que propomos pensar em relação aos povos indígenas visto que correspondem a uma coletividade com dificuldade de consolidação de direitos sociais, marcada pela marginalização identitária, também jurídica e econômica. Em nosso entendimento, quando acionamos as políticas de fomento na rede de comunicação Índios Online estamos criando um elo entre a redistribuição e o reconhecimento. Este elo poderia ser compreendido como

o processo de construção, ou apropriação de elementos discursivos, por parte daqueles excluídos sociais, para que no espaço público eles possam constituir-se como promotor da ação social a partir de sua própria construção como agente, concomitante às demandas a ao aparecimento de espaços e possibilidade políticas de reconhecimento (PINTO, 2008, p.49).

Assim, parece razoável pensar que as políticas de fomento de fonte privada e pública na Rede Índios Online podem envolver tanto questões de reconhecimento quanto de distribuição, sem deixar é claro de pensar seus limites e distinções. Desde seu início Rede Índios Online tem nas parcerias e financiamentos um caminho para a articulação de acesso a meios de fruição de suas produções simbólicas. O primeiro patrocínio ocorreu através da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet<sup>79</sup>) - por meio do Programa FazCultura – a partir do qual o então projeto piloto recebeu patrocínio financeiro da rede de supermercados

---

<sup>78</sup>Esta situação de injustiça em Fraser (2006, p. 233-334) está radicada na lógica estrutural do capitalismo e da posição dos agentes sociais nas relações de produção. Pode ser pensada a partir da exploração do trabalho, da marginalização econômica e da privação do acesso à bens que ofereçam um padrão de vida, material adequado. Esta autora trabalha com a hipótese da insuficiência apenas do reconhecimento cultural para a superação das desigualdades de status, pois “Ver o reconhecimento como uma questão de justiça é tratá-lo como um caso de status social. Isto significa examinar padrões institucionalizados de valores culturais, pelos seus efeitos nos padrões relativos dos atores sociais. Quando estes padrões constituem atores como pares, capazes de participarem em condições de igualdade um com outro na vida social, então podemos falar de reconhecimento recíproco e igualdade de status. Quando, em contraste, padrões institucionalizados de valor cultural constituem alguns atores como inferiores, excluídos, totalmente outros, simplesmente invisíveis, isto é, menos que um parceiro completo na interação social, então nós falaremos de falso reconhecimento e status subordinado” (FRASER, 1997, p. 29).

<sup>79</sup> Um mecanismo de incentivo fiscal para que empresas privadas invistam em projetos sociais e culturais em troca de redução fiscal no Imposto de Renda (IR), criado pelo decreto de Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991.

Nordeste Bom Preço S/A. O investimento aproximado de cento e quarenta mil reais foi suficiente para equipar sete aldeias, cada uma com um computador, máquina fotográfica. Além disso, foi oferecida capacitação aos 14 indígenas envolvidos neste primeiro momento para desenvolver o site e garantir o acesso temporário à Internet nas aldeias via satélite.

Como relata o presidente da ONG Thydêwá “naquela época ter uma aldeia conectada de satélite era mil reais por mês. Imagina sete mil reais por mês era só da conexão que agente pagava” (GÉRLIC 2012). O alto custo de manutenção fez com que o projeto tivesse pouca durabilidade, ficando fora do ar entre outubro de 2004 e julho de 2005 (ÍNDIOS ONLINE, 2012<sup>80</sup>). O projeto só voltaria à suas atividades a partir da parceria da ONG Thydêwá com o Estado, através do Programa Cultura Viva e de sua ação *Ponto de Cultura*.

### **3.3.1 O site Índios Online como *Ponto de Cultura*.**

O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania (Cultura Viva) é uma ação do Ministério da Cultura (MinC), executado atualmente pela Secretaria de Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC). O Cultura Viva foi criado em 2003 com o objetivo de estimular, conservar e promover a diversidade cultural brasileira e tem como prospecção a parceria entre Estado e sociedade civil. Contempla produções de grupos populares e tradicionais por meio da inscrição e seleção de propostas em edital público. Sedimenta-se no *Ponto de cultura*, eixo articulador de todas as demais ações<sup>81</sup> vinculadas ao Cultura Viva. É por meio do *Ponto de Cultura* que as iniciativas artísticas e culturais do Cultura Viva são articuladas e ganham visibilidade, é esta política que contextualiza também a Rede Índios Online. Uma iniciativa selecionada no Programa Cultura Viva ganha o status de *Ponto de Cultura* e se torna uma instância de produção, recepção e disseminação cultural (IPEA, 2009) presente em comunidades diversas.

O financiamento público para o projeto Índios Online, assim como para outros grupos sociais, consistiu de repasses de recurso financeiro, distribuição de kit multimídia e acesso à internet. Foram direcionados à manutenção dos pontos, aquisição de equipamentos, manutenção dos processos organizativos e outras aplicações designadas à vocação dos grupos como cursos de formação e desenvolvimento de atividades próprias às suas atividades. A

---

<sup>80</sup> Fragmento da história do projeto Índios Online disponível em [http://www.indiosonline.net/historico\\_de\\_indios\\_on\\_line/](http://www.indiosonline.net/historico_de_indios_on_line/).

<sup>81</sup> Atualmente os demais programas são Cultura Digital, Griô, Escola Viva, Pontões de Cultura e, mais recentemente, Cultura e Saúde.

partir deste patrocínio do Estado, os indígenas tiveram acesso a outros programas de governo, como concessão de bolsas do Programa Meu Primeiro Emprego do Ministério do Trabalho<sup>82</sup>, e o Governo Eletrônico de Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) do Ministério das Comunicações. Este último que disponibiliza internet em banda larga para as organizações contempladas pelo programa.

Identificamos em nossa pesquisa oito aldeias inseridas no projeto Índios Online de acordo com o Programa GESAC, no qual buscamos o reconhecimento de todos os Pontos de Cultura vinculados à SCDC que tem como referência organizativa a Rede Índios Online.

**Tabela 3: Pontos de presença GESAC, pertencentes ao Ponto de Cultura Índios Online. Fonte: GESAC, 2012**

	Nome	Endereço	Município
1	Índios-Online - Aldeia Pataxó Ha-Ha-Hae da Aldeia Caramuru Alpac	Aldeia Posto Indígena Caramurú - Catarina Paraguaçu	PAU BRASIL/BA
2	Nação Pataxó Hahahae - Aldeia Vermelha - Índios Online	Aldeia Água Vermelha	PAU BRASIL/BA
3	Escola Estadual Tupinambá de Olivença - Nação Tupinambá - Aldeia Sapucaeira - INDIOS ON LINE	Aldeia Sapucaeira - Olivença	ILHÉUS/BA
4	Nação Pataxó - Aldeia Craveiros - Índios On Line	Aldeia Craveiros.	PRADO/BA
5	Índios-Online - Aldeia Kiriri	Aldeia Centro Cultural da Nação Kiriri. Povoado de Araças, s/n - Distrito de Mirandela	BANZAE/BA
6	KIT - Centro de Inclusão Digital Índios Online - Aldeia Kariri- Xocó	Aldeia Kariri - Xocó.	PORTO REAL DO COLÉGIO/AL
7	Índios-Online - Aldeia Xucuru-Kariri	Aldeia Mata da Cafurna.	PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL
8	Índios-Online - Aldeia Pankararu Brejo dos Padres	Aldeia Indígena Pankararú Brejo dos Padres	TACARATU/PE

Além dessas localizamos alguns povos que fazem parte da Rede de acordo com as entrevistas e a pesquisa sobre a história dos Índios Online como a Terra Indígena Truká (Cabrobó/PE) e a nação Tumbalalá (Abaré/BA) ambas assistidas pela SCDC. Isto nos faz crer que atualmente há cerca de doze aldeias com acesso a internet no Nordeste articuladas e organizadas pela Rede Índios Online. Há ainda casos nos quais aldeias cujos projetos de inclusão digital não são articulados pela Rede Índios Online, mas que integram a Rede. Exemplo disto é aldeia Tuxá (Ibotirama/BA).

De acordo como o GESAC, ela está vinculada a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) do Estado da Bahia, tendo ainda outro ponto de acesso no posto da aldeia

<sup>82</sup>Foram concedidas a quarenta indígenas das sete aldeias online bolsa de incentivo aos indígenas através do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) do Ministério do Trabalho de Abril a Dezembro de 2006.

na cidade de Rodelas/BA pertencente à Fundação Nacional da Saúde (FUNASA). Há casos nos quais percebemos a participação de indígenas de outras regiões do Brasil na Rede, como o indígena Alex Makuxi, da Comunidade São Jorge, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (Roraima), cuja aldeia não participa do projeto Índios Online estruturalmente. Este jovem, entretanto, atua como um dos atuais gestores da Rede.

Se considerarmos as informações obtidas no GESAC, a ação *Ponto de Cultura* vinculada Rede Índios Online apresenta uma delimitação geográfica específica, a Região Nordeste. Entretanto, na leitura da Rede é possível perceber, desde já, que esta não se restringe a proposta de ser um espaço dedicado exclusivamente às questões dos indígenas na Região Nordeste. Ela pode vir a ser um espaço de mediação e articulação de diferentes agentes e etnias interessadas em construir formas de representação que perpassem a vinculação territorial local (índios do Nordeste para índios do Brasil).

Em nosso levantamento identificamos quatro convênios celebrados entre o MinC e a ONG Thydêwá visando o financiamento da Rede Índios Online a partir de projetos específicos. Estas informações estão disponíveis no Relatório de Pontos de Cultura (2012) divulgado pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural. O primeiro projeto, denominado *Índios Online*, teve vigência no período de 19/04/2005 a 10/11/2009. Marcou a fase de transição do Índios Online enquanto projeto piloto para sua consolidação como espaço de cidadania, afirmação identitária e interação social. Consistiu no reconhecimento do projeto como *Ponto de Cultura* e na implantação de pontos de acesso à internet no interior de sete aldeias da Região Nordeste.

O segundo, denominado *Mais Índios Online*, cuja validade teria sido de 29/12/2006 a 05/03/2010, tinha o objetivo de conectar mais aldeias do Nordeste. Este projeto aparece no relatório do SCDC (2012) como concluído, e teria recebido incentivo no valor de cento e oitenta e seis reais para implementação de mais quatro pontos de acesso à internet. Entretanto, não chegou a ser executado em virtude do não repasse completo de verba por parte do MinC. A Rede teria recebido apenas uma parcela referente ao patrocínio e não mais que isso, por isso o projeto acabou sendo abandonado.

O terceiro projeto, *Esperança da Terra*, com data de convênio entre 14/08/2009 e 11/11/2012, tinha o objetivo de implantar um Pontão de Cultura voltado para mostra e comercialização de produtos advindos das aldeias inseridas na Rede Índios Online. Na concretização deste projeto, observamos foram que elaborados dois espaços de atuação

indígena. O R.I.S.A.D.A<sup>83</sup> (Rede Indígena Solidária de Arte e Artesanato), um portal onde produtos artesanais indígenas estão disponíveis para a venda online, onde é possível comprar produtos já confeccionados ou encomendá-los às etnias que integram o projeto (Kariri-Xocó, Pankararu, Tupinambá e Pataxó Hãhãhãe). É um pontão de cultura voltado para a eco-alfabetização de 240 pessoas. Um espaço real, localizado no município de São José da Vitória (BA) que se fundamenta no ideal de cruzamento de saberes entre indígenas, quilombolas, sem terra, funcionários públicos, acadêmicos da região (THYDÊWÁ, 2012). Além do incentivo do MinC a implantação do Pontão Esperança da Terra contou com a parceria do Ministério das Comunicações e da Prefeitura Municipal de São José da Vitória (BA).

O quarto e último projeto está em andamento, sendo identificado como *Implementação de Pontos de Cultura Indígena - Região Nordeste*. Seu convênio com o MinC Iniciou em 30/12/2011 e tem como data final de vigência 30/12/2014. O desafio deste projeto é implantar mais oito pontos de cultura indígena em diferentes aldeias do Nordeste visando o fortalecimento das comunidades indígenas da região, e surgiu como demanda da Rede visto que os Pontos de Cultura funcionam em muitos casos como o único local de acesso à Internet para os indígenas.

### **3.3.2 Índios Online no Programa Novos Brasis.**

Simultaneamente aos incentivos do Estado, a Rede Índios Online passou a desenvolver parcerias com instituições privadas, entre as quais se destaca o Instituto Oi Futuro. Os projetos vinculados a esta instituição serviram para o aprimoramento das ações de comunicação por meio do portal Índios Online. Proporcionaram o suporte e ampliação nos modos de operação da Rede Índios Online, como produção de audiovisual e o acesso a mídias móveis como celulares 3G com Internet móvel. O Instituto Oi Futuro é uma entidade sem fins lucrativos que possui uma política privada de incentivo a cultura, comunicação e preservação do meio ambiente. Está vinculada a empresa privada de telefonia Oi, funcionando como “condutor da política de responsabilidade social da Oi<sup>84</sup>” (BALANÇO SOCIAL, 2009, p. 36). Tem como ponto de partida quatro dimensões: cultura, educação, esporte e sustentabilidade. Por um lado elabora e executa seus próprios projetos sociais e por outro investe em

---

<sup>83</sup> <http://www.risada.org>

<sup>84</sup> Disponível em [http://www.oifuturo.org.br/uploads/balancos/oi\\_balanco\\_social\\_2008.pdf](http://www.oifuturo.org.br/uploads/balancos/oi_balanco_social_2008.pdf). Acesso em 12 de Maio de 2012.



patrocínios culturais para projetos propostos pela sociedade civil. O instituto contempla este último tipo de iniciativa a partir do Programa Oi Novos Brasis no qual estão inseridos alguns dos projetos da Rede Índios Online.

O programa Oi Novos Brasis foi lançado em 2004, e até 2011 contemplava iniciativas sociais voltadas para desenvolvimento de “tecnologias sociais baseadas na aplicação de Tecnologias da Informação e Comunicação” (Idem). Seu objetivo era o de potencializar a utilização de incrementos técnicos para a inclusão social e democratização de conhecimento. Incentivava o desenvolvimento de ações que pudessem, após os patrocínios, sustentar suas propostas e torná-las reaplicáveis por outras instituições seja da sociedade civil seja em nível de poder público. O estímulo ao trabalho em rede e fomento a articulações com outras instituições (públicas e privadas) era também uma perspectiva do programa até sua reestruturação<sup>85</sup> em 2012. Ao contrário dos programas de governo, como o *Ponto de Cultura*, nota-se a ênfase em tecnologias como mecanismos que, quando utilizados pelo capital humano no âmbito social, pudessem oferecer resposta às desigualdades sociais através da interface digital. Os patrocínios do Instituto Oi Futuro a projetos da Rede Índios Online foram identificados em dois momentos.

De 2006 a 2007 o Instituto patrocinou o projeto Arco Digital<sup>86</sup>, também identificado como “Índios Online”. Este projeto consistiu de construção de uma rede de colaboração de aprendizagem online voltada para a educação à distância de indígenas e tinha convênio com a Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A proposta era utilizar os pontos de acesso no interior de aldeia para oferecer educação à distância aos índios da Rede e facilitar a aprendizagem de elaboração, captação e execução de projetos sociais e culturais. Conceitualmente trata-se de “um curso livre para índias e índios, que tendo acesso a Internet e vontade de atuar para transformar conscientemente suas comunidades, decidem participar de um grupo para se fortalecer” (ÍNDIOS ONLINE, 2007).

---

<sup>85</sup> O Programa foi o projeto é redesenhado e em sua nona edição passou a apoiar também projetos socioambientais voltados para os eixos econômico, social e ambiental.

<sup>86</sup> Aborda a questão do uso da Internet no contexto indígena por meio da construção da metáfora do Arco Digital no qual o computador representa o novo arco e flecha indígena utilizado para uma “caçada” moderna diferenciada. Esta metáfora, como explica Pereira (2012, p. 139), “associada ao arco e flecha, instrumento indígena tradicional de caça (sustento) e arma (para a defesa e para o ataque), com isso, as novas tecnologias materializam os mesmos significados da caça e da guerra no contexto informacional da sociedade contemporânea”. Na Internet os índios caçam direitos e constroem suas representações sem mediações, cada um ao seu modo constrói sua ‘flecha digital’, ou seu modo particular de atuar, mas priorizando uma caçada digital.

Projetado para ser ofertado em forma de oficinas online através do sistema Moodle eram abordados temas como cidadania, jornalismo étnico, economia solidária e sustentabilidade, saúde e tradição e Direitos Fundamentais e humanos (IDEM). Por força de dificuldades no uso do sistema Moodle o curso teve pouca durabilidade e acabou migrando para o chat do portal Índios Online. Este projeto foi selecionado em 2007 como finalista do **Prêmio ODM** (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) do PNUD. Neste mesmo ano foi publicado o livro *Arco Digital* que sintetiza as ações do projeto Índios Online e dos indígenas nas aldeias tratando em específico sobre apropriação da rede de computadores e da Internet por grupos indígenas e das possibilidades sociais destes.

A aplicação do Arco Digital (Índios Online) se dava de forma específica na área da educação e se diferenciava do aspecto cultural proposto nos projetos vinculados ao MinC. Ao contrário de pensar as tecnologias como equipamentos culturais, aqui estas passam a representar plataformas educacionais voltadas de forma específica para a formação dos indígenas. A meta era ‘qualificar’ cem indígenas através de plataforma online das sete aldeias inseridas no projeto. Esta formação tinha o desafio de apresentar propostas que contribuíssem para o aumento do IDH das comunidades indígenas. Mote complexo porque embora consideremos que estas políticas de incentivos a formação contribuam para ações nas comunidades e aquisição de conhecimento, seus resultados não adquirem força de transformação imediata.

No período de 2009 a 2010 o Instituto Oi Futuro financiou também o projeto *Celulares Indígenas* que incrementava as formas de produção de informação vinculadas ao portal Índios Online. Consistiu na distribuição de quarenta celulares com tecnologias 3G e internet entre os pontos de cultura da Rede Índios Online. Sua proposta era a utilização de tecnologias móveis que permitissem aos indígenas a gravação de vídeos para o envio imediato ao portal, gerando mais imediatismo e menos dependência do acesso aos centros digitais indígenas em caso de urgência nas postagens. Com os aparelhos os indígenas desenvolveram um processo de formação em produção de celumetragens, que significa a produção de curtas metragens por meio de telefones celulares. Em virtude desta oportunidade os indígenas criaram por iniciativa própria o canal Índios Online no YouTube que disponibiliza os vídeos gravados com os celulares. Este projeto é descrito como uma oportunidade ímpar que permitiu dar “um salto” no projeto Índios Online, pois até então a ênfase do portal estava na elaboração de textos.

Entre as diversas possibilidades de uso, o mais frequente é a gravação de vídeos nas comunidades para fins culturais e políticos como denúncias sobre as estruturas das aldeias ou acesso a direitos sociais. O reconhecimento da relevância social do projeto Celulares indígenas pode ser percebido no recebimento do “*Prêmio Interações Estéticas – Residências Artísticas em Pontos de Cultura*” (2009), e principalmente nas diversas postagens do site cujo conteúdo conta com imagens e vídeos atualizados dando “agilidade e velocidade a circulação das informações” (Gérlic, 2012). Embora não conte mais com patrocínio do instituto Oi Futuro percebe-se a continuidade do projeto visto que os aparelhos celulares ainda são utilizados para o fim a que se destinava desde o início do projeto, que era dinamizar as produções do site [www.indiosonline.net](http://www.indiosonline.net).

Estes exemplos de convênios públicos e privados além da capacidade de articulação na busca por patrocínio demonstram a possibilidade das políticas de incentivo, desde que bem utilizadas, de se transformarem em oportunidade de projeção dos indivíduos como atores sociais ativos. É possível destacar duas dimensões neste tipo de política: redistributiva e a do reconhecimento. No primeiro caso, indica-se certa política de compensação para grupos indígenas no que tange o acesso a meios de produção cultural e de conhecimento, as quais seriam possíveis por via do investimento econômico por parte de setores públicos e privados em estruturas sociais básicas. Este tipo de distribuição de recurso técnico e financeiro estabelece o que Fraser (2006) identifica como uma aparente controversa entre redistribuição de recursos materiais e a política de reconhecimento na medida em que se pensa a sobreposição de uma categoria sobre a outra. Isto porque na política de redistribuição há a tendência de promoção da *desdiferenciação* dos grupos sociais (IDEM, p. 233). Ou seja, as diferenças são desconstruídas em detrimento das identidades específicas ao igualar os indivíduos, coletividades e suas identidades em uma só dimensão, a econômica.

Já na política de reconhecimento a lógica central é a promoção da diferença visando a valorização de grupos e identidades. Tal controversa pode ser minorada em abordagens como da classe trabalhadora, que envolve diretamente a questão distributiva, ou também em temáticas como gênero e raça que se tornam paradigmas do que Fraser (Idem) identifica como coletividades “bivalentes”. Ou seja, estão contempladas pelo reconhecimento e a redistribuição uma vez direcionadas tanto pela dimensão da justiça econômica e política quanto pela desvalorização cultural. Neste caso, necessitam de “remédios” como as políticas

de reparação que impactem em mudança cultural e simbólica (IBDEM), como consideramos ser a política de cotas no Brasil.

De um modo geral, a questão indígena tem sido tratada com frequência dentro do mote do reconhecimento, por se relacionar com mais profundidade a política de identidade e de positividade cultural. Entretanto consideramos importante discutir a presença de políticas de redistribuição na Rede Índios Online como elemento facilitador na luta por conquista de direitos. Pois na Rede, a redistribuição estrutural prevista a partir de financiamentos públicos e privados tem possibilitado a formulação de espaços de comunicação onde possíveis políticas de reconhecimento podem ser identificadas. Esta perspectiva pode ser justificada porque no caso do projeto Índios Online tem sido significativo o aproveitamento positivo das políticas de fomento na elaboração de espaços de visibilidade. Isto nos leva ao reconhecimento como a segunda dimensão observada nas políticas de fomento. A constituição deste tipo de espaço por grupos desfavorecidos remete ao argumento da necessidade da visibilidade como elemento fundamental para incluir valores, formas de vida e identidades de determinadas comunidades. Aqui recuperamos o pensamento de Honneth (2009) e Taylor (2000) a respeito da importância de que grupos sociais disponham de meios de simbólicos que facilitem a visibilização de suas lutas por reconhecimento.

Políticas distributivas que promovem a elaboração de espaços de visibilização podem ser interpretadas como propulsoras de canais de visibilidade de grupos indígenas, pois a luta por reconhecimento desenvolve-se em diferentes ambientes incluindo a comunicação. Exemplificando tal perspectiva a partir da Rede Índios Online, é possível interpretá-la como um ambiente cujos aspectos de redistribuição foram tomados como oportunidade para a construção de políticas de reconhecimento. O salto principal que se observa nestas experiências de patrocínio é que os indígenas, ao contrário dos não indígenas, ao invés de terem compreendido este tipo políticas como formas de compensações pelas desigualdades históricas, compreenderam-nas como oportunidade de formação para a autonomia e cidadania em vista de um reconhecimento identitários e de suas demandas.

Entretanto, não é possível desconsiderar que estas políticas de redistribuição podem ter um peso sobre as construções discursivas de reconhecimento observadas no portal Índios Online. Por isso, nos dedicamos a seguir a investigar se a lógica distributiva presente na Rede não remeteria a desestabilização das diferenças étnicas em favor de uma identidade indígena

homogênea, e mesmo se não advertem para a recuperação de um tipo de regulação social em relação aos indígenas.

#### 4. A política de reconhecimento e cidadania na Rede Índios Online.

Neste capítulo discorreremos sobre possíveis políticas de comunicação articuladas no portal [www.indiosonline.net](http://www.indiosonline.net) visando o reconhecimento social e o acesso a práticas de cidadania. De modo específico, buscamos refletir por meio de discursos indígenas como o uso de plataformas comunicativas online remete a possíveis formas de afirmação de identidades étnicas uma vez atravessadas por financiamentos oriundos do Estado e de instituições privadas. Considerando a política *Ponto de Cultura* e o *Programa Oi Novos Brasis* problematizamos a possibilidade de que estes patrocínios pudessem implicar em formas de regulação<sup>87</sup> da cidadania indígena, reverberando nas pretensões por reconhecimento das identidades étnicas observadas no portal.

Para verificação deste problema optamos por uma análise quantitativa e qualitativa dos discursos, temáticas e interlocutores no portal e disponíveis no menu *Arquivos*. Devido a grande quantidade de reportagens<sup>88</sup> publicadas no site (aproximadamente quatro mil publicações) escolhemos como corpus o período de 2006 a 2011 tomando como referência o mês abril de cada ano. Delimitamos a pesquisa nestes seis anos por ter sido o momento no qual estiveram em vigência os principais fomentos vinculados a Rede Índios Online. Deste modo, pretendemos observar uma possível relação entre os financiamentos e o incremento ou não da participação de indígenas no portal, a variedade étnica e a construção discursiva das publicações.

---

<sup>87</sup> O sentido de regulação com o qual viemos trabalhando nesta dissertação se refere à possibilidade de que políticas de financiamento possam constituir uma ambiguidade entre interesses da sociedade civil (de participação, produção cultural, igualdade e etc.) e um possível reforço nos interesses mercantis de maximização do lucro e da identidade liberal. (DAGNINO, 2005, p. 58-59). Referimos-nos à regulação da cidadania tendo em vista a possibilidade de que estas políticas de financiamento possam redirecionar o sentido da cidadania enquanto processo de constituição de sujeitos políticos. Ou seja, retirando-a do “terreno da política, retomado novamente pelo seu detentor exclusivo, o Estado” (IDEM, IBDEM), para enquadrá-la em “versões neoliberais” da cidadania a exemplo de políticas das políticas sociais direcionadas a setores sociais desprivilegiados econômica e socialmente como os indígenas. No que concerne à comunicação o problema da regulação poderia se compreendido como a possibilidade de que os financiamentos pudessem afetar políticas de comunicação engajadas na dinâmica política e identitárias das representações indígenas por meio do portal Índios Online.

<sup>88</sup> Trataremos as publicações feitas pelos indígenas no portal como reportagens, porém considerando as limitações de suas produções e que se trata de um ambiente onde não há a presença de profissionais jornalistas especializados. Assim, identificamos reportagens os conteúdos compostos por textos, textos e vídeos, e vídeos. No levantamento das reportagens consideramos apenas publicações com algum tipo de conteúdo, e aquelas nas quais não havia nem textos, nem vídeos foram desconsideradas por não oferecer objeto de análise. Também não levamos em consideração publicações repetidas, as quais foram observadas no período de 2006 a 2007, pois não foram observadas modificações textuais entre estas, ao contrário podem indicar algum tipo de falha durante as publicações.

Estabelecemos de modo mais específico uma análise no mês de Abril de cada ano por ser esta ocasião em que se comemora o Dia do Índio e, portanto, onde seria possível verificar com mais frequência elementos discursivos voltados à identidade indígena e direitos sociais. Além disso, a adoção desta periodização permite estabelecer comparação entre momentos semelhantes, porém como características específicas como a presença ou ausência de financiamento, produções assimétricas e variação de atores.

Nesta periodização temos como base analítica trezentos e vinte e quatro reportagens, que contemplam a seguinte categorização: *cidadania*, *identidade/cultura*, *comunicação*, *território* e *outros*. Estas categorias empíricas foram elaboradas levando em conta nosso tema central: políticas de comunicação, reconhecimento identitário e acesso às práticas de cidadania a partir de financiamento estatal e privado. Em cada uma delas propusemos classificar as falas dos indígenas de modo a relacioná-los a possíveis reafirmações étnicas e construções discursivas de cidadania.

Considerando as categorias como tipos ideais que não precisam corresponder exatamente à realidade (WEBER, 1980) definimos para a construção de cada uma delas temáticas que nos permitisse ressaltar a questão da comunicação, da cidadania e do reconhecimento. Em *cidadania* destacamos a abordagem de temáticas como educação, alimentação, saúde e transporte, reivindicações de direitos, campanhas online (petições e abaixo assinado), organização política das etnias e denúncias. Estas nos oferecem base para articular a possibilidade de construção de discurso políticos por meio do portal. Em *identidade/cultura* mapeamos publicações relacionadas às histórias das etnias, artesanato, contos, comidas típicas, tradições culturais, afirmação identitária e meio ambiente. Nestas pensamos se os discursos indígenas podem ser interpretados como políticas de reconhecimento identitário.

Para *comunicação* elegemos temáticas como cursos de aperfeiçoamento tecnológico e reportagens referentes à própria Rede Índios Online. Deste modo, poderemos problematizar o significado dos meios de comunicação no contexto indígena. Em *território* levantamos a demarcação de terras e conflitos com fazendeiros e pequenos produtores, nos quais tentaremos vincular o discurso da afirmação étnica à reivindicação por supostos territórios de origem. Por fim, em *outros* enquadraremos publicações com temáticas pontuais como informes sobre formatura de indígenas e nascimentos de crianças, falecimento, notícias sobre esporte, concurso de modelos e festas.

Para todas estas categorias identificamos os autores<sup>89</sup> das reportagens os quais classificamos como *indígenas*, *não indígena* e *sem identificação (sem ID)*. Entre os indígenas consideramos as etnias que publicaram, também enquadramos postagens feitas por não indígenas e por fim aquelas sem identificação de autor. Em casos particulares apontamos para unidades específicas, como publicações feitas pela ONG Thydêwá, entretanto, priorizamos a classificação das reportagens por grupos étnicos.

Esta identificação nos serve de base para refletir sobre a afirmação de identidades étnicas no portal considerando o Nordeste como principal ponto de partida da Rede Índios Online. Neste caso, poderemos reaver a partir dos discursos levantados no portal a discussão sobre os “índios do nordeste” como comunidade que pode projetar tanto identidades específicas como conformar a ideia de uma identidade indígena nacional. Para isto, apresentamos o capítulo em três tópicos. No primeiro, tentamos realizar levantamento das temáticas no portal, de seus proponentes e dos locais de fala destes atores relacionando estes às políticas de financiamento. No segundo, discutimos se os discursos indígenas podem se revelar enquanto expressões de cidadania. E no terceiro tópico oferecemos atenção à afirmação da identidade indígena através de *posts* do portal e com base em entrevistas com indígenas, problematizando principalmente a questão do território e de traços culturais como o Toré.

#### **4.1 As produções discursivas do portal Índios Online**

A leitura e identificação do conteúdo do portal [www.indiosonline.net](http://www.indiosonline.net) nesta dissertação têm como ponto de partida as políticas de financiamento vinculadas a Rede Índios Online. A partir destas tentaremos demonstrar os níveis de participação de indígenas no portal e as temáticas abordadas neste espaço. Desde já é preciso reforçar que embora o site tenha se consolidado por meio dos patrocínios, sua gênese não se confunde com uma política proveniente do Estado ou da rede privada, ao contrário se aproxima de uma iniciativa oriunda da sociedade civil. Esta diferenciação é importante porque foi a partir dela que propusemos a problematização dos atravessamentos de financiamentos públicos e privados na Rede.

---

<sup>89</sup> Em certos casos não foi possível identificar os autores devido a ausência de informações como nomes ou etnias. Na ausência de apenas um destes procuramos descobrir, principalmente, o pertencimento étnico.



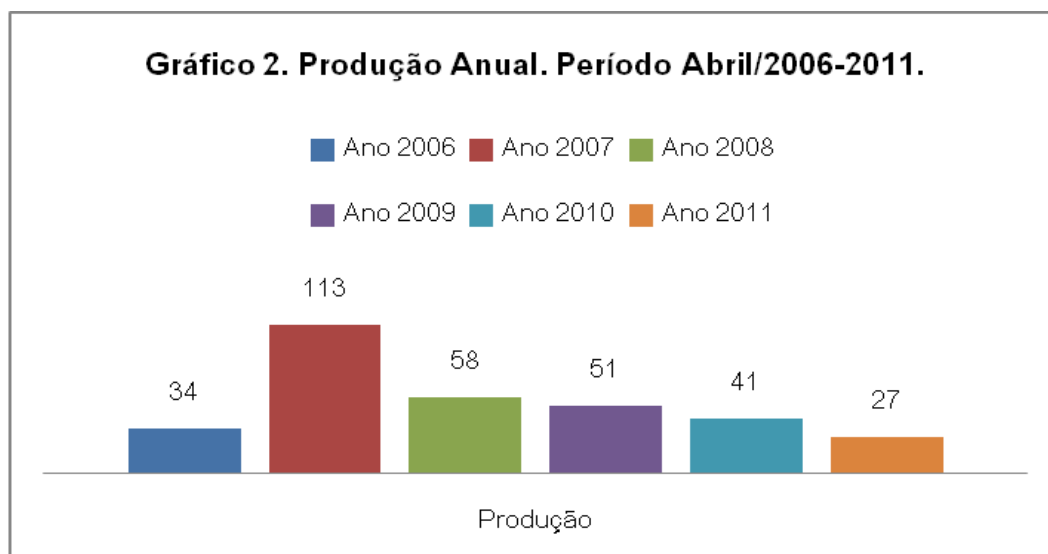
É também em virtude desta diferenciação que podemos pensar o site em dois distintos momentos: antes do programa *Ponto de Cultura* e o *Programa Oi Novos Brasis*, e depois destes. Na primeira, caracterizamos o portal como um projeto piloto que compreendeu o período de abril de 2004 a Junho de 2005. Em 2004 o site funcionou principalmente em seus primeiros seis meses por força de dificuldades como ausência de recursos para sua manutenção, pouca habilidade dos indígenas para o uso do computador e em alguns casos a desconfiança das comunidades indígenas em relação aos equipamentos. Embora os dois últimos aspectos sejam significativos, podemos considerar que foi principalmente a questão financeira que influenciou na descontinuidade do portal entre outubro de 2004 e Junho de 2005.

Esta interrupção causou uma perda de conteúdos do site que só seria retomado em julho deste mesmo ano com o apoio da política *Ponto de Cultura* do Governo Federal. De acordo com as entrevistas realizadas para esta pesquisa e de análise documental, depois da qualificação da Rede como *Ponto de Cultura* a efetivação do repasse de recurso (financeiro e técnico) não se deu de forma imediata. Por isso, nesta dissertação consideramos o período entre 2005 e 2006 como momento de reorganização do projeto que paulatinamente foi sendo estruturado com kits multimídia (antena, computadores, impressoras e mesas de computadores) e acesso à internet para sete aldeias indígenas permitindo a reconexão do site.

Os recursos financeiros que garantiriam a manutenção do portal e de sua estrutura administrativa, por outro lado, teriam sido disponibilizados periodicamente<sup>90</sup>. Portanto, embora reconheçamos que a parceria tenha iniciado em 2005 é possível cogitar que seu desenvolvimento não se deu rapidamente, uma vez que ao longo de 2006 ainda se percebia a instalação de pontos de acesso à internet em aldeias como Pataxó Hãhãhãe. Além disso, justificamos que não consta no portal matérias referentes a 2004 ao primeiro semestre de 2005. A disponibilização de *posts* atinentes a julho e dezembro de 2005 por sua vez variam desde publicações sem conteúdos a tópicos repetidos, o que revela uma inconstância do projeto e a reorganização estrutural da Rede Índios Online. Assim, propusemos contemplar a análise do período posterior a um ano de início dos financiamentos (2006) e um ano após o encerramento destes (2011), pois estes nos oferecem bases comparativas mais concretas em relação à possíveis políticas de comunicação esboçadas no site. Neste período mapeamos trezentos e vinte e quatro matérias que segue a seguinte distribuição:

---

<sup>90</sup> Não nos foi informado com que frequência os recursos financeiros era repassados à ONG Thydêwá.



Acima é possível observar a variação quantitativa de matérias no portal nos seis anos em evidência. Houve um crescimento significativo em abril de 2007 se comparado a 2006 e, posteriormente, observa-se uma redução continuada de produção a partir de 2008. Considerando como ponto de análise o pico de publicações em relação ao primeiro e ao último ano é possível relacionar este crescimento às políticas de financiamento em evidência no portal. Por um lado, o acesso à internet por meio da política *Ponto de Cultura* e das antenas distribuídas pelo GESAC já estava garantido em 2007, portanto o projeto já se consolidava estruturalmente. E, por outro lado, a Rede passou a contar também com o patrocínio privado do Instituto Oi Futuro.

Este último financiamento representou um incremento nas ações do portal, não por sua dimensão econômica, mas por ter facilitado a efetivação de políticas de comunicação no portal por meio do projeto de iniciativa indígena<sup>91</sup> Arco Digital. Definido como uma comunidade colaborativa de aprendizagem, o projeto proporcionava ensino à distância para indígenas em eixos temáticos como saúde, economia solidária, cidadania e tecnologias de informação e comunicação. A ideia era promover o compartilhamento e transmissão de conhecimento entre indígenas visando o fortalecimento cultural e o planejamento de projetos por meio de oficinas<sup>92</sup> online. A concretização das ações do projeto se deu em 2007 e

<sup>91</sup> De acordo com nossa pesquisa a ideia de criar um projeto voltado para o ensino a distância no portal teve como mentor o indígena Nhenhety Kariri-Xocó.

<sup>92</sup> O projeto estava dividido em três eixos de atividade. Trabalho de campo nas aldeias (entrevistas sobre temáticas de livre escolha, pesquisas sobre histórias das etnias e etc.), publicação de resultados no chat do portal Índios Online e participação nos cursos, chats, palestras e debate.

acontecia no Índios Online por meio das publicações dos indígenas e de palestras e cursos online realizados no chat do portal. Embora a participação no Arco Digital fosse voluntária os indígenas tinham o compromisso de realizar uma publicação por semana. Como resultado no período de efetivação do projeto observou-se o maior fluxo de emissão de *posts* por indígenas no portal.

A estrutura desta comunidade colaborativa online seguiu o mesmo padrão organizativo que viemos destacando nesta dissertação, pautado pela participação de agentes indígenas e não indígenas na elaboração e aplicação de projetos vinculados a Rede Índios Online<sup>93</sup>. Ao se constituir como uma comunidade de aprendizado onde atores distintos etnicamente se encontram para construir conhecimento, o projeto se aproximava da concepção de coparticipação desenvolvida por Freire (1969) no qual o ato de pensar e elaborar conhecimento se dá na comunicação.

No caso do site Índios Online parece haver esta ideia de coparticipação onde os sujeitos articulam políticas de comunicação voltadas também para a aprendizagem coletiva e dialógica. Pensando de modo mais específico na construção de conhecimento por via das redes digitais esta compreensão remete a temas como “inteligência emergente” (STEVEN JOHNSON, 2003), “coletivos inteligentes” (HOWARD RHEINGOLD, 2002), “redes inteligentes” (ALBERT BARABASI, 2002) e “inteligência coletiva” (PIERRE LÉVY, 2002). Estes aludem à possibilidade do uso da internet como instrumento prático potencial de aquisição e compartilhamento de conhecimento por meio de comunidades virtuais. Deste modo, seria possível problematizar também que a presença dos financiamentos pode ter servido para incrementar os níveis de participação dos índios no portal na medida em que proporcionou a concretização do projeto que possivelmente não poderia ter efetivado sem estes apoios.

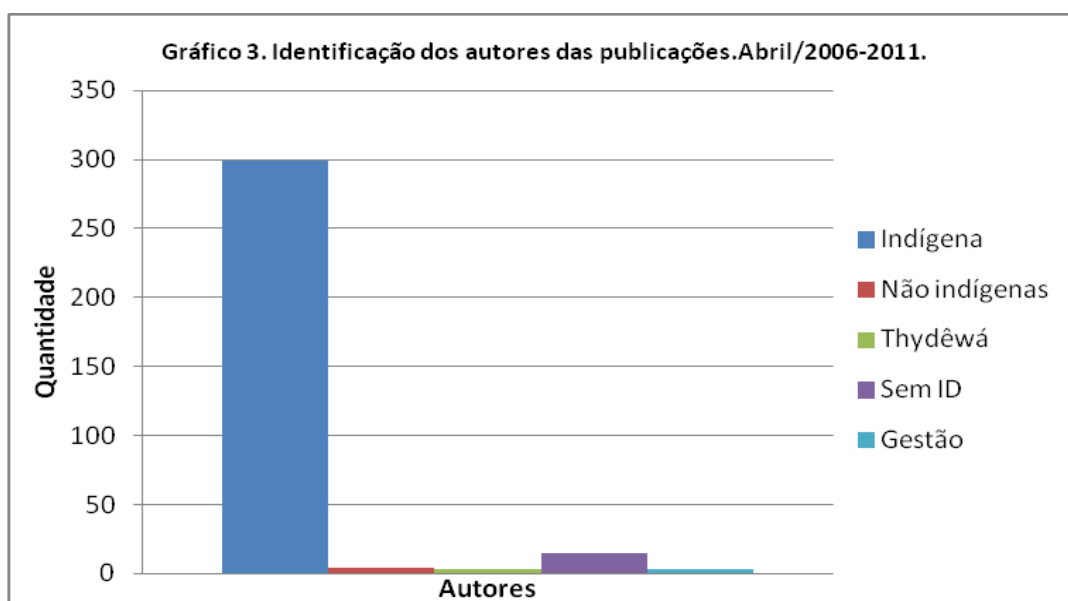
Podemos observar também que desde 2008 vem ocorrendo uma redução no número de publicações. Esta ponderação não se aplica apenas ao período específico do mês de abril, mas se estende a outros meses o que pode revelar ou uma estagnação do projeto ou a diminuição da participação de indígenas no portal. Neste último caso, é possível refletir quem são os agentes emissores e a frequência de postagens, pois este aspecto pode ter relação com a

---

<sup>93</sup> O projeto tinha como coordenador geral Sebastian Gérlic, coordenador Pedagógico Adriane Halmann, Consultor indígena: Nhenety Kariri-Xocó, assistente de coordenação geral Ivana Cardoso, facilitadora em pedagogia Rejane Cardoso, facilitadora em ciências da computação Daniela Feitosa, facilitadora de cidadania Ivana Cardoso e facilitador em economia solidária Carlos Calmon.

maior ou menor produção no Índios Online. Antes desta análise, cabe ressaltar que desde 2010 a gestão da Rede é feita de forma compartilhada e voluntária. Significa dizer que não há qualquer tipo de compensação para os indígenas ao publicarem ou gerir a Rede. Esta informação é importante também para pensarmos o fluxo de participação dos indígenas e sua relação com as temáticas abordadas no portal.

No levantamento sobre a identificação dos autores de publicações identificamos a equipe de gestão da Rede, não indígenas, a ONG Thydêwá, indígenas e produções que não tinham agentes claramente definidos os quais qualificamos como sem identificação (Sem ID).



Como se vê, embora haja publicações de origem não indígena, o fluxo de participação destes agentes como emissores quantitativamente nos parece pouco relevante em virtude de representar um 1% do total. Ou seja, identificamos apenas quatro publicações de origem não indígena no universo de trezentos e vinte e quatro. Correspondiam a textos informativos sobre editais ou matérias jornalísticas de jornais de grande circulação que foram apenas reproduzidos no portal, portanto, não haviam sido elaborados pelos indígenas. A participação de não indígenas parece ser mais frequente na estruturação interna dos projetos do que exatamente na emissão de discursos no portal.

Deste modo, o portal indica um esforço na produção de identidades visuais pelos próprios indígenas, enquanto que a organização *off-line* revela o engajamento mais efetivo de não indígenas, seja como patrocinador, como colaboradores de ações de formação e parceiros institucionais. Isto pode indicar de alguma maneira um tipo de disposição dos agentes de

forma assimétrica na perspectiva organizacional da Rede Índios Online. Um exemplo disso é a parceria da Rede com a ONG Thydêwá e com o presidente desta instituição Sebastian Gérlic. Tal perspectiva nos faz recuperar o pensamento de James Coleman (1990) e Putnam (1993) sobre o capital social como elemento relacional que se efetiva na interação dos indivíduos em uma comunidade.

Tanto a ONG quanto Gérlic parece ter mobilizado em torno de si uma espécie de estoque de capital social cognitivo (PUTNAM, 1993) caracterizado pela reciprocidade, cooperação e confiança entre índios, não índios e a instituição não governamental. Não por acaso se tornaram principais referências para quem pretende entender o projeto Índios Online, apesar da autonomia organizacional da Rede. A importância da ONG é muito clara aqui, pois funciona como mediadora das questões indígenas aparentemente conservando certa confiança institucional entre os índios. Isto pode ser explicado pelo fato desta organização ser composta também pelos mesmos agentes que ela representa, por propagar valores e interações entre indígenas e não indígenas e mobilizar recursos socioestruturais que facilitam a ação coletiva. Ou seja, a Thydêwá acaba por atuar como um agente que articula capital social durante sua ação relacional. Significa pensar esta organização como uma instituição na qual pode haver o desenvolvimento de laços sociais e de reconhecimento mútuo dos agentes.

Além da importância da ONG Thydêwá como elemento estruturador de capital social, é possível identificar o presidente desta instituição Sebastian Gérlic como outro exemplo de agente que embora não se faça presente na emissão de publicações no portal Índios Online mantém um capital simbólico específico em perspectiva organizacional. No site Gérlic se manifesta com mais frequência por meio de comentários seja parabenizando os indígenas por suas participações, seja fazendo sugestões. Como exemplo podemos citar o texto *II RAÍZES INDÍGENAS DO CEARÁ*<sup>94</sup>:

Realizou-se neste mês de maio, no Seminário da Prainha em Fortaleza o seminário “Nossa força é nosso chão”. O evento contou com as palestras do Professor João Pacheco de Oliveira do Museu Nacional e Dourado Tapeba, coordenador da APOINME no Ceará, na primeira mesa que tratava do tema Demarcação de Terras, na segunda mesa o debate foi sobre a aplicabilidade da convenção 169 e a Declaração da ONU para os Povos Indígenas, com as presenças de Sérgio Brissac, representando o Ministério Público, Weibe Tapeba da Organização dos Professores Indígenas do Ceará e Ceíça Pitaguary do Departamento de Mulheres Indígenas da APOINME. O II Raízes Indígenas terminou com uma grande apresentação cultural no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. Durante o seminário podemos constatar como o trabalho da FUNAI é insuficiente para atender a demanda dos Povos

---

<sup>94</sup> Disponível em [http://www.indiosonline.net/ii\\_raizes\\_indigenas\\_do\\_ceara/](http://www.indiosonline.net/ii_raizes_indigenas_do_ceara/). Acesso em 16 de Maio de 2013.

Indígenas do Estado, visto que, apenas uma Terra Indígena está totalmente regularizada. As outras terras ou estão passando por problemas na justiça empenhadas por posseiros ou não foram nem sequer constituído GT de identificação. Podemos citar o caso dos Tapeba que a Prefeitura de Caucaia impetrou um mandato de segurança contra a demarcação e até hoje se encontra na justiça. A noite todos os povos apresentaram suas danças e cantos na praça verde do Dragão do Mar. O evento Raízes Indígenas é uma promoção do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos – CDPDH em parceria com todos os Povos Indígenas do Ceará.  
Ceíça Pitaguary  
ceicapitaguary@hotmail.com

**Comentário:**

*Sebastian da ONG THYDEWAS* disse:

28 de abril de 2009 às 10:41

Legal!!!!

Bom saber desse importante evento...E de como a união, as parcerias, estão colaborando para esses avanços tão necessários!

Pitaguary... Voce poderia publicar neste site informações sobre a historia de teu povo? Quantos são, onde e como vivem? Se tiver alguma foto sua ou dos parentes partilhe também!

Neste comentário nota-se inicialmente um caráter pedagógico do autor ao sugerir uma apresentação da etnia Pitaguary e incentivar demais participações. Entretanto entendemos que sua participação no site é pontual. Pois, sua atuação efetiva-se de modo particular na estruturação e execução de projetos, o que por vezes leva a indistinção sobre até que ponto a ONG Thydêwá e o presidente desta instituição não poderiam ser interpretados como um único sujeito. Podemos evidenciar esta questão de duas formas. Inicialmente destacamos a fala do indígena Fábio Titiá a respeito da origem do Índios Online e da inserção deste projeto da aldeia Água Vermelha neste. Em suas palavras,

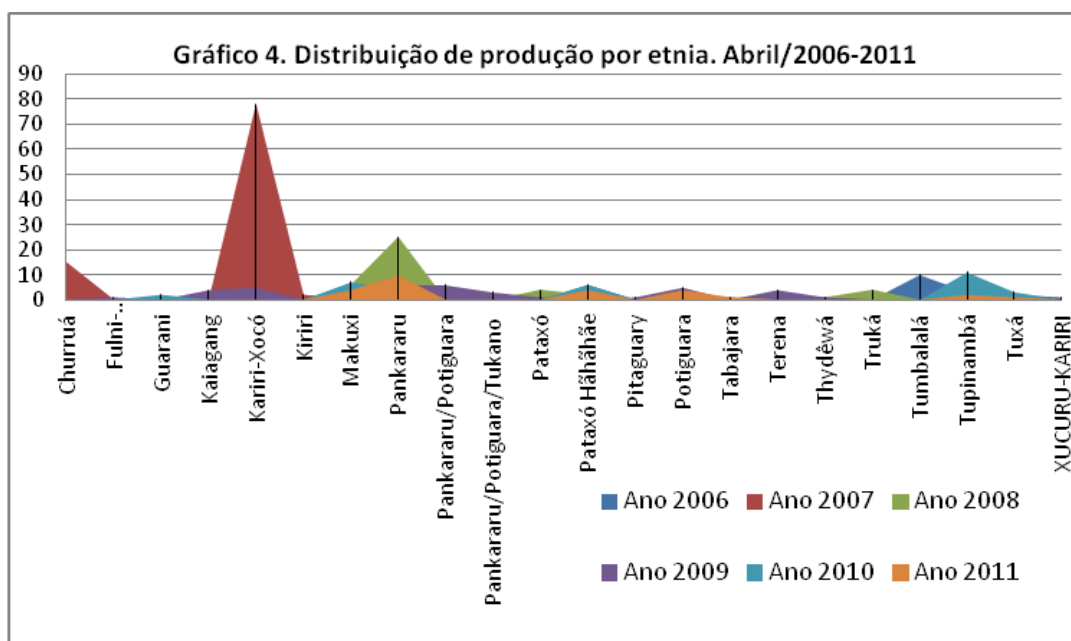
A Thydêwá praticamente idealizou esse projeto índios online. Ela começou primeiro com o projeto dos livros, depois iniciou o projeto índios cantando a cultura. Ai nesse contexto que tava trabalhando esses projetos, **ele** já tava com outro já engatilhado pra o Ministério que foi esse Índios Online. Ai assim que foi contemplado, aprovado o projeto, **ele** nos procurou pra poder participar. A agente quando entrou na internet não sabia nada, agente tava engatinhando. Então nesse período a gente praticamente aprendeu coisas novas. Começamos a desempenhar, desempenhar, fomos aprendendo devagarinho. E quando a gente já tá começando a ficar bem, a desempenhar nossas ideias, começando a escrever texto, artigo, **Sebastian** começou a pregar que a ideia **dele** era a autonomia. **Ele** sempre falava em autonomia, mesmo porque **ele** tinha uma visão das ONGs que trabalhavam com os povos indígenas. Tinha muitas ONGs que trabalhavam com povos indígenas que não queriam que os índios se envolvessem pra ficar sempre dependendo das ações delas. E ai houve um período em que **Sebastian** sempre pregava essa autonomia. E ai foi quando surgiu em 2009 na segunda gestão o projeto de gestão autônoma. Ai surgiu **dele** através da Rede escrever um projeto ao qual daria autonomia pra que os povos indígenas mesmo trabalhassem e se desenvolvessem. Ai quando foi, através da ONG Thydêwá **ele** conseguiu um recurso pro projeto. Nesse projeto **ele** fez a seleção de alguns índios em comunidade indígenas. A primeira gestão praticamente já estava montada,

nessa a gente não deu opinião não. Quando a gente ficou sabendo agente tinha de ingressar porque a gente (Pataxó Hahahãe) batalhava pra ter os pontos, pra implantar isso só que a gente não tinha na época. (FÁBIO TITIÁ, 2012)

Esta fala vem reforçar a discussão sobre o capital social e simbólico presente na estrutura *off-line* da Rede e que não se evidencia inicialmente nos discursos do portal. Aqui parece haver uma dificuldade do indígena em distinguir a ONG como instituição composta por diferentes atores e Gérlic, tratado frequentemente por seu primeiro nome. Ao dizer que “a Thydêwá praticamente idealizou”, que “ele já estava”, “ele nos procurou”, “ele sempre falava” e etc, o próprio indígena secundariza a ação política dos indígenas nas estruturas organizativas dos projetos, dando a entender Gérlic como principal mentor, articulador e executor de projetos. A ação deste agente como articulador e mediador dos projetos vinculados a Rede Índios Online nos leva a projetá-lo como um agente no qual é possível identificar o capital social como atributo individual.

Esta percepção está baseada no princípio do capital social como “o conjunto de recursos atuais e potenciais que estão ligados a posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuo” (BOURDIEU, 1980, p. 2). Assim, embora a participação de Gérlic no portal seja eventual sua atuação na estruturação e mediação de projetos sociais e comunicacionais parece revelá-lo como uma porta voz autorizado dos indígenas em termos de organização de políticas de comunicação *off-line*.

Em termos de discurso participação interna, aparentemente a ONG e Gérlic parece não interferir no modo como os indígenas elaboram seus discursos no site. Pudemos observar os índios como principais emissores no Índios Online tendo em vista que 92% das postagens foram realizadas por indígena. Logo, a predominância de participação destes atores nos leva a crer na baixa incidência de agentes externos como emissores no site. Esta constatação pode ser reforçada por meio do levantamento de etnias e pela autoidentificação de pertencimento étnicos dos índios. Dos trezentos e vinte e quatro *posts*, duzentos e noventa e nove haviam sido publicadas por indígenas, que na maioria das vezes declaravam suas identidades indígenas específicas. Assim, pudemos localizar vinte e uma etnias no portal, e na distribuição de matérias por grupos étnicos verificamos construções individuais e conjuntas.



Esta identificação pode ser interpretada como uma forma de afirmação de identidades étnicas na medida em que cada indivíduo assume etnônimos específicos, provocando uma diferenciação entre si. Vejamos o exemplo abaixo:

#### MINHA APRESENTAÇÃO

Postado em 05 abril 2010.

Meu nome e Arlem dos santos, do povo macuxi terra indigena raposa serra do sol, faço o curso de gestao territorial indigena ,instituto injikiran Universidade Federal de Roraima,tive contato com a rede "indiosonline"pelo meu irmão; Alex MaKuxi que participa de movimentos,em um desses começou a falar da rede desde então tive vontade de participar.

Arlem Makuxi

#### Comentário:

**Potyra Tê Tupinambá** disse:

5 de abril de 2010 às 19:36

Arlem seja bem vindo mesmo!

Espero logo ler suas matérias aqui em nosso portal!

Se tiver duvidas pode entrar em contatos com a gestão da rede pelo email: gestao-indiosonline@googlegroups.com... sempre tem um índio on line para atendê-lo!!!

Grande abraço. (ÍNDIOS ONLINE, 2010) <sup>95</sup>.

Embora não esteja evidente, o nome civil do autor deste *post* é Arlem Barbosa dos Santos, porém no portal Índios Online se identifica como Arlem **Makuxi** assumindo, portanto, sua identidade específica. O mesmo pode ser observado nos comentários para esta

<sup>95</sup>Disponível em <http://www.indiosonline.net/minha-apresentacao/>. Acesso em 15 de Maio de 2013.



publicação onde cada autor evoca identidades suas específicas, a exemplo de Potyra<sup>96</sup> Tê **Tupinambá**. Na matéria observamos de modo particular a manutenção do nome não indígena seguido da etnia, porém no comentário prevalece a utilização da identificação indígena completa. Ou seja, o primeiro nome **Potyra Tê** que designa uma identidade individual e o **Tupinambá** que caracteriza o pertencimento a um grupo étnico.

Logo, a utilização do etnônimo revela o autor como parte de uma coletividade e remete à utilização de identidades específicas como construções discursivas que podem remeter ao autorreconhecimento identitário e a reafirmações étnicas online. Esta política de reconhecimento parece ser reforçada por meio da interação dialógica entre os indígenas como no exemplo acima onde cada autor deixa evidente seu pertencimento étnico enquanto publicam e comentam. Parece-nos que este tipo de identificação tende a evocar uma política de reconhecimento da diferença muito embora haja a percepção da reivindicação da identidade coletiva “índio” no portal. Abaixo isto pode ser exemplificado.

#### **O QUE É SER ÍNDIO**

**Postado em 12 julho 2006. Tags: Arte**

Ser índio é ser igual

E ser diferente.

Ser índio é ter coragem de lutar

e com a luta unir seu povo.

Ser índio é ter orgulho de sua identidade

e com ela fortalecer sua cultura.

Ser índio é tornar mais forte o seu povo

e reviver a sua inteligência. [...].

#### **Comentário1:**

**Adilson R. Ribeiro---Povo Kaingang / RS disse:**

13 de abril de 2009 às 20:16

Isso, nada mais é do que a mais pura verdade. Nossos índios de todo o Brasil, estão ai há mais de 500 anos mostrando resistência as mas cruéis formas de violências, mas porém estamos vivos. Isso mostra que nossas culturas Indígenas merecem respeito.

Abraço meu irmão David. (ÍNDIOS ONLINE, 2008).<sup>97</sup>

Apesar de ter sido escrito por um indígena da etnia Pataxó, o texto principal parece evocar o “índio” enquanto uma identidade coletiva reivindicada como sugerimos no início desta dissertação. Já o comentário, como se vê acima, remete a solidariedade como elemento que se manifesta nas relações intersubjetivas baseadas na resistência à experiência de

---

<sup>96</sup> Potyra tem como variante a palavra *potira* e significa planta.

<sup>97</sup> Trecho de texto disponível em [http://www.indiosonline.net/o\\_que\\_e\\_ser\\_indio/](http://www.indiosonline.net/o_que_e_ser_indio/). Acesso em 15 de Maio de 2013.

desrespeito (HONNETH, 2009, p. 209). O site Índios Online, por sua vez, pode representar um canal onde é esboçado o reconhecimento étnico na medida em que os índios partilham de interesses em comum por meio da internet.

À luz das concepções de Honneth (IDEM) isto pode indicar uma estima mútua não apenas entre as identidades específicas, mais no sentido da valorização de uma identidade coletiva, a exemplo do discurso do índio Kaiagang que evoca um sentido de solidariedade ao utilizar a expressão “irmão David”. Este sentido de coletividade evidenciado no portal pode ser percebido também em publicações elaboradas conjuntamente, acentuando certo grau de organização não apenas do ponto de vista virtual mais concreto. Localizamos no portal alguns exemplos de produções conjuntas, algumas disponíveis em vídeo que correspondiam, em geral, as entrevistas com lideranças indígenas e anciãos, e outras em forma de texto podem ser encontradas em forma de texto, como no exemplo abaixo.

#### ***INDÍGENAS NA “NOVA ERA”<sup>98</sup>***

Postado em 22 abril 2007.

Nós indígenas, produzimos arco e flechas, lanças, zarabatanas, cocares, colares, brincos, etc, em peças de artesanato. É, uma maneira autossustentável, encontrada depois de espoliarem todo nosso território. A tecnologia, que chegou a nossas aldeias, hoje nos proporciona uma integração com o mundo, nos ajudando a divulgar nosso artesanato através do nosso chat, teclando com os nossos visitantes. O artesanato indígena, unicamente usado para nos adornar se transformou em uma fonte de rentabilidade, proporcionando às famílias adquirir o alimento necessário para sobrevivência. O projeto índios on line, construído através da necessidade de comunicação entre às mais variadas etnias indígenas, trocando informações étnico-culturais, abrindo uma nova linguagem para o mundo, inicia uma nova era. Romper paradigmas, formados a partir de uma mentalidade colonialista, ainda presente, em pleno século XXI.

**Aratykum Pankararu**

**Yakuy Tupinambá**

(ÍNDIOS ONLINE, 2007)

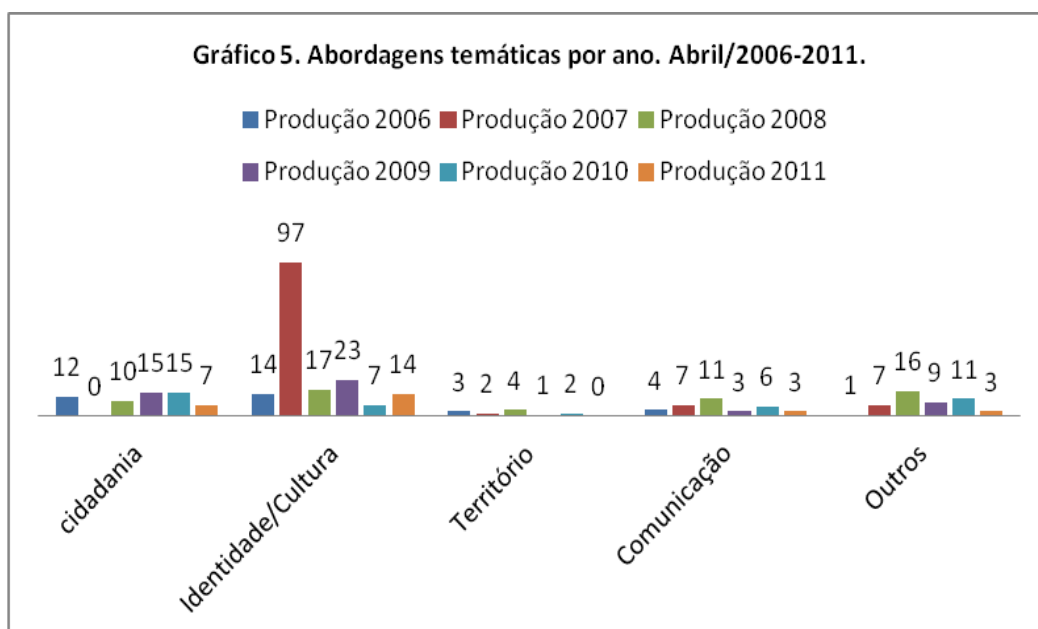
Mais uma vez o sentido de coletividade surge no discurso indígena, porém desta feita estando relacionado ao projeto Índios Online como meio de comunicação e interação para distintas etnias. A autoria do texto é atribuída a dois indígenas de grupos étnicos distintos que embora localizados na Região Nordeste, são geograficamente distantes. O trabalho coletivo visualizado neste tipo de produção reforça a utilização da internet como ferramenta potencial para minorar distâncias e, neste caso específico, favorece ações de produção de representação

---

<sup>98</sup> Disponível em [http://www.indiosonline.net/indigenas\\_na\\_nova\\_era/](http://www.indiosonline.net/indigenas_na_nova_era/). Acesso em 15 de Maio de 2013.

em rede onde os índios se representam e oferecem visibilidade às suas subjetividades. Na evidência da participação majoritária de interlocutores indígenas percebemos que as temáticas elaboradas no site Índios Online reverberam esta concentração, pois priorizam abordagens voltadas para o contexto destes agentes. Na imersão da análise dos hipertextos encontramos temáticas variadas, por isso fizemos o uso de categorias, assim identificamos uma tendência para temáticas identitária e de cidadania.

Nessa classificação a categoria identidade/cultura predominou já o território apareceu com menor frequência. Percentualmente significa dizer que 53% de todo conteúdo mapeado se referia à identidade/cultura, 18% cidadania, 15% temáticas variadas, 10% comunicação e apenas 4% se referiam ao tema do território. Graficamente isto pode ser representado da seguinte forma:



Das cinco categorias elaboradas para nossa discussão percebemos que *território*, *tecnologia* e *outros* apareceram com menor incidência no site durante o período analisado. Na categoria *outros* enquadramos publicações concentradas principalmente na divulgação de eventos, relatórios, chamadas de editais e informes sobre reuniões. Em nosso entendimento correspondem a temas com pouca acepção política, embora no contexto do site possam ser interpretados politicamente, como no exemplo abaixo.

### **Índios Online – Compartilhamento de “ALEGRIA”<sup>99</sup>**

Postado em 11 abril 2011.

Oi pessoal, nós temos nos apropriados dos meios de comunicação pra estarmos partilhando com outros parentes e com o Mundo inteiro as nossas lutas, nossas conquistas, sobre as nossas retomadas, enfim um porção de outras coisas. Mas essa matéria aqui é pra compartilhar com todos uma outra conquista minha: O Nascimento de Minha Primeira Filha: Adria. Uma outra razão pra continuar firme em nossos movimentos, nossas lutas. Ela nasceu no mês passado e hoje faz 14 dias de nascida. Então venho por meio desta matéria, expor e compartilhar com todos os índios on line e visitante do site a minha maior ALEGRIA !!!

Alex Makuxi (ÍNDIOS ONLINE, 2011)

Percebemos a partir deste *post* que o site pode ser apropriado como espaço tanto para demandas políticas quanto para compartilhar experiências do cotidiano. O reconhecimento desta possibilidade é feito pelo próprio autor ao destacar como os índios utilizam os meios de comunicação não apenas para o discurso ideológico e coletivo, mais para dar visibilidade a aspectos mais corriqueiros e também individuais. De certo modo, este tipo de publicação remete a necessidade dos sujeitos sociais de se tornarem visíveis na esfera pública objetivando lograr reconhecimento de sua existência por meio de processos de comunicação.

Na “visibilidade midiática”, segundo Maia (2008, p. 173) “por meio dos *media* [...] proposições, discursos, atos, acontecimentos podem ser tornados públicos [...]” e tanto podem convocar a participação da audiência como podem ou não alimentar discussões políticas. Identificamos dez comentários referentes ao *post* acima que em geral se traduziam em felicitações, como no exemplo abaixo:

Irembé Potiguara disse:

12 de abril de 2011 às 16:58

Só posso dizer que estou mais que feliz por você!

Muita luz no seu caminho com essa princesa que Deus pôs em sua vida! E certamente é mais um motivo para continuar na luta, pois o que plantamos hoje é para que as futuras gerações tenham bons frutos para colher!

Abraço

Além das congratulações, parece haver uma tentativa de dar significado político a fatos comuns dentro do site o que pode gerar reforço nas demandas por reconhecimento. Para este comentário lembramos aqui o argumento de Maia (IDEM, p. 174) de que no ambiente midiático “as pessoas são convocadas a se posicionar diante de determinadas matérias publicizadas [...]” o que pode tornar os produtos midiáticos politicamente relevantes. Assim, é possível sugerir que os comentários a respeito do evento do nascimento de uma criança

---

<sup>99</sup> Disponível em <http://www.indiosonline.net/ompartilhamento-de-alegria/>. Acesso em 17 de Maio de 2013.

possam indicar uma resposta ao convite de participação e também evocam o discurso político-ideológico. Apesar desta leitura política observada nos comentários, consideramos que textos como estes efetivamente não se enquadram nas demais categorias atribuídas nesta análise, pois o significado simbólico e político são observados nos comentários e não exatamente no texto principal.

Também com pouca abordagem no site a *comunicação* apareceu em quarto lugar com trinta e quatro publicações. A utilização desta categoria nos serve como orientação para indagar o lugar de plataformas comunicativas no contexto indígena oferecendo destaque a espaços de representação esboçados na internet. E, além disso, possibilita refletir o sentido de comunicação presente no portal Índios Online. De um modo geral, parte as matérias inscritas nesta categoria se referia a temáticas voltadas para o próprio site a exemplo de “*Índios On-line e GESAC*”, “*Índios no mundo digital*”, “*Toré audiovisual na Tekoa Mboy-Ty*”, “*A importância de Índios On-line na divulgação cultural indígena*”, “*Primeiras bolsas*”, “*Carta cobrança*”, “*Inclusão na Rede Índios Online*” e “*Tecnologia para os povos indígenas*”. Ainda que quantitativamente sejam pouco expressivas, estas abordagens oferecem interpretação não apenas de formas de se comunicar e dar visibilidade, mais como canais de articulação viabilizados por meio de dispositivos simbólicos que possibilitam práticas sociais e culturais diferenciadas.

Consideramos que a Rede Índios Online embora não pautar a temática *comunicação* como principal abordagem, parece estabelecer no site uma política de comunicação que, além de princípios e normas específicas<sup>100</sup>, tenta legitimar-se como espaço idealmente democrático regulado por interesses indígenas. Esta compreensão é fundamental porque explica as ações da Rede tanto no âmbito virtual, quanto por sua articulação *off-line*, ou seja, suas demandas por instrumentos adequados de difusão e recursos materiais e humanos. Partindo desta premissa, nos parece sensato ponderar que os financiamentos observados neste projeto constituem parte desta política de comunicação na medida em que garantiram seu aprimoramento, consolidação e também se constituíram como demandas dos próprios indígenas.

---

<sup>100</sup> Como foi tratado no capítulo três a Rede Índios Online está estruturada no ambiente online e constitui-se também como uma organização concreta. Em ambas há um conjunto de princípios e normas que estabelecem mecanismos para possibilitar o uso e gestão democrática da Rede como Estatuto, regras de publicação, gestão móvel, ausência de postos de liderança, entre outros, os quais revelam uma relação entre a comunicação e os valores sociais e ideológicos desta organização.

Então, a Rede parece reivindicar um lugar de fala coletivo quando pensamos o conjunto de representações como elemento que dá sentido a uma articulação em comunicação. Entretanto, a premissa do reconhecimento sobre uma suposta identidade indígena coletiva só se constitui por força da ação discursiva de cada etnia. Diferentemente de formas de produção de notícias mais tradicionais, ou de empresas de comunicação, na Rede não há agentes responsáveis por escrever e publicar, isso coloca todos os integrantes como agentes que pautam suas próprias questões e as publicam. Não significa que não haja regras nesta estrutura, porém é perceptível a ausência de uma rigidez suficiente para impedir a perspectiva de uma produção aparentemente descentralizada, na qual cada etnia elabora seus próprios discursos.

Outro fator que parece influenciar a forma como as publicações aparecem no portal é o aperfeiçoamento do uso de diferentes tecnologias. Em 2009, a Rede já contava com o patrocínio do Instituto Oi futuro, e deste resultou a concretização do projeto Celulares Indígenas<sup>101</sup>. Neste os indígenas receberam celulares com tecnologia 3G para o aprimoramento das publicações no portal, o que significou a possibilidade de postar imagens, vídeos através do aparelho celular. O uso deste tipo de modalidade de mídias móveis, longe de substituir os tradicionais textos, parece reforçar suas reivindicações e identidade. Em geral os vídeos são postados com link para o canal Celulares Indígenas no Youtube, apenas com o título do mesmo e os autores, porém sem uma descrição sobre seu conteúdo. Assemelha-se a produções caseiras uma vez que não passam por qualquer tipo de edição.

Os repertórios desenvolvidos pelos indígenas revelam a importância dos *media* tanto para a interpretação de sua realidade, quanto para o reconhecimento de identidades étnicas e dos interesses deste segmento. O reconhecimento do valor das plataformas comunicativas pode ser exemplificado no texto abaixo articulado por Itohã Pataxó Hãhãhãe.

#### **A Importância dos Meios de Comunicação<sup>102</sup>.**

Postado em 22 julho 2006. Tags: Arte

Nós Povos Indígenas temos que dar mais valor aos nossos pertences, principalmente a nossa cultura que estar cada vez mais, sendo discriminada por muita gente. [...]. Hoje na Aldeia Pataxó Hãhãhãe já existe o telefone publico, um dos meios de comunicação que facilitou muito na aldeia, pois tínhamos muita dificuldades de passar os avisos que chegavam para os nossos parentes, logo após surgiu a rádio comunitária dentro da aldeia, onde juntamente com a Ong Thydewa e o projeto Índios-Online conseguimos quebrar muitos preconceitos na região, a nossa rádio

<sup>101</sup> O projeto foi apresentado no tópico anterior desta dissertação.

<sup>102</sup> Disponível em [http://www.indiosonline.net/title\\_34/](http://www.indiosonline.net/title_34/). Acesso em 17 de Maio de 2013.

também serve para transmitir a nossa cultura para o não índio, dando dicas de remédios naturais, facilitando também os recados e avisos tanto na parte de educação como na de saúde etc...a ser dado para os parentes em toda aldeia. Nós também já estamos fazendo o uso da internet, é um dos meios que nos levam ao mundo inteiro, é através dela que conseguimos mostrar para a sociedade os nossos objetivos, facilitando as nossas organizações. Muitas aldeias do Brasil através do projeto Índios-Online já criaram seus agentes de cultura, os quais são responsáveis de mostrar para os internautas do mundo inteiro a cultura e os valores indígenas do Brasil.

ITOHÃ PATAXÓ. (ÍNDIOS ONLINE, 2006).

Ao relacionar a presença de diferentes meios de comunicação na aldeia Pataxó Hãhãhãe a exemplo de telefone público, rádio comunitária e ponto de acesso à internet o indígena parece destacar os instrumentos comunicativos como elemento-chave para dar visibilidade às demandas sociais e culturais dos indígenas, principalmente a partir do interior das aldeias. A internet, por sua vez, parece incrementar mecanismos comunicacionais tradicionais passando a ocupar um lugar de destaque na argumentação destes agentes. Tal argumento pode ser reforçado por meio da fala de Castells (2004, p. 170) quando este autor destaca a relevância da internet para as ações dos movimentos culturais que “constroem em torno de si sistemas de comunicação [...] porque esta é a principal via que estes movimentos encontram para chegar àquelas pessoas que podem eventualmente partilhar os seus valores, e a partir daí atuar na consciência da sociedade no seu conjunto”.

O argumento deste autor ganha ressonância em nossa discussão ao articularmos a internet como plataforma com potencial social e político no ambiente indígena. Como exemplo, consideramos a argumentação de Fábio Titiá quando questionado sobre o papel das plataformas online no contexto indígena e sobre a possibilidade de que estas pudessem facilitar as interações sociais. Assim o índio alegou que:

A internet facilita com toda certeza. A gente tem o contato com outros parentes de outras aldeias. Já conseguimos ajudar parentes de outras aldeias daqui. Não só parente, mais o não índio também a gente tem ajudado. As vezes o não índio quer saber de um remédio (se referindo a remédios naturais da cultura indígenas), as vezes a gente vai e procura uma pessoa da aldeia que tem experiência nessas questões de medicamento, procura informação e dá uma resposta pra pessoa. Outra hora a pessoa quer saber o que tal palavra (indígena) significa. Se for do nosso conhecimento a gente responde, ô essa palavra significa isso ou essa palavra é do povo 'tal'. Agente sempre busca facilitar. Então a internet é bom pra gente divulgar e ao mesmo tempo pesquisar, é uma forma de a gente pesquisar muito, nos ajuda a orientar em muitas coisas inclusive saber o que o que a mídia comercial sabe a nosso respeito. A gente teve a experiência nesse movimento pela terra que teve mídia que jogou muito contra a gente. Ai a gente lia os artigos deles e depois formava o nosso, a partir de nossa verdade e ai a gente botava na mídia (Internet) e acho que alguém

lia, que mudou a concepção de alguém que leu, porque a internet é um negócio aberto, que todo mundo pode mexer. (FÁBIO TITIÁ, 2012<sup>103</sup>).

Além de destacar as potencialidades da internet, esta argumentação aponta para a “mídia comercial” como agente que pode oferecer pouca visibilidade aos interesses dos grupos indígenas ao dificultar a publicização destes na esfera pública, ou mesmo ofertar sub-representação. Em razão disto, sites institucionais, blogs, páginas pessoais, twitters, lista de e-mails, e etc, podem ser traduzidos como elementos relevantes para os indígenas. O uso de plataforma online revela-se uma alternativa diante da dificuldade de sua visibilidade na imprensa tradicional, pois proporciona a construção de protocolos comunicativos autônomos com vocação para autorrepresentação e interação social, por vezes se contrapondo as percepções repassadas à sociedade pela mídia tradicional. Exemplo disso é a matéria *O que a imprensa não quis mostrar!!*<sup>104</sup>, segundo a narrativa:

Durante a presença das mesmas, aquela necessidade notória de dar “o furo da notícia”, de pegar o momento certo do suposto-pretense conflito físico entre indígenas e policiais e ou exército; de repente uma invasão no Ministério da Justiça, quebrar os vidros do prédio com bordunas... Nada disso aconteceu! E nem até o presente acampamento adotamos esse tipo de comportamento, e se Deus e os Encantos de Luz continuar permitindo, isso nunca acontecerá... Mas, o momento de grande fervor não teve o destaque que gostaríamos que tivesse. Nada agressivo para as lentes dos fotógrafos e câmeras ali presentes. Esse momento foi na quinta-feira (17.04), às 16:00 horas aproximadamente, quando iniciamos nossa passeata pelo Eixo Monumental até o Ministério da Defesa. (...). Quer dizer, a população brasileira mais uma vez ficou sem o direito de ver pela mídia esta maravilha de mobilização e protesto tríplice. O Jornal Nacional noticiou apenas a fala profana do Coronel Heleno na solenidade do dia do Exército, com trechos da mesma se referindo diretamente aos povos indígenas. [...]. A imprensa jamais poderia mostrar nossas denúncias contra o Coronel Heleno, diante do Ministério no Dia do Exército. E nem o rebate feito pelo movimento de cada uma das violências que o Estado Brasileiro e os empresários do grande capital tem feito contra nós. [...].  
Cris Pankararu. (ÍNDIOS ONLINE, 2007).

O texto evidencia possíveis modelos de sub-representação construídas pela mídia impressa. Na interpretação do texto, parece haver um interesse da mídia pelo contexto indígena principalmente na eminência de conflitos, o que de certo modo aproxima os índios de rótulo como sujeitos violentos ou selvagens. É em virtude do tipo de representação considerada inapropriada ou inexistente que a internet parece oferecer a possibilidade de elaboração de uma nova dimensão de representação para os indígenas. Este tipo de prática

---

<sup>103</sup> Trecho de entrevista concedida a Lucineide Magalhães de Matos em 22 de Junho de 2012.

<sup>104</sup> Trecho de matéria disponível em [http://www.indiosonline.net/o\\_que\\_a\\_imprensa\\_nao\\_quis\\_mostrar/](http://www.indiosonline.net/o_que_a_imprensa_nao_quis_mostrar/). Acesso em: 15 de Maio de 2013.



autorrepresentativa pode significar a leitura de plataformas digitais como canais alternativos, e de dispositivo de contrainformação. Interpretação que somente faz sentido quando são evidenciados protocolos de significado comuns (CASTELLS, 2003) como língua, artesanato, entre outros, que dão sentido ao site como comunidade de interesse.

A própria Rede Índios Online passa a ser destacada por sua relevância como ferramenta de comunicação e aproximação entre comunidades indígenas. Torna-se ilustração desta ponderação a série de depoimento de jovens indígenas da etnia Pankararu realizada no chat do site e disponibilizada no portal. Nas declarações, fica destacada tanto a importância do projeto quanto é estabelecido a relação entre este e possíveis melhorias nas aldeias.

**Sem “Índios On Line” com “Índios On Line”, éis a questão de melhoria que veio pra ficar<sup>105</sup>.**

Postado em 10 abril 2008. Tags: Outros

Deise Mari – Pankararu:

“Esse projeto dos índios on line foi um grande avanço para nos indígenas, pois estamos quebrando várias barreiras, onde a tecnologia é para todos. É através dos índios on line, que conseguimos nos comunicar com pessoas de outras nações indígenas que estão muito longe mas que acabam ficando tão perto que parece que estão aqui do nosso lado. Não sei como vai ser daqui pra frente, mas tenho absoluta certeza que vai mudar nossas vidas.”

Eduardo – Pankararu:

“Sem conexão – Antes vários jovens indígena Pankararu não tinham onde acessar os conteúdos referentes à situação dos seus parentes que ainda vive na Aldeia Brejo dos Padres – PE, apenas 7,5% tem computador em casa com acesso a Internet. Pois o monopólio vem crescendo bruscamente, as tecnologias avançadas cada vez mais cara, no entanto por questões financeiras, alguns grupos sociais não têm acesso a Internet. Não por falta de Lan House, mais por falta de recursos e investimento na cultura digital para a classe trabalhadora. [...]. (ÍNDIOS ONLINE, 2008).

Nestas percepções positivas é possível avaliar que a iniciativa do projeto Índios Online também coloca em pauta o acesso a comunicação como direito, e elemento simbólico, de interação social, de aproximação, fortalecimento cultural e pela possibilidade de autorrepresentação sem mediações. Remetem ainda a possíveis mudanças de vidas, embora não sejam explicitadas que tipo de mudanças poderia ser estas. Assim, na categoria *comunicação* estes agentes apontam o site como espaço potencial no qual podem atuar não como receptores, mais como produtores de suas próprias demandas.

---

<sup>105</sup> Trecos de depoimentos. Disponível em [http://www.indiosonline.net/sem\\_indios\\_on\\_line\\_com\\_indios\\_on\\_line\\_ei/](http://www.indiosonline.net/sem_indios_on_line_com_indios_on_line_ei/). Acesso em 18 de Maio de 2013.

Observadas as perspectivas e possibilidades comunicacionais centramos nossa atenção, então, nas categorias *identidade/cultura* e *cidadania*, fazendo a abordagem destas em tópicos específicos e concatenando-as à temática do *território*. Aqui colocaremos em pauta a questão da reafirmação de identidades étnicas no Nordeste por meio da rede digital evidenciado também protocolos comunicativos vinculados a práticas de cidadania. Assim, tentaremos refletir que a luta dos indígenas por direitos sociais, visibilidade étnica e reconhecimento passam também pela intermediação comunicativa seja na publicação de denúncias e reivindicações por meio do portal.

#### **4.2 Índios Online: comunicação para a cidadania**

Para falar sobre a categoria cidadania a partir do site Índios Online partimos do princípio de que este termo possui estreita relação com a comunicação por ser esta uma temática que atravessa a instituição e organização das relações sociais. Assim, quando falamos em cidadania não nos referimos a um conceito liberal enquadrado nos limites das relações com o Estado. Pensamos esta como um processo político atravessado também por espaços comunicativos capazes de por em evidência práticas de cidadania. É nesta perspectiva que tentamos interpretar na Rede Índios Online possíveis noções e projetos de cidadania ofertados pelos indígenas. Tentaremos verificar a possibilidade do site como espaço onde interesses comuns, especificidades e diferenças podem ser visibilizados, discutidos e negociados, tendo em conta os patrocínios vinculados ao portal.

Assim, a primeira questão que nos parece relevante refletir é qual noção de cidadania é possível identificar na leitura do portal?. Para responder a esta questão recorreremos a publicações feitas pelos próprios indígenas as quais oferecem relação direta com o sentido do índio como cidadão. Para começar trazemos o texto de Potyra Tê Tupinambá cujo título é *Cidadania Indígena*. Neste a autora, que também é advogada, estabelece uma qualificação da temática ao explicar o papel da FUNAI como um agente garantidor de direito dos indígenas. A princípio nos parece que os indígenas tentam mobilizar modelos de cidadania ao colocarem na pauta do site questões sociais e políticas.

### ***Cidadania Indígena***<sup>106</sup>

Postado em 28 dezembro 2006. Tags: Ivana Thydewas

[...]. O reconhecimento da cidadania indígena na Constituição proporciona aos povos indígenas brasileiros igualdade política em relação ao restante da população brasileira. Desse modo podem ter, se assim desejarem, carteira de identidade e título de eleitor, como também podem usufruir do atendimento de saúde e educação públicos. Além desses direitos, o Estado deve assegurar aos índios a posse de terras reservadas à sua ocupação, defendidas legalmente.

É papel do Governo reconhecer e demarcar os limites de TODAS as áreas indígenas e defendê-las de qualquer pessoa ou empresa que não respeite sua delimitação.

[...]. Também os direitos culturais dos indígenas são defendidos por lei. É com essas leis, portanto, que podemos defender os nossos direitos. Apesar de ainda não corretamente seguido, o Estatuto do Índio é o primeiro dos muitos passos que ainda faltam ser dados para que o índio seja realmente respeitado como cidadão. Mesmo com os avanços da democracia, o Estado e o povo brasileiro ainda têm dívidas históricas pendentes para com os povos indígenas brasileiros. Dívidas essas que devem ser resolvidas com medidas governamentais concretas, que objetivem o exercício pleno da cidadania indígena e sobretudo dos direitos originários dos povos indígenas reconhecidos pela Constituição Federal.

#### **Comentário:**

**Mariana** disse:

11 de março de 2008 às 12:15

Sou estudante, do curso de serviço social, tenho 17 anos. E só quero contestar o fato do que diz nesse segundo parágrafo: “O reconhecimento da cidadania indígena na CONSTITUIÇÃO proporciona aos povos indígenas brasileiros igualdade política em relação ao restante da população brasileira.” Porque em relação ao indígena a Constituição Federal, não vou dizer que exclui, mas, que restringe os direitos dos índios a demarcações de terras. O que penso ser uma forma de discriminação tanto social, quanto étnica.

Aqui a visão de cidadania parece ser pautada principalmente a partir da demanda por reconhecimento territorial, fato que se justifica por ser este um dos principais motes relacionados à manutenção cultural dos indígenas após a colonização. Nota-se que tanto no texto principal, quanto no comentário os articuladores tomam enquanto referência códigos legalizadores como a Constituição Federal e o Estatuto do Índio. Talvez na tentativa de aferir legitimidade ao debate e reafirmar o índio como cidadão já reconhecido, porém com dificuldade de consolidação de seus direitos. Como argumenta Luciano (2006, p. 89) a cidadania “é um recurso apropriado pelos indígenas para garantir seu espaço de sobrevivência em meio à sociedade majoritária”. Assim, [...] “enquanto os brancos naturalizam a cidadania, os índios instrumentalizam-na, uma vez que para o povo indígena o que é natural é a especificidade étnica”. Esta distinção da cidadania no sentido natural e instrumental também aparece nas articulações discursivas dos indígenas.

---

<sup>106</sup> Disponível em [http://www.indiosonline.net/title\\_76/](http://www.indiosonline.net/title_76/). Acesso 16 de Maio de 2013.

### **O CURSO DE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA<sup>107</sup>**

Postado em 19 abril 2006.

Todos os INDIOS ON-LINE estão convidados para:

O CURSO DE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA.

Vamos aprender a importância da cidadania e a necessidade de conhecermos mais sobre os NOSSOS DIREITOS. Você dará um grande passo para a melhoria da sua vida e de sua comunidade. Será uma viagem emocionante e conto com a presença de todos vocês!!! Em breve as inscrições estarão abertas! Aguardem!

Ivana Cardoso

Facilitadora do Curso de Capacitação para a Cidadania.

Enquanto instrumento, a cidadania é por vezes tratada como objeto de aprendizagem no portal, onde um agente munido de capital social facilitaria a assimilação sobre o que é cidadania. Ou ainda, parece haver um discurso no qual para ser cidadão seria necessário algum tipo de qualificação, só então o sujeito se autodefiniria como tal. Isto tem relação com o fato de que em grupos periféricos, marcados por desigualdades sociais os indivíduos podem não reconhecer-se com cidadão. A ausência deste autorreconhecimento implica na reafirmação da subcidadania (SOUZA, 2012), uma vez que os sujeitos sociais vivenciam formas de desrespeito pautadas pela privação de direitos e exclusão social (HONNETH, 2009). Ainda no site, há também exemplos de interpretação da cidadania como o reconhecimento do direito à diferenciação:

### **Defesa dos direitos e interesses indígenas<sup>108</sup>**

Postado em 01 abril 2009. Tags: Abertura

Os direitos dos índios tem natureza de direito coletivo, direito comunitário, como tal, concerne à comunidade toda e a cada índio em partícula como membro dela. Essa idéia reconduz à comunidade de direito que existia no seio da gentilidade. E este direito se distinguia do de cada um em particular, por não ser exclusivo, mas indiviso e inalienável e indissolúvelmente ligado á qualidade de membro da coletividade. [...].

Dinamam tuxá (ÍNDIOS ONLINE, 2009).

Esta interpretação se aproxima de um ideal de cidadania pautado pelo reconhecimento de diferença, na qual os índios seriam reconhecidos por seus direitos naturais - anteriores a própria formação do Estado brasileiro – e teriam o usufruto aos universais. Também embutido nestes textos, a categoria cidadania parece ser articulada como um princípio coletivo na medida em que seus interlocutores não se referem a direitos de etnias

---

<sup>107</sup> Disponível em [http://www.indiosonline.net/title\\_18/](http://www.indiosonline.net/title_18/). Acesso em 18 de Maio de 2013.

<sup>108</sup> Disponível em [http://www.indiosonline.net/defesa\\_dos\\_diretos\\_e\\_interesses\\_indigena/](http://www.indiosonline.net/defesa_dos_diretos_e_interesses_indigena/). Acesso em 18 de Maio de 2013.

específicas mais parecem articular um discurso por reconhecimento do índio enquanto identidade nacional, pautada pela ideia de coletividade.

Em tal conjuntura, o papel da comunicação é pertinente por ser “condição básica para a realização dos direitos políticos da cidadania no mundo contemporâneo” (LIMA, 2006, p. 8), uma vez que embute a possibilidade de ampliação desta. Na internet esta perspectiva torna-se mais difusa, pois como considera Castells (2003, p. 110) redes online tornam-se formas de “comunidades especializadas” baseadas em interesses específicos. Assim, é possível sugerir modelos de cidadania no portal Índios Online pautados pela reivindicação de reconhecimento de direitos sociais a partir das publicações dos indígenas. Estas, embora sendo articuladas por diferentes indígenas e de diferentes etnias, parece dar sentido a uma política de comunicação coletiva atravessada também por práticas de cidadania, como denúncias, elaboração de documentos, campanhas políticas e etc. Partimos da premissa de que estas corroborar para o fortalecimento da representação social e cultural, do diálogo e das articulações dos indígenas.

Um exemplo de como o portal é utilizado para fins sociais é a carta elaborada por Zenólia Souza Melo da etnia Pataxó Hahãhãe, na qual a indígena denunciou uma possível prática de nepotismo na escola pública desta comunidade, que desencadeou uma discussão política entre indígenas no portal.

*A educação da aldeia Pataxó Hãhãhãe sofrem Nepotismo, responsável a DIRE-7*

Postado em 27 abril 2010.

A educação da aldeia Pataxó Hãhãhãe sofrem Nepotismo, responsável a DIREC-7  
“Foi realizada no dia 22 do corrente mês a noite, a reunião da coordenação da educação do Colégio Estadual da aldeia Caramuru, com a participação do colegiado e lideranças indígena. Objetivo foi rever assuntos internos, mas aconteceu uma surpresa, familiares indígenas reivindicaram o desrespeito com os índios que fizeram o concurso. [...]. O maior motivo que me leva a fazer essa carta é a falta de transparência e as coisas errada que vem acontecendo no colégio. Já dois concursos que acontece na aldeia, o primeiro foi na sede da DIREC-7 aonde participaram mais de 60 candidatos, o maior valor era títulos, ou seja, que tinha mais documentos de atividades com trabalhos na comunidade indígena era que conseguia as vagas. [...]. Acredito que foi uma jogada para garantir emprego para pessoas protegidos, desfavorecendo assim uma boa educação. Outro fator era que a chave para entrar no emprego era apenas uma carta assinado pelo o diretor do estado (Marcos Bispo), o que me deixou bastante indignado com a traição e desrespeito com os outro concorrentes, que foram enganados achando que estavam participando de um concurso serio. [...]. Está previsto em Lei nepotismo é crime, culpado de tudo isso é a Direc-7 que não respeita as lideranças da nosso aldeia, que educação educação diferenciada, é diferenciada porque é pior...”

Carta de : Zenólia Souza Melo

Mãe de Damones Souza do Santos (fez o concurso e é deficiente das pernas).

Este texto revela um potencial dos indígenas para a utilização do portal como espaço de reivindicação de direitos, por isso argumentamos que este tipo de publicação pode colocar em pauta o discurso de cidadania. Isto parece mais claro ainda quando acionamos os comentários, os quais colocam em evidência processos dialógicos de negociação e disputas entre os próprios indígenas. Neste *post* identificamos oito comentários, dos quais mostraremos apenas dois devido os tamanhos dos textos. Entretanto, são suficientes para refletirmos potenciais níveis de discussão pautados dentro do que nós identificamos como práticas de cidadania e debater até que ponto os próprios indígenas utilizam o site como espaço de diálogo interno.

**Comentário 1:**

ARAÍNSHA disse:

1 de maio de 2010 às 5:36

Caros amigos, é verdade e insano que temos que “respeitar” a pirâmide que existe na Direção do Colégio do Caramuru... é preciso que não haja politicagem na educação dos nossos filhos que são os alunos e que merecem o respeito dessas pessoas (Direção) que acham que são donos da VERDADE. É preciso que haja muito profissionalismo e ÉTICA para que se conquiste uma educação de qualidade e DIFERENCIADA, O QUE POUCO VEMOS. É preciso haver uma mudança com Profissionalismo Educacional Indígena, pois Marcos Bispo não tem esse conhecimento, lembra do Lançamento do Livro Indígena que lançamos no Colégio? ele disse que o nosso Livro era “torto” e sem Cultura” precisamos de pessoas que vejam a Educação Indígena como um baú de tesouro a ser descoberto para o conhecimento e não como um meio de ganhar vantagens politicamente e financeiramente. Zenolia tem razão em reivindicar os direitos garantidos aos indígenas e sua filha além de ser indígena é deficiente e segundo a legislação brasileira os deficientes tem vaga garantida.

**Comentário 2:**

AGNALDO PATAXÓ disse:

3 de maio de 2010 às 5:47

Caros companheiros (a) Parentes (a)

Bom dia

Vou apresentar para todos a nossa Escola [...]. Quanto aos processos de ocupação dos cargos para emprego ou é feito em reunião com o colegiado, direção, lideranças e caciques ou no processo seletivo que o mesmo é coordenado pela a Coordenação de Educação Escolar Indígena da Séc. de educação assim como foi coordenado a ultima seleção, a seleção do Redá foi discutida com todos os indígena da Ba e o Fórum de educação escolar indígena. Então a nossa educação tem muito o que fazer para podermos alcançar a educação que queremos e quem acompanha a escola e testemunha da nossas lutas, mas as deficiências não é só nossa mas sim de toda educação do nosso País. Quanto as reivindicação de empregos o que deve ser discutindo é dentro de um foco individual e não da escola como um todo é lógico que quem se sente prejudicado deve recorrer para ter seus direitos respeitados o que deve ter cuidados de não colocar um foco pro lado errado e acusar pessoas que não

tem nada haver com o peixe. Nos temos um grupo de professores na escola que trabalharam vários tempo voluntariamente , e ai isso ninguém cometa. Precisamos discutir muito a nossa educação conjuntamente com a comunidade pois somos um povo democrático e temos direitos e dever e precisamos observar os dois. Diante do que foi exposto poucas escolas do nosso estado estão no nível da nossa mais temos muito o que conquistar e estamos a disposição de dialogar com quem entende a educação como um todo e muito importante para o nosso povo como instrumento de luta e libertação o que queremos é transforma a educação escolar indígena na educação do nossos sonhos e só juntos conseguiremos, com muita humildade e respeito e discutindo as nossas questões no Fórum ideal que é a nossa comunidade. Vou colocar aqui o contato da Coordenação indígena da secretaria de Educação em Salvador (coordenadora Rosileni Tuxa 71-3115 8915)  
Saudações indígena.

Agnaldo Pataxó  
Coordenador pedagógico/ fundamental I

Como se vê, os dois comentários assumem posições diferentes em relação à denúncia. No primeiro, o indígena além de se solidarizar com a autora tenta reforçar a acusação trazendo novos argumentos à discussão. Já o segundo elabora contra-argumentos na tentativa de enquadrar positivamente os processos decisórios tomando pelos indígenas em relação à escola pública. Em todo caso, ambos contribuem para promover uma discussão com o texto principal que revela as disputas internas das comunidades indígenas como possibilidade também se tornarem pautas no portal e ganharem repercussão pública. Cogitamos que nestes casos, o uso do site parece ser utilizado com cautela na tentativa de evitar constrangimentos entre os índios, o que remete a uma distinção do site como lugar mais adequado para dar visibilidade às temáticas internas à organização das aldeias.

Agnaldo Pataxó estabelece esta diferença no final de seu texto ao sugerir que o espaço adequado para a discussão de “nossas questões no Fórum ideal que é a nossa comunidade”. A comunidade a qual o indígena se refere é a aldeia e espaços como reuniões dos líderes os quais teriam de fato poder de decisão sobre temas como a denúncia acima. A partir da fala deste indígena podemos refletir que o site não se constitui como um espaço decisório no que se refere à organização social das aldeias, mesmo porque estas mantêm características próprias entre si. Entretanto, se destaca por colocar em pauta, oferecer visibilidade e promover debates e negociações em torno de temas complexos, estando aberto à participação ativa dos índios. De certo modo, isto pode oferecer interpretação de que o site pode vir a ser uma entidade representativa de reivindicações sociais.

Podemos verificar isto na identificação de temáticas específica ao campo da cidadania, a exemplo da reivindicação por merenda escolar feitas pela etnias Kiriri em Abril de 2006, no texto “*Mais um ano passou e as crianças continuam sem merenda !!!!*”<sup>109</sup>:

A Escola Indígena Professora Francisca Alice Costa, Escola Indígena Pedro Lino, Escola Indígena Rui Bacelar e demais escolas iniciaram as aulas no dia 20/02/06 e desde o ano de 2005 que é insuficiente a merenda escolar, a prefeitura não está repassando a merenda escolar de acordo com os recursos que recebem para isto e quando manda só da para uma ou duas semanas. Queremos providências!!!! Pra onde está indo o recurso da merenda escolar???? Se é um direito das crianças e um dever do estado não deixar faltar os alimentos para os alunos que tem esse direito, o q está acontecendo???? Aqui as crianças cobram dos professores porque não tem mais merenda, elas sentem falta porque ajuda muito, elas ficam fortes e satisfeitas e com mais concentração para estudar quando tem merenda. Os pais que tem seus filhos estudando não querem ver as crianças passar fome, sabendo que as escolas recebem a merenda e não sabem o porque de tanto atraso e não distribuídas como deveriam ser. Não esta sendo cumprido como determina a lei, nossas crianças e todos merecemos mais respeito!!!! Agradecemos a colaboração dos parceiros que nos ajudam. (Índios Online, 2006).

Este tipo de pauta, baseada na reivindicação de direitos articula um comportamento político por meio do portal, que pode vir a se refletir no cotidiano das comunidades. De acordo com o relatório da ONG Thydêwá (2008) as publicações dos indígenas são significativas ação política por terem alcançados resultados concretos, através delas:

Professores indígenas Xucuru-Kariri conseguiram, através de INDIOS ON-LINE, regularizar os seus salários e trouxeram o exemplo para todos os professores indígenas das nações participantes: Internet serve para cobrar nossos direitos: salários, merenda escolar, livros didáticos, formação continuada, formação específica, depois vieram os Tumbalalá que conseguiram a construção de uma Escola nova; [...]. Aconteceu também a construção de um novo espaço físico par atendimento e a implantação de um programa de Saúde Natural baseado nas ervas nativas da aldeia e nos conhecimentos e sabedoria dos próprios indígenas; Kariri-Xocó denunciou a falta do recolhimento do lixo de sua aldeia e conseguiu solucionar. (Relatório da ONG Thydêwá, 2008).

Estes prováveis resultados apontados no relatório da ONG e associados aos exemplos dispostos acima nos faz ponderar o portal como uma instância de enunciação de projetos sociopolíticos. Pois, à medida que os indígenas elaboram suas práticas discursivas parece desenvolver no site articulações que podem atuar como dispositivo simbólico de busca por consolidação de cidadania.

---

<sup>109</sup> Disponível em [http://www.indiosonline.net/mais\\_um\\_ano\\_passou\\_e\\_as\\_crianças\\_continu/](http://www.indiosonline.net/mais_um_ano_passou_e_as_crianças_continu/). Acesso em 17 de Maio de 2013.



Inserindo o debate dos financiamentos e considerando as demandas acima argumentamos que embora haja apoio do MinC e do Instituto Oi Futuro não significa que o projeto se submeta a algum tipo de gestão ou critério governamental ou de produção vinculados à estas organizações que afetem diretamente os fazeres e os dizeres dos indígenas no portal. É notório que entre as políticas de financiamento e os indígenas, estes últimos tendem representar o lado mais fraco, estando suscetível a influências discursivas, organizativas, portanto a certo controlo social. Entretanto, observamos que estas próprias políticas podem vir a ser foco de crítica no portal, como exemplificamos abaixo:

#### **Carta cobrança<sup>110</sup>**

Postado em 27 abril 2006. Tags: Tumbalalá

Já estamos desgastados de tanto cobrar e esperar por promessas inválidas, relacionadas às bolsas do projeto índios on-line, cujo presidente da ONG THYDEWA Sebastian Gerlic nos pediu dados pessoais para que fosse repassado ao setor do ministério responsável por o nosso respectivo benefício. Bom, desde novembro de 2005 que aguardamos resultados, absurdamente ficamos 6 meses sem nenhuma satisfação ou mesmo uma explicação convincente que no mínimo recompensasse essa espera. [...] a pergunta que não quer calar: por que o Ministério fica tentando ganhar tempo ou anular um direito que nos foi concedido? Seja lá qual for sua verdadeira intenção que fique bem claro que nós Tumbalalá não desistiremos jamais de cobrar o que é nosso por direito.

Intertumba (grupo de trabalho Tumbalalá)

Cristiane, Robson, Elenilson, Juciara, Emanuela, Edilene, Edmar.

Coordenadora: Elaine

A manutenção de uma aparente liberdade de ação dentro do portal, inclusive em relação às próprias políticas sociais contrapõe-se a ideia de regulação das demandas ofertadas pelos indígenas. Políticas como as que aqui analisamos podem remeter em certo sentido lógica de regulação, por meio de códigos de valores políticos, a exemplo de “versões neoliberais” (DAGNINO, 2005, p. 45-48) de participação dos grupos sociais em políticas estatais que podem vir a minimizar pretensões de ações políticas coletivas. Inicialmente, os financiamentos podem ser vistos como formas de redistribuição de justiça social na qual o Estado mantém o papel de distribuir políticas sociais, à luz do que Wanderley Guilherme dos Santos (1979) já enunciava como prática de regulação da cidadania. Nesta, a lógica da regulação deixa de estar baseada na imposição de políticas sociais por parte do Estado, e passa a ser vista na inserção institucional (CARVALHO, 1997). Deste modo,

---

<sup>110</sup> Disponível em [http://www.indiosonline.net/carta\\_cobranca/](http://www.indiosonline.net/carta_cobranca/). Acesso em 15 de Maio de 2013.

grande parte da interlocução entre o projeto neoliberal, que ocupa majoritariamente o aparato do Estado, com o projeto participativo se dá justamente por intermédio daqueles setores da sociedade civil que se engajam nessa aposta e passam a atuar nas novas instâncias de participação no Estado. (DAGNINO, 2005, p. 51).

Na Rede Índios Online esta perspectiva de regulação poderia estar relacionada ao campo da comunicação e no nível do discurso que os índios ofertam no portal. O sentido de regulação aqui ponderado poderia ser o de que ao longo do tempo estas políticas acabariam por imprimir no contexto indígena projetos destoantes de suas pretensões de participação e afirmação tanto de identidades étnicas, quanto da identidade indígena nacional. Foi pensando nesta premissa que apresentamos acima algumas das representações no portal Índios Online.

A partir destas interpretamos que embora haja um caráter distributivo das políticas públicas e privadas, a provável regulação em relação à comunicação feita pelos indígenas no portal remete exatamente uma consequência. O discurso dos indígenas parecem priorizar a afirmação da identidade e de cidadania e o site parece dar sentido a uma comunidade política na medida em que atua como agente que se contrapõe, ao menos em parte, ao Estado em sua negativa de reconhecimento e consolidação de direitos.

Por sua vez, os patrocínios de origem privada, aparentemente se traduzem em exemplos de subordinação, por parte do Estado, das responsabilidades públicas aos interesses privados (CANCLINI, 2009 p. 181). Visto que em geral os investimentos de grandes empresas no discurso da responsabilidade social estão ambientados, principalmente, por benefícios fiscais junto ao Estado, então é possível cogitar que investimentos privados nos projetos de comunicação da Rede Índios Online podem também ter este caráter.

Aqui vale considerar um possível descompasso entre a expectativa de projetos como o Índios Online se comparado aos interesses de empresas privadas e do próprio Estado, para os quais a lógica da produção (econômica, social, cultural) se sobrepõe a perspectiva de qualificar os projetos sociais por suas expectativas de inclusão, participação e democracia. Recordamos a fala de Gérlic e de sua visão sobre tais políticas. Para ele quando se trata de política de incentivo fiscal “a empresa [privada] avalia o projeto pelo tamanho de incentivo e troca de publicidade num jornal ou pelos segundo que saiu da rede globo”. Então, o “governo vem falar com a gente, mas somente pra saber se a nota fiscal também está certa. A privada também mais também não tá interessada na formação social, está interessada no retorno de imagem.” (GÉRLIC, 2012).

É este descompasso que nos leva a crer na presença de dois projetos vinculados a Rede Índios Online: o da redistribuição e o do reconhecimento. No primeiro caso as políticas de financiamento parecem recorrer a distribuição financeira ou estrutural na tentativa de sanar as injustiças sociais (FRASER, 1999) com as quais os índios lidam desde a colonização. Esta postura parece reforçar a ideia de que políticas sociais “são cada vez mais formuladas estritamente como esforços emergenciais dirigidos a determinados setores sociais, cuja sobrevivência está ameaçada” (DAGNINO, 2005, p. 60). Por outro, os indígenas parecem apontar para a luta por reconhecimento, em nosso caso específico por meio da internet. Aqui lembramos o indígena Fábio Titiá descrevendo sua trajetória de atuação do portal Índios Online:

Quando comecei a utilizar a internet pela primeira vez, foi com o objetivo de apresentar a minha comunidade Pataxó Hãhãhãe para a nação. No início não dominava bem a escrita, porém fui motivado por Sebastian, que não se preocupava com isso, mas com o conteúdo que passassem para o público, então comecei a escrever com essa segurança que estava fazendo o que era certo, e o que estava também se preparando para mostrar para a sociedade a nossa verdadeira história, ou seja, ser o próprio protagonista. Então, comecei a ler e acompanhar outras mídias, aonde as histórias do nosso povo indígena contada era deturpada, me fortaleceu a ideia de fazer a diferença, em conjunto com outros parentes Índios Online. Comecei a escrever sobre o meu povo, a minha visão sobre o que é ser índio, como vivemos, os desafios que enfrentamos no dia a dia, entender a força da mídia livre, o poder da fotografia, a força do audiovisual... Com essa minha dedicação, consegui fazer vários artigos, aonde tive a oportunidade de ter documentário trabalhado em sala de aula, estudantes universitário que me procuraram para fazer monografias, ajudai a fazer 06 livros, participei de 04 filmes, fiz 03 filmes documentário com colegas. Já usaram meus artigos em vários sites, inclusive até em livros, Isso é muito bom. ***Antes achava que nunca conseguiria escrever para que o leitor compreendesse o meu recado***<sup>111</sup>. (Índios Online, 2013)

Neste depoimento observamos dois principais pontos em relação à Rede: a autoestima e a valorização política do site e das práticas de cidadania neste espaço. Ambos parecem convergir para a teoria do reconhecimento e a dialética do autorreconhecimento, ou autoafirmação, tendendo a autorrealização dos sujeitos.

---

<sup>111</sup> Grifo meu . Depoimento disponível em <http://www.indiosonline.net/experiencia-de-um-indios-online/>. Acesso 20 de Abril de 2013.

### 4.3 Visibilização e reafirmação étnica do Nordeste no site Índios Online

*Nós somos muito invisíveis, não temos voz. A mídia sempre quando retrata o índio é sempre preguiçoso, coitadinho, ou mesmo diz que é ladrão de terras. Aqui mesmo na região sul da Bahia nós somos SUPOSTOS ÍNDIOS<sup>112</sup>. Então quando a gente tem uma mídia nossa que a gente consegue dizer o que a gente tá pensando de forma autônoma, ela nos levanta a voz. E nesse sentido da gente pode contar para as pessoas a nossa verdade. Sem intermediação, sem edição, porque cada índio pública sem edição, sem corte o que ele quer, e cada índio é responsável por aquilo que ele publica. (Potyra Tê Tupinambá, 2012).*

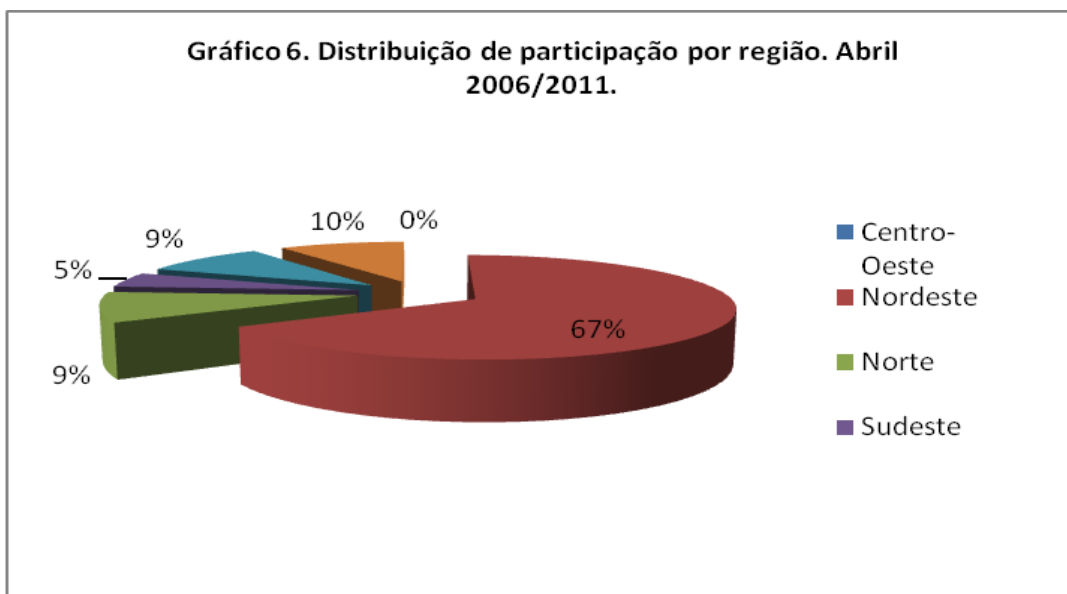
Assimilação cultural, misturas étnicas e etnocídio podem ser pensadas como mecanismos impostos aos indígenas brasileiros. No caso específico dos índios do Nordeste isto reverberou na invisibilidade social e no não reconhecimento de direitos desta população, tratadas como vemos no depoimento como supostos índios. Porém, mesmo contextualizados pelo discurso do desaparecimento estes agentes conseguiram se articular dentro de uma rede étnica regional identificada teoricamente como “índios do nordeste” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2011). O resultado disto é a percepção de diferentes formas de organizações coletivas<sup>113</sup> que vem contribuindo para a compreensão de como os indígenas desta região estão inseridos no debate sobre os índios do Brasil. Neste sentido, a Rede Índios Online pode ser pensada como um destes agrupamentos ao mobilizar políticas de comunicação que capazes de contribuir para a desconstrução da ideia de ausência de índios no Nordeste.

Isto posto consideramos que o site articula demandas identitárias, as quais podem contribuir para o processo de reafirmação de identidades étnicas, portanto de reconhecimento. Esta percepção pode ser argumentada pela participação de etnias dadas como extintas e pelos discursos empreendidos no portal. Por um lado no site há a predominância de representações de etnônimos da região Nordeste, por outro o conteúdo discursivo atesta a identidade e cultura como principais temáticas visualizadas no portal. Obedecendo apenas o critério da localização geográfica, no primeiro argumento, identificamos a participação de vinte diferentes etnias entre 2006 e 2007. Destas, quatorze estão situadas na região Nordeste como podemos observar no gráfico abaixo.

---

<sup>112</sup> Grifo meu.

<sup>113</sup> Um exemplo deste tipo de associação como mostrou o primeiro capítulo, é a APOIME, uma entidade de representação regional que



Como se vê em cinco anos o Nordeste representou a principal fonte de emissão de conteúdo considerando a distribuição de etnias por unidades da federação. Isso pode ter como principal argumento o fato de a Rede Índios Online ter se originado neste contexto geográfico específico, e também por nele estarem localizados os Pontos de Cultura vinculados ao projeto. Assim, ainda que mobilize etnias de outras regiões, o Nordeste tem duzentos e quarenta e sete publicações considerando o total de trezentos e quatro. Ou seja, 67% de tudo o que foi produzido pelo portal teve como principal fonte desta região.

Esta delimitação nos faz lançar mão do território como base a partir da qual os índios se ajustam materialmente dentro do Estado-Nação e reelaboram suas experiências socioculturais. Logo, ao dizer “índios do nordeste” estamos tanto recorrendo a um enquadramento territorial, quanto articulando esta expressão simbolicamente como um espaço referencial para a “reelaboração da cultura e da relação com o passado”, portanto da identidade (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p. 22). Identidade e território constituem elementos complementares para nossa discussão, por isso ainda que reconheçamos a pouca incidência da questão territorial do portal Índios Online é possível relacionar estas categorias a partir deste espaço.

Além disso, ponderamos que a predominância da categoria *identidade/cultura* pode ser interpretada como uma constante no portal se comparada aos demais conjuntos temáticos, ainda que ofereça picos diferenciados. De modo específico em 2007 o alto índice de publicações nesta categoria remete a uma produção atípica relacionada ao projeto Arco

Digital. Das 75% das publicações nesta categoria, a maioria foi de origem Kariri-Xocó. Apenas no período de 2007 das noventa e sete publicações que abordam esta temática setenta e oito estavam relacionadas a este grupo étnico. O indígena Nhehety<sup>114</sup> foi o responsável por tal feito. Este índio se autodenomina guardião da tradição Kariri-Xocó, seus *posts* recorrem principalmente à questão da identidade e cultura do grupo étnico ao qual pertence. Abaixo trazemos um dos exemplos de escritos do indígena.

#### FOGUEIRA DO MORTO<sup>115</sup>

Postado em 03 abril 2007. Tags: caderno

Aqui em Kariri-Xocó desde os tempos dos índios, mais velhos temos um costume, quando morre uma pessoa da tribo, a família do morto acende uma fogueira na porta da casa do finado. Quando já é noite, chega as pessoas da tribo para visitar o finado, entram na casa olha para o morto na sala, estirado com os pés virado á porta, que indica não retornarás jamais ao mundo dos vivos. As pessoas vem chegando e se ajeitando ao redor da fogueira, uns com cadeiras, outros com esteiras pra dormir na porta, alguns ficam em pé, começa a roda de histórias do morto, de suas façanhas em vida na tribo. [...]. O terreiro da casa fica repleta de pessoas, uns acordados contando histórias, outros dormindo com crianças, nas esteiras, o dia vem amanhecendo, quando o Sol começa a nascer é sinal de ir para a casa, para tomar um banho e cuidar logo para acompanhar o morto no enterro. Apesar desse momento de sentimento da família do morto, a “Fogueira do Morto”, trás boas lembranças, do finado que foi umas pessoa presente na vida tribal, deixou sua marca na cultura, seja na luta, na arte, trabalho, canto, dança ou ação qualquer, de bom de ruim, mas ficou algo marcado. Nhenety Kariri-Xocó Guardiã da Tradição Oral.

Outro elemento que aproxima este discurso da categoria *identidade/cultura* é a autodenominação do autor como “guardião da tradição oral”, a qual nos faz retornar ao capital social individual (COLEMAN, 1990 e PUTNAM, 1993) como uma perspectiva presente também dos discursos do portal. Este capital social tem como base um suposto conhecimento e reconhecimento sobre a cultura e identidade Kariri-Xocó por Nhenhety, que em grande parte de suas publicações utiliza deste capital para colocar-se em um lugar de fala privilegiado em relação à cultura indígena.

Em geral, as publicações relacionadas à identidade/cultura recorrem a temáticas como artesanato, danças, cantos. O exemplo acima se aproxima desta categoria ao invocar o discurso da tradição cultural entre os indígenas e observar códigos aparentemente típicos da

---

<sup>114</sup> José Nunes da Silva, professor, 49anos. Destaca-se por ser considerado “guardião” da história e das tradições Kariri-Xocó com histórias peculiares e, neste caso, também particulares. No portal, o indígena se destaca pela quantidade de postagens realizadas desde 2004, quando da implantação do Ponto de Cultura nesta aldeia. São mais de 500 postagens entre textos informativos, poesias, poemas e principalmente narrativas relacionadas à história e costumes do povo Kariri-Xocó e mesmo de relatos pessoais.

<sup>115</sup> Disponível em [http://www.indiosonline.net/fogueira\\_do\\_morto/](http://www.indiosonline.net/fogueira_do_morto/). Acesso em 17 de Maio de 2013.

etnia Kariri-Xocó, como o costume *fogueira dos mortos*. Deste modo, revela não apenas traços culturais específicos como pode ter relação com processos de afirmação identitária e oferecer a interpretação de uma política de comunicação por meio do portal voltada para o reconhecimento étnico.

As tradições e expressões orais, os costumes, língua, artes (músicas, festas, danças e etc), rituais, medicina tradicional, entre outros, constituem referentes culturais que colocam em evidência a dinâmica da identidade no site. A citação acima implica de modo particular numa representação que orienta o sentido de ser indígena e o reconhecimento intersubjetivo. Em termos coletivos a identificação de uma distribuição por região reforça a interpretação de que a Rede pode constituir uma comunidade online capaz de pôr em evidência identidades indígenas e contribuir para desmistificação do discurso acerca da extinção. Isto nos leva ao nosso segundo argumento, que seja as produções discursivas do portal como elementos que afixam determinada identidade da região Nordeste, por meio de sinais diacríticos<sup>116</sup> como o Toré e o território.

De acordo com o antropólogo Grunewald (2005, p. 43) a origem do termo é incerta, dado a ausência de narrativas coloniais sobre o mesmo. Entretanto, nota-se que a manifestação desta tradição ganha expressão acentuada a partir da segunda metade do século XX contextualizado pelo fenômeno da reelaboração cultural observado na região. Na política de comunicação esboçada no site, o Toré aparece enquanto uma dança, ritual, brincadeira ou religião, configurando um símbolo de resistência entre os índios do Nordeste, como é possível observar no texto abaixo.

#### TORÉ XUCURU KARIRI<sup>117</sup>

Postado em 13 de dezembro 2006. Tags: Xucuru-Kariri

A **música** do povo xucuru kariri da aldeia Mata da Cafurna trouxe em se a arte de expor seus sentimentos nos cânticos. O cântico indígena a principal maneira de louvar a **Deus** tanto na alegria quanto nas tristezas das conquistas e derrotas também fazer protesto diante da sociedade. **Cantamos e dançamos** o toré quando estamos triste por esitar doente ou perdido alguma causa, pedindo força para ter coragem para reagir e não parar de lutar. Assim quando estamos contentes bastante quando conquistamos alguma graça de Deus ou por simplesmente por estar com saúde e de

---

<sup>116</sup>Para Barth, os sinais diacríticos correspondem a referência a partir das quais os grupos mantêm sua singularidade diante de outros. São exemplos a língua e o espaço territorial, entre outros, aos quais os grupos recorrem visando a promoção de reafirmação étnica. Para o autor este sinais são evocados diante das “fronteiras sociais” nas quais são efetivados processos de interação e comunicação. Nesta fronteiras os sinais diacríticos se manifestam e “*as diferenças culturais podem persistir apesar do contato e da interdependência interétnica.*” (BARTH, 1998, p. 08)

<sup>117</sup> Disponível em [http://www.indiosonline.net/tore\\_xucuru\\_kariri/](http://www.indiosonline.net/tore_xucuru_kariri/). Acesso em 18 de Maio de 2013.

barriga cheia e sempre levando o nosso pensamento a Deus com amor e respeito para que venha realizar o nosso objetivo. Assim através de seu canto e conversa com Deus tanto pedindo quanto agradecendo, por que para nós ate o amanhecer é uma grande conquista concedida por Deus e que temos que agradecer. O toré cantado é representado de varias formas e revela homenagem e respeito a Deus e a mãe natureza. Assim o toré identifica cada canto com seus gestos para cada homenagem feita.

Aldeia Mata da Cafurna(xucuru kariri)  
[swyani2006@yahoo.com.br](mailto:swyani2006@yahoo.com.br).

Esta definição do Toré e de suas características corrobora para a compreensão de como na Rede elementos culturais e identitários tendem a ser mobilizados em favor da reivindicação da identidade indígena. Tal interpretação pode ser reforçada por meio dos comentários:

**Comentário:**

**Sarapó Wakonã** disse:

19 de março de 2007 às 1:16

O Toré é o símbolo do **índio nordestino**, além de criar novas mentalidades no próprio índio faz com que de alguma forma a comunidade se una nem que seja por um determinado momento, meu maior sonho seria ver todos os índios do Brasil e principalmente do nordeste cada vez mais unidos e protegendo as matas como protegem seus filhos, um grande abraço a todos os parentes xucuru kariri de Palmeira e a todos do projeto indiosonline.

Sarapó Wakonã xucuru kariri

Percebemos que há uma consciência do Toré como elemento que caracteriza, articula e demarca as identidades dos índios do Nordeste quando distinguimos. De acordo com Pacheco de Oliveira (2005, p. 10): “o Toré reordena e elabora saberes múltiplos sobre a natureza, o tempo e o imaginário social, celebrando a vida, a criação permanente e afirmando a possibilidade futura de uma comunidade imaginada e benfazeja entre todos os que dela participam. [...]”. Em acréscimo a tal perspectiva Grunewald (2005, p. 29) argumenta que:

Com efeito, o movimento indígena no Nordeste na atualidade já incorporou o toré como forma de expressão política: desde a mobilização interna dos índios até as performances nas situações políticas mais variadas com propósitos de demonstração de poder, união e determinação guerreira. As assembleias indígenas acabam com os torés pluriétnicos, mas multiculturais, que marcam a indianidade nordestina. O toré já é parte da ação indigenista no Nordeste na medida em que referido e praticado em suas manifestações.

Estes autores também argumentam o Toré como símbolo comum ao Nordeste que inclusive distingue os índios desta região de outras do país. Isto nos faz considerá-lo como elemento de reivindicação de reconhecimento na medida em que é utilizado para a



reafirmação de identidades. No portal Índios Online, é possível cogitar que quando os interlocutores o utilizam passam a promover uma política de comunicação que oferece visibilidade a suas demandas as quais reafirmamos como lutas por reconhecimento. De modo específico, passam a reafirmar seu pertencimento étnico (Xucuru-Kariri, Truká, Pataxó, Pankararu e etc) de tal modo que podemos imprimir cautelosamente a internet como um instrumento potencial para a elaboração de ambientes comunicativos capazes de contrapor o discurso sobre a extinção dos índios do Nordeste e de se impor como espaço dialógico.

Para verificação deste último aspecto destacamos o território como uma questão complexa no portal e que oferece um quadro discursivo para pensar o site como espaço de busca por reconhecimento por meio de conflitos e negociações. Para isso elegemos a matéria abaixo seguida de seus comentários que se refere reivindicação por reconhecimento territorial referente ao território indígena Pataxó Hãhãhãe no estado da Bahia.

*O índio sem terra não tem vida*<sup>118</sup>.

Postado em 15 abril 2006. Tags: Arte

Todas as vezes que chegamos na retomada, os fazendeiros soltam fogos dando um sinal de guerra para nos matar. Os nossos sofrimentos pela luta da terra muitos de nosso povo perderam os seus filhos, mas nunca vamos desistir por quê? Sem terra nós índio não tem vida. O sofrimento de nós índio já vem desde quando Pedro Alves Cabral colonizou o Brasil. Além disso, algum órgão imposto na aldeia como o SPI, que se dizia (Serviço de Proteção ao Índio) que o mesmo arrendava a nossa terra, acabou como o nosso povo, por consequência hoje os que restam que são essas gerações novas, (jovens) que estão arriscando a suas vidas, derramando seu sangue para recuperar a nossa terra a fim de deixa para seus filhos e netos. Este arrendamento que SPI fez com a nossa terra, hoje quem está ocupando são os fazendeiros querem nos destruir aos poucos, além disso, a justiça alega o direito da nossa terra.

Yonana Pataxó Hãhãhãe.

**Comentário 1:**

Teresa Cristina disse:

16 de abril de 2006 às 20:06

INDIGNAÇÃO.

Muito bonito, malhar os fazendeiros e coloca-los como pessoas inescrupulosas, sem alma e sem caráter. A comunidade indígena, alega que tem documentação da demarcação da reserva de Itajú do Colônia. PROVÉM! ONDE ESTA REGISTRADA ESTA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDIGENAS? ONDE ESTÃO, ESTES REGISTROS DE DEMARCAÇÃO QUE NEM O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL TEM CONHECIMENTO. Os juizes que liberam as liminares a favor dos fazendeiros da região das alegrias, não são INCONSEQUENTES E INESCLUPULOSOS, que perseguem a comunidade

---

<sup>118</sup> Disponível em [http://www.indiosonline.net/o\\_indio\\_sem\\_terra\\_ao\\_vida/](http://www.indiosonline.net/o_indio_sem_terra_ao_vida/). Acesso 20 de Maio de 2013.

indígena, eles agem seguindo a lei. As fazendas que os caciques alegam fazer parte de uma reserva, que nunca existiu, tem cadeia sucessória de documentação, há mais de cem anos, registrados em cartórios das comarcas de Pau Brasil, Itororó e outras cidades. [...]. Não aceitamos ser marginalizados, ofendidos e agredidos, com acusações infames e oportunistas. Exigimos retratação dos provedores do site que permitiu a difamação e injúria por parte das pessoas que escreveram o texto colocando os fazendeiros da região das alegrias que faz parte do município de Itajú do Colônia, Bahia – Brasil, em situação constrangedora. Quem escreve este esclarecimento, é uma professora da rede municipal da cidade de Barro Preto-BA, mãe de duas crianças maravilhosas e esposa de um homem exemplar, que com o suor do seu rosto, se tornou um fazendeiro da região das alegrias, município da cidade de Itajú do Colônia, que TEVE SUA PROPRIEDADE INVADIDA NO DIA 24 DE JANEIRO DE 2006. Sou descendente direta, junto com os seus filhos, de índios, da tribo dos Hãhãhãe, do Sul da Bahia. Sempre respeitei esta comunidade, como educadora e como mãe de família, sempre relatei para os meus filhos e pessoas em geral que fazem parte do meu dia-a-dia a minha origem, de ambas as partes da família, sou miscigenada sim, sou brasileira e exijo ser respeitada como tal, sem ficar usando o meu material genético, para conseguir benefícios. [...]

### **Comentário 2:**

Edvaldo Pataxó disse:

20 de abril de 2006 às 12:50

SENHORA TERESA CRISTINA, Quicá antes de comprar a terra que hoje a senhora diz ser dona esqueceu de averiguar se era ou não território indígena ou como vcs recebe estas terras como herança de seus progenitores com certeza ele(o pai) não quis informar aos filhinhos que para conseguir este pedaço de chão tiveram que expulsar ou matar os verdadeiros donos (os índios). Como educadora a Sra. seguramente deve haver ouvido em história que antes da chegada dos não índios esta terra pertencia aos índios, os legítimos donos por natureza. Porque agora dizer que estas terras não são dos índios? Existe uma portaria estadual nº 1916 de 1926 que cria a nossa reserva e estabelece limites. Portanto interesse da realidade dos índios e realmente precisa saber o que é ser índio. Um abraço e tudo de bom. Havana-Cuba.

### **Comentário 3:**

Manuela disse:

5 de agosto de 2008 às 15:25

Índio On Line??? Meu Deus só falta agora comunidade Marciana – On line reivindicando terra na lua!!!. Vocês – que se dizem índios embora não pareçam – têm computador, estudo, acesso a internet e etc, por favor me digam: o que os difere de não Brasileiros??? NADA. O que os difere dos negros que vieram como escravos? NADA. O que os difere dos italianos que foram explorados nas lavouras? NADA. O que os difere dos japoneses que foram marginalizados no início da emigração? NADA. Quer dizer pensando bem, estou errada, existe muita diferença sim, estas pessoas souberam encaram a vida, trabalhar, estudar e acompanhar o progresso, enquanto vocês preferiram para no tempo e explorar o fato de “ser índio” para não fazer nada da vida. Vocês querem direitos, mas não assumem deveres...

Vivem as custas do governo, cometem crimes e são protegidos da FUNAI, bebem o dia todo, não cultivam nada em suas terras e ainda, quando podem arrendam para cana. Algum de vocês já pensou em TRABALHAR ao invés de invadir ou reivindicar terras de pessoas que a décadas investem no nosso país, geram riquezas, empregos e seus alimentos, além ainda de serem obrigados por um governo ridículo a sustentar vocês?. Para mim, índios são aqueles que vivem na amazonia, caçam e pescam. Esses devem ser protegidos. Pergunto: Vocês topariam voltar a andar pelados e viver em ocas? Claro que não, vocês querem somente as terras mais produtivas de mato grosso do sul. Que hipocrisia!!!. Porque vocês não aceitam ser como qualquer um de não brasileiros?. Porque vocês não fazem igual a outros

brasileiros descendentes de índios que trabalham, estudam, formam-se profissionais respeitados e compram suas terras, mediante suor e trabalho. Estes sim, merecem o meu respeito. O resto de vocês ficam com o meu total desprezo. Vocês deviam se envergonhar do que fazem...

Observa-se que o texto principal desencadeia uma discussão em torno da questão territorial na qual podemos identificar elementos que nos fazem pensar na busca por reconhecimento a partir do portal. De um modo geral, percebe-se claramente a configuração de um debate que revela a polarização de uma discussão entre índios e não índios. Na primeira percebemos relações solidárias entre os indígenas por meio do discurso em contraposição a experiências de desrespeito vivenciadas pelos agentes indígenas. Karumbe e Edvaldo Pataxó são enfáticos ao se posicionarem positivamente ao conteúdo do texto principal, reforçando a luta por reconhecimento social e territorial para os indígenas. Mediante as falas destes nos parece haver uma relação de solidariedade, ou seja, “uma espécie de relação interativa em que os sujeitos tomam interesse reciprocamente por seus modos distintos de vida, já que eles se estimam entre si de forma simétrica” (HONNETH, 2009, p. 209).

De modo contrário, encontramos posicionamentos que acirram o debate em torno do direito territorial e mesmo da identidade indígena ao passo que questiona a autenticidade dos índios. Nas falas de Teresa Cristina e Manuela observamos elementos referentes à distinção entre índios do Nordeste e do Norte, citações a respeito das perdas culturais e assimilação de novos saberes que no entender das interlocutoras descaracterizam os índios, principalmente os nordestinos. O conflito de interesse claro acaba por conduzir a um acirramento pouco favorável ao debate à medida que se tornam discussões desrespeitosas entre os interlocutores. Aqui podemos perceber um debate no qual entram em cena a busca por reconhecimento, uma vez que alguns atores se autodefinem enquanto indígenas e em consequência, disso portadores e direitos. Em contraposição, outros agentes não apenas questionam supostos direitos, contestam principalmente identidades com suposição originárias.

É este tipo de disputa nos faz crer em uma luta por reconhecimento a partir de meios de comunicação. Remete a perspectiva de Honneth (2009, p. 207-208) para quem quanto mais os grupos sociais chamam atenção da esfera pública para suas demandas “mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social ou, mais precisamente, a reputação de seus membros”. Índios e não índios parecem lograr que suas demandas sejam reconhecidas deixando evidente que a reivindicação por territórios é importante para ambas as partes. Isto

nos conduz a interpretação de uma política de comunicação capaz de acirrar debates para além dos próprios interlocutores indígenas, perspectiva que somente pode ser verificada por meio da participação de agentes não indígenas via comentários. Portanto, é possível conjecturar que a partir no portal demandas por reconhecimento de identidades étnicas podem ser visibilizadas e interpretadas enquanto contraposição a situações de não reconhecimento identitário e social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença indígena na rede digital tem sido observada em espaços virtuais como *sites, blogs, páginas de relacionamento, Twitter*, a partir dos quais este segmento visibiliza suas demandas. Da mesma forma, tem sido crescente e constante a presença de tecnologias comunicacionais, como rádios comunitárias e, principalmente o acesso à internet, em territórios indígenas. Foram estas constatações que nos levou a refletir nesta dissertação o uso da internet por grupos identitários problematizando, por um lado o ambiente virtual como potência para a enunciação de políticas de comunicação específicas, e por outro, as estratégias para a efetivação de acesso a instrumentos de comunicação.

Estas dimensões analíticas foram problematizadas a partir da Rede Índios Online, uma organização indígena de origem nordestina que parece articular em torno de si projetos comunicacionais demandando questões como visibilidade, reconhecimento identitário e consolidação de cidadania. Neste caso, chamou atenção também o fato desta organização ter concretizado seu projeto comunicacional por meio de parcerias com agentes públicos e privados como a política *Ponto de Cultura* e o *Programa Oi Novos Brasis*. Esta dupla característica motivou a problematização a respeito da possibilidade de que as políticas de comunicação elaboradas pelos indígenas no portal [www.indiosonline.net](http://www.indiosonline.net) pudessem ser atravessadas de alguma forma por protocolos comunicativos embutidos nas políticas de financiamento, o que caracterizaria um modelo de regulação social.

Em linhas gerais, ao nos concentrarmos no estudo da Rede verificamos se tratar de uma articulação concreta que efetiva suas ações por meio do portal elaborando uma política de comunicação que pode ser caracterizada por pautar principalmente demandas por reconhecimento e cidadania. Isto porque, além da internet os atores da Rede atuam concretamente por meio de palestras em escolas e universidades, visitando diferentes aldeias, distribuindo livros, divulgando filmes e o próprio portal. Ações como estas a enquadra como uma estrutura que procura afirmar-se não apenas virtualmente, mais por meio de atos concretos os quais possibilitam a aproximação com a comunidade não indígena e o interesse desta por conhecer e reconhecer seus valores. Implica dizer que a busca por reconhecimento não se efetiva apenas no portal, se revela também no cotidiano dos indígenas.

Já no site, as construções discursivas elaboradas primordialmente por indígenas nos levaram a perceber a Rede como um espaço voltado para questões referentes a este segmento,

como o território e direitos sociais como educação, saúde, transporte e etc. Em suas demandas, caracterizadas por um forte teor político, percebeu-se que a Rede mantém pautas direcionadas ao contexto indígena. A princípio isto poderia indicar um risco de que os índios pudessem ficar isolados em torno de suas próprias pautas na medida em que parece falar de si para si. Entretanto, a percepção de comentários de não indígenas nos leva a crer na hipótese de que os índios ao publicarem atuam como estimuladores da participação de diferentes agentes, sendo os comentários um provável medidor de audiência. Por tal percepção, o site poderia ser impresso como um importante canal de diálogo e troca de opiniões, onde argumentos e contra-argumentos podem vir a ser identificados.

Este aspecto dialógico, entretanto, não implica no entendimento do portal como uma esfera de deliberação de questões específicas como, por exemplo, a eleição de líderes nas aldeias. Isto porque se trata de uma rede de articulação composta por etnias distintas, com modelos organizativos específicos e, principalmente, por não ser política da Rede e talvez dos próprios grupos, expor a dinâmica interna de sua organização como disputas e desentendimentos. Outra possível explicação pode ser o fato de que há uma tendência para a participação na Rede de agentes que não possuem papel de liderança nas aldeias, a exemplo de jovens.

Embora não possamos afirmar, parece-nos que possa haver ou pouca aceitabilidade do projeto por parte das lideranças, ou talvez isto tenha a ver com a ausência de qualificação para o uso de ferramentas tecnológicas. Estas considerações nos leva a perceber o site muito mais como espaço de visibilização de demandas, e por vezes debates, do que um fórum decisório. Entretanto, aparentemente isto não afeta o aspecto político-social da Rede e sua capacidade de articular representações. Pareceu-nos haver uma validação do site como espaço que facilita o compartilhamento de ideias e opiniões, bem como de expressão de solidariedade e reivindicação por direitos sociais.

Estas primeiras conclusões foram possíveis devido à análise das políticas de financiamentos evidenciadas no portal. Consideramos que estas atuam muito mais com a intenção de instrumentalizar do que exatamente de influenciar ou regular o modo como os indígenas atuam no portal. Isto não significa que não haja influência, porém argumentamos por meio dos discursos dos indígenas que estes financiamentos aparentemente não afetam suas pautas. Entretanto, não podemos afirmar a possibilidade de que na estrutura organizativa que viabiliza o site isto não aconteça. Pois, a medida que a Rede *off-line* passa a ser adequar a

objetivos, metas, prazos e etc, podem incorporar protocolos comunicativos como um comportamento menos questionador em relação as agências financiadoras e a própria sociedade, de adequação à princípios de mercado, como a produção e consumo da informação, entre outros.

O que nos levou a conclusão da pouca influência em relação as pautas do portal, além dos discursos, foi também as entrevistas empreendidas para estas pesquisa. Nestas pareceu-nos haver uma comunicação pouco eficiente entre as agências e os operadores das políticas (ONG Thydêwá e Rede Índios Online). Por esta razão concluímos um caráter distributivo de recursos materiais sem preocupação rígida, por parte das agências, com a manutenção dos projetos e a avaliação dos impactos destes nos ambientes patrocinados. A importância desta discussão é fulcral se considerarmos que ainda na vigência do patrocínio do MinC para o Ponto de cultura Índios Online, por exemplo, já se apresentavam problemas como a impossibilidade de acesso a internet. Além disso, a ausência de formação mais adequada para os agentes indígenas impossibilita que estes possam assegurar a manutenção dos pontos em caso de alguma problema com autonomia.

Em complemento, a forma como os projetos são avaliados pelas agências financiadoras, parecem não contemplar os resultados qualitativos deste. De um lado, as empresas privadas valorizam a capacitação dos indígenas para o marketing, pensando assim em termos de propagação de suas marcas na sociedade. De outro, os órgãos estatais parecem priorizam a parceria com agentes mediadores, a exemplo de ONG, garantindo assim segurança jurídica em relação aos aspectos fiscais de prestação de contas. Daí também o porque de muitos grupos sociais no Brasil recorrem constantemente à parcerias com ONGs que os representem junto a Estado e instituições privadas.

A complexidade desta questão aumenta ainda mais quando se pensa que os processos de negociações não são feitos diretamente entre os grupos interessados e seus patrocinadores, mas entre instituições mediadoras e os financiadores. Disto decorre uma dependências em relação as agências mediadoras, como acreditamos ocorrer com a Rede Índios Online. Esta, embora se autodefinia enquanto autônoma parece manter na figura da ONG Thydêwá e do presidente desta instituição (Sebastian Géric) seus principais referenciais. Não apenas no âmbito financeiro, mais acreditamos que este tipo de relação também pode estabelecer protocolos de regulação em relação à rede, como por exemplo a forma de escolha de gestores, estabelecimento de regras internas, quantidade de postagens no portal e etc.

Assim, parece-nos que há uma distinção entre possíveis regulações na Rede *off-line* e *online*. Uma vez que as produções dos conteúdos voltavam-se ao nicho da identidade e cidadania, concluímos que por um lado as políticas de financiamento oferecem uma caráter instrumentalizador do contexto indígena. Enquanto que a Rede online parece ter como dinâmica a possibilidade de autonomia dos agentes, de espontaneidade nas publicações e de compartilhamento de saberes. Esta última consideração nos faz refletir que a produção discursiva do site associada as ações *off-line* da rede tem papel fundamental na busca por autorreconhecimento e reconhecimento social.

Este ponto de vista pudemos concluir ao articular análise a respeito do Nordeste como espaço em processo de reafirmação de identidade indígenas. Neste sentido, consideramos que o site reverbera esta dinâmica de reafirmação étnica na medida em que seus atores indicam protocolos de autorreconhecimento ao assumir publicamente seu pertencimento étnico e assim diferenciar-se de outros etnônimos. Acreditamos que isto pode influenciar no processo de fortalecimento cultural tanto de identidades indígenas específicas, quanto oferecer visibilidade ao Nordeste como uma região que resguarda em seu interior sinais diacríticos de indianidade. Isto implica pensarmos o site como um projeto político, social e cultural capaz de se contrapor a discursos aclamados de extinção e reforçar no cenário nacional a presença indígena no Nordeste.



## BIBLIOGRAFIA

ABREU, C. de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. São Paulo, Brasiliense: 1957.

ALMEIDA, M. R. C. de. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010 (Coleção FGV de Bolso, 15).

ANAÍ. **Os Tumbalalá**. Laudo Antropológico do Grupo Autodenominado Tumbalalá – Bahia. Volume I. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em:  
<[http://www.anai.org.br/arquivos/laudo\\_antropologico\\_tumbalala\\_ba.pdf](http://www.anai.org.br/arquivos/laudo_antropologico_tumbalala_ba.pdf)>. Acesso. 15 de dez. de 2012.

ANTOUN, H. Democracia, Multidão e Guerra no Ciberespaço. In: André Parente. (Org.). **Tramas da Rede**. 1ª ed. Porto Alegre, 2004.

ARRUTI, J. M. A. **Morte e Vida do Nordeste Indígena: A Emergência Étnica como Fenômeno Histórico Regional**. Estudos Históricos: 1995 15:57-94.

BARBALHO, A. Cultura minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. In: BARBALHO, Alexandre e PAIVA, Raquel (Org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo, Paulus, 2005.

BARABASI, A. L. **Linked: the new science of networks**. New York: Perseus, 2002.

BARTH, F. 1969. Introduction. In: **Ethnic Groups and Boundaries**. Bergen-Oslo: Universitetsforlaget, 1969, pp. 9-38.

BOURDIEU, P. **Le capital social: notes provisoires**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n.31, p.2-3, 1980.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BARTOLOME, M. A. **As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político**. Mana., Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2006. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132006000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso. 15 de fev. de 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

\_\_\_\_\_. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, p. 37-71.

CARVALHO, M. R. **A Identidade dos Povos Indígenas do Nordeste**. Anuário Antropológico 82. Brasília: Tempo Brasileiro, 1984.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados**. Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHADWICK, A. **Internet Politics. States, Citizens and New Communication Technologies**. New York: Oxford University Press, 2006.

COSTA, F. B. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004.

DAGNINO, E. **Políticas culturais, democracia e o projeto neoliberal**. Revista Rio de Janeiro, n. 15, jan-abr. 2005.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FRAGOSO, S. **As múltiplas faces da exclusão digital**. Ícone, Recife - PE, v. 6, n. 7, p. 110-122, 2004.

FESTA, R; S. C. E. L.(Orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1986.

FREIRE FILHO, J. **Mídia, estereótipo e representação das minorias**. Eco pós, v. 7, n 2. Agosto-dezembro, 2004, PP 45-71.

FRASER, N; HONNETH, A. **Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange**. London: Verso, 2003.

FRASER. N. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas de justiça numa era “pós-socialista”**. Trad. Júlio Assis Simões. Cadernos de Campo, São Paulo, n.14/15, p. 1382, 2006.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983. (O Mundo Hoje, 24).

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 2011.

GERLIC, S. (Ed.). **Índios na visão dos índios - Kiriri**. Salvador, 2003.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 2012.

GOMES, A. C. G. **Cidadania e direitos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2002.

GOHN, M. G. M. M. Ongs, e lutas sociais no Brasil nos anos 90. In: **Os sem terra, Ongs e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo : Cortez, 1997.

GRUNEWALD, R. A. **Toré**: regime encantado do índio do Nordeste. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 2005.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HOHENTHAL JR., W D. As tribos indígenas do médio e baixo São Francisco. Revista do Museu Paulista, v. 12, a. 5, 1960. Apud GRUNEWALD, R. & PALITOT, E. M. Etnografia de Salvamento: Hohenthal Jr. no Nordeste do Brasil. In: **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

HOLANDA, S. B. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos do descobrimento e a colonização do Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: A gramática moral dos conflitos sociais. Trad. de Luiz Repa, São Paulo: Ed. 34, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Os indígenas no Censo Demográfico 2010, primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[http://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena\\_censo2010.pdf](http://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf)> Acesso em 15 de nov. de 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2009.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e Revolucionários**: Nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Ed. Página Aberta Ltda., 1991.

JOHNSON, Steven. **Emergência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

JURUNA, M. Et al. **O Gravador do Juruna**. Mercado Aberto, 1983.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LEVY, P. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 4.ed. São Paulo: Loyola.2003.

LEVY.P. **Ciberdemocracia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

\_\_\_\_\_. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34. 1999.

JOHNSON, S. **Swarming next time**. Disponível em:  
<[http://web.archive.org/web/20010707070217/  
www.feedmag.com/templates/default.php3?a\\_id=1568](http://web.archive.org/web/20010707070217/www.feedmag.com/templates/default.php3?a_id=1568)>. Acesso em 15 out. de 2011.

LIMA, V. A. **Comunicação, poder e cidadania**. Texto de referência para palestra proferida na abertura da Semana Acadêmica de Comunicação Social do Ielusc, Joinville, SC, em 16 de outubro de 2006. Disponível em <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/rastros/article/viewFile/6009/5475>>. Acesso: 20 de Maio de 2013.

LUCIANO, G. S. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MAIA, R. C. M. Deliberação Pública e Capital social. In: GOMES, W. MAIA, R. C. M. **Comunicação e democracia**: Problemas & Perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

MARTINS, S. A. C. **Os Caminhos da Aldeia...** Índios Xucuru-Kariri em Diferentes Contextos Situacionais. Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Antropologia da UFPE. 1994.

MARTINS, J. S. A vida Privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: **História da Vida privada n Brasil**. Contrastes da intimidade contemporânea. Coord. Fernando A. Novaes. Org. Lilia Mritz Schuarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINS, P. H. **As redes sociais, o sistema da dádiva e o paradoxo sociológico**. Recife: UFPE, 2008.

MASCARENHAS, M. L. F. **Rio de sangue, ribanceira de corpos**: 1893/1897, Kiriri e Kaimbé em Canudos. Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais/Antropologia. Salvador: UFBA. 1995.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

MELUCCI, A. **Challenging codes**: collective action in the Information Age. Cambridge, London: Cambridge University Press, University of Milan, 1996.

MEADER, R. E. **Índios do Nordeste**: Levantamento sobre os Remanescentes Tribais do Nordeste Brasileiro. Brasília: Summer Institute of Linguistics (SIL). Série Lingüística 8, 1961.

MIGUEL, Luis Felipe. **Representação política em 3-D**: Elementos para uma teoria ampliada da representação política. In: Revista Brasileira de Ciências *Sociais* - Vol. 18 Nº 51, Maio de 2001.

MUSSO, P. A filosofia da Rede. In: PARENTE, A. **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2010.

NERI, M.C. (Coord). **Mapa da Exclusão Digital**. Rio de Janeiro: FGV/ IBRE, CPS, 2003.

\_\_\_\_\_. **Mapa da Inclusão digital**. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. **Uma etnologia dos "índios misturados"?** Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Mana [online]. 1998, v. 4, n. 1, pp. 47-77.

\_\_\_\_\_. (Org.). **A Viagem da Volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena. 2a. edição (revista e atualizada). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2004.

\_\_\_\_\_. & FREIRE, C. A. R. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: SECAD/MEC e UNESCO, 2006.

\_\_\_\_\_. **Trama histórica e mobilizações indígenas atuais**: uma antropologia dos registros numéricos no Nordeste. In: A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

PEREIRA, E. S. **Ciborgues indígen@.br**: a presença nativa no ciberespaço. São Paulo: Annablume, 2012.

PINTO, C. R. J. **Nota sobre a controvérsia Fraser-Honneth informada pelo cenário brasileiro**. Lua Nova. 2008, n.74, pp. 35-58. ISSN 0102-6445. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n74/03.pdf>>. Acesso em 20 de Nov. de 2012.

PUTNAM, R. **Making democracy work**: civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

RAMOS, A. R. **O índio hiper-real**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 28. p. 5-14, 1995.

RESENSE, N. C. **Perspectivas indígenas sobre e na internet**: ensaio regressivo sobre a construção e o uso da comunicação em grupos ameríndios do Brasil. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-29062012-140714/>>. Acesso em: 14 de jun. de 2013.

- RHEINGOLD, H. **Smart mobs: the next social revolution**. Local: Perseus, 2002.
- RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- REESINK, E. B. **Índio ou caboclo: notas sobre a identidade étnica dos índios do Nordeste**. Salvador: Universitas. 1983.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das letras. 1995.
- ROUSSEAU, J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Trad. Maria Ermantina Galvão. 3 ed., São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. 2ªed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1987.
- SANTOS, B. S. **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SOUZA, J. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. 2ª. Ed. Belo horizonte: Editora UFMG, 2012.
- SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais na América latina: caminhos para uma política emancipatória?**. *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.54, pp. 505-517. ISSN 0103-4979.
- \_\_\_\_\_. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edição Loyola, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Movimentos sociais na América Latina: revisitando as teorias**. Palestra proferida na Mesa Redonda “Ações coletivas, movimentos e redes sociais na contemporaneidade” no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado de 28 a 31 de junho de 2009, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. **Das ações coletivas às redes de movimentos sociais**. 2008. Disponível em <[http://xa.yimg.com/kq/groups/13603275/127135123/name/ilse\\_acoes\\_coletivas\\_ms.pdf](http://xa.yimg.com/kq/groups/13603275/127135123/name/ilse_acoes_coletivas_ms.pdf)>. Acesso em 15 de Maio de 2011.
- \_\_\_\_\_. **Redes de movimentos sociais no mundo multicultural**. *Katalysis*, UFSC, Florianópolis-SC, v. 8, n. 1, p. 24-31, 2005 [revista do Dep. de Serviço Social da UFSC].
- TAKAHASHI, T. **Sociedade da Informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TAYLOR, C. A política de reconhecimento. In: TAYLOR, Charles et al. **Multiculturalismo: Examinando a política de reconhecimento**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. p. 45-94.

\_\_\_\_\_. **Argumentos filosóficos**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

\_\_\_\_\_. **A esfera pública**. Coleção Textos Clássicos de Filosofia. Universidade da Beira Interior, 2010.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TORRES, L. B. **A Terra de Tilixi e Txiliá**. Palmeira dos Índios nos séculos XVIII e XIX. Maceió: s/Ed, 1973.

VIANNA, H. **O mistério do Samba**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed: UFRJ, 2002.

VOIROL, O. **A esfera pública e as lutas por reconhecimento: De Habermas a Honneth**. Cadernos de Filosofia Alemã. Jan-Jun, 2008.

WEBER, M. **Textos selecionados**. 2.ed. São Paulo: Abril cultural, 1980.

### **Entrevistas**

CARDOSO, I. Informação verbal concedida em 01 de Junho de 2012.

COSTA, J. A. Informação verbal concedida em 01 de Junho de 2012.

GÉRLIC, S. Informação verbal concedida em 22 de Junho de 2012.

ROSA, A. T. Informação verbal concedida em 22 de Junho de 2012.

SANTOS, F. V. Informação verbal concedida em 22 de Junho de 2012.

## **APÊNDICE**



## APÊNDICE A – Entrevistas

<b>Entrevista 1</b>	Sebastian Gérlic (presidente da ONG Thydêwá)
<b>Data/Local</b>	01/06/2012 – Olivença/ Bahia (sede da ONG)
<b>Duração</b>	117: 30 min.

### **1 - Você poderia falar um pouco sobre a história da ONG Thydêwá?**

S: Nascemos em um processo que de alguma forma tem a ver com uma outra ONG que existia antes existia uma ONG em Salvador com o nome de Águia Dourada que era composta inicialmente apenas por indígenas e esses indígenas permitiam aproximação de diálogo com pessoas não indígenas no sentido de se enriquecer mas ficaram fechados no que algumas dessas pessoas dessa ONG sentiam e no meu caso que eu estava participando também é que agente parte de um pressuposto um pouco maior e mais amplo em que não somos indígenas sob o ponto simples da história mas que a única possibilidade de a vida continuar no planeta terra, pelo menos da forma como agente já conhece, é se todos nós, pelo menos seres humanos, passamos por além das diferenças e nos unirmos. Então agente vem trabalhar numa dimensão superadora do que trabalhava aquela outra ONG que só trabalhava em prol dos indígenas, a Thydewá nasce pensando já numa visão arco-íris: que somos todos irmãos não importa a cor com que estamos nesta encarnação ou nossas aparências, ou nossas culturas, nossas religiões e nossos valores, mas sim num cruzamento alquímico de toda essa grande diversidade que agente chega nessas coisas mais importantes. Pra falar mal e pronto o que no Rio mais 20 tá na moda: "para salvar o planeta terra precisamos todos nós unidos". Não são os indígenas que vão salvar o planeta, não são os quilombolas, não são os acadêmicos, não são os presidentes, não são... ninguém desses sozinhos tem a potência de fazer sozinho. A potência só existe enquanto possibilidade de diálogo e cruzamento. Então a Thydewá nasce principalmente com esse objetivo: facilitar cruzamentos e interações justas para todas as partes.

### **2 - Esse objetivo esta relacionado com o lema "Esperança da Terra"?**

S: Esperança da Terra é um nome complexo, criado por um índio e sintetizado como Esperança da Terra. E ai tem essas duas leituras que você fez." Seria 'terra' como caixa baixa, que para os índios significa a terra e 'terra' como caixa grande que é nossa mãe, nosso planeta".

### **3 - Quais os objetivos da ONG?**

S: A gente não tem um cunho ecológico. A Thydêwá não é uma instituição que trabalham só ecologia, ou pense a sustentabilidade ou trabalhe só com índios. Justamente acho que o diferencial da gente é essa visão ampla, essa visão holística, essa abordagem integral, de.... Bom tudo está interligado no mesmo lado do sistema e acho que se agente tem de escolher uma ferramenta que nos ancora mais, que nos possibilita, qual é o carro chefe, por onde que a gente faz nosso tecido seria a cultura. A palavra mais importante para nós em geral tem sido a cultura. Tem um projeto que trabalhamos a cultura da paz. Tem um projeto que trabalhamos a permacultura. Tem um projeto que trabalhamos o diálogo intercultural. Tem um projeto que faz o fortalecimento da cultura indígena. Tem um projeto que faz a valorização dessa cultura

de saberes. Então é com cultura que agente associa... cultura e educação, cultura e sustentabilidade, cultura e cidadania. Mas também como cultura é uma palavra que pode abranger tudo, é aí que agente gosta, quando abrange tudo mesmo.

#### **4 - A ONG não tem um público-alvo....?**

S: Tem, tem, tem..Seriam dois: um público alvo específico, porém, difuso e gigante: são todos os seres vivos. Agora se agente vai num público mais imediato para essa leitura de quem são os beneficiários diretos é verdade que agente trabalha muito com indígenas, com indígenas do nordeste. Principalmente de algumas regiões do nordeste, especialmente da Bahia, de Alagoas e de Pernambuco. Aí quando agente trabalha com esses indígenas tem alguns projetos que são um pouco mais específicos para o benefício dessas comunidades, mas tem muitos projetos que são de benefícios, eu acho que na mesma quantidade que beneficiam essas comunidades indígenas, beneficiam também o entorno onde elas moram, circunvizinhos, a sociedade em geral, a comunidade mais ampla. Porque agente trabalha o preconceito indígena. Eu poderia dizer para o índio: "ô que o branco lhe discrimine e ache que você é um incapaz .....parece que o índio tem um problema e que agente tem de trabalhar a cabeçinha do branco só para ele não discriminar dessa forma". Mas a verdade é que o branco também tem um problema porque ele tá perdendo a possibilidade de aprender coisas novas, ver coisas novas, sentir e planejar outras coisas.

#### **[Interrupção]**

S: Então eu acho que é uma mão dupla. Uma via para os dois lados. Que o menino passe de chamar o índio de puro beneficia o índio sim, mas também beneficia o próprio menino que começa a abrir sua cabeça e perceber a realidade de outra forma. Então... tem pessoas nas políticas públicas que analisam nossos... os objetos que agente encaminha como proposta, as iniciativas que acham que o nosso único público é o indígena, e não é. Quase todo nosso projeto tem uma dimensão muito grande de diálogo e aproximação.... só porque você fez um curso de capacitação com 16 índios que acham que o público são só indígenas. Mas se esses indígenas saírem pelas escolas pra conversar com cinco mil meninos, o público são os cinco mil meninos.

#### **5 - Quais os projetos que a ONG tem desenvolvido atualmente?**

S: Então... tem aqui um 'mapinha'. Porque agente tava uma caça hoje. Tem um pontão de cultura viva que... é parte de uma política pública do ministério da cultura. Aqui agente faz cruzamento de saberes, então uma vez por mês nesse pontão que se chama Esperança da Terra agente recebe mais ou menos vinte pessoas vindo de diferentes lugares, com diferentes bagagens. Agente faz rodas de conversas que discute por cada encontro um tema. E aí de algumas formas essas pessoas voltam a suas comunidades e vem de transformar essas discussões em ações que venham a buscar benefícios às comunidades.

Esse outro que tá acontecendo aqui do lado, eu lhe contei que tá fechando a turma hoje, agente chama de Oca Digital... hoje a gente escreve ele assim, oca com "C" invertido, sabe o que é, sabe o que significa?

#### **6 – Poderia explicar, por favor.**

S: Então. E eu acho que foi em 2005 que explodiu no Brasil. Agente começou a perceber de uma forma mais ampla, talvez pelas políticas do Ministério da Cultura, que existia uma tirania do 'Copyright'..ai eles propuseram essa história do "Creative commons", mas esse C invertido é um pouquinho ainda mais radical nessa ideologia, nessa mesma visão de que a produção das coisas não tem que estar centradas no 'poderio' do autor, mas na função social. Então agente produz não.. é... os livros os DVDs, os sites, não pensando que o cara tem, que o autor tem que se sentir com o ego lá em cima, e ele vim amanhã a vender e a fazer dinheiro. Mas pensando que ele tá deixando à sociedade conhecimento, ferramenta, sabedoria para que..para...em prol da sociedade. Então... quanto mais se divulga, quanto mais circula, quanto mais se reapropriam as pessoas desse conhecimento melhor. Esse aqui se chama é.. "copyleft". OK. Então o símbolo é um C invertido, então ... o projeto abraça essa viagem. Esse aqui (o entrevistado aponta para o símbolo do projeto Oca Digital) tem dois financiadores. Um é a Fundação Telefônica e outro que é o Fundo de Cultura da Bahia. Via edital também...via dois editais.Aqui temos um outro que está em espera. Há três anos que agente tá escrevendo e reescrevendo, reescrevendo as burocracias deles só, que se chama "Ponto de Cultura Indígena". Neste também está a política do Ministério da Cultura, específica para criar pontos de cultura dentro das comunidades indígenas.

#### **7 - Mas este seria de uma forma mais ampliada do que é hoje o Pontão?**

S: Não. Agente teve em 2004 os pontos..e depois em 2005 os Pontões onde teoricamente se cruzava pontos. Mas não importava não importa onde estavam essas coisas. Agora ponto de cultura indígena só acontece dentro de comunidades indígenas. A verdade nós quando começou, quando fomos beneficiados no primeiro edital, selecionado em 2004 e começou a ser executado em 2005, agente pegou recurso de um convênio só, mas em vez de aplicar em uma comunidade só, a gente aplicou em sete comunidades. Quando a gente aplicou em sete comunidades de alguma forma a gente tava começando a fazer sete pontinhos de cultura indígena. Só que a gente não aplicou eles de forma isolada. A gente aplicou dizendo: vamos fazer uma Rede Índios Online. Então agente já aplicou de alguma forma não existia um pontão físico porque a parte de cruzamento era no mundo virtual.

#### **8 - Já havia uma ideia de rede então? Era uma rede.**

S:Isso. Uma rede de pontinhos ou um Pontão.

E ai tem esse aqui. Então esse aqui tá esperando repasse de recurso pelo governo, há vários anos. (Mais Índios Online).

#### **9 – Esse problema de repasse de verba tem a ver com o processo de seleção dos editais?**

S: Não, agente foi selecionado, só que depois eles mudaram algumas normas e tiveram que para algumas burocracias. Mudaram, mudaram, mudaram e continuam mudando.

Esse aqui TEKÔA, é uma forma que agente tá levando esse mundo das tecnologias especificamente para a juventude com um certo foco na escola. Então, aqui tem uma escola indígena e tem um dos índios, Jaborandí, ele é o responsável por projeto. Inclusive se você quiser, você vai entrevistar ele e ele vai falar muito mais sobre isso. RISADA é uma rede que já existe que foi um projeto no início, mas é um projeto que acabou o financiamento, mas a rede se mantém. Também é nova, não sei se vai se manter por muito mais tempo. Mas RISADA significa Rede Indígena Solidária de Arte e Artesanato. Tem um site, se você puder

mais informações tem isso no site. Índio Educa é mais ou menos o mesmo formato. A gente criou uma proposta, conseguiu recurso via embaixada Americana pra fazer um projeto de, de que chegou agora no fim mas que a rede se mantém também. É um projeto que hoje tem sete ou oito indígenas escrevendo nele. Índio Educa...também você encontra ele na internet hum. Já viu?

[Interrupção.]

**9 - Não. Esse projetos estão no site da ONG ou cada um tem sites específicos?**

S: Cada um é um. Esse tem um portal, esse tem uma página. Índio Educada, OCA Digital, Índios Online e agora o RISADA. Esse MEMÓRIA é que a agente ganhou e que vai fazer um novo livro. E esse aqui (10 anos de comemoração) é um projeto interno que agente vai fazer 10 anos em Setembro e agente tá tentando fazer um aniversário. (risadas).

**10 - E o Memória, vocês ganharam um prêmio?**

S: É um prêmio também do Ministério da Cultura que se chama Ponto de Memória. A gente mostrou pro Ministério do Trabalho que a agente vinha fazendo com livros. Hoje acho que são 16 já. Ai a gente apresentou os livros e os processos para fazer eles. Inclusive eu estava olhando eles nesse instante antes da entrevista. Eles estão disponíveis no [thydewa.org/](http://thydewa.org/).

**11 – Havia outro site vinculado à Rede não é mesmo. O Indígenas Digitais?**

S: É verdade teve problemas com ele, financeiro por tínhamos de pagar aí cancelamos. Na verdade tinha muitas informações institucionais, então agente decidiu: a vamos fazer um site da instituição e para de colocar informações no site desse projeto, porque agente começa botar coisas ligadas a isso mas que eram mais institucionais.

**12 - Você poderia dizer como são desenvolvidas as articulações de patrocínio para manutenção dos projetos da ONG Thydêwá? Como vocês fazem para manter esse projetos?**

S: Então, nós temos dois grandes tipos de sócios digamos. Os sócios efetivos é...que estão corpo a corpo com bastante assiduidade que tomam decisões, que no caso tem Ivana, que é Tupinambá. Tem uma senhora que me pediu o telefone agora que se chama Mayá (não se é assim que escreve) que é Pataxó Hahahãe, tem nesse momento 2 Kariri- Xocó que são de Alagoas e um Pankararu que é de Pernambuco. Então são 6 indígenas, no caso, e eu. Mas agente já teve vários movimentos. Tinha movimento onde era mais os não índios, outros que eram mesmo número e agora somos menos. Mas na verdade isso nunca importou pra nós, porque a gente por cima disso (quer dizer estamos acima disso). Mas ai de fato no caso ela que mora mais perto da cidade e da instituição. Eu que moro bem perto daqui também e outro indígena que mora perto daqui (sede da ONG), é lógico que agente pega mais na burocracia do dia-a-dia. Então os outros indígenas que agente vê, geralmente uma vez por mês ou a cada mês e meio, que a agente passa uma semana, cinco dias, eles trabalham mais consultivamente assessorando dando orientação pra gente que no factual do cotidiano. Então essa prospecção dos projetos normalmente é o grupo, a instituição que idealiza, que pensa e tal. Mas as vezes somos um de nós que formata isso de uma forma de colocar no edital. E no cotidiano, no dia-a-dia de contato com o parceiro com o patrocinador, com quem quer que seja, estamos aqui. Fazemos mais isso. Mais agente fez um processo de articulação. Então cada indígena que participa da Thydêwá também dentro da sua comunidade participa de coisas locais onde já aprenderam a escrever seu próprio projeto, a fazer seu próprio loby, suas próprias informações

públicas...então tem algum que tiveram mais destaque, mais resultado que outro deles nessa expansão. Sobre os patrocínio, no início agente trabalho um pouco mais com as leis de incentivo fiscal, onde a gente (ONG) até 2004, desde 2001 a 2004 e 2005 era principalmente com financiamentos privados através de leis de incentivo, mas a gente que o governo só intermedia em uma parte da burocracia, mas que é um interesse de marketing, de imagem de empresa privada que determina ou não se você vai executar um projeto. Então tinha de ser projeto com impacto interessante para o mundo do capital. Quando agente depois começou a trabalhar, já em 2005, com o Ministério da Cultura percebeu (mos) que a gente podia diminuir o investimento neste tipo de, de projeto mais superfundo e fazer projeto um pouco mais em profundidade. Porque a gente tava querendo fazer transformação social com, com....precisa investir o máximo de recurso em cima da transformação e não gastar tanto recurso como a lei de incentivo como a lei de incentivo chegava e disse: 20% você tem de gastar em divulgação.

### **13 - Na lei de incentivo fiscal já diz como tu deve gastar o recurso?**

S: É...ele já te dão...em geral a empresa avalia o projeto pelo tamanho de incentivo e troca de publicidade num jornal ou pelos segundo que saiu da rede globo. Já o governo eles avaliam por outro lado que também acha bastante estúpido que é se juridicamente todas as notas fiscais estão com as vírgulas e o acento no lugar certo. Então o governo tem esse déficit que não conseguia falar com as organizações sociais. O governo vem falar com a gente, mas somente pra saber se a nota fiscal também está certa. A privada também mais também não tá interessada na formação social, está interessada no retorno de imagem. Então a gente dança no meio disso com ética, com responsabilidade. Mas pra sustentar as vezes tem de fazer alguns arranjos. A agente sabe que quanto mais recurso autônomo a gente tenha, mais liberdade a gente tem. Mas pra gente, por exemplo, que trabalha com produção de livros indígenas seria: a porque você não vendo os livros e ganha dinheiro com isso? É...todo mundo sabe que no Brasil ninguém lê, como na verdade sei que ninguém lê e que ninguém menos ainda compra livros, e menos ainda compram livros daqueles que eles discriminam. Ou seja, se agente que ir a uma escola, pra que os índios deixem de ser discriminados, vai se difícil que a escola compre os livros. Onde consigo entrar, depois aparece alguém fica interessado, se é de graça me dê senão vai se embora. Então a gente trabalho muito com produção de conteúdo, de DVDs, CDs e livros e as vezes quer vender esses produto para a sustentabilidade da instituição mas não conseguimos muito da sustentabilidade a instituição por isso não. Então tem alguns projetos, que abraçam...., mas que também são ridículos porque proíbem a instituição pagar seu custo administrativo. Em quase todos os projetos do governo você tem de ter uma contrapartida. então a água e a luz e a segurança é outra coisa que agente precisa para ter a instituição tocando tem de sair do próprio bolso da gente.

### **14 - Eles são específicos nesse sentido? O projeto você não pode investir em gastos administrativos? Mas esse tipo de condição é mais específico para o governo?**

S: Eles são mais rigorosos. Em geral os financiamentos de políticas excluem a administração. Nos últimos anos começaram a deixar aquela parte da administração que é específica daquele projeto. Então tudo bem...vou pagar a água desse projeto Esperança da Terra por que....., mas não a água da instituição, só daquele projeto. Antigamente nem sequer a água .....a água já era uma coisa institucional, vocês tem que se virar. Agora tá se diluindo um pouquinho isso. Inclusive, bom não sei se você sacou, no Brasil até três anos atrás o mercado internacional, a solidariedade internacional tinha interesse até porque o Brasil era um país pobre entre aspas. Hoje que o Brasil é o sexto país do mundo, ninguém vai dizer que o Brasil precisa de financiamento, (não entendi palavra), ou solidariedade. O problema é a disparidade interna. E

ai os recursos internacionais que a agente poderia receber, que agente recebeu algumas vezes: o apoio da UNESCO, de uma ONG francesa.. tudo isso acaba porque o Brasil é rico, o Brasil tá ótimo.

Não, não tem mais recurso. Ainda tem algumas áreas, a nossa que é muito específica, que todo mundo reconhece que os índios são os mais excluídos dos excluídos, ainda tem área. Mas por exemplo, durante 10 anos a Ford Foundation apoiava as bolsas dos estudantes na universidade. Agora não! Vamos apoiar países pobres.

Na verdade esse projeto que agente falou, há dez anos, é justamente porque agora agente parou para pensar na encrenca que agente está. Porque até agora nesses nove anos de experiência, agente pega projetos de cem mil reais e investe os cem mil reais no projeto. Então agente não tem espaço físico nosso, se tiver um "pepino", como cortar a água, agente não tem como pagar. As vezes tem milhões de coisas que não estava no projeto as vezes vem "lascando". Nos últimos nove anos, os primeiros anos da instituição como os próprios sócios que vamos tirar um pedaço de nossos salários para cobrir as coisas que agente não soube fazer institucionalmente. Institucionalmente o país tem... tá meio fechado para que se você quiser pagar a água e a luz da instituição você faça uma volta por fora, construir de uma outra forma, minta em algum lugar para você pegar esse recurso. Não está aberto, a legislação que cuida das ONG, é a mesma das empresas que cuidam das prefeitura. (se referindo a compra por edital, concorrência). As (ONGs) que trabalham na base com recurso pequeno, com agilidade e emergência não podem não podem ter uma 866 pedindo pra fazer pregão eletrônico pra compra de clipes, não? é difícil não?! Eu acho que na prefeitura que vai comprar clip tudo bem se vire, mas pra gente é....ele sabem que o governo nunca chega na ponta porque tem isso aí. Mas agora para instituições que são intermediárias, porque chegamos na ponta não se aplica a mesma lei ...e é dureza não!?

### **15 Agora vamos falar sobre a Rede Índios Online. O que você pode nos contar sobre a história de desenvolvimento da Rede Índios Online?**

S: Não sei você leu, mas a forma como a gente relata nosso ponto de vista da gênese do projeto, agente disse assim: agente vinha trabalhando em 2001 a produção de livros e esses livros faziam esse salto quântico de ser os indígenas os protagonistas, os autores...eles mesmo serem antropólogos, historiadores...jornalistas de sua realidade. Então quando agente percebe que antes de nossa provocação parece que só falavam sobre os indígenas os antropólogos e os historiadores. A gente conseguiu dar essa quebrada com a produção de livros e agente percebeu que com a produção de livros agente tinha um público bem limitado e era como uma via única não? O livros chegava num cara e ele lia, mas e o retorno e atualização e a interação? Então agente disse: se isso que agente tá fazendo com os livros que é dar a voz, deixar os indígenas contar sua própria história, sua realidade, seu pensar sabe..para o mundo, a ação entre ente pondo isso na internet a coisa vai se muito mais interessante. Então Índios Online nasce de uma explosão de compreender que agente poderia ter um projeto bem forte de interação entre indígenas e a sociedade como um todo.

### **16 - Então o pensamento sobre o Índios Online nascem em 2001 com os livros?**

S: Não, eu não sei se ele nasce em 2001 com os livros. Acho que ele nasce depois. Eu conto a historinha como se fosse assim: Em 2001 agente faz 4 livros e esses indígenas vem lançar seu livros em Salvador. Eles vêm ficar em Salvador e eles vêm que a instituição tem um negócio chamado computador. Ai ele começa a ficar curioso. Quando agente vai lançando mais livros, eles vão ficando mais curiosos. Ai agente bota os livros no computador e chega num momento onde agente cristaliza uma coisa que pra nós é interessante: Essa aqui é uma

ferramenta importante. Se o computador for bem apropriado, pode colaborar com as melhorias dentro das comunidades. E aí em 2004 a gente lança, eu não sei exatamente quando entra essa parte das políticas públicas mais digamos, ainda agente foi nosso quarto ano que a gente trabalhou com o Faz Cultura e aí...esse foi o último ano que agente chamou o projeto. No primeiro ano se chamava Índio na Visão do Índios, no segundo Índio na Visão dos Índios, no terceiro Índios na visão dos Índios...no quarto se chamou Índios na Visão dos Índios Online. Porque agente fez esse salto de colocar o computador dentro das aldeias. E teve mudanças paulatinas não?! No primeiro ano a gente fez tudo com máquinas de produção analógica e gravador fita cassete, já no segundo livro já levou um gravador digital, no terceiro uma câmera digital, no quarto livro já levou um computador, no outro já levou uma (não entendi)...a cada vez fomos acompanhando .....na época era isso.

**17 - Nesses primeiros anos, eu observei no site, vocês contaram com o apoio do Faz Cultura que você falou há pouco que foram 3 anos...**

S: três ou quatro (contando manualmente...) foram 4.

**18 - E o Bom Preço.**

S: Então, é a dupla não?! O Governo da Bahia diz que isso é bom e dá um carta de incentivo para alguém (empresa) descontar do impostos 80% do projeto. Com a cara e a coragem!! Pegar a carta do Governo é fácil porque a gente tá alinhado aos objetivos do milênio ..... Em 2000 eu fui em vários lugares contando a história de que os índios vão escrever sua história eles mesmo....as pessoas riam de minha cara. Aí algumas pessoas falavam..senão se você me devolve 20 % do dinheiro eu consigo (patrocínio) pra você. Então tem todo essas “maracutaias” horríveis que a gente não entrou. Aí passamos um ano só batendo a cara contra a parede. Aí em 2001 a gente chegou no momento certo no Bom Preço que tava com um recurso exato do tamanho que agente precisava e a pessoas foi simpática nos ouviu 5 minutos e apostou. Foi aí que a gente pegou fogo.

**19 - Nesse primeiro momento os incentivos de que formam eram técnicos, financeiro?**

S: Financeiros.

**20 - E vocês aplicavam da forma como quisessem?**

S: O governo já vem com um molde. Você pode gastar entre cinco e dez para administração, entre dez, e vinte para divulgação, recursos humanos ninguém pode ganhar mais que dois mil reais por mês. Quem dizer...tem um molde, na época agente foi no molde senão não ia ser aprovado.

**21 - Sim. Tem de se adequar não é mesmo?**

S: Tem de se adequar e a proposta em si ser seguida. Porque depois ele só avaliam de vocês se vocês seguiu a risca o orçamento. Não importa se você matou pessoas ou se vocês salvou pessoas. Se a nota fiscal da matança ou dá ‘salvagem’ está politicamente legal. Entendeu? Isso é triste porque a gente diz: você quer um governo assim? Você quer que seu governador fique olhando nota fiscal ou que olhe se está matando ou salvando gente? E.... mas uma coisa é a gente entrar no mundo da burocracia que está aí e compactuar em um determinado nível. Outra coisa é assim, perceber a loucura do sistema que agente criou que as pessoas que nos repassam o dinheiro só avaliam de nós o desempenho fiscal do dinheiro e não se agente matou pessoas ou salvou pessoas.

**21 - Você acha então que nesse tipo de avaliação as agências dão pouca importância ao produto resultado, ao produto final do projeto?**

S: Não os interessa o resultado, só a administração. Isso é mais triste. E o privado só se interessa pelo retorno de imagem. Suaviza. Na hora de escrever bota que é quase assim. Porque se o financiador lê isso ai ele me mata.

**22 - Qual foi especificamente o papel da ONG no desenvolvimento do site?**

S: Então...para nós era um desafio. Era um projeto bem novo bem diferente. É... eu fui um dos caras que sinto que estava com os para raios aberto e fui captando um pouco da coisa e assim me encarreguei de formatar. Ai a proposta foi chamar dois representantes de cada uma dessas sete etnias que iriam compor ele para vir conversar, para vir estudar, para vir aprender a pegar no mouse. Tudo isso de uma vez só. Então agente se colocou num balcão com sete computadores, durante sete dias, fechado 24 horas por dia. Agente ficava umas horas aprendendo a pegar no mouse, e ficavam umas horas discutindo para que pegar no mouse.

**23 - Eu: Isso foi em Salvador?**

S: Foi Abril de 2004. Ai... chegamos a 19 de abril, dia do índio, com a metade dessas pessoas em Salvador para divulgar e a outra metade tinha voltado em suas comunidades levando um computador no ônibus para conectar. Agente tinha articulado, pagado, agente pagou conexão via satélite em uma empresa privada. Então era um projeto tipo de ....na época eu acho que foi 140 mil reais, não me lembro exato, mas esse 140 mil reais acho que a metade do projeto era o fornecimento de internet via satélite. Que naquela época ter uma aldeia conectada de satélite era 1.000 por mês. Imagina 7.000 reais por mês era só da conexão que agente pagava.

**24 - E nessa primeira experiência da internet nas aldeias, como foi esse período, teve problemas, quanto tempo durou essa primeira fase, como foi a recepção...?**

S: Eu acho que o período foi rápido e que a recepção foi boa. E evidentemente também tivemos milhões de problemas porque a forma que o projeto se executa é resolvendo problemas. Ai...Tivemos problemas dos mais bizarros que você possa imaginar e dos mais diversos. Agora, o importante é que a grande maioria desses problemas tentaram ser resolvidos com o protagonismo dos indígenas. Então não é a instituição (Thydêwá) que vai dizer, de Salvador, o que um índio tem que fazer em Paulo Afonso ou no Sul da Bahia, ou em outro lugar.

**25 - Então eles tem autonomia deles pra trabalhar nas aldeias?**

S: Agente começou...fez o projeto com autonomia e empoderando para a autonomia e capacitando para autonomia. Tanto assim que depois de 3 anos de projeto o ..eles conseguiram um avanço significativo que a partir de 2007 a Rede passa a ter uma autonomia muito grande e depois em 2009 passa a ter autonomia financeira.

**26 - Em 2007 que a Rede criou o estatuto?**

S: foi. A gente fez alguns encontrões. Em 2004 foi o primeiro encontro. Isso com um projeto piloto de seis meses, com índios na visão dos índios online, com o governo da Bahia e o bom preço. Nesse final de ano em 2004, quando está acabando o recurso, por eram seis meses de Abril, já estava acabando o recurso e o Ministério da Cultura sai pela primeira vez com essa ideia "maluca" de Pontos de Cultura, dizendo que quer reconhecer o que já existe. Quando a gente vê a definição deles e o que a gente tava fazendo dizemos: somos nós. Só que agente ainda tímido e humilde, em vez de inscrever um projeto de sete projeto para sete pontos, a



gente escreveu só um. Porque pra nós que gastava todos dinheiro em conexão de internet, o governo prometia com os Pontos de Cultura, o Ministério da Cultura vinha com o Ministério das Comunicações e vinha a antena Gesac e agente não gastava dinheiro. Então pra nós, só ganhar esse edital só pra não pagar conexão já era um milagre. Mais ai aconteceram várias coisas interessantes. Uma, recapitulando um pouco o que a gente tava falando antes e avançando, eu acho que na minha cabeça quando chamo o pessoal em 2004 para fazer o projeto eu coloco fogo na cultura e especialmente em ....no que... naquela época as pessoas falavam de resgate da história, da memória, fortalecimento da cultura, e hoje a agente não usa mais essa palavra (resgate). Mas o uso era pensado par uma coisa fazer uma coisa. Para fazer resgate cultural e divulgação cultural na ideia de paz. Só que essa era no escopo do projeto, mas na apropriação das tecnologias dentro das comunidades eles começaram a principalmente para fazer cidadania. Então eles fazem cultura, mas o que mais eles fazem é ir atrás de outras políticas pública, de promessas de governo, de injustiças, de ...de...como se chama...de denúncias, eles fazem denúncias e solicitações e pedidos e moções e ações no âmbito dos direitos humanos e esse tipo de coisa. Então quando nosso querido amigo Célio Turino propõe os Pontos de Cultura, que ele diz "vamos articular cultura, educação e cidadania", ai agente percebeu: a gente tá fazendo isso. A gente tinha escrito pra fazer cultura mas o que aconteceu com o computador dentro da aldeia, os índios que estavam querendo fazer universidade fizemos inscrição pelo computador, alguém que viu que tinha curso a distância começou a fazer o curso. Então uma outra apropriação interessante que aconteceu foi isso. O menino da escola que nunca tinha pesquisado pela internet ...foi uma apoio a educação.

**27 - Há uma ligação entre a criação do Estatuto e o patrocínio do MinC? O acordo documental entre a Rede Índios Online e a ONG é exigência da parceria com o governo já que a ONG é instituição mediadora?**

S: Não. A gente não fez o Estatuto pra fica bonito com o financiador não.

**28 - Eu: eles não exigem?**

S: Não. Hoje sim. Se a gente for escrever um projeto é..em algum ministérios onde o núcleo são comunidades indígenas eles querem uma carta de anuência da comunidade de que está sabendo o teor d projeto, que foi consultado. Outros não. E conseguir isso num mundo de corrupção é a coisa mais fácil, porque se eu chegar num cacique interessado vou dar 50 reais e ele assina a carta. Mas a gente fez esses estatutos como ferramenta de fortalecimento do processo. Então a gente da criou a Rede em 2004 com o objetivo de que ela tinha de ser autônoma, que tinha de ter total liberdade. Então agente fez o que, todo mundo que teve.....no início não, no início eram logins por comunidade o login Tupinambá, o login Tumbalalá, o login Kariri-xocó, Xucuru- Kariri, depois a gente percebeu que.....

**29 - São aquelas estruturas de cadernos que tem no site?**

S: Não. Lamentavelmente a gente tava até chorando sobre isso, o site que você vê agora acho que é o quarto protótipo. E o primeiro, segundo e tal.. acho que era um *print scrin*.

**30 - Um desse tinha um designer de um mapa do Brasil onde você clicava no estado e acessava informações sobre a comunidade online.**

S: É. A gente tirou só porque acha que ia fazer um mapa novo, integrado com o Google Maps, alias muito melhor pra chegar até na aldeia....um dia agente faz. Mas ....tinha um outro que era muito bacana tinha a bola colorida da gente girando, tinham só 3 matérias , em baixo um chat que a pessoa podia subir ou baixar o chat e tal. Era tudo móvel. Mas ele tava programado em

Flash, isso foi em 2004, e aí quando a gente entra na política do Ministério da Cultura que ele propõe, na onda do *Creative Commons*, o Software Livre, a gente para de usar essa, essa ferramenta.

**31 - Então você deixaram de usar os programas que utilizavam por conta parceria?**

S: Não. A gente ia refazer o site porque queria refazer, mais a gente optou por refazer com os valores ideológicos que a gente acredita. Então a gente não sabia que existia, na época, o mundo privado e o mundo público da ferramenta. Então agente passa a entender que existia empresa internacional que ganhava com isso.

**32 - No primeiro momento do site você trabalham com sistema privado?**

S: Esse primeiro momento o sistema e a linguagem que a gente escolheu pra programa o portal era um linguagem fechada, proprietária do mundo capitalista. Agora agente só trabalha no sistema livre. Mais...então...aí cada índio passou a ter seu próprio login e aí, nunca teve ninguém que teve assim um login superior pra dizer assim: vou é... permitir ou não permitir a publicação de uma matéria, ou antes de publicar a matéria vou cortar ou censurar. Nunca teve isso. Então ele nasceu já pensando na autonomia, mais já com uma liberdade assim impressionante. Porque em geral ainda muitos processos populares e horizontais a gente não vê isso.

**33 - Mas sobre os comentários, houve uma mudança não? Eles passam por aprovação para a publicação. Olhando alguns eu observei comentários de cunho preconceituoso, de não indígena, por exemplo.**

S: Eu nem via essas situações. Agora tinha dois fatores acontecendo. Os Pankararus tinham uma briga interna entre dois, três caciques e um xingava o outro. Esse fato é mais recente. Por outro lado teve um fazendeiro daqui de Itabuna que botou um juiz em cima da Thydêwá e aí a gente ...,por mais que dissesse que o responsável pela matéria era o autor e não a instituição, os caras vinha em cima da gente então a gente decidiu também se resguardar nesse sentido que ...os comentários,,aí qualquer pessoa que fizer qualquer comentário também pra ser em cima de nós ....aí a gente entrou com essa ferramenta. Você manda o comentário e na hora o sistema lê o que você escreveu e pede autorização e o sistema autoriza mandando por seu e-mail.

**34 - Eu sei como funciona, eu acesso e comento e passo por essas fases. Participava do chat também.**

S: No início era bem legal porque acho que foi a febre do bate papo. Era quando chat era...eu acho que em 2004 milhões de portais tinha êxito no chat, era o boom do momento na história da humanidade, era o chat. Hoje em 2012 ninguém usa.

**35 - Mas no caso do site, do propósito final do site. Você acredita que ele cumpriu o propósito de integrar, facilitar comunicação, aproximar as comunidades?**

S: Sim. Acho que tanto entre as comunidades quanto com o mundo social. eu acho que deve ter, não sei, meio milhão de brasileiros que podem ser dizer que não eu só conversei com um índio na minha vida e foi através do site. Isso é um lucro pra humanidade.

**36 - Sobre os projetos da Rede. Qual a relação da ONG Thydêwá com a Rede, uma vez que a ONG tem papel importante nesse sentido?**

S: Eu não sei se vou ser feliz no que vou dizer, ou se vou me repetir. Mas, de repente, agora a metáfora que vem é que a instituição de alguma forma ...poderia ser que foi um padrinho, só que no momento o menino fica jovem não, fica jovem e já fica maduro também e diz: ô tenho 18 anos agora vou cair mundo afora e nem me para e agente faz o que? Benção e boa sorte. Se o filho quer dialogar mais, estar próximo, compartilhar, almoçar no domingo a mesma feijoada, beleza, que bom o pai vai ficar feliz. Agora se o cara quer cair mundo fora boa sorte.

**37 - Mas essa autonomia, no caso dos patrocínios culturais. Eles têm especificidades para a inscrição, como instituições juridicamente reconhecidas, neste caso como funciona? Porque a Rede dependeria da ONG nesse sentido.**

S: Então, a Rede Índios Online não pegou recursos financeiros diretos em lugar nenhum que não seja intermediado ainda pela Thydêwá. Mas eu acredito também que tudo tem como se fosse uma faca de dois gumes. Não? Que por um lado a gente poderia dizer: vamos incentivar os caras a abrir um CNPJ dos caras!. Vamos lá...que bom a Rede tem de ter o CNPJ pra ter autonomia pela!. Sim. Mas ai você vai atrelar um número de pessoas que tem CPF, um número de pessoas pra discutir o dinheiro, um número de pessoas pra fazer uma determinada burocracia, um número de pessoas enquadradas no mundo...então...talvez mate a Rede porque ela é espontânea. É...tem alguns índios que começar (na Rede) e estão até hoje, ma em geral o cara passa pela Rede. ele. ele, como que num momento da vida conhece . Escreve 3, 4 5 matérias, pouco mais pouco menos e sai. Ficou na formação, ficou marcado, colaborou com o momento, mas não são muitos que têm 6 anos, 5 anos de entrada. Os jovens passam porque eram solteiros, me casei saiu. Não tinha filho mas teve filho e saiu. u. ou..conseguiu emprego no geral. Aconteceu lamentavelmente ou felizmente isso. Muitos índios online foram chamados depois pela FUNASA ou pela escola para trabalharem.

**38 - Pela necessidade financeira?**

S: Sim, mas, mas... no fundo da questão tinha alguns índios online que denunciavam: a Funasa está matando nós. Eles sentavam no computador e faziam a denúncia. A Funasa chegava e perguntava quem foi o menino que escreveu? Ah! você sabe escrever muito bem, vê sabe usar o computador. Ah. eu tenho um emprego aqui pra você. Você acha que o cara vai continuar dizendo que a Funasa tá matando nós?

**39 - É um tipo de coação não é mesmo?**

S: É. Para um menino de 18 anos que nunca teve salário, chega uma instituição e diz, eu vou lhe dar um emprego fixo. Se o cara, se ele tá com o pé muito firme no movimento, na ideologia ele vai se segurar. Ele diz, tudo bem eu aceito o emprego mas eu vou continuar a dizer o que eu quiser. Fabinho (exemplo de Fábio Titiá). Fabinho, ele trabalha na Funasa mas ele denuncia a Funasa é.... mas são quatro ou cinco. Tem outros que pegaram o emprego e pararam de denunciar a Funasa. As vezes pararam de denunciar, as vezes saíram do índios online. Então para a alguns é assim, não o projeto é muito bom ele cheira a emprego. Agora pro movimento indígena não é.

**40 - Eu estava vendo uma entrevista da Márcia Rolem Berg, atual secretária do programa Cultura Viva. E ela estava falando justamente dessa dificuldade dos grupos acessarem esse tipo de política cultural diretamente por não ter CNPJ. Eles sempre precisam de mediação.**

S: É uma mercantilização. Mas ai eu acho, que Célio Turino foi um cara feliz, inovador e no discurso ele enganou muito de nós ou ele pegou muito de nós por compactuar da mesma

ideologia, ideologia nem tanto, do mesmo sonho, mesma ilusão talvez..deixa eu pegar a palavra certa, da mesma utopia. O discurso de 2004 de Célio quando ele ia num lugar pra o lançando de um programa Cultura viva ele dizia para você se inscrever como ponto nós primeiro vamos ler tudo que você propõe fazer e tudo que você já faz. Para depois lhe ajudar a resolver o entrave burocrático. Então, teoricamente, lembra quando eu lhe dizia que as administrações públicas só olham nota fiscal e não objeto, ele dizia eu vou botar muita ênfase no objeto. Não importa o que você faz e o que você vai fazer. A burocracia, a gente tá junto com você para resolver. Ele falou isso e milhões brasileiros entraram. Ele também acreditava nisso, só isso era uma mudança muito, muito gigante. Então que foi que aconteceu. em 2008, acho, tinha 99% do pontos de Cultura inadimplentes. Tinha porque o cara fazia comunhão em 2005, tinha de prestar conta em 2007 e 2008. Quando passa um tempo, não se presta conta, ai ele tem um problema. E por mais que o Célio Turino diga me interessa o objeto, o governo não vai avaliar o objeto. O governo vai avaliar a prestação de contas. Se a coisa não está dentro do quadrado escrito em linhas retas não vai. Mais muita gente se empolgou, só que depois, hoje as pessoas, a gente tinha um número de pessoa jurídica e um número de pessoa física., mas se você não tem um número você não tem dinheiro. Você não existe.

**41 - Vamos falar então um pouco mais claramente dos editais. No caso da Oi futuro foram três projetos.**

S: Foram 2. Com o Instituto Oi Futuro foram dois o Arco Digital e o Celulares Indígenas, Isso como o Instituto. Com a Oi empresa, via Governo da Bahia, agente fez aquele filme, você viu não? O Indígenas Digitais. Que o nome do projeto era índio na era digital.

**42 - Então são dimensões de patrocínio diferentes?**

S: É. Esse aqui (o filme) saiu porque dava retorno de imagem e esse (projetos pelo instituto) aqui saiu porque tava de acordo ao lado humano, cultural da instituição. Esse que saiu da fábrica Oi de dinheiro, esse aqui do instituto interno.

**43 - esse caso foi o Arco Digital e o Celulares indígenas.**

S: Esse (Arco Digital) foi um projeto muito, muito bonito mas na internet você não encontra nada. Ou você encontrou?

**44 - Eu encontrei comentário, mas nada de material.**

S: Foi muito lindo.

**45 - Lindo como?**

S: A gente também pensa muito diferente, foi muito difícil, a gente sofreu pra caramba. A gente diz que vamos retornar. É que a gente pensou em fazer ensino, educação, aprendizagem a distância. Ele é maravilha. Um amigo nosso que você já deve teve lido o Nhenhety, ele, em geral... isso foi quando os índios aparecem aqui e dizem, ei quanto tempo, você nunca mais apareceu na aldeia. Ai tudo bem, o cara tá me cobrando que eu não cheguei na comunidade dele, mais Nhenhety vem e responde. É mesmo na minha aldeia está tudo em dia, é só ligar o computador que eu converso com ele todos os dias, a qualquer hora. então esse (Nhenhety) entendeu qual é a vantagem das tecnologias. É que agente, com a pessoa que tem cabeça a gente tá todo dia junto. Então a ideia daqui foi fazer um ensino a distância. Porque ensino presencial é muito melhor e muito mais bacana, só que muitíssimo mais caro. E se restringe a um número menor de pessoas. Então agente pensou aqui em fazer um saber a distância. A gente acabou criando uma comunidade colaborativa de aprendizagem. E foi leal. Ele tava

dividido em duas fases: a primeira a gente tentou fazer uma parceria com quem sabia mais que foi a UFBA, agente convidou o Nelson Preto para nos orientar, como a gente poderia fazer isso. Ele pegou uma doutoranda dele e botou pra trabalhar com a gente e todo mundo dizendo naquela época que o grande sistema do mundo digital era o Moodle. E a gente botou o arco digital dentro do Moodle. Mas foi horrível. Ai um índio falou não queremos labirinto não. ai agente partiu para um outro arco digital que era muito livre, muito divertido. Mas também foi um projeto piloto.

#### **46 - A ONG tem um papel de mediação quando se fala das políticas de acesso?**

S: As vezes maior, as vezes menor, as vezes pela demanda da comunidade e as vezes pela imposição do governo. Existe ainda imposição do governo. Não só pra dizer que quer um CNPJ responsável. Mais as vezes ele coloca de um jeito a coisa que não tem condição...

#### **47 - Como assim?**

S: Por exemplo, a política Pontos de Cultura Indígena (PCI). A política ponto de cultura pertencia a secretaria de cidadania cultural, não se você conhece, e essa PCI nasce na secretaria da diversidade. Aqui está Célio aqui está Américo. E ai assim, não sei como é o ovo e a galinha. Mas, digamos, pela esperteza de um índio é...o cara chega e diz: eu quero ter pontos de cultura, eu tenho uma experiência massa, eu vou fazer ponto de cultura, faço uma negociata dentro do ministério com a Funasa sei lá quem.. ai o cara recebe 30 pontos de cultura. Ai uma instituição vai, vamos dizer que vai receber dinheiro para 30 pontos de cultura, e vai no Acre, Rondônia e Amapá e vai botar 30 pontos de cultura. E ele faz um projeto que é assim, eu tenho um doutor em antropologia, um doutor em informática, um doutor em não sei o que, um doutor não sei quanto e um pedigree de doutores. Ai o governo depois que acha que isso aqui tá legal, sem muita avaliação diz 'vamos abrir mais pontos de cultura porque é um negócio interessante, e ai diz 'vamos abrir mais 150 m todo Brasil'. Em vez de abrir um edital e dizer..é.. todos os interessados em participar dos pontos de cultura mandem sua proposta, ele chama instituições grandes e diz: 'nós sabemos que os índios são incapazes de prestar contar de um projeto desse aqui, vai dar rolo. A experiência mostra que de 95% das instituições indígenas fecham e não podem ter o TCU, o CGU não sei o que, não sei o que. Precisamos de guarda-chuvas, de parceiros institucionais que nos deem cobertura e segurança nos processos'. E ai o cara está errando. Em vez de empoderar no básico, ao iniciar o projeto, ele vai na verticalidade e tenta usar os índios como incapazes. E ai o que ele faz, bom então vamos fazer 150. Somos 5 aqui na mesa, vamos dividir ai o bolo. Divido o bolo, mas a receita do bolo pega essa. Esse cara tinha escrito esse projeto e diz, todo mundo siga por essa aqui, todo mundo traga um doutor nisso, um doutor naquilo, um doutor naquilo. Então a gente se escreveu porque a gente não queria deixar o nordeste fora, porque nós não fomos convidados e nós entramos em um negócio. Mas não pode dizer que foi uma política aberta, transparente, flexível, compartilhada, foi um 'guela a baixo' horrível.

#### **48 - No site do GESAC tem os PIDs, que acompanham o conexão dos pontos de cultura e pontos de presença vinculados aos ministérios. Observei que de, de fato, há um número significativo de aldeias conectadas através do GESAC e que nem todos integram a política do índio online, já que esse é um projeto específico do Nordeste.**

S: Vou lhe contar ou terço da história pra você tirar as suas conclusões, mais a gente quando, quando começou que botou sete pontos é....e a gente procurou fazer uma rede entre eles, foi assim que rolou. Agora a gente percebia que muitas vezes o índio daqui saia e ia estudar em uma universidade. Quando ele escrevia de outro ambiente, ele participa da mesma rede?

participa, quando esse que viaja pra outra comunidade, participa...então a gente chegou num momento em que os logins das comunidades não eram fortes, senão os logins dos índios. Eles não estavam nas aldeias porque as vezes não se conectavam numa estrutura ponto de cultura, ou as vezes se conectavam num ponto de presença, ou numa lan house, é.. Agente passou a perceber que na verdade a rede índios online não era mais uma rede de pontos de cultura indígena. Mas uma rede de índios online. E ai a gente aproveitou celulares indígenas, e quebrou ai nosso protocolo e fez uma redefinição: Índio online é todo aquele que índio que decide se apropriar da tecnologia para benefício das culturas indígenas e que para participar da rede, e ai eu sinto que você leu, pegando de 2007, tem de postar uma matéria na rede a cada 6 meses não?. Mas então agente começou com uma definição de que índio..de que eram 7 comunidades, depois a gente percebeu que isso não era mais. Porque uma daqui desapareceu, a outra brigou, um tralhava um pouquinho, outro trabalhava muito mais, outro trabalhava muito mais, começou a ter isometria. Algo que nasceu todo mundo igual e esse aqui essa universidade não sei o que, agente percebeu que não.

**49 - Na verdade a ideia índios online acabou se reuplicando, ou replicando. Não era mais de um único local. Lógico que por conta de problemas também.**

S: E nesse movimento o Gesac tem influência.

**50 - Mas vocês têm uma parceria específica com o GESAC ou é o MinC que tem a parceria com o GESAC e os pontos, são beneficiados com internet através dela?**

S: Isso é o pior porque a gente tem um contrato com o Ministério da Cultura, que por sua vez fez um contrato com o Ministério das Comunicações, o que implicaria que todos os pontos de cultura deveriam receber uma antena. Nós enquanto conveniados com O MinC não falamos diretamente com o Ministério das Comunicações. Isso é quase impossível. Só pra você imagina, a gente começou o projeto em 2005, no projeto você ganha um kit em 4 parcelas. Tudo bem, não era tanto esse o problema, mas o kit que a gente ganhava só veio em 2007 quando a gente prestou conta da última parcela. Então o kit que era material inicial, para começar, que saia da verba do Ministério das Comunicações, eu acho, foi protelado, protelado, protelado, só quando terminamos de prestar contas é que o cara fala 'toma aqui seu kit'. Então a gente não contou com isso. Agora por outro lado, quando o Ministério da Comunicações viu que o projeto era interessante começou a colocar os implementadores com máquinas para circular o Brasil e soltar máquina.

**51 - O que são os implementadores?**

**52 - Os implementadores do Gesac. Você não conhece? O Ministério das Comunicações tem uma política bacana também, você não acompanha tanto, eles perceberam e todo mundo sabe que embora o governo gaste dinheiro com estupidez. Mas, botar computadores e não fazer um acompanhamento, não estar junto, não ter uma proposta não dá nada. E ai eles botaram uma galera de jovens, escolheram 50 jovens muito simpáticos no Brasil pra girar o Brasil e passar por todos os telecentros do governo e fazer capacitação, fazer reciclagem. Então eles começaram a dar voltas, assim como era uma galera muito divertida, eles acharam massa ir nos quilombos, nas aldeias, nos lugares assim bem diferentes. E às vezes chegaram num aldeia onde tinha projetos institucionais, mas eles tinham outra cabeça e se a gente teve 4 anos só pra conseguir um computador e de repente chega um cara, e o Ministério das Comunicações você sabe não? sei lá, 25% do orçamento do governo e o Ministério da Cultura**

1% do governo. Chega um cara desse aqui que chega de um dia para o outro e doa 10 computadores, e diz para os índios 'eu vou criar login porque meu chefe lá em cima que eu mostre meu negócio, senão eu preciso,.....eu preciso montar porque cem pessoas conversar comigo. Então eu vou criar login. Então todos os índios online de repente criam login do Ministério das Comunicações e receberam 10 máquinas, e o cara fica achando que aquele é melhor né. Então a gente teve em lugares apertados muito bacanas dessa política pública e lugares onde três pontos nossos desapareceram. Porque eles foram mais simpáticos que nós, com uma conjuntura muito grande tal.

**53 - Houve um momento de fato em que houve uma diminuição dos, vamos dizer, pontos físicos, não é mesmo?**

S: Sim, como ponto físico chegamos a dizer 'não nós não publicamos mais no índios online, nós agora vamos publicar só na,....'é não me lembro como se chama, tem uma rede só de pontos de presença.

**54 – É uma rede específica do Gesac?**

S: Sim, mas não como um portal, com uma cara e tal, não sei que. Mas ele tinha uma ideia que era muito bacana que era socializar o processo de formação, as aventuras e conteúdos e tal. Mas acabou que despedaço também. Teve vários momentos onde veio alguém de fora e, para dispersar para seu lado.

**55: Sobre os Projeto Novos Brasis. Vamos falar em termos de resultados. Em relação ao primeiro projeto da ONG aprovado pela Oi Futuro, como funcionou e os resultados foram alcançados?**

S: Sobre o Arco Digital, esse que a gente escreveu para Oi Futuro em 2005, pra você está escrito com índios online. Então, foi uma proposta muito ousada. Como toda proposta muito ousada, ela, se avaliada ao pé da letra, ela dá muito bem ou ela dá muito mal. E agente avalia o arco digital não numa forma de avaliação norte americana com, como se chama, de metas, objetivos com provas quantificáveis .....não marcológico sabe. Se você aplica o marcológico que é o formato da Oi, se você aplica o marcológico eu acho que a gente tira nota o porque ....Bom, porque primeiro a gente fez uma projeto mirabolante de achar que a distância ia formar os índios que sofrem 500 anos de discriminação, com a pior educação e todos os problemas e vão virar os caras que ...capazes de transformar tudo e ainda vai subir a medição do IDH. Eu acho que isso aqui é aquela 'senhora' na ponta do burro para dizer aonde vamos mas...de resultados concretos e nesse ponto é bem complexo. A gente chegou a fazer 100 logins chegou, que bom. A gente botou chegou cara, a gente cumpriu. Teve cem índios que participou. Agora até que ponto essa participação é.....capacitou as pessoas ou fortaleceu elas em sua capacidade, em seus projetos, já ai acho que a gente...não dá para mentir muito não. E os resultados dos projetos se veio mexer com o IDH eu acho que ainda não. Agora é interessante e ai esse tema da ampliação, quando a gente abre o arco digital, .....eu me confundi eu tinha falado que foi o Celulares em 2009 mas não foi. Por isso o salto na minha cabeça. Foi aqui em 2005 e 2007?

**56 - 2006 o Arco Digital, que é o Índios Online. Em 2006 foi a seleção? Eu não sei como funciona isso, como funciona? Vocês fazem a seleção em 2006 e começam .....**

S: Eles que fazem a seleção e um tempo depois mandam o dinheiro. Mas não me lembro exatamente quando foi executado, mas foi aqui que combinado com a reunião onde eles redefiniram o que é índio online, e índio online como aquele índio que usa computador de

qualquer lugar do Brasil para isso. Quando eles dão essa definição e agente abre o arco digital pela primeira vez, de forma transparente e democrática a gente diz: procura-se indígena que use computador para participar do Arco Digital. Por que até esse momento, até ai, a gente trabalhava naquelas sete aldeia do nordeste, as vezes mais uma ou outra, quatro ou cinco, dois, três..aquela que a gente conhecia daqui. Como esse projeto foi pensado pra ser feito 100% a distância, a gente teve a ousadia de dizer "índios do Brasil, quem quiser participar apareça'. E a gente abriu uma vaga para uma índia do Uruguai e da Bolívia também. Então, a gente começou a trabalhar com um Baniwá, com um Makuxí, com o Terena, com o Kaiowá...com pessoas que a gente, que nós nunca viajamos, não conhecemos aldeia, não conhecemos a realidade. Todo mundo entrou no mesmo mundo, cada um tinha seu login e a gente teve coisas maravilhosas. Ivana facilitava, movimentos de aprendiza gente agem, aprendizagem defende cidadania: direitos indígenas. Teve algumas pessoas que fizeram temáticas diferentes e ai agente a gente fez uma parceria com a UFBA, mas tem um momento que a gente sentiu, que achavam o moodle insuportável. E a UFBA dizendo 'não é o melhor que tem, é melhor que tem', a gente quebrou nossa parceria com a universidade e partiu para desenvolver um portal nosso mas...Ai o portal para um mês só para avaliação e reprogramação de um portal novo. e ai tem de chamar algumas pessoas de novo...acho que na primeira chamada a gente conseguiu 75, na segunda chamada só consegui 50. Se a gente conta a gente atingiu 100, não sei se atingiu 100 em resultados maravilhosos. Tô falando só de login. Então a gente caiu o número de pessoas mas mudou a forma de participação. Aqui era uma coisa, Moodle! Com um caminho a percorrer, com as enquetes, com as obrigações, com as propostas, com as avaliações, com um tipo de forma. E aqui a gente depois criou uma página diferente que esse eu lamento não ter cópia. Bom..imagina copiar 200 e tantas páginas. Bom, cada índio tinha seu caderno, tinha seu blog. Mas era super interessante como se ligavam as coisas. O funcionamento era totalmente libertário, o pessoal aprendia mais brincando.

**56 - Em 2008, ainda com o Oi Futuro, foi o Celulares Indígenas.**

S: Saiu o recurso em 2009.

**57 - ok. Ele foi um projeto específico porque vocês acrescentaram uma forma diferente de produção que são os vídeos via celular. Você poderia falar mais sobre o projeto, como funciona, sobre essa questão da instantaneidade da notícia? Até hoje o projeto funciona?**

S: Com ele demos um salto, agente trabalhava só com texto e a gente passou a fazer vídeo, gravava e postava pelo celular no site. O projeto funciona até hoje. Tem um menino que tá ali na sala que tem um celular na mão e ainda posta. O raciocínio dos índios online sempre foi de que queriam câmera, queria câmera, que queriam câmera para poder.....porque até esse momento acho que cada povo tinha uma câmera para o povo inteiro, ou duas. E a bicha quebra depois de passar por várias mãos quebram. Essa menina que chegou agora, a Jandira, pegou uma câmera do projeto de agora e foi roubada na escola. A mãe (de quem roubou) veio e perguntou se agente, dizendo se agente queria que pagasse que ela tava disposta a pagar. Mas agente não ia fazer uma pessoa de salário mínimo pagar uma câmera não. Bom..ai a gente percebeu que o celular era uma ferramenta bacana porque eles,...com uma câmera e foto você poderia usar o áudio, eles não usavam a câmera como gravador de áudio. E o celular foi uma mais fácil ser apropriado como gravador de áudio e embora a qualidade da foto é muito inferior, mas para postar no tamanha do site estava bacana. Então eles tiraram muita foto e eles gravaram muito texto e eles principalmente, ai foi o diferencial, foi fazer vídeos e



as vezes quando a gente aceitava sua listinha ele postava de forma direta. Então ai deu agilidade e velocidade a circulação das informações.

**58 - E o filme Indígenas Digitais? É um filme que fala sobre a apropriação das tecnologias e também um vídeo denúncia.**

S: É sim ele faz as duas coisas. Ele é um *make off* e tem uma função política. Se tirar o final tira a parte institucional. Que no final diz, a Rede é patrocinada por.....Mas ali... tavam pagando e agente achou bom botar isso. e era também publicidade pra nós. Mas o filme 26'. Você bota os 6 minutos que é isso (exposição dos patrocinadores) e mandar o filme pra um festival, que ele tem uma história. Tem um enredo.

**59 -Ele chegou a participar de algum festival?**

S: Sim, de alguns.Inclusive tem um menino lá fora, que tá num deles. Ma agente não tem tempo pra faze tudo o que a gente quer e não é prioridade participar de festival.

**60 - Então no caso da Oi Futuro o tipo de recurso que ela ofereceu foi suporte técnico.**

S: Não. Financeiro. Inclusive a gente teve esse problema agora com a Vivo. Nós mudamos para a vivo (operadora de telefonia). E ai a gente chaga lá e diz "ô agente não quer só dinheiro". A gente chamou de parceiro, mas foi só patrocínio. Patrocínio o cara pega só dinheiro e lhe passa o dinheiro. Teve uma intenção de fazer uma rede interna de todos os ganhadores do projeto da Oi Futuro e fizemos uma capacitação, e os caras...qual o interesse deles? Imagem. Então na capacitação veio dois jornalistas que vieram nos explicar. Então tinha isso, tinha a capacitação também não era só dinheiro não. Agora a gente foi, foram quatro dias ou três dias..três dias para Maceió. A capacitação foi trazer um jornalista pra dizer ô vocês precisam de instruções, saber o que é muito importante para a sustentabilidade de vocês. Agente ouvia era "as instituições precisam ser sustentadas e vocês precisam vender seu peixe". Então vamos ensinar como vender peixe, era muito importante vocês terem uma foto (imagem) muito boa de seu projeto e escrever um bom texto, contrata um jornalista pra fazer essa parada pra você. E ai a jornalista deu o curso se mostrava que era muito boa, ensinando a tirar boas fotos. Eu sou publicitário então antes disso aqui eu já sabia tirar foto de vender peixe, não aprendi nada. Mas eles fizeram o que, fortalecer aquilo que lhes interessava retorno (de imagem). Então o projeto desse ano tinha uma capacitação em marketing. Então fizeram o marketing pra instituição (OI FUTURO). Então é interessante porque esses caras você vai falar com eles, agora mesmo é..a gente tem 10 celulares nesse projeto da OCA (OCA Digital) e pro chip e a gente não tem mais dinheiro, então se a gente disser para os caras agora: a você poderia liberar um pacote de dados para o chip que vai fazer que vai fazer retorno para o seu projeto o cara diz não, esse é outro departamento, meu departamento que ele (OI futuro) pagou pro edital não se ocupa de linhas, não conhece quem se ocupa de telefones, não ....Eu tenho aqui na Oi Futuro naquela época. Temos 30 mil para comprar celulares se o celular custa é 200 reais vai comprar 100 celulares e se você comprou uma pilha de celulares, se você conhece quem o gerente geral da Sony , me passa o contato facilita a parada em vez de atingir 100 índios poderíamos atingir muito mais. De repente a Sony quer me dar de presente cinco mil celulares. O cara (instituição privada/OI) não ajuda, não ajuda. Então eu gastei muito tempo investindo a toa, pedindo que além do dinheiro os patrocinadores fossem parceiros. Tipo tem um sistema de coisas internas que eu não posso mandar coisas de uma operadora para outra. (parte que não compreensível) Se você diz quero que alguém me ensine a mandar um torpedo direto de um site que..blá, blá..o cara não colabora.Então é só passa recurso e acabou.

**61 - Você acha que esse tipo de patrocínio, público e privado, contribui para a organização indígena? Como você acha que é essa contribuição. Ela é boa ou deixa a desejar? Qual sua opinião.**

S: É muito complicado, porque eu sou tão crítico para com o sistema global que pegar só um recorte sobre como são as políticas culturais em relação ao índios é complicado. Mas acho que é aquela imagem da faca de dois gumes. Então por um lado pareceria que o processo da melhor participação de todas as pessoas na sociedade, da democracia e justiça social e tal. de um ponto de vista a gente pode fazer uma análise querendo encontrar isso e tirar essa conclusão e a gente chega. Agora se você propõe encontra o oposto isso também é realidade. Então eu conheço muitos indígenas que também tem seu nome sujo no mercado por se inscreveram em algum edital como pessoa física e não puderam prestar conta então é normal que, não sei, que não com questões culturais mais, por exemplo, o banco do Nordeste faz empréstimo então chega aqui na comunidade com 5 mil índios e todo mundo pode pegar dois mil reais emprestado por cinco anos você vai pagar mil reais tal e dá o CPF. Ai o que acontece, vai na comunidade cinco anos depois e tem 5 mil índios com CPF sujo embargado. Então o governo tem uma tendência horrível que é processar todos nós enquanto CPF e nós sermos esta mercadoria, essa linha de produção. E ele não quer a pessoa sem carteira assinada, mas também essa mesma fábrica de CPF também excluí as pessoas e manobra as pessoas. Não sei acho que a realidade é essa e a instituição pega os editais que acha mais interessante que tem uma certa liberdade, onde acha que a gente vai poder fazer um certo projeto. Tem um projeto além dos benefícios tem suas complicações. Agente tem discutido aqui, por exemplo, o marco Esperança da Terra a tem discutido o "poder alternacionais" (curso). E o mesmo menino que trabalha aqui fazendo o curso foi olhar e falou "pô mais vocês recebem dinheiro da Fundação Telefônica", então que bom o cara aprende que as instituições internacionais estão em todos os lugares, que o menino tá tomando um sorvete e quando o cara viu que só tinha sorvete Nestlé disse não quer não obrigada, tô tomando coca-cola. Então é tudo interligado e tem o lado positivo e negativo depende de quem vai olhar.

**62 - Você acha a o desenvolvimento das tecnologias e sua inserção nas aldeias pode colaborar para a autonomia das comunidades indígenas? Como isso colabora para a cidadania, a autonomia e independência?**

S: Eu acho que todos os projetos que agente fez, forte e claro, Índios na Visão dos Índios e Índios Online são projetos que dão potência a voz dos indígenas para eles compartilhar seus pensamentos, suas opiniões, seus sentimentos, seu modo de ver o mundo. Então, só esse fato é positivo, então esse projeto está acontecendo a partir de políticas públicas, então foi através de projetos de patrocínios culturais, não sei como é a "gíria" que se permitiu criar um movimento que veio trazer certa autonomia, pelo menos na hora de falar. Se a gente teve uma vez que dizia, antes do ano 2000 todo dia do índio 19 de Abril, eu morava em Salvador (97, 98), eu assisti em 19 de Abril um programa do meio dia e eles entrevista antropólogos ou historiadores das universidades, as vezes até indigenistas que tem no seu quadro só antropólogos brancos que vão fazer leituras maravilhosas, porque eles estudar ao longo do tempo aqueles livros gigantes que eles mesmo escreveram. Mas se a gente quer que essa pessoa tenha uma parte na sociedade a gente tem que ouvir elas diretamente. A gente como instituição se colocou como canal, então a gente fez canal, ponte tudo pra eles falarem. E ai acho que a gente fez um salto e são várias outras tecnologias sociais que vão na mesma linha. Acho que Vídeo nas Aldeias, que tem uma pegada parecida, outra....depois nasceram outras

acho que no sul. Tem várias pessoas inclusive o movimento negro, então é uma coisa só nossa. Mas então esse negócio de cidadania indígena é o que?

**63 - Bem, quando eu falo de cidadania estou me referindo aos direitos que nós temos. Você por exemplo não é brasileiro de nascença, mas tem cidadania brasileira e tem direito aqui no país, você é um cidadão brasileiro. Em relação aos índios tem a questão da tutela, tem ceras correntes que falam de uma incapacidade indígena e por isso são sujeitos tutelados, não tem autonomia. Então quando eu falo de cidadania é uma tentativa de compreender até que ponto esse tipo de projeto não significa uma tentativa de não empodera o índio.**

S: Na sua linha eu acho. Se agente se remonta num tempo antes do ano de mil e quinhentos, os índios tinham cidadania plena e autonomia plena. Se hoje tem alguma vontade de empoderar eles pra fortalecer sua autonomia e cidadania faz parte de todos os 500anos de massacre que agente tem que distinguir quando esse discurso é real ou o quanto ainda é máscara da mesma inércia, de projeção e de descobrimento. Hoje que a gente tem uma política diferente, pra comer precisa de trabalho, precisa de CPF e o cara não tem autonomia porque não sabe preencher a ficha no banco tem de ir pedir ajuda que alguém preencha pra ele. O sistema que tirou. Você precisa da carteira de trabalho, tipo nos lugar e que tem escravidão rural é assim.

**64 - E a autonomia é mais pensar a questão do próprio indígena fazer, se manter.....sem recorrer a políticas de governo.**

S: A gente tem esse teu pensamento, que parece antagônico convivendo. Porque eu na minha cabeça também digo, o melhor projeto que a comunidade indígena pode ter, é esquecer do mundo globalizado e buscar autonomia, plantar seu próprio alimento, produzir seu próprio tecido e inventar sua própria educação. Poderia ser uma autonomia de não relação com o mundo, mas existe algum impulso de salvação pra o mundo se a autonomia é a relação com o mundo e o mundo está de mãos cegas. Ai a palavra autonomia fica numa briga estranha. Mas eu acho que o nosso projeto procura uma certa autonomia e nesse mundo que você diz que impera hoje, a gente de alguma forma ensina os caras o caminho para o índio tirar seu CPF, fazer sua aposentadoria.....Mas também a gente tenta abrir a cabeça, de que a autonomia também são outras coisas.

**65 -Você acha que essas políticas regulam as ações dos indígenas, na formação e atividades?**

S: É eu acho que tem alguns momentos dessas políticas que são brilhantes porque trabalham a liberdade permite essa diversidade toda, mas em geral acho que toda as políticas, privadas e públicas, tentam padronizar e ai então podendo.

**66 - : em relação ao MinC quais os resultados, como é esta cobrança?**

S: A gente percebe que ainda que eles não nos deem um feedback, que eles deem uma devolutiva sobre o objeto, agente não faz as atividades para o MinC, a gente faz porque acredita, mais ainda que eles não nos digam nada sobre o impacto que agente tem na sociedade a gente percebe que o impacto que a gente faz modela outras políticas. Então quando o MinC lança a política Pontos de Cultura Indígena (PCI) ele não escreve a Thydêwá avançou com seus pontos de cultura indígena nos incentivou para fazer isso. Mas o cara quando vai tomar um café com agente diz conheci o trabalho de vocês, de fulano, de fulano e de fulano, você quatro nos deram a entender que temos uma política pública assim (PCI).

Então os gestores que estão lá embaixo que se relacionam com agente que só vêem notas fiscal, mas tem veja outras coisas. Célio Turino é uma pessoa que fazia isso, e tinha mais outros 10 que queria esse feedback que quando viajavam não vinha pra ver a administração fiscal, vinha pra beber, pra se enriquecer pra entender, e ai então essas políticas PCI ela nasceu a partir de outras experiências demandas e coisas que estava circulando e isso foi muito legal. Só que depois teve algum esperto que amarrou um esquema e aplicou pra todo mundo o mesmo esquema e ai foi uma sacanagem, mas agora tem vezes que você vai brigar com o governo e você briga, briga, briga e briga, para que o edital seja flexível, aberto. Mas no dia que ele lança o edital você não pode mais brigar, você tem que seguir as normas do edital. Ai agente segue as normas do edital até cair o dinheiro na conta, quando cai o dinheiro na conta chama o cara pra conversar de novo. É assim que funciona, ai o cara diz mas você não pode mexer em nada, ai você fica, bom não vou mexer nada no orçamento, mas vou fazer outra coisa porque não dá. eu escrevi isso aqui porque no edital ele dizia, buscamos projetos que venha melhorar o IDH das comunidades, eles querem isso então...mas isso é impossível. Eu não sou a favor de medir o IDH pra mim é a felicidade bruta que tem de medir. Você conhece esta teoria não, da felicidade bruta?

#### **67 - Eu:não**

S: Eu tô falando sério, o mundo capitalista trabalha pela energia negativa inventou o IDH, que é morte, analfabetismo, doença e pobreza. As teorias modernas humanitárias nascidas na França diz, índice de felicidade bruta quando você bota o mapa do IDH e o da felicidade bruta você coloca o mapa em cima onde tem os piores IDH as pessoas são as mais felizes. Como num lugar onde as pessoas morrem mais jovens passam mais fome tem pior educação, não sei o que são as mais felizes? Qualquer pessoa que viaja o mundo diz, a no Brasil as pessoas são alegres pra caramba, tem fé em tudo vivem se acabando de rir. Como pode ser isso? E ninguém pode negar que a pessoa morre de fome, então se o cara queria um projeto que aumentasse o IDH eu escrevi isso. Mas pra mim não tem sentido.

#### **68 - E agora, como está o contexto da Rede Índios Online, com a ONG, com os financiamentos? Os projeto foram finalizados..**

S: No MinC a gente teve dois convênios, um chamou Índios Online, 2005 e 2007 deve ser, e a gente fez um outro já que tava na moda naquela época o "Mais Índios Online". Acho que começou em 2007. Só que os caras pagaram uma primeira parcela e atrasaram.....quando eles atrasaram dois anos e meio eles disseram pra gente ô vamos avaliar se vai acontecer. Então eles avaliaram que era melhor descontinuar, foi uma avaliação unilateral. Legalmente nunca fomos avisados, mas a gente nunca recebeu as parcelas. Esses dois foram bem ligados a Rede Índios Online. A última a vez que eu saiba que a Rede Índios Online mexeu com dinheiro foi quando em 2009 a gente escreveu a história da rede para o Prêmio Mídias Livres e ai a Rede ganhou 120 mil reais e ai foi por gestão autônoma dos índios que estavam na época que discutiram as coisas e que decidiram, a oito pessoas é que vão cuidar de tudo.quatro vão sair andando, quatro vão ficar paradinhas, e vão ganhar tanto dinheiro cada um.

#### **69 - Então em 2009 foi a última vez?**

S: Foi a última vez que se injetou dinheiro nesse processo. Agora outras coisas que a gente faz vêm fortalecer. Por exemplo, quando a gente trabalha o Índio educa fortalece Índios Online, mas porque você encontra as mesmas pessoas se discuti isso, nos tempos livres. Aqui agente discuti Índio Educa, mas em outros momentos falamos da Rede.

### **70 - Mas atualmente não tem um projeto voltado pra Rede?**

S: Não, não tem não. a gente acha que correspondia a ele (índio) correr atrás, buscar ou corresponderia a eles solicitar ou fazer um diálogo pra cobrar juntos. Porque eles conseguiram uma determinada autonomia e não dá para ficar mais dependendo de outros, tem de nascer deles. Mas porque a Rede sobrevivi? Porque a conexão está ainda funcionando em muitos lugares. A torre da GESAC é contínua, se o trafego está legal a antena continua, a transmissão continua, se ele percebe que ninguém navega, que não está sendo usada, eles vão ligar se precisar fechar. Então o mais cara do projeto está ai, que é a conexão. E o melhor do projeto é o que, é a vontade dos índios. E isso não tem preço, e os índios que estão ai são voluntários né. Não há um convênio hoje com o GESAC, as antenas estão ai. O que muda é sinal. Na verdade eu não acho que isso foi planejado, eu acho que isso é porque é muito mais barato comprar antenas novas que fechar as velhas e remaneja. Você vê isso com a empresa privada também,,a gente compra a antena e depois de 6 meses a gente não quer mais. A empresa não vem aqui tirar o aparelho, deixa enferrujar e é mais barato botar um novo. Então para o Governo, que aumenta os centro de inclusão digital pelo Brasil afora, remanejar o que já existe pra outro lugar...então não é interessante. Interessante é a nova. Eu acho que o que mais tem n Brasil são telecentros que não funcionam pra nada.

<b>Entrevista 2</b>	Ivana Cardoso (Ex – gestora da Rede e Diretora executiva da ONG Thydêwá)
<b>Data/Local</b>	01/06/2012 – Olivença/ Bahia (sede da ONG)
<b>Duração</b>	17: 56 min.

**1 - Fale-me um pouco sobre você.**

I: Meu nome é Ivana Cardoso de Jesus, meu Nome indígena é Potyra Tê Tupinambá, sou advogada e também faço parte da Thydêwá. Sou diretora executiva.

**2 - Quando você participava da Rede Índios Online como gestora, qual seu papel, quanto tempo participou?**

I: Eu comecei sendo voluntária da Thydêwá em 2006, quando tava iniciando o Ponto de Cultura Índios Online. A partir daí eu passei a ajudar também com os indígenas. Eu morava em Salvador nessa época e comecei a ajudar que eles escrevessem. E logo depois eu comecei a escrever também porque eu estava num processo de descoberta de minhas origens enquanto indígena. E em 2008 eu passei a ser uma das pétalas da Rede como o projeto Celulares Indígenas. Que era um projeto financiado pela Oi futuro que agente usava os celulares pra tá fazendo vídeos, matérias, e em 2009 eu passei a ser uma das gestoras da Rede Índios Online. A partir daí eu passei a viajar pelas comunidades, pra dar oficinas, pra expandir a Rede pra outros que não somente os estados do Nordeste.

**3 - Como indígena gestora, você poderia me falar um pouco sobre o formato de 'gestão compartilhada'? Como funciona?**

I: Então, Índios Online era inicialmente um Ponto de Cultura que tinha um coordenador. Quando ele deixa de ser Ponto de Cultura pra virar uma Rede autônoma ele passa a ter uma coordenação de um indígena e as pétalas.

**4 - Mas o coordenador quando era Ponto de Cultura era indígena também?**

I: Não. Quando era Ponto de Cultura o coordenador era Sebastian, que tá vinculado à Thydêwá. Ai depois passou a ser Alex Pankararu o coordenador, e várias outras funções que agente identificou que tinha na Rede: contatos internos, contatos externos, divulgação, participação de eventos. Foi dividido em vários outros indígenas. Isso em 2007. Em 2008 com as Pétalas da Rede a gente continuou nesse formato.

**5- O que seria as "pétalas da Rede"?**

I: A gente botou esse nome porque na nossa divisão tinha uma coordenação. A flor era uma gestão. Tinha uma coordenação e várias pétalas que saiam que as funções que precisava ter dentro da Rede pra seu funcionamento. Tinha administração que era pra cuidar do recursos, que naquele momento agente tinha ainda. Tinha a parte de contato externos, contatos internos, com o MinC, procurar eventos pra gente participar, expansão. Cada índio assumia uma função. Ai teve depois as pétalas da Rede que continuaram com essa mesma proposta, agora só mulheres e um homem que era o coordenador. E em 2009, que a gente ganhou um prêmio chamado Ponto de Mídia Livre que agente tinha um recurso, a agente criou essa gestão compartilhada, que era a gestão da Rede. Tinha os gestores fixos, e os gestores móveis. Os gestores fixos eram aquelas pessoas que não podia se dedicar exclusivamente à Rede e ai eles

dedicavam metade de seu tempo e aqueles móveis eram os gestores que poderiam estar viajando pras comunidades. Eram exclusivos da Rede, pessoas que viviam exclusivamente pra trabalhar pra Rede Índios online, pra expansão da Rede. Basicamente era essa divisão. E aí dentro da nossa gestão que era compartilhada existia também a nossas metas a cumprir que era a expansão da Rede, o fortalecimento das comunidades que iniciara Rede Índios Online, que era os sete povos. Expansão pra outros povos. A partir daquele momento, Índios Online não era mais aldeias conectadas, que índios online colocava internet com computadores nas aldeias. Mas cada índio que tivesse internet, que tivesse condições de entrar na internet e publicar sua matéria era um índio online. Aí foi que teve essa expansão pra vários estados.

#### **6 - E o bate papo da Rede ainda funciona?**

I: Funciona sim. Ele tava com um probleminha, mas já foi consertado. O bate papo teve momento em que ele teve bastante fluxo, bastante pessoas. Porque no momento o boom do momento era o bate-papo hoje não é mais. A sensação da Internet não é o bate-papo. Poucas pessoas hoje usam o bate-papo somente. Usam o orkut, lá tem o bate-papo, usam o facebook, lá tem o bate-papo. Antigamente as pessoas buscavam lugares onde tinham bate papo.

#### **7 - Mas há uma dinâmica diferenciada entre você ter um bate papo no facebook e um bate-papo dentro da Rede. Porque o uso é diferenciado.**

I: Realmente não é, porque agente direciona pra nossa temática. No site, o chat é direcionado pra nossa temática, se alguém entrar lá pra falar besteira, a gente vai falar ô aqui não é o lugar, se você quiser vir conhecer, tem dúvidas sobre a questão indígena sobre os povos, podem ficar.

#### **8 - Você participou da elaboração do Estatuto?**

I: Sim. Foi em 2007. Então Índios Online já nasceu com uma proposta de se tornar autônomo. Nasceu como Ponto mais que depois os indígenas estariam gerindo o portal, o site, a Rede. E aí, no terceiro encontro da Rede Índios Online a gente foi discutindo até chegarmos ao Estatuto como é hoje, que ainda precisa ser reformulado hoje com as novas realidades.

#### **9 - Quanto o modelo de gestão atual, como é feita eleição, qual o tempo de uma gestão?**

I: Então a sugestão é que seja uma gestão por ano. Agora mesmo a gestão já tem um ano, deveria ter uma nova eleição, de pessoas que tivessem interessadas em ser gestores.

#### **10 - Tem atual gestor aqui em Olivença?**

I: Não. Tem dois em Pataxó Hãhãhãe.

#### **11 - Como você acha que a Rede Índios Online contribui para a autonomia indígena?**

I: Eu acho importante. Nós somos muito invisíveis, não temos voz. A mídia sempre quando retrata o índio é sempre preguiçoso, coitadinho, ou mesmo diz que é ladrão de terras. Aqui mesmo na região sul nós somos SUPOSTOS ÍNDIOS. Então quando a gente tem uma mídia nossa que a gente consegue dizer o que a gente tá pensando de forma autônoma, ela nos levanta a voz. E nesse sentido da gente pode contar para as pessoas a nossa verdade. Sem

intermediação, sem edição, porque cada índio publica sem edição, sem cortes o que ele quer e cada índio é responsável por aquilo que ele publica.

### **12 - Então você é apaixonada pela Rede?**

I: Sou uma apaixonada pela Rede, acredito na Rede, continuo publicando até hoje. Tem altos e baixo, claro que o trabalho as vezes nos faz deixar de publicar por conta do dia-a-dia, mas índios online é a possibilidade de contar pro mundo o que tá se passando realmente dentro das comunidades indígenas. E não só dentro das comunidades indígenas, mais quando o índio tá na cidade também. Ele não deixa de ser índio também, ele pode tá também falando de suas dores. a gente pode fazer as nossas denúncias, pedir soluções. Porque como eu disse nós somos muito invisíveis. As pessoas só lembram do índio em Abril, dia 19. Mas nós estamos aqui no Brasil, antes do Brasil existir. Fomos invadidos, fomos massacrados, fomos humilhados, fomos estuprados e continuamos existindo até hoje aqui, apesar de tudo isso que a gente passou. E a gente quer mostrar pro mundo que a gente tá aqui sim. Estamos fortes, estamos guerreiros e lutando pelos nossos direitos.

### **13 - Você percebe diferença entre uma gestão que tinha patrocínio e uma que não tem mais? Há diferenças?**

I: Eu também desde o início também quando tínhamos recurso, depois deixamos de ter, e depois tivemos um prêmio e agora não temos mais nada. Mas se você entrar no índios online ele tá vivo ainda. Mesmo sem recurso. Porque as pessoas que participam, que continuam publicando é porque acreditam que ali é a nossa mídia, ali é a nossa voz. Ali agente tem voz e pode contar pra mundo o que tá se passando. Então, a Rede tem sustentabilidade. Porque a pessoas que continuam publicando gostam. E ainda hoje tem muitas pessoas querendo entrar na Rede porque sabem que independente de recurso, agente tem aquele portal ali a disposição. É uma mídia indígena.

14 - Eu percebo que é um site atualizado constantemente, mesmo com dificuldade financeira. então como ele se sustenta?

I: Se sustenta pela vontade dos estarem divulgando, se comunicando. E antigamente quando agente tinha um grupos gestor. Pessoas que podiam estar exclusivas e até antes desse grupo gestor, tinham também a vontade de participar.

### **15 - Mas vocês recebiam algum tipo de recurso?**

I: Nós recebíamos uma bolsa. Todos os gestores tinham uma bolsa.

### **16 - Você acha que isso fez ou faz diferença?**

I: Bem faz diferença porque, por exemplo, quando eu recebia a bolsa via Índios Online eu era exclusiva do Índios Online. Então era o meu trabalho, era fazer gestão da Rede. Então todos os dias eu estava online incentivando os indígenas, procurando eventos, vendo as possibilidades, contatando o Ministério das Comunicações pra tá colocando antenas nas aldeias. Tinha todo esse movimento. Não era só publicar matérias. Tudo era online, escrever e-mail para as agências, os contatos com os indígenas, chamar novos indígenas pra tarem publicando, apresentar a Rede, dizer que tá aberta pra qualquer índio que queira do Brasil. Por exemplo, muito procuravam a gente pra poder dizer "minha aldeia não tem computador, não



tem internet" a gente dava um canal "ô você faz um documento manda pro Ministério das comunicações, manda pro GESAC".

### **17- Era um papel de orientação também?**

I: De orientação também pra internet chegar nas comunidades. também tinha esse caráter. Participamos também de eventos. Todos os anos nós íamos ao Campos Party. Tinha uma articulação, existia uma articulação anterior ao Campos Party, que ai nós falamos, não nós queremos estar presente, mostra pra sociedade que os indígenas estão conectados, estão usando as tecnologias e não deixam de ser índios, pro isso. Nós queremos ter nosso espaço E muitas vez a gente conseguia passagem pra dez índios irem. Mas tinha de ter uma articulação porque eles não vem atrás da gente pra gente participar, a gente que tem de ir atrás. Hoje eu acho que não tem mais isso. Mas justamente porque hoje as pessoas que fazem parte da gestão elas tem de correr atrás. Tem que correr atrás do seu sustento. Então não dá pra ficar esperando. Ela fica online, tá a disposição da Rede, mas não é 100%.

### **18 - E sobre os encontros? Não tem mais?**

I: Então ano passado nós contamos com o Pontão Esperança da Terra e da Thydêwá pra realizar. Mas como agente não tem recurso, não foi possível acontecer esse ano. Outra coisa que agente fazia na gestão anterior era escrever projetos pra conseguir dar sustentabilidade pra Rede. E hoje em dia também acho que não tem isso. Até pela dificuldade, nós não temos CNPJ e então como é que agente vai escrever esse projeto?. Mas também na época, não sei como está hoje esta discussão, não queríamos viram CNPJ. Porque ia ter de criar diferentes poderes. E os índios online são iguais entre si.

<b>Entrevista 3</b>	Yonana Pataxó Hãhãhãe (gestora), Apurinã Titiá (colaborador) e Fábio Titiá (gestor)
<b>Data/Local</b>	22/06/2012 – Aldeia Água Vermelha. Território Pataxó Hãhãhãe (Pau Brasil/Bahia)
<b>Duração</b>	53: 29 min.

### **1 - Poderiam um pouco sobre vocês. Quem são, o que fazem..?**

A: Meu nome é Apurinã Titiá, eu comecei a participar desse projeto em 2008, com as oficinas e até hoje tô aqui trabalhando, ajudando trabalhando coletivamente. Quando eu entrei nesse projeto foi um meio de continuar estudando. Tô no ensino médio, ano que vem termino. E eu também trabalho.

J: Meu nome é Jerusa Alves da Costa, mas meu nome indígena é Yonana. Desde 2003 que eu venho participando desse projeto Índios Online, ele foi formado em Caramuru e depois ele foi se expandindo pra cá, quando a gente veio pra cá. Eu sou técnica de enfermagem, mas desde muito tempo eu venho escrevendo e colocando matéria no site. Eu sou uma etnojornalista no site. E eu objetivo mesmo é esse: estar contando a história de meu povo.

### **2 - Qual a função de vocês dentro do projeto?**

J: Na verdade nós somos gestores. eu só a gestora representando meu povo, Pataxó Hãhãhãe e ele também faz parte (Fábio). Na verdade assim, a palavra gestão a gente não carrega em si como se fosse o dono da Rede. A nossa intenção é fazer com que todos os povos participem. Não só nós dar a voz. E ai, na antiga gestão era uma coisa muito fechada. Era só o próprios gestores que davam a opinião deles, não era muito aberto. E ai a gente resolveu pra isso. Quando os antigo eles formou uma rede era totalmente fechado, onde eles mesmo dava opinião, eles mesmo administravam o projeto. E ai a gente decidiu assim, bom vamos fazer nossa gestão de forma diferente, que todos possam participar. Não só o gestor dá opinião, de quem entra. Por assim, a nossa intenção como gestores é que você também possa dar sua opinião "isso tá certo, isso tá errado" então nossa intenção é que todos os índios online que não faz parte da gestão participe. A gente age de forma coletiva. Inclusive até Fábio é um dos colaboradores. Ele não é gestor. Mas nós temos um grande respeito por ele, não só por ele mas por todos que participam.

### **3 -Então vocês tem gestores e colaboradores?**

J: Mas na verdade é uma troca de experiência. Por exemplo. Teve a distribuição das máquinas. As máquinas também, computadores, data show, e ai cada supervisor antigo tinham. A máquina fotográfica. O que a gente também com isso ai? Até os próprios equipamentos, agente resolveu abrir espaço. Não só eu devo usar o data show por ser gestor. Não só eu devo usar um computador. ai fizemos assim, desde que o índio que pega aquele equipamento tenha a responsabilidade de cuida, ele pode levar pra aldeia dele e fazer oficina dele e depois ele entrega. Então agente trabalhou essa parte também. De administração dos matérias que tem dentro da Rede. E a forma de se organizar é bem complicado. Por como eu te falei, a gente se conhece através do computador e internet. E o que dificulta hoje os novos

gestores é que a primeira gestão (indígena) da Rede não preparou a segunda (então gestão compartilhada). Cada um deles tinha uma função dentro do projeto. Um era pra fazer projeto, um era pra fotografia, uma era para,...entendeu? Cada um tinha uma função específica. Mas eles todos eram 'assalariado' através dos projetos que eles faziam dentro da própria Rede. Agora o nosso é de forma voluntária. Agente não recebe. A gente não tem. Parte desse trabalho nosso agente resolveu justamente faz voluntário, porque eu acredito que é um trabalho assim, mais abraçado. Devido a dificuldade que a gente tem uns com uns de se comunicar. E a gente não tem recurso pra fazer, na verdade, um projeto que possa reunir. Além disso, dentro dessa nova gestão alguns não têm assim, aquela habilidade pra fazer um projeto. Como te falei, os outros antigamente já estavam formados. Então era uma coisa que eu sempre batia na tecla. "Bom vocês tem de preparar os que vão entrar porque vocês não vão ficar por muito tempo".

#### **4 - E quanto tempo há entre uma gestão e outra, demora?**

J: Nossa demorou, dois anos porque esses novos gestores pediram pra eles mudar.

#### **5 - Você tem algum tipo de estatuto que rege a Rede atualmente?**

J: Temos sim. Só que na verdade não funcionava. Ai a gente pediu que ele ficasse dentro da Rede nos ajudando. Assessorando. Mas isso não acontece. A dificuldade que tivemos foi essa, porque não teve preparação de uma gestão para outra. Esses dias a gente tava até conversando. Deveríamos fazer um projeto pra reunir todo mundo, os gestores de novos. Ai teve um que disse, eu não sei fazer um projeto, outro eu também não sei fazer um projeto. Só tem um que sabe fazer projeto. É o Nhenhety Kariri- Xocó.

#### **6 - Então como vocês fazem dentro da Rede. Todo mundo faz tudo?**

J: Não tem função. Na verdade é assim, cada um dá opinião. Eu acredito que a Rede é mais opinativa, do que a própria ação do gestor. Porque como eu disse pros meninos, se não houver uma preparação, eu acredito que é até difícil desenvolver. E ai é uma coisa que tem de ter compromisso e preparo. O que dificulta hoje na gestão eu acredito que seja isso, não ter uma gestão mais física. Porque os outros tinham recurso. Por exemplo, aqui tinha um rapaz que participa da formação de projetos. Eles tinham cursos. Na verdade eles faziam assim. Escreviam o projeto, vinha o recurso e desse recurso eles tiravam e faziam a própria formação deles. Dentro do próprio recurso do projeto, era dividido. Uma metade era pra garantir a manutenção dos pontos de cultura com cursos de formação e a outra metade fazia do próprio recurso deles. Tiram do próprio bolso. Porque o patrocínio nem sempre dava pra tudo.

#### **7 - Quem são os gestores atuais?**

J: Tem Alex Makuxi que é da Raposa Serra do Sol, Nhenhety, Patrícia e Luciano Pankararu. Que não verdade não conheço, como te disse só conheço Nhenhety. E aqui tem e Apurinã.

A: De Tupinambá tem alguém não?

J: Não tem não. Teve antes. Também os Tupinambá era cinco gestores, do mesmo lugar. Porque os dois Pankararu que faziam parte moravam com os Tupinambá, que era Alex e a esposa. Ai vinha Ivana que já era dali mesmo, e tinha aquele Curupati.

#### **8 - Qual o objetivo da Rede hoje?**

J: Como eu te falei que tá tudo tão difícil de desenvolver projeto pra gente tá dando manutenção aos pontos de cultura, é mais incentivo. É mais questão de estar incentivando os jovens pra estarem alimentando o próprio site com informação de história do próprio povo.

**9 - Quantos pontos de cultura vocês tem de fato hoje?**

A: Aqui, Caramuru.

**10 - E em outros estados, vocês não têm?**

F: Rapaz parece que só tem lá em Kariri-Xocó em Nhenhety. Em Pankararu. Kiriri-Xocó.

**11- Quem pode participar da Rede? Tem regras?**

J: Na verdade nós temos um estatuto que foi feito mais por aquele índio que fica mais publicando matéria. Por exemplo, tem Apurinã aqui. Apurinã publicava muitas matérias. Ai tinha eu, eu publicava de vez em quando. As vezes eu te respondia um e-mail mais demorava. Eu não podia fazer parte. Pra ser um gestor é preciso isso, participação. Ai há uma votação online entre os próprios indígenas da Rede e ai é que vai ser aprovado.

**A: A meta era uma matéria por mês?**

J: É.

**12 - E na hora de votar todo mundo pode? Aqueles que fazem parte da Rede.**

J: Isso. Aquele que ficam são gestores, mais tem ver os critério do Índio Online. Como eu te falei, não é todos que possam participar, mas opinar sim.

**13 - Vocês tem uma parceria muito forte com a Thydêwá. Vocês poderiam falar um pouco sobre isso?**

F: A Thydêwá praticamente idealizou esse projeto índios online. Ela começou primeiro com o projeto dos livros, depois iniciou o projeto índios cantando a cultura. Ai nesse contexto que tava trabalhando esses projetos, ele já tava cm outro já engatilhado pra o Ministério que foi esse índios online. Ai assim que foi contemplado, aprovado o projeto ele nos procurou pra poder participar né. Mas sempre agente, é...agente quando entrou na internet não sabia nada, agente tava engatilhando. Então nesse período a gente praticamente aprendeu coisas novas. Começamos a desempenhar, desempenhar, fomos aprendendo devagarinho. E quando a gente já tá começando a ficar bem, a desempenhar nossas ideias, começando a escrever texto, artigo, Sebastian começou a pregar que a ideia dele era a autonomia. Ele sempre falava em autonomia, mesmo porque ele tinha uma visão das ONGs que trabalhavam com os povos indígenas. Tinha muitas ONGs que trabalham com povos indígenas que não queriam que os índios se envolvessem pra ficar sempre dependendo das ações delas. E ai houve um período em que Sebastian sempre pregava essa autonomia. E ai foi quando surgiu em 2009 na segunda gestão o projeto de gestão autônoma. Ai surgiu dele através da Rede escrever um projeto ao qual daria autonomia pra que os povos indígenas mesmo trabalhassem e se desenvolvessem. Ai quando foi, através da ONG Thydêwá ele conseguiu um recurso pro projeto. Nesse projeto ele fez a seleção de alguns índios em comunidade indígenas. A primeira gestão praticamente já estava montada, nessa a gente não deu opinião não. Quando a gente ficou sabendo agente tinha de ingressar porque a gente (Pataxó Hahahãe) batalhava pra ter os pontos, pra implantar isso só que a gente não tinha na época. E ai montou a estrutura como Yonana falou cada qual dos gestores tinha a sua função né. Um era coordenador do grupo, outro tinha de ficar na base

na internet fazendo o login dos índios antes de serem passados, outro teria que ir pro campo nas aldeias visitar as localidades, dando as oficinas. E ai eles tiveram recurso pra trabalhar nessa segunda gestão, tiveram recurso pra poder viajar e reunir em termos de oficina nacional. O projeto foi acabando, nesse projeto se não me engano foi comprado cinco laptop, um data show e uma câmera. E ai depois que acabou a gestão teve de repassar esse material para os novos gestores. E ai os novos gestores tiveram um desafio, porque eles entraram sem nenhum centavo no bolso. Só que essa nova gestão já pegou uma responsabilidade grande que foi a autonomia da Rede. Tinha autonomia pra outra tinha, mas tinha um recurso pra trabalhar, pra visitar pra fazer articulação, pra divulgar. E a agora não. Então foi um grupo que entrou com a intenção de assim que entrasse construísse um projeto pra poder dar seguimento nas ações da Rede. Só que depois o tempo foi passando e isso tá parado até hoje. A última preocupação da Rede foi quando chegou a notícia pra gente que a gente teria de pagar a hospedagem do site. A gente ficou preocupado porque ninguém sabia como é que mantinha o site. Ninguém sabia se era muito caro, como se pagava, achava que era um absurdo. E ai, logo depois pesquisamos e descobrimos que para a hospedagem de um site não era tão caro. Na época foi R\$ 56,00 pelo período de dois anos. Na época Patrícia, que tava articulando isso, ai falamos, "ô Patrícia isso não é problema não, a gente dá uma ajuda daqui, outra dali". A gente foi uma vaquinha na época, não foi Yonana.

**J: Foi.**

F: Agente fez uma vaquinha pra poder mandar ai depois escreveu, não Fábio não precisa não. Eu fui me informar é 56 reais durante dois anos. Eu mesmo pago aqui. Não Patrícia, mais a gente tá com o dinheiro aqui e já manda pra você. Ela disse não, não precisa não. Ai a gente acabou não mandando. O grupo é motivado, porque a gente saber que tem coisa que depende de recurso não tem jeito. E hoje o Índios Online é uma site que com um porte muito importante para a causa indígena né.

**14 - Então vocês acham que faz falta? Faz falta pra que?**

J: Pra fazer oficina, preparar as pessoas.

F: É porque é assim, hoje nós temos uma juventude muito grande na aldeia. Tem muito jovem que não sabe nem como mexer na internet. Tem muito jovem que tem vontade, mas tem dificuldade porque. No dia 2 desse mês foram instalados esses aparelhos aqui. Foi uma alegria, todo mundo falou "ô na semana que vem já vamos começar". Quatro dias depois, o servidor deu um defeito. E ai de lá pra cá a gente vem tentando com a empresa pra ver se conserta. Já mandei um e-mail, pro Ministérios da Comunicação, pro fale conosco, e até hoje nada. Então quer dizer, isso aqui segundo as informações que a gente tem, existe recurso para pagar duas pessoas pra ficar monitorando pelo Ministério da Comunicação. Diz que em um recurso para pagar três monitores pra ficar pela manhã e pela tarde. Até hoje não tivemos a visita de ninguém pra dizer como se faz isso, como dar uma oficina pra essas pessoas pra resolver esses pequenos problemas.

**15 - E como foi a articulação pra conseguir esse ponto aqui em Água Vermelha?**

F: A gente lutou muito. A gente conseguiu primeiro a antena. Lutamos pela antena no Gesac, que já tinha tido a experiência com a gente em Caramuru. Lá foi o primeiro ponto. Depois de lá a gente veio pra aqui, eu e Yonana, ai a gente tava lutando pra conseguir um ponto pra aqui tb. Ai eles falaram pra gente que o telecentro não tinha esse projeto de telecentro. Existia um outro projeto de dar computadores. Ai quando o GESAC surgiu com a ideia do telecentro, a

gente entrou no site do Ministério e tinha lá, distribuição de kits de telecentro. Ai dizia que tinha computadores, impressoras, uma filmadora, dizia que tinha ar condicionado, mas não veio, dizia que tinha um data show mas também não veio, um televisor, DVD ai não veio tb. Nó lutamos e dissemos que tinha esse espaço aqui, que tinha a conexão, que tinha a capacidade de colocar até 25 computadores. Ai eles responderam, ok. tal Semana vou mandar um kit para vocês ai. Ai nós pensamos Oba!! vão vir um kit semana que vem. Ai a gente começou a divulgar: semana que em vai ter um kit aqui. Essa semana foi um mês, dois meses, quatro meses, cinco meses. Ai um dia Sebastian teve lá em Brasília, num desses eventos que ele participa. Ai ele encontrou com o cara que é um dos diretores desses projetos de comunicação. Ai Sebastian conversou, falou que a gente tava precisando, que desempenha vamos um bom trabalho, que tinha boa vontade e se seria possível montar um telecentro aqui. O cara disse ' não Sebastian, pode deixar que vamos mandar" Ai Sebastian mandou e-mail pra gente, pra gente responder algumas perguntas. Ai mandou a cartilha do telecentro a gente analisou. Ai nós respondemos e assim que eles leram, disseram "não tal dia vou mandar". e não demoraram pouco tempo chegou mesmo.

#### **16 - Então não é um ponto de cultura?**

F: No início foi Ponto de Cultura lá em Caramuru. Aqui ficou sendo Ponto de Presença, por causa do GESAC. Ai, porque lá teve um projeto com a Thydêwá sobre Ponto de Cultura só que a gente participou lá, só que publicando matéria. A gente não teve assim..entender como funcionava o projeto. Como era a estrutura do projeto de Ponto de Cultura. Ai saiu umas bolsas no Ponto de Cultura, parece que quatro meses para os jovens que participasse, teve seis jovens que receberam e que participaram desses auxílios. E, terminando isso, a gente veio para aqui e depois que montamos esse ponto aqui, a gente não conseguiu ainda ser uma estrutura pra manter. Porque a gente precisava ter duas pessoas aqui. Porque por exemplo, eu mais Yonana e Apurinã, agente se empenha e vontade de fazer acontecer. Mas hoje a gente tem família, tem trabalho. E a gente queria assim tem mais jovens aqui que tem mais tempo disponível, eu acho que seria interessante estar assumindo também o projeto. E como governo tem tanto dinheiro, porque não custear uma despesa assim de pagar duas pessoas pra ficar aqui.

#### **17 - Mas vocês não tem nenhum projeto em mente?**

F: Não temos e não sabemos como buscar esses projetos. E se tiver algum edital a gente tem dificuldade de escrever o projeto, porque o negócio é complicado. Eles já complicam o edital que parece que é pro povo não participar.

18 - Quanto a autonomia da Rede, vocês acham que foi positivo deixar de ter a referência da Thydêwá?

J: A gente foi aprendendo na prática o que era autonomia. Por essa autonomia sem recurso é difícil.

#### **19 - Vocês sabem como funcionou os patrocínios que a Rede tinha?**

F: Eu não falo assim da Oi Futuro porque eu não o que a Oi Futuro realmente colaborou. Teve um projeto do Celulares Indígenas. Foi da Oi né?

J: Foi sim.

F: Teve esse projeto e nós participamos.

#### **20 - E como foi o projeto?**

F: Foi uma oportunidade que a gente teve de ganhar um celular e como esse celular e com esse celular fazer filmagem.

**21 - Vocês ganharam então.**

J: Ganhamos, nós temos aqui. Funciona.

F: Nós fazíamos vídeo. Aliás, os primeiros vídeos que nós começamos a trabalhar foi com eles, não é Yonana.

J: Foi. Fazer vídeos e fotografia. Acho que filme agente não chegou a fazer não, a gente filmava, mas pra fazer montagem não. Depois que a gente aprendeu. Mais a no início era mais fotografia. Mas não foi todos os Hãhãhãe que foi contemplado.

F: Não aqui foi só quatro pessoas.

**22 - Vocês participaram do processo de elaboração do projeto Celulares Indígenas e depois do acompanhamento dele?**

F: Quando eu fui saber desse projeto foi só na hora de entregar os celulares. Ele (Sebastian) mandou um recado pela internet dizendo que quem tivesse o interesse de receber um celular que se inscreve e desse os dados.

**23 - A ONG mandou?**

F: Isso.

A: Nessa época nem tinha internet aqui.

F: Não tinha não.

**24 - E como vocês faziam?**

F: Usávamos o ponto lá do Caramuru. Nessa época as *lanhouse* também lucravam com a gente também.

J: Isso foi em 2008 não foi?

**25 - Então vocês utilizaram *lanhouse*.**

F: No início sim e muito.

J: Em Caramuru era um computador só.

A: Que vivia cheio de vírus.

J: Muita gente usando.

**26 - Quantos computadores têm aqui?**

F: Onze. Esse notebook foi um presente de uma grupo de fora que veio fazer um trabalho lá de fora de filmagem. Ai veio fazer uma filmagem coma gente e nos presenteou com esse computador. Nessa época não tinha o telecentro.

**27 - Tem mais o que?**

F: Computador, impressora, máquina de fotografar (que foi um presente).

**28 - Tem alguma coisa que vocês gostariam de falar em relação a projeto, que achem que seja preciso?**

F: Bom, hoje a gente vê o pessoal falar muito em editais. Abre o site ai e vê muito editais pra pessoas se inscreverem. Pra concorrer e conseguir um recurso com seu projeto. Hoje a maioria dos editais que agente vê são tudo complicado. Pra quem não tem conhecimento

como preencher aqueles formulários, é complicado as vezes. É uma coisa que deveria ser assim bem firme. Por exemplo, o governo deveria facilitar no sentido de saber onde tem os pontos de presença e criar um padrão pra todos os lugares, pra ter a mesma assistência, o mesmo benefício. Porque as vezes tem muita gente que tem muita boa vontade de fazer e desenvolver as coisas. Porque aqui, a nossa equipe mesmo faz um trabalho todo voluntário. Ninguém faz pensando "a eu tô fazendo porque quero lucrar com isso." Aqui ninguém pensa assim, mais a gente sabe que quando um aparelho quebra precisa de consertar, de manutenção. O espaço, embora agente faça um trabalho coletivo pra manter o espaço limpo e tal, mas por exemplo, a estrutura desse telecentro aqui é um computador que é um servidor que controla todas as dez máquinas e precisa ter só duas pessoas no máximo talvez três pra poder acompanhar e manter o funcionamento das máquinas. São esses tipos de coisa que agente acha. A um projeto de inclusão digital, é um projeto inovador que tá sendo muito divulgado na internet. É, a internet é algo que algumas pessoas achavam que era impossível ter acesso e hoje tá tendo acesso. É interessante é, mais acho que se poderia fazer um pouquinho mais.

**29 - Ter internet é bom então pra vocês indígenas? Facilita o contato e a ação de vocês?**

F: A internet facilita com toda certeza. A gente tem o contato com outros parentes de outras aldeias. Já conseguimos ajudar parentes de outras aldeias daqui. Não só parente, mais o não índio também a gente tem ajudado. As vezes o não índio quer saber de um remédio (se referindo a remédios naturais da cultura indígenas), as vezes a gente vai e procura uma pessoa da aldeia que tem experiência nessas questões de medicamento, procura informação e dá uma resposta pra pessoa. Outra hora a pessoa quer saber o que tal palavra (indígena) significa. Se for do nosso conhecimento a gente responde, ô essa palavra significa isso ou essa palavra é do povo 'tal'. Agente sempre busca facilitar. Então a internet é bom pra gente divulgar e ao mesmo pesquisar, é uma forma da gente pesquisa muito, nos ajuda a orientar em muitas coisas inclusive saber o que o que a mídia comercial sabe a nosso respeito. A gente teve a experiência nesse movimento pela terra que teve mídia que jogou muito contra a gente. Ai a gente lia os artigos deles e depois formava o nosso, a partir de nossa verdade e ai a gente botava na mídia (Internet) e acho que alguém lia, que mudou a concepção de alguém que leu, porque a Internet é um negócio aberto, que todo mundo pode mexer. Então quem sabe as pessoas fiquem curiosa e digam vamos lá saber onde fica os Pataxó.

**30 - Vocês acham que os patrocínio fazem diferença na realidade de vocês?**

A: Faz porque na hora de uma oficina pra multiplicar a ação dos jovens. Pra trabalhar aqui.

31 - Como são os encontros dentro do site?

J: Tem o bate papo. No chat. Presencialmente não.

**32- Vocês acham que, por exemplo, a gestão anterior teve melhores oportunidades e foi melhor assistida que a atual?**

J: A única diferença que aconteceu foi a questão de recurso. Mas a questão de opinião era mais fechada também.

**33 - Então tinha recurso mais não tinha autonomia?**

J: Não tinha poder de decisão o grupo todo. Porque como o Índios Online é uma Rede com muitos índios, em nossa gestão decidimos trabalhar de forma coletiva. Não é porque eu tô representando a Rede que eu deva pensar que ela é minha. Não é porque eu tenho esse



notebook que eu vou dizer que é meu. É da Rede. Inclusive quando temos uma opinião pra dar, não é só minha.

### **34 - E daqui pra frente, quais são os planos? O que vocês querem pra Rede?**

J: Eu penso assim. Se a gente não conseguiu nada de concreto pelo menos a gente conseguiu unir uns os outros. Isso é o que eu mais gosto da Rede, essa forma coletiva. Essa parte de compartilhar de trabalhar junto foi bom, mas a parte de formação a gente não conseguiu. A gente gostaria muito que acontecesse. Pra se conhecer. Eu acho assim que um dos pontos mais desenvolvidos pelas conversas, com eles é de Nhenhety.

### **35 - Em Kariri-Xocó. Porque?**

J: Porque ele é o único que sabe fazer projeto. A gente nunca descartou a possibilidade Nhenhety nos ajudar mais, ele é o único que sabe fazer projeto. Agora eu não, mais eu acho que a maioria dos pontos de cultura trabalha assim de forma individual. É isso que acontece entendeu. Mas a gente já jogou essa proposta. Mas eu não sei porque, a gente viu assim aquela forma que a pessoa não se dispôs, E como não se dispôs a gente também não foi adiante.

F: Nhenhety é o filósofo indígena

### **36 -Então a formação pra vocês é fundamental.**

J: Eu vejo isso, se os outros não chama isso não sei. Eu vejo este lado, mas eu já coloquei a proposta entre os quatro gestores. Porque não fazer uma proposta pra gente conseguir fazer um encontro entre nós. Essa ausência de contato pessoal dificulta muito. Seria bom se agente se conhecesse uns aos outros. Pra conhecer a realidade Porque nem tudo se resolve pelo computador. Olha ai vocês teve que se deslocar de lá de sua casa pra vir pra cá, vocês poderia os questionários. Mas tem coisa que você precisa do contato. E ai a gente não tem esse contato, como eu te falei eu só conheço, que é o Nhenhety.

## **ANEXOS**

## Lista de anexos

1. <u>ANEXO A</u> : Rede Índios Online – Estatuto Social.....	203
2. <u>ANEXO B</u> : Condições de Uso da Rede Índios Online.....	207
3. <u>ANEXO C</u> : Acordo de parceria entre a ONG Thydêwás e a Rede Índios Online.....	209
4. <u>ANEXO D</u> : Lista de selecionados – Programa Novos Brasis 2006.....	211
5. <u>ANEXO E</u> : Lista de selecionados – Programa Novos 2008.....	214
6. <u>ANEXO F</u> : Seleção patrocínios culturais incentivados 2009 – Programa Novos Brasis .....	216
7. <u>ANEXO G</u> : Edital nº 04/2005 – Pontos de Cultura – Governos.....	217
8. <u>ANEXO H</u> : PORTARIA Nº 156, DE 06 DE JULHO DE 2004. Criação do Programa Cultura Viva.....	218

**ANEXO A**  
**REDE INDIOS ON LINE**  
**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I – DA FINALIDADE**

Art. 1º – Índios On Line é uma rede composta por índios de diferentes nações que se aliam para buscar o desenvolvimento cultural, social, econômico e humano de suas Comunidades e do Planeta como um todo.

Art. 2º – A Rede Índios On Line tem caráter democrático, informativo, mobilizador, tendo como objetivos:

I- Promover e possibilitar aos índios pesquisar, resgatar, preservar, atualizar, valorizar e projetar suas culturas.

II- Estimular o diálogo intercultural.

III- Promover o respeito pelas diferenças e o valor da diversidade.

IV- Promover a Cidadania e a Cultura da Paz.

V- Conhecer e refletir sobre o índio de hoje.

VI- Socializar os conhecimentos das tradições indígenas em benefício do Planeta.

VII- Disponibilizar na internet arquivos (textos, fotos, músicas e vídeos) sobre os índios para Mundo.

VIII- Complementar e enriquecer os processos de educação diferenciada indígena.

IX- Qualificar índios para conhecerem mais e melhor sobre os seus direitos e saberem como buscar essa garantia na prática.

X- Promover o desenvolvimento sustentável das nações indígenas

XI- Promover a economia solidária

XII- Promover autonomia nas comunidades indígenas

XIII- Ser um canal de comunicação com entidades governamentais e não governamentais.

XIV- Facilitar a expressão dos indígenas e divulgar as suas necessidades

XV- Fortalecer a busca dos indígenas por uma melhor qualidade de vida.

Art. 3º – Constitui finalidade fundamental da Rede Índios On Line:

Ser um instrumento de expressão da luta pela conquista da cidadania e dos direitos humanos plenos dos indígenas, e contra quaisquer formas de discriminação, sejam elas étnica, jurídicas, sociais, políticas, religiosas, culturais ou econômicas.

Art. 4º – No desenvolvimento de suas atividades, a Rede Índios On Line observará os princípios de legalidade, impessoalidade, economicidade, princípio da publicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de etnia, gênero ou religião.

**CAPÍTULO II – DAS FORMAS DE ASSOCIAÇÃO**

Art. 5º – Podem ser filiados à Rede Índios On Line número ilimitado de Indígenas das mais diversas Nações Indígenas, bem como pessoas jurídicas com finalidades afins às da Rede Índios On Line.

Art. 6º – Os filiados da Rede Índios On Line se dividem em três categorias:

I- ASSOCIADO(A): todos aqueles indígenas que participam efetivamente da Rede e que passou pelo processo descrito no art. 7º.

II- COLABORADOR(A): todo aquele que contribui para o crescimento da Rede.  
III- PARCEIRO (A): são as entidades e pessoas que apóiam as iniciativas da Rede Índios on Line.

Art. 7º – Para se associar à Rede Índios On Line, o candidato deverá:

- a) Concordar com os objetivos da Rede Índios On Line;
- b) Ter aceito as Condições Gerais de Uso da Rede Índios On Line;
- c) Preencher formulário próprio de filiação disponível no site;
- d) Estar colaborando com a Rede de forma efetiva e participativa há no mínimo 3 (três) meses.

§1º – O candidato a associação receberá após ter preenchido o formulário e aceito os termos de uso, um login provisório para efetivar sua participação.

Art. 8º – Para ser Colaborador ou Parceiro é necessário enviar email de solicitação para a Coordenação Geral da Rede.

### CAPÍTULO III – DOS ASSOCIADOS

Art. 9º – São direitos dos Associado da Rede Índios On Line:

- I. Participar plenamente da Rede;
- II. Publicar matérias;
- III. Participar das eleições, desde que tenha minimamente publicado diretamente 1 (01) matéria por mês durante os últimos seis meses, na Rede Índios On Line.

Art. 10º – São deveres dos Associados da Rede Índios On Line:

- I- Cumprir e fazer cumprir todas as disposições do presente Estatuto, das Condições Gerais de Uso e de regimentos que venham a ser criados;
- II– Cumprir e fazer cumprir todas as discussões feitas em grupos, desde que apoiado pela maioria.
- III- Buscar meios de sustentar a Rede;
- IV- Publicar e comentar matérias e participar do chat.

§ 1º – Considera-se excluído da Rede Índios On Line o associado que preencha pelo menos um dos seguintes requisitos:

1. Deixar de publicar matérias na Rede, por 6 meses consecutivos;
2. Promover ou estimular dentro da Rede a pornografia; o preconceito, seja étnico, de gênero e de orientação sexual; a intolerância religiosa; a violência; a xenofobia; e a prática de atos ilegais, em geral;
3. A inclusão, no Portal Índios On Line, de conteúdo de teor sabidamente falso, inclusive publicidade enganosa, calúnia, injúria e difamação.

§ 2º – O filiado excluído da Rede Índios On Line terá o direito de apresentar pedido de recurso à Coordenação Geral e ao Conselho.

§ 3º – A exclusão do associado por motivos outros que não estejam no art 10, só é admissível por justa causa ou se for reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada.

§ 4º – Para participar das votações o associado terá que ter 6 (seis) meses de publicação direta, mínimo uma matéria por mês, totalizando seis matérias, na Rede Índios On Line.

Art. 10 – Os filiados não respondem, nem subsidiariamente, pelos encargos da Rede Indios On line.

### CAPÍTULO IV – DAS ELEIÇÕES

Art. 11 – Os órgãos da Rede Índios On Line serão ocupados por eleições On Line que ocorrerão a cada 2 anos.

Art. 12 – Os ocupantes dos órgão podem se candidatar a reeleição só uma vez.

#### CAPÍTULO V – DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 13 – A Rede Índios On Line será composta da seguinte forma:

XVI- Coordenação Geral;

XVII- Conselho Consultivo

XVIII- Voluntários

§ 1º – Os cargos da Rede Índios On Line será preenchido por eleições On Line, que ocorrerão de 2 em 2 anos.

§ 2º – Cada cargo da Rede terá um número de 2 (dois) suplentes, sendo estes os candidatos que ficaram em segundo e terceiro lugar.

§ 3º – O mandato dos cargos será de 2 anos, podendo ser reeleito por mais um mandato consecutivo e podendo se recandidatar após o intervalo de um mandato para o mesmo cargo.

#### SEÇÃO I – DA COORDENAÇÃO GERAL

Art. 14 – O Coordenador Geral é o responsável pela direção da Rede, sendo o representante legal da Rede frente aos parceiros e financiadores.

Art. 15 – Compete ao Coordenador Geral:

I- Representar a Rede Índios On Line judicial e extrajudicialmente;

II- Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e os Regimentos Internos que disciplinem o funcionamento da entidade.

III- Coordenar a Rede;

IV- Acompanhar e orientar os associados para uma boa utilização da Rede;

V- Supervisionar e coordenar as atividades da Rede;

VI- Apresentar relatório mensal das atividades realizadas;

VII- Ser transparente em todas as ações dentro da rede

Art. 16 – São motivos para a demissão do Coordenador Geral:

I- Agir de forma contrária ao previsto no presente Estatuto;

II- Tirar proveito próprio dos benefício da Rede;

III- Agir de forma arbitrária

IV- Usar os equipamentos e recursos que por venturam existam em benefício próprio ou de familiares;

#### SEÇÃO II – DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 17 – O Conselho Consultivo é escolhido por eleição, podendo se candidatar todos aqueles maiores de 18 anos que tenham em suas comunidades uma boa reputação e compromisso para com a Rede.

§ 1º – O mandato do Conselho de será 2 anos

§ 2º – O Conselho Consultivo será formado por 3 indígenas escolhidos por eleição

Art. 18 – Compete ao Conselho Consultivo

I- Julgar questões de ética na Rede Índios On Line, ouvindo sempre as partes envolvidas;

II- Acompanhar os trabalhos da Coordenação da Rede;

III- Participar dos momentos decisivos para a Rede, devendo para isso ser convocado sempre que necessário;

§ 1º – O Conselho Consultivo reunir-se-á (virtual ou presencialmente) sempre que necessário.

#### CAPÍTULO VI – DOS DIREITOS AUTORAIS

Art.19 – Salvo determinação em contrário, é permitido o uso e difusão das informações contidas no Portal Índios On-Line, independentemente de autorização. Em qualquer caso, para que seja válida esta permissão, usuários e associados devem citar a Rede Índios On Line ([www.indiosonline.org.br](http://www.indiosonline.org.br)) como fonte, bem como o seu autor.

#### CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 – O presente estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo, com o quorum de 2/3 dos associados, em Assembléia Geral Extraordinária On Line especialmente convocada para esse fim.

Art. 21 – Os casos omissos serão resolvidos pela Conselho Consultivo.

Art. 22- O presente estatuto passa a vigorar na data de seu registro.

Pataxó, 18 de Junho de 2007.

## ANEXO B

### CONDIÇÕES GERAIS DE USO da REDE INDIOS ON-LINE<sup>119</sup>

Postado em 27 junho 2007. (Esta informação foi publicada em 27.06.07, mas foi solicitado que voltasse para a OCA).

#### Introdução

O Portal Índios On-Line tem caráter totalmente gratuito. Os espaços de participação são de uso exclusivo dos Índios e têm como objetivos:

- I. Promover e possibilitar aos índios pesquisar, resgatar, preservar, atualizar, valorizar e projetar suas culturas.
  - II. Estimular o diálogo intercultural.
  - III. Promover o respeito pelas diferenças e o valor da diversidade.
  - IV. Promover a Cidadania e a Cultura da Paz.
  - V. Conhecer e refletir sobre o índio de hoje.
  - VI. Socializar os conhecimentos das tradições indígenas em benefício do Planeta.
  - VII. Disponibilizar na internet arquivos (textos, fotos, músicas e vídeos) sobre os índios para Mundo.
  - VIII. Complementar e enriquecer os processos de educação diferenciada indígena.
  - IX. Qualificar índios para conhecerem mais e melhor sobre os seus direitos e saberem como buscar essa garantia na prática.
  - X. Promover o desenvolvimento sustentável das nações indígenas
  - XI. Promover a economia solidária
  - XII. Promover autonomia nas comunidades indígenas
  - XIII. Ser um canal de comunicação com entidades governamentais e não governamentais.
  - XIV. Facilitar a expressão dos indígenas e divulgar as suas necessidades
  - XV. Fortalecer a busca dos indígenas por uma melhor qualidade de vida.
- Das responsabilidades do usuário nas seções interativas do Portal:

A Rede Índios On-Line é um portal interativo onde os usuários participam ativamente de sua construção, sendo os conteúdos transmitidos nos espaços abertos à participação de responsabilidade exclusiva dos usuários desses espaços.

Sugerimos que todas as publicações no portal sejam acompanhadas do nome do responsável pela informação e ou opinião, bem como de um e-mail pra contato do responsável.

A Coordenação do Portal reserva-se o direito de monitorar todas as seções do portal, assim como excluir conteúdos que:

- De alguma forma contrariem, menosprezem ou atentem contra os direitos fundamentais e liberdades públicas reconhecidas constitucionalmente;

---

<sup>119</sup> Disponível em [www.indiosonline.net](http://www.indiosonline.net). Acesso em: 21 de Junho de 2011.



- Induzam, incitem ou promovam atos, ideias ou produtos ilegais, denegridores, difamatórios, infames, violentos, perturbadores da ordem pública, pornográficos, discriminatórios em relação, entre outras, a sexo, raça, religião, crenças, idade ou condição;
- Induzam ou incitem a envolver-se em práticas perigosas, de risco ou nocivas para a saúde e o equilíbrio psíquico;
- Sejam falsos, ambíguos, inexatos, podendo induzir a erro sobre seu objeto ou sobre as intenções ou propósitos do comunicante;
- Se encontrem protegidos por quaisquer direitos de propriedade intelectual ou industrial pertencentes a terceiros, sem autorização devida de publicação;
- Constitua propaganda publicitária fora de contexto pedagógico, publicidade ilícita ou enganosa;

#### Obrigação de fazer um uso correto do Portal e dos Serviços

O usuário se compromete a utilizar o Portal em conformidade com a lei, com estas regras, com a moral e os bons costumes geralmente aceitos e com a ordem pública, assim como se obriga a não utilizar o Portal com fins ou causas ilícitas, nocivas aos direitos e interesses de terceiros, ou que, de qualquer forma, possam causar dano, inutilizar, sobrecarregar ou deteriorar o Portal e os serviços, ou mesmo impedir a normal utilização ou aproveitamento do Portal e dos serviços por parte dos usuários.

Se compromete também a publicar no mínimo uma (01) matéria por mês sob pena de ser excluído da Rede Índios On-line.

#### Uso correto dos Conteúdos

O usuário se obriga a usar os conteúdos de forma cuidadosa, correta e lícita e, se compromete a citar o Portal, bem como o autor, como fonte toda vez que for reproduzir, utilizar ou distribuir parte ou a totalidade dos conteúdos do portal.

#### Dos Direitos Autorais

É permitido o uso e difusão das informações contidas no Portal Índios On-Line, independentemente de autorização. Em qualquer caso, para que seja válida esta permissão, usuários e associados devem citar a Rede Índios On-Line ([www.indiosonline.org.br](http://www.indiosonline.org.br)) como fonte, bem como o seu autor.

## ANEXO C

### **Acordo de PARCERIA entre a THYDEWAS e a REDE INDIOS ON-LINE.**

A Pessoa jurídica da THYDEWAS fez uma proposta para o Ministério da Cultura, para receber financiamento do programa CULTURA VIVA. O Ministério aprovou a proposta e convenio a THYDEWAS para ser responsável da execução.

Parte dessa proposta trata de fortalecer a REDE INDIOS ON-LINE, para isso, partindo de varias reuniões com os sócios da THYDEWAS e com participantes da REDE, incluindo seu Coordenador eleito, Alexandre Pankararu, chegamos a um acordo de PARCERIA seguindo os seguintes pontos.

- 1) A THYDEWAS se compromete a repassar a REDE INDIOS ON-LINE ajuda de custo mensal para ate 11 Pontos participantes da REDE. Entendendo como Ponto participante aquele grupo de indígenas de uma mesma comunidade ou nação que publique no portal [www.indiosonline.org.br](http://www.indiosonline.org.br) minimamente quatro (04) matérias por mês, tendo como mínimo três (03) indígenas participando. A ajuda de custo por Ponto/mês será de R\$100,00, sendo depositados em conta de um indígena representante do Ponto, que devera enviar primeiro o RECIBO de AJUDA DE CUSTOS, que terá validade sempre e quando seja juntado a ele um comprovante bancário e sempre que o Coordenador da REDE indique para a THYDEWAS o cumprimento do Ponto de suas obrigações.
- 2) A THYDEWAS se compromete a repassar recurso equivalente a (01) um Salário Mínimo para o Coordenador da REDE, no sentido de auxiliar suas despesas.
- 3) A THYDEWAS RESERVA ate R\$300,00 por mês para em acordo com o coordenador da REDE, auxiliar VIAGENS e atividades relacionadas com a REDE.
- 4) Os recursos não utilizados, do FUNDO de AJUDA DE CUSTO para os Pontos, bem como da RESERVA de AUXILIO para VIAGENS, constituirão um FUNDO RESERVA GERAL, que será administrado em comum acordo entre as partes, podendo criar premiações para INDIOS ON-LINE que se destaquem em seus trabalhos.
- 5) A THYDEWAS destinará recursos para aquisição de 04 computadores, 05 mp3 e 05 máquinas fotográficas, ferramentas destinadas aos novos Pontos e a divulgação dos trabalhos da Coordenação da REDE.
- 6) A THYDEWAS destinará recursos para facilitar a implantação de uma Rádio Comunitária e para o lançamento de um CD de música indígena, duas experiências pilotos que serão executadas buscando sua re-aplicabilidade.
- 7) A THYDEWAS destinará mensalmente recursos para a administração e a contabilidade referente à proposta.

A REDE se compromete a colocar o LOGO da THYDEWAS e link para ela, citando-a sempre como PARCEIRA da REDE.

9) A REDE, como já consta em seu estatuto, permite que os materiais nela postados tenham livre circulação, sempre que se respeitem seus princípios e a REDE seja citada, expressa explicitamente neste ACORDO, a permissão para seu parceiro – THYDEWAS, do uso de textos, sons e imagens.

10) Este acordo depende de um acordo anterior, assinado entre a THYDEWAS e o Ministério da Cultura; significando que se por ventura o Ministério atrasar no repasse dos recursos ou suspender o contrato, a THYDEWAS se verá obrigada a fazer o mesmo para com a REDE. Não sendo assim, este contrato tem validade de 01 maio de 2007 ate 30 de março de 2009.

Sebastián Gerlic

Presidente da THYDEWAS

CNPJ 05.297.512-0001-85 RG RNE y 233023-2

Alexandre Santos (Pankararu)

Coordenador da REDE INDIOS ON-LINE

e-mail: alex@indiosonline.org.br

## ANEXO D

### NOVOS BRASIS – SELECIONADOS 2006

#### RIO DE JANEIRO

Organização: CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular

Projeto: Site

Objetivo: O projeto visa a capacitar jovens multiplicadores da Baixada Fluminense, para a realização de oficinas de comunicação e cidadania, repassando os conhecimentos adquiridos para outros jovens da região. Está prevista ainda a formação de uma rede virtual em que jovens utilizarão blogs como ferramenta para discussões sobre a mídia de maneira geral.

#### ESPIRITO SANTO

Organização: Centro Cultural Araçá

Projeto: Tv Moqueca

Objetivo: Na cidade de São Mateus, no Espírito Santo, será criado um centro de criação áudio - visual que usará tecnologia da informação e comunicação, voltada para jovens. Nesse espaço, os adolescentes farão planos de negócio para o grupo de produção de vídeo atuar na localidade.

#### RIO DE JANEIRO

Organização: Comunitas – Parcerias para o Desenvolvimento Solidário

Projeto: 0800 Rede Jovem

Objetivo: A grande inovação desse projeto é a interface entre a Internet e o celular para o uso social. Através dessa interação, os jovens participantes receberão, via celular, informações com oportunidades de emprego, qualificação profissional, projetos sociais e outros assuntos de interesse da juventude. Essa ação se tornará o principal atrativo do portal "Rede Jovem", que desde 2000 reúne jovens de todo o país.

#### RIO DE JANEIRO

Organização: Escola de Gente – Comunicação em Inclusão

Projeto: Jovens em Rede pela Não - Discriminação

Objetivo: A inclusão de jovens com deficiência é a principal preocupação do projeto. Por meio de capacitação via web de lideranças jovens do terceiro setor, o objetivo é fazer com que mais ações sociais estejam aptas a receber jovens com deficiência física, sensorial, intelectual, social e múltipla. Essa transformação será feita através de fóruns, de redes virtuais e conselhos de juventude de todo o país.

#### CEARÁ

Organização: Fábrica de Imagens

Projeto: Navegantes

Objetivo: Projeto de capacitação em programação web para jovens da periferia de Fortaleza com o objetivo de produzir conteúdo para elaboração de um portal de escoamento da produção sócio - cultural de organizações não governamentais do Ceará.

#### BAHIA

Organização: FAPEX - Fundação de Amparo à Pesquisa e à Extensão

Projeto: Onda Solidária e Inclusão Digital

Objetivo: Projeto de Inclusão Digital, que se beneficia dos princípios da Economia Solidária para promover o desenvolvimento sócio - econômico da comunidade de Pirajá, bairro popular

em Salvador, e que utilizará os princípios do projeto Tabuleiro Digital, já desenvolvido pela Faculdade de Educação da Bahia.

#### SERGIPE

Organização: Instituto Aliança com o Adolescente

Projeto: Com.domínio Digital Laranjeiras

Objetivo: Trata-se da formação contínua para jovens do município de Laranjeiras, em Sergipe, com o objetivo de ampliar o acesso desses jovens às demandas e oportunidades do mercado local, com foco nas tecnologias de informação, atendendo ao seu parque industrial e estimulando a sua indústria cultural e turística.

#### AMAZONAS

Organização: Ong Mamirauá

Projeto: Rede Ribeirinha de Comunicação

Objetivo: O projeto é destinado às populações ribeirinhas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Mamirauá, localizadas na região do Médio Solimões, na Amazônia. O objetivo é criar uma rede de rádios comunitárias, interligando comunidades vizinhas, de forma a viabilizar um espaço de fortalecimento da organização, da cidadania, com foco em informações sobre a conservação ambiental da Floresta Amazônica.

#### MINAS GERAIS

Organização: Missão Ramacrisna

Projeto: Jogando com o Saber

Objetivo: O hábito de jogar videogames desenvolve a capacidade visual, noção espacial e coordenação motora. Baseado nesses dados, o projeto vai oferecer a crianças e adolescentes de cinco escolas públicas de Betim, Minas Gerais, uma ferramenta de aprendizado baseada no uso de videogames. Para viabilizar a ideia, professores serão treinados e os jogos passarão pelo crivo de uma pedagoga. Assim, o novo método será incluído na grade escolar, de forma a contribuir para o desenvolvimento das competências dos alunos, assim como habilidades como raciocínio lógico e iniciativa.

#### PARÁ

Organização: Novos Curupiras

Projeto: Tucumanduba no Ar

Objetivo: Criar uma rádio comunitária em Tucumanduba, localizada no município paraense do Soure, no arquipélago de Marajó. A ideia é capacitar jovens para a operação de equipamentos e criação, produção e edição de programas para a comunidade. Além das dificuldades de acesso aos instrumentos de comunicação, a região também enfrenta problemas com a falta de infra-estrutura básica, como água tratada e saneamento.

#### BAHIA

Organização: Thydewa

Projeto: Índios Online

Objetivo: Por meio da web, o projeto irá qualificar cem índios de sete comunidades do Nordeste para que estejam aptos a executar todas as etapas de projetos próprios: elaboração, captação de recursos, gerenciamento e monitoramento. Cada nação terá como desafio, ao concluir a qualificação, apresentar propostas que contribuam para o aumento do IDH de suas comunidades.

## PIAUI

Organização: Comitê de Articulação Social Outra Margem

Projeto: Defensores da Floresta De Pedra

Objetivo: Capacitar um grupo de jovens para a elaboração de uma campanha de conscientização sobre a importância da preservação do Parque Floresta Fossil, patrimônio natural do Piauí, formada por árvores em processo de petrificação há 260 milhões de anos. Para isso, os jovens farão pesquisa na internet, utilizarão instrumentos de informática, como software de design gráfico, e produzirão material de mídia impressa e digital.

## AMAPÁ

Organização: Navegar Amazônia

Projeto: Sustentabilidade Ambiental do Canal do Jandiá

Objetivo: A proposta é baseada em um laboratório de informática com acesso à Internet, sediado no barco que percorre as comunidades ribeirinhas do Canal do Jandiá. O projeto, nesta fase, irá oferecer oficinas de vídeo, fotografia digital e manutenção de website para jovens multiplicadores. Desta forma, também será trabalhada a conscientização sobre a preservação ambiental da região.

## ALAGOAS

Organização: Cemina

Projeto: Sustentabilidade para a Rede Cyberela

Objetivo: Trata-se de um projeto que pretende dar sustentabilidade a quatro rádio -telecentros que foram implementadas no Nordeste do país nos últimos três anos, através da capacitação dos gestores em manutenção de hardware.

## ANEXO E

### NOVOS BRASIS – SELECIONADOS 2008

#### AMAZONAS

Organização: Instituto Certi Amazônia

Projeto: Empreender

Objetivo: Elaboração de game educativo voltado para o empreendedorismo e a administração de pequenos negócios. Será utilizado nas escolas de Manaus, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva.

#### BAHIA

Organização: Instituto de Permacultura da Bahia

Projeto: Sertão.Net

Objetivo: Formação de agricultores do semi - árido baiano em técnicas de permacultura, por meio do intercâmbio com especialistas da Índia. Isto será feito através de plataformas digitais, como visitas virtuais, videoconferência e atividades de ensino a distância. Permacultura é um conjunto de métodos sustentáveis para a agricultura.

#### BAHIA

Organização: Thydewas

Projeto: Celulares Indígenas

Objetivo: Produção de conteúdo de 200 indígenas a partir do celular. Os objetivos são: resgatar a identidade local, denunciar abusos dos direitos humanos, promover o diálogo entre as tribos e buscar benefícios junto ao poder público.

#### CEARÁ

Organização: Comunicação e Cultura

Projeto: Clube do Jornal Multimídia

Objetivo: Formação de alunos de 75 escolas, no CE, PE e SP, para a elaboração de jornais virtuais. Através da formação de rede e de metodologia consolidada, os jovens usarão técnicas de mídia educação para melhorar o desempenho escolar e também promover a liberdade de expressão e os direitos humanos através da comunicação. O projeto tem o reconhecimento do MEC.

#### MINAS GERAIS

Organização: Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD)

Projeto: Bernal de Jogos Eletrônicos

Objetivo: Elaboração de jogos eletrônicos a partir da Fabriqueta de Softwares – fábrica de software, de módulos de baixa complexidade, no Vale do Jequitinhonha realizada em 2007 em parceria com o Oi Novos Brasis. Os jogos serão distribuídos para pelos canais da Oi: telefonia móvel e internet. Os games serão versões digitais de 204 jogos de tabuleiros desenvolvidos por crianças do Vale do Jequitinhonha e distribuídos para escolas da região.

#### MINAS GERAIS

Organização: Instituto Hartmann Regueira

Projeto: Alô Cidadão!

Objetivo: Expansão do bem sucedido projeto Alô Cidadão! – que envia torpedos com mensagens de opções gratuitas de lazer, vagas de empregos e outras oportunidades para jo

vens de comunidades de baixa renda – com a inserção de mensagens de voz para moradores cegos das favelas de Belo Horizonte. A idéia é garantir a Rede Alô Cidadão! com parcerias no Rio de Janeiro, Fortaleza e Salvador.

#### MINAS GERAIS

Organização: Favela é Isso Aí

Projeto: Vendo ou Troco

Objetivo: Montar banco de dados sobre empreendidos formais e informais em favelas de Belo Horizonte. A partir daí, serão desenvolvidas atividades para a circulação destas informações, com website, quiosques eletrônicos, boletins impressos e virtuais, publicidade para celulares cadastrados e vinhetas para rádios comunitárias.

#### PARÁ

Organização: Peabiru

Projeto: Oi, Guia- me Belém !

Objetivo: Criação de um guia turístico virtual para a plataforma de celulares. O conteúdo será produzido por jovens mulheres das ilhas do entorno de Belém e poderá ser acessado por diferentes linguagem – texto, som e vídeo – diretamente em cada ponto turístico.

#### RIO DE JANEIRO

Organização: Galpão Aplauso

Projeto: Centro Espacial

Objetivo: Formação de 25 jovens em arte e tecnologia através do celular, softwares de computação gráfica, animação digital, interatividade e ambientes tridimensionais. O meio ambiente será o tema central deste ano. A coordenação é do artista Vik Muniz e o conteúdo será utilizado para a geração de renda.

#### RIO DE JANEIRO

Organização: Bem TV - Educação e Comunicação

Projeto: Tela Interativa

Objetivo: Constituição de um núcleo de produção de materiais para TV Digital, integrado por jovens moradores de cinco comunidades de baixa renda de Niterói.

#### RIO DE JANEIRO

Organização: Rede Jovem - Comunitas

Projeto: Wiki Mapa Jovem

Objetivo: Construção de mapa georeferenciado de oportunidades de trabalho e cursos para jovens em comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro. A produção será feita por celular – texto, som, imagem e vídeo – e o conteúdo ficará disponível em portal wiki, que será acessado, especialmente, dos telecentros da Rede Jovem.

#### SÃO PAULO

Organização: Associação Cidade Escola Aprendiz

Projeto: Agência de Notícias da Vila Madalena/Pinheiros

Objetivo: Criação de uma agência de notícias para veicular as informações locais; formação de jovens comunicadores provenientes de escolas públicas do bairro; formações de professores e outros agentes para realização de produtos de comunicação: formação de grupo de discussão virtual.



## ANEXO F

### SELEÇÃO PATROCÍNIOS CULTURAIS INCENTIVADOS 2009<sup>120</sup>

[...]

I

#### I AMAZÔNIA DOC - FESTIVAL DE DOCUMENTÁRIOS PAN-AMAZÔNICOS | PA | CINEMA

O projeto pretende promover uma grande amostragem da produção audiovisual da macro-região que se estende por parte de oito países da América do Sul (Brasil, Colômbia, Guiana, Venezuela, Suriname, Equador, Peru e Bolívia), detentora de uma das maiores riquezas hídricas, biológicas e minerais do planeta e realizar o I Seminário Pan-amazônico de Documentários, com palestras, debates e encontros temáticos sobre as questões sócio-ambientais.

#### IDENTIDADES CRUZADAS - COMUNICAR OU DIALOGAR? UM CONVITE PARA VIAJAR... | RJ | TEATRO

O festival foi criado para o Ano Cultural da França no Brasil, com a finalidade de refletir sobre Arte, ciência e novas tecnologias. O Festival se realizará em 7 cidades brasileiras com oficinas para a criação de dois espetáculos inéditos e o Módulo de Circo Social: Circo itinerante em 6 cidades brasileiras com realização de workshops de capacitação artística e de espetáculos franceses e brasileiros.

#### II LEBLON JAZZ FESTIVAL | RJ | MÚSICA

O projeto realizará apresentações musicais a céu aberto na Rua Dias Ferreira, no Leblon. Estão escaladas 4 bandas e artistas de destaque no cenário nacional e internacional.

#### INDIE 2009 - MOSTRA DE CINEMA MUNDIAL | MG | CINEMA

O Indie - Mostra de Cinema Mundial é um evento de cinema nacional e internacional, focado, principalmente, na exibição de longas e médias-metragens e na produção independente. Em oito anos, o Indie já contabilizou cerca 150.000 espectadores que se mobilizaram para assistir ao melhor da produção audiovisual contemporânea. Foram exibidos 134 filmes, sendo 72 inéditos no país, produções de 17 países, em 121 sessões.

#### ÍNDIOS NA ERA DIGITAL | BA | PATRIMÔNIO CULTURAL

Produção de documentário sobre Os ÍNDIOS ON-LINE, iniciativa que incentiva os indígenas no uso de internet e celular na perspectiva de fortalecer suas culturas e promover a cultura da paz.

#### INFERNO PROVISÓRIO | RJ | CINEMA

Inferno Provisório, dirigido por José Luiz Villararim narra o reencontro dos amigos Luzimar e Gildo, em Cataguases (MG), após 20 anos. A narrativa é ambientada nos anos 1970, quando o país transita da sociedade agrária para a pós-industrial de periferia. O filme é baseado na coletânea homônima de Luiz Ruffato, composta por cinco livros sobre a saga do proletariado brasileiro a partir de 1950.

[...]

---

<sup>120</sup> No anexo F disponibilizamos apenas parte do documento em virtude de seu tamanho.

## ANEXO G

### MINISTÉRIO DA CULTURA

PORTARIA Nº 156, DE 06 DE JULHO DE 2004

Cria o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA, com o objetivo de promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade.

O Ministro de Estado da Cultura Interino, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Criar o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA, com o objetivo de promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade.

Art. 2º - O Programa estimulará a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados que possam ser disponibilizados para a ação cultural.

Art. 3º - O Programa CULTURA VIVA se destina à populações de baixa renda; estudantes da Rede básica de ensino; comunidades indígenas, rurais e quilombolas; agentes culturais, artistas, professores e militantes que desenvolvem ações no combate à exclusão social e cultural.

Art. 4º - A execução do Programa se procederá mediante editais convidando organizações não governamentais de caráter cultural e social, legalmente constituídas a apresentarem propostas para participação e parceria nas diferentes ações do mesmo.

Art. 5º - Os recursos para implementação das ações do Programa serão advindos da Lei Orçamentária e de parcerias agregadas ao Programa.

Parágrafo Único - Ao Ministério da Cultura caberá o repasse de recursos em espécie, como também sob a forma de kits de cultura digital às organizações selecionadas.

Art. 6º - A coordenação das ações do Programa será objeto de competência da Secretaria de Programas e Projetos Culturais.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

## ANEXO H

Edital nº 04/2005 – Pontos de Cultura – Governos

Programa Cultura Viva lança edital para apoio a projetos governamentais que estimulem propostas de entidades sem fins lucrativos, movimentos populares ou manifestações culturais.

### MINISTÉRIO DA CULTURA

#### SECRETARIA DE PROGRAMAS E PROJETOS CULTURAIS

#### EDITAL DE DIVULGAÇÃO Nº 4, DE 20 DE ABRIL DE 2005

A União Federal, por intermédio da Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura - SPPC/MinC, torna público o convite às instituições governamentais estaduais, distritais e municipais para que apresentem propostas à segunda edição do Programa Nacional "Cultura, Educação e Cidadania – CULTURA VIVA", nos termos da Lei nº 8.666/93, no que couber, Lei 8.313/91, Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, IN/STN 01/97, e nas condições e exigências estabelecidas neste Edital.

A SPPC, por intermédio deste instrumento, objetiva constituir uma reserva de projetos de instalação de Pontos de Cultura, a serem conveniados de acordo com disponibilidade orçamentária do Ministério, conforme estabelecido pelo artigo 16 do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005. Por essa razão, o prazo de validade das propostas selecionadas de acordo com o item 5 deste Edital será de dois anos.

A seleção dos projetos não obriga o Ministério da Cultura a formalizar os convênios, caracterizando apenas expectativa de direito para os selecionados.

#### 1 – DA AUTORIZAÇÃO

1.1 – O Programa foi criado pela Portaria nº 156, de 6 de julho de 2004, do Ministério da Cultura, publicada no Diário Oficial da União de 7 de julho de 2004.

#### 2 – DO OBJETO

2.1 Constitui objeto do presente Edital o apoio, por meio de repasse de recursos em dinheiro e de ações do Programa Cultura Viva, a projetos governamentais que estimulem propostas de entidades sem fins lucrativos (Pontos Cultura), movimentos populares ou manifestações culturais cujas tradições são mantidas por segmentos da população, que explorem diferentes meios e linguagens artísticas e lúdicas, a inclusão digital e que percebam a cultura em suas dimensões de construção simbólica, de cidadania e direitos e de geração e distribuição de renda, de forma que contribuam com a ampliação e garantia do acesso aos meios de fruição, produção e formação cultural.

2.2 É objeto específico deste edital a formação de redes de Pontos de Cultura no âmbito da jurisdição da instituição pública proponente.

2.3 Para um melhor conhecimento do Programa Cultura Viva, sugere-se a leitura do documento CULTURA VIVA, disponibilizado no Portal do Ministério da Cultura-MinC, <http://www.cultura.gov.br>, Programas e Ações / Cultura Viva.

### 3 – DA REDE DE PONTOS E DOS PONTÕES DE CULTURA

3.1 A rede de Pontos de Cultura é constituída pelas entidades sem fins lucrativos, representantes dos movimentos populares, de manifestações culturais, referidas no item 2.1 e pelos espaços culturais públicos.

3.1.1 O Ponto de Cultura é uma ação que visa agregar agentes culturais para articular e impulsionar um conjunto de atividades em suas respectivas comunidades.

3.2 O governo deverá citar a quantidade de Pontos de Cultura que apoiará, guardando proporcionalidade com o montante de recursos que solicitar.

3.3 A implantação de rede superior a dez Pontos de Cultura possibilitará, a entidade pública, solicitar a instalação de Pontão de Cultura no âmbito de sua jurisdição.

3.3.1 O Pontão de Cultura constituir-se-á em espaço cultural de articulação dos Pontos de Cultura, de irradiação da ação cultural regional, e de apresentações das diversas linguagens artísticas, de cursos e oficinas, de experimentações em software livre, e outras iniciativas culturais que a gestão compartilhada entre poder público e comunidade achar conveniente.

3.3.2 O Pontão de Cultura será implantado em espaço cedido, construído ou montado pelo poder público federal, estadual, municipal ou distrital.

3.4 A gestão da Rede de Pontos de Cultura e do Pontão de Cultura deverá ser compartilhada entre as entidades sem fins lucrativos, representantes dos movimentos populares, de manifestações culturais participantes da Rede e a instituição pública proponente.

### 4 – DO PRAZO, FORMA E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 As instituições públicas que desejarem participar do Programa devem enviar sua proposta, acompanhada de requerimento dirigido à SPPC, modelo anexo, e dos seguintes documentos:

a) REQUERIMENTO, solicitando ingresso no Programa;

b) FORMULÁRIOS DO PROJETO, devidamente preenchidos e assinados (identificação do projeto e do proponente, dados da instituição proponente, dados do representante da instituição proponente, outros parceiros, desenvolvimento do projeto, público alvo, parcerias, período de execução, resumo das fontes de financiamento e termo de responsabilidade);

c) PLANO DE TRABALHO, devidamente preenchido e assinado (descrição do projeto, cronograma de execução, plano de aplicação, cronograma de desembolso, cadastro financeiro, declaração de adimplência e contrapartida e plano básico de divulgação);

d) DECLARAÇÃO, devidamente preenchida e assinada, com o compromisso de envio, no prazo máximo de 30 dias úteis a partir da notificação pela SPPC/MinC, dos documentos e certidões necessários para a celebração do convênio, caso a Instituição seja selecionada.

e) Cópia autenticada do CNPJ da instituição proponente.

f) Cópia autenticada do termo de posse.

g) Comprovante do endereço da instituição.

h) Cópia autenticada do CPF do representante legal.

i) Cópia autenticada da cédula de identidade do representante.

j) PORTFÓLIO das atividades culturais da Instituição ou dos coordenadores do projeto (relatando datas, local de realização, enviando matérias em jornais, revistas, cartazes, vídeo, fotografias, publicações etc.).

4.1.1 Os documentos relacionados, da alínea a a alínea i, devem ser apresentados obedecendo à seqüência acima determinada. O Portfólio, alínea j, deve ser apresentado em separado.

4.1.2 Os modelos dos Documentos citados no subitem 4.1, podem ser localizados no Portal do Ministério da Cultura – MinC [www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br), Apoio a Projetos / Editais / Edital nº 4.

4.1.3 É expressamente vedada alteração que implique modificação dos documentos que compõem o item 4.1.

4.2 A falta de apresentação na proposta de quaisquer dos itens elencados no subitem 4.1 ou em desacordo com o estabelecido no Edital implicará o indeferimento do requerimento, sendo comunicado o proponente da motivação de indeferimento.

4.3 Para participar do processo de seleção do Programa Cultura Viva, o proponente deve enviar seu projeto, no período de 20 de abril a 03 de junho de 2005, fazendo constar do endereçamento:

PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA NACIONAL CULTURA VIVA /  
PONTO DE CULTURA (Entidades Públicas) - 2005  
Caixa Postal nº 8775 - SHS - Quadra 02 - Bloco B  
CEP: 70.312-970 – Brasília / DF

4.4 Para efetuar a inscrição o proponente deverá estar previamente cadastrado. O cadastramento deverá ser feito diretamente no Portal Eletrônico do Ministério da Cultura – MinC, <http://www.cultura.gov.br>. Após o cadastramento o proponente estará habilitado a realizar a inscrição de projetos diretamente no Portal.

4.5 Efetuada a inscrição do projeto, o proponente deverá imprimir e assinar as planilhas, o termo de responsabilidade, o plano de trabalho e as declarações, anexando o portfólio e demais documentos, encaminhando-os ao endereço constante no item 4.3, de acordo com o

subitem 4.1.1.

4.6 O proponente que não conseguir efetuar a inscrição diretamente pelo Portal do MinC, poderá baixar os arquivos dos formulários e enviá-los, devidamente preenchidos e assinados, juntamente com toda a documentação mencionada no item 4.5.

4.7 A proposta postada após o período estabelecido no subitem 4.3 deste Edital será automaticamente invalidada.

4.8 Após o recebimento de toda a documentação pela SPPC/MinC, o proponente será notificado, recebendo o número de protocolo para acompanhamento do processo.

4.9 A proposta encaminhada implica prévia e integral concordância com as normas deste Edital.

## 5 – DA SELEÇÃO E DO JULGAMENTO

5.1 A seleção das propostas será realizada por uma Comissão de Avaliação constituída por técnicos e dirigentes do MinC, designada pelo Secretário da SPPC, a quem caberá a presidência e o voto de qualidade.

5.2 Na avaliação dos projetos, a Comissão levará em conta propostas que comprovadamente atendam, ao menos, um dos seguintes públicos:

- a) estudantes da rede pública de ensino;
- b) adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social;
- c) populações de baixa renda, habitando áreas com precária oferta de serviços públicos e de cultura, tanto nos grandes centros urbanos, como nos pequenos municípios;
- d) habitantes de regiões e municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental;
- e) habitantes de comunidades indígenas, quilombolas e rurais;
- f) portadores de deficiência;
- g) gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais – GLTB.

5.3 Serão adotados critérios que priorizem projetos com propostas inovadoras em relação aos seguintes aspectos:

- a) processos criativos continuados;
- b) integração entre universidade e comunidade;
- c) integração entre museus e comunidade;
- d) interface com a cultura digital em software livre;
- e) ações de formação cultural, documentação e registro nas comunidades em que atuam;
- f) geração de renda por meio da cultura;
- g) capacidade em agregar outros atores sociais e parceiros públicos ou privados, garantindo a sustentabilidade futura da proposta.
- h) integração de linguagens artísticas e da cultura com outras esferas do conhecimento e da vida social (ciência e tecnologia, esporte e lazer, educação, trabalho, comunicação e informação e outros);
- i) interação entre culturas tradicionais e novas tecnologias culturais, sociais e científicas;

j) gestão cultural compartilhada

5.4 Para fins de seleção a comissão também levará em consideração no seu julgamento o investimento realizado pela instituição a título de contrapartida, com relação aos seguintes aspectos: valor e natureza do investimento, considerando-se ainda outras variáveis qualitativas como indicadores sociais e econômicos (Renda per capita, IDH, PIB etc).

5.5 Os projetos serão avaliados individualmente por membros da Comissão, com base em pareceres prévios enquadrados nos quesitos dispostos no subitens 5.2, 5.3 e 5.4 e observados as seguintes combinações e critérios:

- a) equilibrada distribuição pelas regiões e estados da Federação;
- b) variedade e complementariedade dos projetos;
- c) diversidade de linguagens artísticas e público alvo;
- d) Maior porcentagem de aplicação de recursos destinados às atividades fim.

5.6 Os critérios de pontuação e de desempate das propostas, para fins de seleção e classificação, serão estabelecidos pela Comissão de Avaliação, levando em consideração os dispositivos do presente Edital.

5.7 Será invalidada a proposta da instituição que tiver pendência, inadimplência ou falta de prestação de contas junto a qualquer órgão público, ou deixar de cumprir total ou parcialmente o disposto no item 4.1.

5.8 A Secretaria de Programas e Projetos Culturais – SPPC/MinC, relacionará os projetos indicados para recebimento do apoio e procederá a sua publicação no Diário Oficial da União, com o nome da entidade selecionada, da cidade, da unidade federada e do respectivo projeto.

5.9 O proponente que teve seu projeto selecionado para firmar o convênio, terá o prazo de trinta dias para a entrega dos documentos necessários à formalização do convênio.

## 6 – DO APOIO FINANCEIRO

6.1 O repasse dos recursos às instituições que tiverem seus projetos selecionados será efetuado em 3 (três) parcelas anuais, após assinatura do convênio, conforme o disposto abaixo:

População sob jurisdição da instituição valor total

até 50 mil habitantes até R\$ 100 mil/ano

até 200 mil habitantes até R\$ 300 mil/ano

até 1 milhão de habitantes até R\$ 500 mil /ano

acima de 1 milhão de habitantes até R\$ 1,5 milhão/ano

6.1.1 O primeiro repasse ficará condicionado a assinatura e publicação do convênio,

devendo toda e qualquer despesa somente ser efetuada dentro da vigência do convênio.

6.2 As parcelas serão repassadas aos projetos obedecendo ao seguinte sistema: a segunda parcela será liberada sem que seja necessário prestar contas da primeira; já a liberação da terceira parcela somente ocorrerá após a efetiva comprovação de gastos da primeira. Após a aplicação da última parcela, será apresentada a prestação de contas do total dos recursos recebidos.

6.2.1 As despesas deverão ser comprovadas mediante relatório detalhado das atividades realizadas, acompanhadas de documentos fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos e quaisquer outros documentos comprobatórios ser emitidos em nome da Conveniente, devidamente identificados com o título do projeto e o número do Convênio.

6.2.2 Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados no mercado financeiro e a receita adicional deverá ser revertida integralmente para as atividades dos Pontos de Cultura.

6.3 O apoio, definido no objeto desse edital, destinar-se-á exclusivamente à realização do projeto apresentado pela instituição.

6.3.1 Caso o projeto não seja executado conforme estabelecido no plano de trabalho, serão adotadas medidas administrativas e jurídicas destinadas à efetiva execução do projeto, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação vigente e, em último caso, será promovida a devolução dos recursos repassados com os acréscimos legais.

6.3.2 Qualquer alteração no plano de trabalho, depois de firmado o convênio, somente poderá ser feito após prévia consulta e aprovação pela SPPC/MinC

6.4 O proponente deve oferecer obrigatoriamente contrapartida, definida pela Lei 8.313/91, que trata de projetos atendidos pelo Fundo Nacional de Cultura, de no mínimo 20% (vinte por cento) do custo total do projeto.

## 7– DA CULTURA DIGITAL

7.1 A ação Cultura Digital é o instrumento que permitirá a apreensão do que existe de mais “palpável na cultura brasileira, o nosso patrimônio imaterial”, dando visibilidade e circulação à produção dos Pontos de Cultura.

7.2 A Instituição deverá assegurar em cada Ponto de Cultura investimentos para aquisição, adequação de equipamentos ou atividades de formação necessários para a implementação da ação Cultura Digital, conforme especificações definidas pelo MinC.

7.3 Os equipamentos multimídia, para os quais recursos devem estar previstos na primeira parcela, devem ser em software livre e serão configurados conforme as necessidades da rede de pontos a ser instalada.

7.4 Para essa configuração, o Ministério da Cultura disponibilizará mecanismos de orientação às redes de Pontos de Cultura que a requeiram.



## 8 – DO AGENTE CULTURA VIVA

8.1 Em razão de convênio entre o Ministério da Cultura e o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, os Pontos de Cultura selecionarão até 50 jovens que receberão, durante o período de 6 meses, auxílio financeiro de R\$ 150,00 por mês.

8.1.1 Havendo disponibilidade de vagas, a SPPC/MinC a seu critério, poderá atender a pontos que necessitem de mais de 50 Agentes Cultura Viva. Para tanto o Ponto deve apresentar solicitação à SPPC, acompanhada de justificativa.

8.2 A cada ano, novos jovens serão inseridos nas ações do “Agente Cultura Viva”. Para isso, será necessário que estejam enquadrados nos critérios do Programa Primeiro Emprego (MTE) estabelecido pelo Consórcio Social da Juventude, observada a Lei nº 9.608, de 18/02/1998:

- a) ter entre 16 e 24 anos;
- b) possuir renda familiar per capita de até ½ salário mínimo;
- c) cursar o ensino fundamental ou médio;
- d) não possuir experiência prévia no mercado de trabalho formal ou estar desempregado.

8.2.1. 25% dos auxílios poderão ser para os jovens que já concluíram o ensino médio;

8.2.2 Dá-se prioridade aos quilombolas e afrodescentes, indígenas, portadores de deficiência, trabalhadores rurais, egressos de unidades prisionais ou que estejam cumprindo medidas sócio-educativas.

8.3 Os critérios citados acima são prioritários na seleção dos jovens bolsistas. Em caso do não preenchimento das vagas com base nos critérios acima descritos, poderão ser adotados os critérios abaixo, respeitada a renda familiar per capita de ½ salário mínimo:

- a) autônomos, pessoas que trabalhem por conta própria ou façam parte de cooperativas;
- b) trabalhadores domésticos;
- c) pessoas beneficiárias de políticas de inclusão social, como ações de combate às discriminações;
- d) gestores em políticas públicas e representantes em fóruns, comissões e conselhos de formulação e implementação de políticas públicas e sociais.

## 9– DA OBRIGAÇÃO DA CONVENIENTE

9.1 Cumprir fielmente a proposta aprovada, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, de acordo com a legislação vigente.

9.2 Executar os projetos dentro da vigência do instrumento, conforme proposto no Plano de Trabalho apresentado, que será parte integrante do convênio.

9.3 Divulgar, em destaque, o nome do Ministério da Cultura/Governo Federal e do Programa Nacional Cultura Viva em todos os atos de promoção e divulgação do projeto, objeto do convênio, no local do Ponto de Cultura e nos eventos e ações deles decorrentes.

9.3.1 As marcas do Ministério da Cultura/Governo Federal e do Programa deverão ser exibidas de acordo com os padrões de identidade visual, fornecidos pela Secretaria de Programas e Projetos Culturais, após a assinatura do Convênio, sendo vedada às partes a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

## 10 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Os projetos, selecionados ou não, passarão a fazer parte do acervo do Ministério da Cultura para fins de pesquisa, documentação e mapeamento da produção cultural brasileira, razão pela qual não serão devolvidos aos proponentes.

10.2 Quando o projeto for proposto por entidade indígena ou que tenha entre suas finalidades a cultura indígena, a FUNAI deverá ser comunicada pelo proponente a respeito do projeto.

10.3 Caberá pedido de reconsideração das decisões da Comissão de Avaliação no prazo de dois dias úteis a partir do conhecimento da decisão de indeferimento e da publicação no Diário Oficial da União dos projetos selecionados.

10.4 O presente Edital ficará à disposição dos interessados na SPPC/MinC e no portal do MinC, [www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br).

10.5 Maiores informações poderão ser obtidas através dos telefone 61 3901-3898 e pelo correio eletrônico [culturaviva@minc.gov.br](mailto:culturaviva@minc.gov.br).

10.6 Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Avaliação.

Ministério da Cultura  
Brasília , 30 de março de 2005

CÉLIO ROBERTO TURINO DE MIRANDA  
SECRETÁRIO DE PROGRAMAS E PROJETOS CULTURAIS